



**MARGARIDA ISABEL
DA ENCARNÇÃO
CLEMENTE**

**CONTRIBUTOS DO TURISMO PARA A QUALIDADE
DE VIDA**



**MARGARIDA ISABEL
DA ENCARNAÇÃO
CLEMENTE**

CONTRIBUTOS PARA A QUALIDADE DE VIDA

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão e Planeamento em Turismo, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Carlos Manuel Martins da Costa, Professor Associado com Agregação do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro

Dedico este trabalho à memória dos meus Avós, Emília e Augusto, pelo amor, carinho, sentido de humor e, principalmente, pelo grande exemplo de vida.

o júri

presidente

Prof.^a Doutora Elisabeth Kastenholz
professora auxiliar da Universidade de Aveiro

Prof.^a Doutora Cláudia Margarida Brito Ribeiro de Almeida
professora adjunta da Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve

Prof. Doutor Carlos Manuel Martins da Costa
professor associado com agregação da Universidade de Aveiro

agradecimentos

Este trabalho não seria possível de realizar sem o apoio de várias pessoas às quais gostaria de expressar o meu agradecimento.

Ao Professor Doutor Carlos Costa, pela excelente orientação científica, estímulo e motivação.

À Ana Cláudia, pelo apoio e companheirismo nesta longa cruzada.

À minha Família e Amigos, pelo incentivo e pela compreensão das minhas longas ausências.

Ao António, pelo apoio e constante presença em todos os momentos, bons e menos bons, que foram surgindo.

palavras-chave

Qualidade de vida, desenvolvimento sustentável, turismo sustentável, indicadores, técnica de Delphi

resumo

A promoção da qualidade de vida é uma das principais aspirações da Humanidade. Definida como o resultado da soma das condições económicas, sociais, ambientais e culturais de que um indivíduo pode beneficiar e da percepção que tem da satisfação com a sua vida, este conceito foi ganhando espaço junto de diversas instituições políticas, tendo sido assumida, pela ONU, como o grande objectivo a alcançar no século XXI.

A relação entre qualidade de vida e turismo sustentável é evidente na medida em que um dos objectivos inerentes à sustentabilidade do turismo consiste na garantia da qualidade de vida dos residentes no destino turístico. Partindo do pressuposto da existência dessa relação, esta investigação surge na perspectiva que o turismo pode representar uma mais-valia para a qualidade de vida da população de um destino turístico.

A revisão de literatura e a análise de diversos sistemas de indicadores utilizados para avaliar a qualidade de vida, o desenvolvimento sustentável e o turismo sustentável permitiu a definição de uma proposta inicial de indicadores habilitados a avaliar o contributo do turismo para a qualidade de vida no destino turístico. O estudo empírico, aplicado na Área Metropolitana do Porto, teve por base a técnica de Delphi na qual participaram um conjunto de responsáveis por instituições/empresas que operam nas áreas de negócios definidas pela Conta Satélite do Turismo como produtos característicos da oferta turística com o objectivo de validar essa proposta e definir o sistema de indicadores que permita avaliar o contributo do turismo para qualidade de vida no destino turístico. O sistema de indicadores proposto é composto por 26 indicadores divididos por cinco dimensões: ambiental, económica, social, cultural e política.

keywords

Quality of life, sustainable development, sustainable tourism, indicators, the Delphi technique

abstract

The promotion of quality of life is one of the main aspirations of mankind. Defined as the result of the sum of economic, social, environmental and cultural that an individual can benefit and a perception that satisfaction with his life, this concept has been gaining ground from several political institutions and has been taken by the United Nations as the major objective to achieve in the twenty-first century.

The relationship between quality of life and sustainable tourism is evident in that way one of the objectives of the sustainability of tourism is the guarantee of the quality of life for residents of a tourist destination. Assuming the existence of this relationship, this research appears in the view that tourism can represent an added value to the quality of life on a tourist destination.

The literature review and the analysis of several indicators systems used to assess the quality of life, sustainable development and sustainable tourism has allowed the definition of an initial proposal of indicators able to assess the contribution of tourism to the quality of life in a tourist destination. The empirical study applied to the Metropolitan Area of Porto, was based on the Delphi technique attended by a number of responsible institutions / companies operating in the business areas defined by the Tourism Satellite Account as characteristic products of tourism with the aim to validate the proposal and establish the system of indicators for assessing the contribution of tourism to the quality of life at tourist destination. The indicator system proposed consists in 26 indicators divided among five dimensions: environmental, economic, social, cultural and political.

ÍNDICE

ÍNDICE DE FIGURAS.....	III
ÍNDICE DE TABELAS.....	IV
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	V
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1. QUALIDADE DE VIDA	4
1.1. Introdução.....	4
1.2. Enquadramento	4
1.3. Definição de qualidade de vida	6
1.4. Métodos para quantificar a qualidade de vida.....	11
1.5. Conclusão	18
CAPÍTULO 2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	20
2.1. Introdução.....	20
2.2. Desenvolvimento sustentável	20
2.3. Instrumentos para medir a sustentabilidade do desenvolvimento.....	24
2.4. Conclusão	31
CAPÍTULO 3. TURISMO	32
3.1. Introdução.....	32
3.2. Turismo – Conceitos.....	32
3.3. Diferentes abordagens ao turismo – Procura e Oferta	34
3.4. Conclusão	42
CAPÍTULO 4. TURISMO E SUSTENTABILIDADE	43
4.1. Introdução.....	43
4.2. Turismo sustentável	43
4.3. Políticas de turismo sustentável.....	47
4.4. Indicadores de turismo sustentável	50
4.5. Conclusão	56
CAPÍTULO 5. TURISMO E QUALIDADE DE VIDA	58
5.1. Introdução.....	58
5.2. Relação entre qualidade de vida, desenvolvimento sustentável e turismo sustentável.....	58
5.3. Sistemas de indicadores de qualidade de vida, de desenvolvimento sustentável e de turismo sustentável	65
5.4. Conclusão	70

CAPÍTULO 6. METODOLOGIA	72
6.1. Introdução.....	72
6.2. Definição do problema de pesquisa e das hipóteses de Investigação	72
6.3. Método de recolha de informação - Técnica de Delphi	74
6.4. Métodos de Análise dos Resultados.....	85
6.5. Conclusão	85
CAPÍTULO 7. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	87
7.1. Introdução.....	87
7.2. Breve caracterização da Área Metropolitana do Porto.....	87
7.3. Análise dos resultados.....	94
7.4. Validação das hipóteses de investigação	102
7.5. Proposta de sistema de indicadores para avaliar o contributo do turismo para a qualidade de vida	104
7.6. Conclusão	106
CAPÍTULO 8. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES PARA INVESTIGAÇÕES FUTURAS	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	110
ANEXOS	117

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2.1. Barómetro da sustentabilidade	25
Figura 2.2. Estrutura conceptual do modelo PER da OCDE	29
Figura 2.3. Modelo conceptual DPSIR proposto pela Agência Europeia do Ambiente.....	30
Figura 3.1. Relação lazer, recreio e turismo	33
Figura 3.2. Sistema turístico de Leiper	35
Figura 3.3. Estrutura conceptual do turismo de Mathieson e Wall	36
Figura 3.4. Classificação dos produtos consumidos pelos visitantes segundo a CST	38
Figura 4.1. Estrutura conceptual do turismo sustentável.....	46
Figura 4.2. Objectivos de sustentabilidade comuns aos <i>stakeholders</i> do destino turístico	47
Figura 4.3. Resultado da aplicação do BTS ao caso da Madeira	56
Figura 4.4. Resultado da aplicação do modelo AMOEBA ao caso da Madeira	56
Figura 5.1. Relação entre turismo sustentável e qualidade de vida	59
Figura 5.2. Metodologia para definição da proposta inicial de sistema de indicadores.....	68
Figura 6.1. Etapas básicas na técnica Delphi	77
Figura 7.1. População residente da Área Metropolitana do Porto.....	88
Figura 7.2. Densidade populacional da Área Metropolitana do Porto	88
Figura 7.3. Posições dos concelhos da AMP no Ranking de Qualidade de Vida	90
Figura 7.4. Distribuição dos questionários respondidos na ronda 1 por área de negócios e por concelho	94
Figura 7.5. Distribuição dos questionários respondidos na ronda 2 por área de negócios e por concelho	95
Figura 7.6. Relação entre a relevância das temáticas de qualidade de vida e das temáticas de turismo	98
Figura 7.7. Proposta final do sistema de indicadores para avaliar o contributo do turismo para a qualidade de vida..	105

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1.1. Definições de qualidade de vida relacionadas com felicidade e satisfação	7
Tabela 1.2. Definições de qualidade de vida que abrange a objectividade e a subjectividade	8
Tabela 1.3. Áreas temáticas dos indicadores objectivos de qualidade de vida	17
Tabela 3.1. Eixos e produtos característicos do turismo segundo a CST	38
Tabela 3.2. Listagem dos quadros que compõem a Conta Satélite do Turismo de Portugal.....	40
Tabela 3.3. Exemplos de publicações estatísticas sobre o turismo	41
Tabela 4.1. Áreas prioritárias da Agenda 21 para a Indústria das Viagens e do Turismo	49
Tabela 4.2. Fases do processo de desenvolvimento e aplicação de indicadores de turismo sustentável	52
Tabela 4.3. Lista de indicadores aplicados ao BTS e ao modelo AMOEBA ao caso da Madeira	55
Tabela 5.1. Impactos positivos do turismo percepcionados pelos residentes	63
Tabela 5.2. Relação entre qualidade de vida, impactos positivos do turismo e dimensões do turismo sustentável	64
Tabela 5.3. Pontos comuns entre os sistemas de indicadores analisados	67
Tabela 5.4. Indicadores que avaliam o contributo do turismo para a qualidade de vida.....	69
Tabela 6.1. Pontos fortes e pontos fracos da técnica de Delphi.....	78
Tabela 6.2. Número de empresas/instituições por área de negócios e por concelho da AMP	82
Tabela 6.3. Composição final da amostra.....	83
Tabela 7.1 Principais indicadores do mercado turístico da AMP por concelho.....	92
Tabela 7.2. Análise SWOT da Área Metropolitana do Porto	93
Tabela 7.3. Nível de importância atribuído às temáticas estudadas relativamente à qualidade de vida.....	96
Tabela 7.4. Nível de importância atribuído às temáticas estudadas relativamente ao sector do turismo.....	97
Tabela 7.5. Nível de importância atribuído aos impactos do turismo para a qualidade de vida.....	99
Tabela 7.6. Nível de importância atribuído aos indicadores para a avaliação da qualidade de vida.....	100
Tabela 7.7. Áreas temáticas da proposta inicial de indicadores.....	104

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AMP	Área Metropolitana do Porto
AHRESP	Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal
BST	Barómetro da Sustentabilidade do Turismo
CIPQV	Comissão Independente População e Qualidade Vida
CNUAD	Conferência das Nações Unidas Sobre o Ambiente e o Desenvolvimento
CRP	Constituição da República Portuguesa
CST	Conta Satélite do Turismo
DGA	Direcção Geral do Ambiente
ENDS	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
IGESPAR	Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico
IMTT	Instituto de Mobilidade de Transportes Terrestres
INE	Instituto Nacional de Estatística
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
SIDS	Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável
SMQVU	Sistema de Monitorização da Qualidade de Vida Urbana
UE	União Europeia
WTTC	World Travel and Tourism Council
WTO	World Tourism Organization

INTRODUÇÃO

As alterações socioeconómicas subsequentes à II Guerra Mundial traduziram-se num agravamento das disparidades sociais e conduziram à necessidade de se estabelecerem parâmetros comparativos entre as diferentes nações com o objectivo de medir o seu desenvolvimento. É neste contexto que surge o termo ‘qualidade de vida’, no sentido de promover uma forma de avaliar a concretização da satisfação de necessidades materiais, sociais e psicológicas, implícitas a este conceito. A qualidade de vida é assim entendida como a soma de determinadas condições das quais um indivíduo pode beneficiar (emprego, rendimento, condições da habitação, acesso a equipamentos públicos, segurança, relações sociais) e da percepção que este tem da satisfação com a sua vida.

A importância que esta temática assumiu a nível mundial determinaria que, em 1998, a Organização das Nações Unidas definisse a promoção da qualidade de vida como um dos principais objectivos da humanidade para o século XXI. Contudo, o actual contexto mundial, caracterizado pelo agravamento da situação económica de diversos países, incluindo as grandes potências mundiais, tem ditado a implementação de diversas medidas, como a redução de salários e o aumento de impostos, que colocam em perigo a manutenção da qualidade de vida e em causa os actuais processos de desenvolvimento, inspirados no modelo de desenvolvimento sustentável.

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu, na década de 70 do século XX, fruto da consciencialização dos crescentes impactos negativos sobre o meio ambiente, decorrentes do crescimento económico. Este modelo assenta em três objectivos primordiais que se concretizam em acautelar a protecção ambiental, assegurar o crescimento económico e promover a coesão social, na perspectiva de garantir a qualidade de vida. Para a prossecução dos seus objectivos, o desenvolvimento sustentável promove a participação activa de todos os elementos que compõem as comunidades onde é implementado, de modo a assegurar que são tidas em consideração as preocupações de todos os intervenientes no processo de desenvolvimento. É conferida, igualmente, especial atenção à equidade inter-geracional, que visa a igualdade de oportunidades para as gerações futuras em relação às oportunidades de que as gerações actuais beneficiam.

O crescimento da actividade turística e os consequentes impactos ambientais, económicos, sociais e culturais que esta produz no destino turístico conduziu ao surgimento, nos anos 90 do século XX, do conceito de turismo sustentável, que deriva do modelo de desenvolvimento anteriormente referido. O turismo sustentável estabelece como acções prioritárias a optimização dos benefícios económicos, a preservação do meio ambiente, a protecção do património construído e do património cultural, a melhoria da qualidade de vida dos residentes e a garantia de uma experiência de elevada qualidade para os turistas.

A actual conjuntura económica impõe alterações socioeconómicas, como a diminuição do rendimento, o aumento da idade para a reforma, a diminuição do número de dias de férias e a consequente diminuição do tempo livre, com graves consequências para a indústria do turismo, podendo colocar em perigo a sua sustentabilidade. O facto da crise económica se generalizar a escala mundial agrava ainda mais esta situação, pois condiciona o fluxo dos turistas provenientes dos diversos mercados emissores. Neste contexto, é necessário agilizar esforços no sentido de encontrar soluções que viabilizem o sector do turismo e garantam a qualidade de vida de quem reside nos destinos turísticos. Para alcançar estes objectivos é necessário ter um conhecimento aprofundado da realidade, algo que é, comumente, conseguido através da adopção de sistemas de indicadores de natureza objectiva, que permitam monitorizar os processos de desenvolvimento e promover, atempadamente, acções correctivas que garantam a sua sustentabilidade. Estas acções de monitorização ganham maior expressão em contextos socioeconómicos como o que se vive actualmente, ao permite reunir informação que caracterize a realidade dos territórios afectados e desencadear acções sustentadas que conduzem a uma maior eficiência e eficácia das políticas implementadas, na tentativa de contrariar as situações adversas decorrentes do cenário de crise.

Esta investigação surge da noção de que existe uma relação estreita entre os conceitos de qualidade de vida, desenvolvimento sustentável e turismo sustentável e na perspectiva que o turismo pode representar uma mais-valia para a qualidade de vida da população de um destino turístico, mesmo em contextos sócio-económicos desfavoráveis. É nesta perspectiva que se insere o problema de pesquisa deste estudo.

Objectivamente, pretende-se, nesta investigação, desenvolver um mecanismo que permita auxiliar o poder político na tomada de decisões fundamentadas, no sentido de contribuir para assegurar a melhoria da qualidade de vida em situações económicas adversas e que garanta a correcta gestão dos instrumentos de financiamento. Dada a importância atribuída aos indicadores de natureza objectiva para o conhecimento da situação real dos processos de desenvolvimento e para a sua monitorização, o mecanismo proposto tem a forma de um sistema de indicadores. Neste sentido, é apontado com objectivo geral deste estudo **definir um sistema de indicadores que permita avaliar o contributo do turismo para a qualidade de vida no destino turístico**. Para alcançar este objectivo foram definidos quatro objectivos específicos:

- Conceber um quadro teórico e conceptual, assente na perspectiva da sustentabilidade, que permita estabelecer a relação entre turismo e qualidade de vida;
- Identificar sistemas de indicadores utilizados para avaliar a qualidade de vida, o desenvolvimento sustentável e o turismo sustentável;
- Reconhecer pontos comuns aos diferentes sistemas de indicadores identificados;
- Desenvolver uma metodologia de investigação que permita definir um sistema de indicadores que avalie o contributo do turismo para a qualidade de vida.

Em termos metodológicos, esta investigação teve por base a revisão de literatura relacionada com os conceitos de qualidade de vida, desenvolvimento sustentável, turismo e turismo sustentável. Foram, também, analisados diversos sistemas de indicadores utilizados para avaliar, em diferentes casos, a qualidade de vida, o desenvolvimento sustentável e o turismo sustentável.

As conclusões retiradas da revisão da literatura e da análise dos sistemas de indicadores permitiram, por um lado, desenvolver a metodologia a aplicar para alcançar o objectivo deste estudo e, por outro lado, construir o questionário aplicado aos responsáveis por instituições/empresas a operem, na Área Metropolitana do Porto, nas áreas de negócios definidas pela Conta Satélite do Turismo como produtos característicos. Para finalizar, procedeu-se à análise e discussão dos resultados obtidos no estudo empírico com recurso à análise univariada, nomeadamente, a medidas de tendência central e de dispersão, que permitiram formular as conclusões finais do estudo.

Tendo em conta a metodologia de trabalho adoptada, esta investigação encontra-se estruturada em oito capítulos. Os quatro primeiros capítulos visam efectuar um enquadramento teórico dos conceitos base desta investigação (qualidade de vida, desenvolvimento sustentável, turismo e turismo sustentável), focando-se na sua evolução conceptual e no estudo de diferentes formas de avaliação do seu desempenho, centrando especial atenção em sistemas de indicadores utilizados para medir a qualidade de vida, o desenvolvimento sustentável e o turismo sustentável. O quinto capítulo procura relacionar as ligações existentes entre os conceitos base, permitindo a definição da metodologia a aplicar no estudo empírico, detalhada no capítulo sexto, cujo propósito consiste em alcançar o objectivo geral desta investigação. A análise e a discussão dos resultados obtidos no estudo empírico são apresentadas no capítulo sétimo. Esta dissertação finaliza-se com a apresentação das conclusões e de recomendações para futuras investigações.

CAPÍTULO 1. QUALIDADE DE VIDA

1.1. INTRODUÇÃO

Este capítulo tem como objectivo conceber um quadro teórico e conceptual do termo ‘qualidade de vida’, de modo a permitir uma melhor compreensão desta temática.

Inicia-se com uma breve abordagem à origem do conceito, seguindo-se a discussão sobre a evolução das diferentes definições que foram surgindo ao longo dos tempos. Posteriormente, foca-se na análise dos métodos de avaliação da qualidade de vida, através do estudo de vários casos onde a utilização de indicadores têm um papel de destaque. Propõe-se a análise de vários estudos efectuados com o objectivo de medir a qualidade de vida, nos quais se aplicaram diferentes métodos, mas centrando a atenção nos casos em que se procedeu à utilização de indicadores objectivos. Esta análise visa comparar os diferentes indicadores utilizados para averiguar quais os domínios da vida considerados mais importantes para avaliar a qualidade de vida.

1.2. ENQUADRAMENTO

O conceito de qualidade de vida surgiu após a II Guerra Mundial, estando a sua origem na concretização da satisfação de necessidades materiais, sociais e psicológicas, que se assume, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), como um direito fundamental das sociedades (Comissão Independente População e Qualidade de Vida [CIPQV], 1998). As alterações decorrentes dos processos de modernização e globalização do Pós-Guerra, bem como, a consciência do agravamento das disparidades sociais e da exclusão social, motivaram o crescente interesse público nesta temática (Delhey, Böhnke, Habich & Zapf, 2002). Este período caracterizou-se pela busca da uniformização das economias e das sociedades ao estilo norte-americano, visando atingir o melhor nível de desenvolvimento socioeconómico (Guimarães & Dacanal, 2006). De forma a permitir a comparação entre o desenvolvimento socioeconómico das nações inicia-se o debate em torno da qualidade de vida que incentiva a investigação académica nesta área. A importância desta temática a nível internacional é expressa pela Comissão Independente População e Qualidade Vida (CIPQV) da ONU, ao assumir, em 1998, que no século XXI a principal tarefa da humanidade seria envidar-se no sentido de promover a qualidade de vida (CIPQV, 1998).

Em Portugal, esta temática teve, inicialmente, pouca expressão, em parte devido ao regime ditatorial instalado no poder político. Após a Revolução de 25 de Abril de 1974, foi redigida uma nova Constituição da República Portuguesa (CRP) (Decreto de 10/04 de 1976) assente nas premissas de um Estado democrático, e que estabeleceu como uma das principais incumbências do Estado, no âmbito económico e social,

“promover o aumento do bem-estar social e económico do povo, em especial das classes mais desfavorecidas” (alínea a) do artigo 81.º da CRP) aludindo à temática da qualidade de vida. Em 1981, com o VII Governo Constitucional é criado o Ministério da Qualidade de Vida¹ que se manteve em funções até final do IX Governo Constitucional, a 6 de Novembro de 1985 (Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, 2005). A lei orgânica do Ministério da Qualidade de Vida, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 49/83, de 31 de Janeiro, define como seu objectivo “defender e promover a qualidade de vida das populações, de modo a garantir, no quadro geográfico nacional, um desenvolvimento económico, social e cultural harmonioso”. As suas atribuições iam no sentido de promover acções de desenvolvimento do país, focando-se nas áreas do ordenamento do território, do ambiente, do desporto e recreio, da conservação da natureza e da defesa do consumidor. Como resultado da existência de tal tutela, a primeira revisão da CRP, aprovada pela Lei n.º 1/82, de 30 de Setembro, viria a introduzir o conceito de qualidade de vida alterando a redacção da referida alínea para “promover o aumento do bem-estar social e económico e da qualidade de vida do povo, em especial das classes mais desfavorecidas”. Actualmente, fruto da quinta revisão constitucional, aprovada pela Lei n.º 1/97, de 20 de Setembro, pode ler-se “promover o aumento do bem-estar social e económico e da qualidade de vida das pessoas, em especial das mais desfavorecidas, no quadro de uma estratégia de desenvolvimento sustentável”.

Consciente das consequências negativas da concentração de população nas cidades e dos seus efeitos na qualidade de vida dos residentes, e fruto do sucesso da intervenção urbanística e ambiental da Expo 98, o Governo apresentou, em 2000, o programa Polis - Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades que visa “melhorar a qualidade de vida nas cidades, através de intervenções nas vertentes urbanística e ambiental, melhorando a atractividade e competitividade de pólos urbanos que têm um papel relevante na estruturação do sistema urbano nacional” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2000, de 15 de Maio). Este programa abrangeu cerca de 40 cidades de diferentes pontos do país, nas quais foram efectuadas várias operações integradas de requalificação, que introduziram alterações significativas no modo de vivência e na qualidade de vida da população local. Tais alterações decorreram, sobretudo, da requalificação de áreas ribeirinhas, da criação de espaços pedonais e de ciclovias, da qualificação urbana e ambiental de espaços degradados, da valorização do património, do reordenamento do tráfego, entre outras acções. No âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional para 2007-2013, e seguindo uma linha idêntica a esta, foi apresentada a Política de Cidades POLIS XXI², que assume como uma das suas aspirações tornar as cidades em territórios com qualidade de ambiente e de vida.

A qualidade de vida também viria a ter um papel de destaque na política europeia. O Tratado de Maastricht, que celebra a unificação política dos diversos países europeus que compunham a Comunidade Europeia, a partir daí designada de União Europeia (UE), concedeu elevada prioridade às questões da

¹ No VIII Governo Constitucional passaria a designar-se Ministério de Estado e da Qualidade de Vida.

² <http://www.dgotdu.pt/pc/documentos/POLISXXI-apresentacao.pdf>

qualidade de vida. Este tratado, assinado a 7 de Fevereiro de 1992, tinha vários objectivos relacionados com o bem-estar individual, a qualidade das relações sociais, a luta contra a pobreza e a exclusão social e apontava, ainda, para a convergência das condições de vida na Europa (Delhey et al., 2002). Em 1998, a Comissão Europeia lança um projecto-piloto nesta área, o projecto Urban Audit – *Assessing the Quality of Life of Europe's Cities*³, que visava efectuar um retrato individual de cada cidade em matéria de qualidade de vida e disponibilizar informação estatística que permitisse a análise comparativa entre as cidades europeias nessa matéria (Santos & Martins, 2002). O sucesso desta iniciativa conduziu à sua implementação, em 2003, abrangendo, actualmente, 357 cidades de 30 países europeus (27 estados membros, Noruega, Suíça e Turquia). Portugal está representado pelas cidades de Aveiro, Braga, Coimbra, Faro, Funchal, Lisboa, Ponta Delgada, Porto e Setúbal.

Ainda ao nível da UE, foram criados instrumentos estratégicos que elegem a qualidade de vida como o seu ponto central, como são os casos da *'Renewed EU Sustainable Development Strategy'*, adoptada pelo Conselho Europeu em Junho de 2006, e a *'dimensão urbana das Políticas Comunitárias para o período 2007-2013'* (Belbute et al., 2009).

1.3. DEFINIÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA

A abordagem à temática 'qualidade de vida' coloca um problema inicial que se prende com a dificuldade em encontrar uma definição que seja consensual e se aplique em qualquer análise que se efectue ao tema. Tal dificuldade advém do facto da qualidade de vida ser estudada por diferentes áreas do conhecimento, como a medicina, a economia, a geografia, a psicologia, entre outras, que definem qualidade de vida de forma ajustada às suas necessidades de pesquisa. Como referem Baker & Intagliata (1982, citados por Felce & Perry, 1995, p. 52) *"existem tantas definições como o número de pessoas que estuda o fenómeno"* (tradução nossa), o que traduz a existência de várias definições para um mesmo conceito. Também Liu (1976), citado pelos mesmos autores, enfatiza o facto de as definições diferirem consoante aquilo que cada indivíduo acha importante, existindo então tantas definições como o número de pessoas. Assim, qualidade de vida assume-se como *"um conceito multidimensional, complexo e dinâmico"* (Belbute et al., 2009, p. 4) variando de acordo com a percepção que cada indivíduo tem sobre o assunto, com a sua cultura e consoante a perspectiva de análise que se adopte.

Sendo, inicialmente, determinada como a concretização do bem-estar material e de riqueza, a qualidade de vida era, em muitos casos, sinónimo de desenvolvimento socioeconómico (De Rooy, 1978). Esta visão economicista foi-se alterando, sendo agora entendida como a agregação de todos os elementos da vida (Akranavičiūtė & Ruževičius, 2007). A discussão em torno do conceito de qualidade de vida traduziu-se no surgimento de várias definições, que se centram em torno das seguintes dicotomias: subjectivo/objectivo,

³ <http://www.urbanaudit.org/index.aspx>

individual/colectivo e material/imaterial. Os aspectos subjectivos englobam a percepção que o indivíduo tem sobre a qualidade de vida, enquanto os aspectos objectivos implicam a medição da qualidade de vida através de indicadores de natureza quantitativa. A dicotomia individual/colectivo faz a distinção entre a condição económica, pessoal e familiar do indivíduo e as componentes relacionadas com os serviços básicos e públicos. Os aspectos materiais dizem respeito às necessidades básicas do indivíduo, como alojamento e infra-estruturas, ao passo que os aspectos imateriais se centram em questões relacionadas com bem-estar, ambiente e património cultural (Santos & Martins, 2002).

As primeiras definições que surgiram relacionavam qualidade de vida com felicidade, bem-estar e satisfação com a vida (Tabela 1.1.), abordando o tema numa perspectiva subjectiva, uma vez que cada indivíduo tem uma percepção diferente de satisfação e de felicidade.

Tabela 1.1. | Definições de qualidade de vida relacionadas com felicidade e satisfação

Definições de qualidade de vida	Autores
<i>"person's sense of well-being, his satisfaction or dissatisfaction with life, or his happiness or unhappiness"</i>	Dalkey & Rourke, 1972 citados por Wish, 1996, p. 94
<i>"degree of satisfaction or dissatisfaction felt by people with aspects of their lives"</i>	Abrams, 1973 citado por Rogerson, 1999, p. 979
<i>"extent to which pleasure and satisfaction characterized their lives as a whole"</i>	Andrews, 1974 citado por Rogerson, 1999, p. 979
<i>"individual's overall perceived satisfaction of his needs over a period of time"</i>	Michell, Logothetti & Kantor, s.d. citados por McCall, 1975, p. 236
<i>"person's sense of well-being, his satisfaction or dissatisfaction with life, or his happiness or unhappiness"</i>	Dalkey & Rourke, s.d. citados por McCall, 1975, p. 236
<i>"satisfaction of the general happiness requirements in a given region"</i>	McCall, 1975, p. 238
<i>"Needs for which satisfaction is defined by human relations or by how the individual relates to other people and society [and] subjective evaluations and perceptions of how satisfied an individual feels himself as regards his human and social relations"</i>	Allardt, 1976, p. 228
<i>"general feeling of happiness"</i>	Milbrath, 1978, p. 36
<i>"satisfaction of an individual's values, goals and needs through the actualisation of their abilities or lifestyle"</i>	Emerson, 1985, p. 282 citado por Felce & Perry, 1995, p. 58
<i>"individual's overall satisfaction with life"</i>	Schumaker, Anderson & Czajkowski, 1990, p. 96 citados por Seik, 2000, p. 33
<i>"synonymous with personal satisfaction"</i>	Edgerton, 1990 citado por Felce & Perry, 1995, p. 57
<i>"subjective, multidimensional construct referring to the degree of satisfaction of the individual, weighted according to the importance which the subject gives to each one of the areas or aspects of his or her life (family, work, couple relationship, children, recreational activities, friends, physical and economic well-being, among others) determining his or her happiness or well-being."</i>	Lever, 2000, p.189

(Fontes: McCall, 1975; Allardt, 1976; Milbrath, 1978; Felce & Perry, 1995; Wish, 1996; Rogerson, 1999; Lever, 2000; Seik, 2000)

A importância da subjectividade na definição e medição da qualidade de vida é defendida por Milbrath (1978) como forma de não se produzirem erros ou falhas na sua avaliação, sendo necessário para tal, ter também em atenção o estilo de vida de cada indivíduo e as suas referências culturais, pois estes são factores que condicionam a percepção individual da qualidade de vida. McCall (1975) introduz uma visão mais abrangente ao assumir a qualidade de vida como o grau de obtenção das condições necessárias para a felicidade numa determinada sociedade ou região, incluindo bens públicos, satisfação com projectos públicos e relações da sociedade com o passado e com o futuro (Helburn, 1982). Para Helburn (1982), a qualidade de vida tem dois significados: um pessoal, interno e subjectivo e outro ambiental, externo e

objectivo, podendo ser entendidos como referentes ao indivíduo ou referentes a um conjunto de indivíduos que vivem num determinado espaço geográfico assumindo, neste caso, uma clara ligação com a política pública.

Landesman (1986, citado por Felce & Perry, 1995) define qualidade de vida em termos de condições de vida, separando qualidade de vida e satisfação com a vida, em que a primeira é a soma de um conjunto de condições de vida mensuráveis experienciadas por um indivíduo. Este autor assume que a satisfação pessoal não é pertinente para avaliar a qualidade de vida. Já Edgerton (1990, citado por Felce & Perry, 1995) entende o oposto, referindo que a qualidade de vida é definida em termos de satisfação com a vida, sendo este o critério mais importante para o bem-estar individual. Este autor aponta também que esse bem-estar se deve a factores internos do indivíduo, não incluindo a influência de factores externos.

À medida que o conceito de qualidade de vida foi sendo explorado novas perspectivas foram surgindo, concluindo-se pela necessidade de incorporar aspectos objectivos e aspectos subjectivos na definição de qualidade de vida para obtenção de uma análise mais abrangente (Felce & Perry, 1995; Cummins, 2000; Seik, 2000; Juniper, 2002 citado por Akranavičiūtė & Ruževičius, 2007) (Tabela 1.2.).

Tabela 1.2. | Definições de qualidade de vida que abrange a objectividade e a subjectividade

Definições de qualidade de vida	Autores
<i>“the output of a certain production function of two different but often interdependent input categories—physical inputs which are objectively measurable and transferable, and the psychological inputs which are subjectively, ordinally differentiable but usually not interpersonally comparable”</i>	Liu, 1976, p. 12 citado por Wish, 1996, p. 94
<i>“good living conditions that go along with positive subjective well-being”</i>	Zapf, 1984, p. 23 citado por Delhey, Böhnke, Habich & Zapf, 2002, p. 170
<i>“equation that balances the fulfillment of needs with the meeting of demands, and that involves the subjective assessment of wellbeing together with objective components, such as social functioning”</i>	Bigelow et al., 1991 citados por Felce & Perry, 1995, p. 58
<i>“an overall general wellbeing that comprises objective descriptors and subjective evaluations of physical, material, social, and emotional wellbeing together with the extent of personal development and purposeful activity, all weighted by a personal set of values”</i>	Felce & Perry, 1995, p. 60
<i>“conjunto amplio de condiciones materiales e espirituales, que determinan el bienestar efectivo de las personas, sus posibilidades y perspectivas individuales, y su lugar en la sociedad”</i>	Palomino Villavicencio, 1999, p. 172
<i>“Qualidade de vida é objectiva e subjectiva, encerrando cada um dos aspectos a agregação de sete domínios: bem-estar material, saúde, produtividade, intimidade, segurança, comunidade e bem-estar emocional. Domínios objectivos compreendem medidas culturalmente relevantes de bem-estar objectivo. Domínios subjectivos compreendem a satisfação nos domínios pesada pela importância.”</i>	Cummins, 1998 citado por Mendes, 1999, pp. 17-18
<i>“multidimensional concept which encompasses material and immaterial, objective and subjective, individual and collective aspects of welfare.”</i>	Delhey et al., 2002, p. 168

(Fontes: Felce & Perry, 1995; Wish, 1996; Mendes, 1999; Palomino Villavicencio, 1999; Delhey et al., 2002)

A tese apontada por Edgerton não reuniu consenso, uma vez que, segundo vários autores, a objectividade também deve estar presente na avaliação da qualidade de vida, sendo que a qualidade de vida deve ser definida como a combinação das condições de vida e da satisfação com a vida (Felce & Perry, 1995). Boelhouwer (2002) salienta a importância da opção por instrumentos de natureza objectiva, devido à dificuldade de explicar a causa de alterações em indicadores subjectivos, dificultando possíveis acções

correctivas. Cummins (1992a, citado por Felce & Perry, 1995, p. 58) argumenta que a forma de combinar avaliações subjectivas nos diferentes domínios da vida para produzir uma avaliação global da mesma deve ter em conta a importância que cada domínio representa para o indivíduo, admitindo um novo factor no conceito de qualidade de vida, o valor pessoal, que se traduz na atribuição de uma escala de importância a cada domínio analisado.

De acordo com os diferentes modelos que analisaram, Felce & Perry (1995) sugerem um modelo de qualidade de vida que abarca quatro aspectos: indicadores subjectivos, indicadores objectivos, domínios de vida e valores individuais, definindo qualidade de vida como “um bem-estar geral global que inclui descritores de avaliação objectiva e subjectiva de bem-estar físico, material, social e emocional, juntamente com a extensão de desenvolvimento pessoal e actividade intencional, ponderados por um conjunto de valores pessoais” (p. 60, tradução nossa), estando os três elementos que a definem (condições de vida objectivas, sensação subjectiva de bem-estar e valores e aspirações pessoais) sobre a influência de factores externos. Tal influência é também consolidada por Suber (1996, citado por Akranavičiūtė & Ruževičius, 2007) ao afirmar que as boas condições de vida (alojamento, emprego, rendimento, bem-estar material, etc.) que determinam uma qualidade de vida elevada podem alterar-se e, se tal acontece, também varia a satisfação do indivíduo com a sua qualidade de vida.

Lever (2000) afirma que existem dois aspectos importantes que também devem ser considerados na elaboração de instrumentos de avaliação da qualidade de vida – as expectativas e a concretização dos objectivos individuais, uma vez que a satisfação com os diferentes aspectos da vida é relativa e influenciada pelo nível de aspiração de cada sujeito. Assim, além de avaliações objectivas, avaliações subjectivas e valor pessoal, a qualidade de vida deve também incluir expectativas e percepção dos objectivos atingidos, podendo ser avaliada como a diferença entre a vida que se tem e a vida que se desejava ter. Neste âmbito, inserem-se as definições de Glicken & Engi (1996) e de Gilgeous (1998 citado por Akranavičiūtė & Ruževičius, 2007).

Glicken & Engi (1996) desenvolveram um modelo heurístico⁴ de qualidade de vida que pretendia ser um importante instrumento no processo de decisão política ao facilitar a compreensão do impacto das políticas públicas na qualidade de vida. Esse modelo parte do pressuposto que a qualidade de vida é baseada na comparação entre expectativas e experiência, correspondendo à agregação das condições externas (ambiente natural e ambiente social) e a experiência individual dessas condições (saúde humana e satisfação pessoal). O ambiente natural engloba a disponibilidade de recursos naturais (riqueza) e a saúde do sistema natural. O ambiente social engloba as relações que se estabelecem na sociedade: relação do indivíduo com o grupo, relação do grupo com outros grupos e a relação dos grupos com o ambiente natural.

⁴ Método de aproximação da solução aos problemas, que não segue um percurso claro, mas que se baseia na intuição e nas circunstâncias com o objectivo de gerar conhecimento novo.

As condições externas agregam, ainda, as ‘arenas’, ou seja, os espaços em que cada indivíduo se move, e os recursos a que o indivíduo tem acesso para produzir ou adquirir algo de valor. A saúde humana ou ‘corpo’ inclui a experiência fisiológica e o estado psicológico, enquanto a satisfação pessoal ou ‘mente’ agrega as estruturas epistemológicas e o sistema de valores. Os *outputs* analíticos da experiência interna são as preferências e as capacidades do indivíduo. Este modelo define que a qualidade de vida é a “discrepância entre as expectativas e as percepções do ‘mundo real’” (Glicken & Engi, 1996, tradução nossa) e que as expectativas resultam de quatro elementos base: condições naturais, condições sociais, ‘corpo’ e ‘mente’, que se constituem como os elementos de qualidade de vida que sofrem o impacto dos instrumentos de política.

Para Gilgeous (1998 citado por Akranavičiūtė & Ruževičius, 2007) a qualidade de vida corresponde à “satisfação individual com as suas dimensões de vida em comparação com a sua vida ideal” (tradução nossa). Este autor reforça a ideia que a avaliação da qualidade de vida depende do sistema de valores do indivíduo e, ainda, do ambiente cultural que o rodeia, indo ao encontro da definição da Organização Mundial de Saúde (1996) segundo a qual a qualidade de vida é “a percepção do indivíduo da sua posição na vida, no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objectivos, expectativas, padrões e preocupações” (tradução de Guimarães & Dacanal, 2006, p.30). Aqui assume-se o carácter subjectivo do conceito ao avaliar a qualidade de vida de acordo com a percepção do indivíduo, influenciada pelas experiências vividas e pelo ambiente cultural que o envolve. Das várias definições estabelecidas esta é a definição que reúne maior consenso (Akranavičiūtė & Ruževičius, 2007).

A característica multidimensional da qualidade de vida está patente nas diversas dimensões que compõem este conceito e que geram controvérsia, na medida em que tais dimensões ou domínios também variam consoante a ciência que se debruça sobre o seu estudo. Por exemplo, enquanto a medicina ou a psicologia centram a sua análise em componentes de bem-estar físico, social e emocional, a economia direcciona a sua atenção para domínios de índole material. Tal situação está associada à própria definição que se adopte para a qualidade de vida. A escolha dos domínios é, também, fortemente influenciada pelo ambiente cultural da área em estudo, pois diferentes culturas têm diferentes formas de apreender a qualidade de vida (Helburn, 1982; Lever, 2000). Para Akranavičiūtė & Ruževičius (2007) os domínios de qualidade de vida são interdependentes, estruturando-se de forma hierárquica na consciência das pessoas de acordo com os seus objectivos individuais, estando no topo a qualidade de vida global. Estes autores referem que a qualidade de vida é analisada aplicando-se a teoria de *spillover*, segundo a qual a maior satisfação num domínio implica o aumento do nível de satisfação no domínio acima. O mesmo não acontece com o nível de insatisfação, pois a tendência é compensar a insatisfação num domínio com maior atenção noutro (Furmonavičius, 2001 citado por Akranavičiūtė & Ruževičius, 2007).

1.4. MÉTODOS PARA QUANTIFICAR A QUALIDADE DE VIDA

Inicialmente, interpretada como algo intrínseco ao indivíduo, a qualidade de vida foi sendo transposta para a escala da comunidade ou do lugar, ao ser avaliada a qualidade de vida do conjunto de indivíduos que compõem a comunidade ou as características de um lugar que lhe conferem qualidade de vida. Neste âmbito, Belbute et al. (2009, p.7) definem qualidade de vida como “a manifestação individual e/ou colectiva das preferências e comportamentos revelados perante as características intrínsecas do local”. Para Manso & Simões (2007, p.10), “a qualidade de vida relaciona-se com a satisfação das necessidades de uma população a nível económico, social, psicológico, espiritual e ambiental, proporcionando tranquilidade, segurança e esperança de um futuro melhor”.

Quando o estudo da qualidade de vida é efectuado à escala do lugar, a qualidade de vida é vista como o principal objectivo da política pública (Helburn, 1982; Glicken & Engi, 1996) tendo um importante papel no processo de governação. Face a este argumento, e decorrente das consequências negativas da crescente concentração das populações nas áreas urbanas, surgiram diversos estudos focados na qualidade de vida, que convergem na tentativa de a quantificar, quer através do tratamento de informação qualitativa (Heal & Chadsey-Rusch, 1985 citados por Felce & Perry, 1995; Schaijck et al., 1990 citados por Felce, 1995; Lever, 2000; Seik, 2000) ou através de informação quantitativa (De Rooy, 1978; Giannias, 1998; Miringoff, 1999 citado por Belbute et al., 2009; Mendes, 1999; Boelhouwer, 2002; Hollar, 2003; Royuela & Artis, 2006; Manso & Simões, 2007; Manso & Simões, 2009). Existem outros métodos, tidos como os mais completos, que agregam os dois tipos de análise (Delhey et al., 2002; Câmara Municipal do Porto [CMP], 2003).

Quando o estudo da qualidade de vida é efectuado com recurso a informação qualitativa o mais usual é proceder-se à aplicação de inquéritos com vista à análise da satisfação/percepção dos residentes com a sua qualidade de vida.

Felce & Perry (1995) analisaram duas metodologias que empregam a aplicação de inquéritos. A *Lifestyle Satisfaction Scale* (Heal & Chadsey-Rusch, 1985 citados por Felce & Perry, 1995) contém 29 itens de resposta sim-não que associa a satisfação com seis domínios da vida: residência, condições de vida, vizinhança, amigos, utilização do tempo de lazer e serviços genéricos ou profissionais. Já a secção referente à satisfação do Questionário da Qualidade de Vida (Schalock et al., 1990 citados por Felce & Perry, 1995) contem 10 itens (visão global sobre a vida, quanto prazer têm os respondentes decorrente da vida, quão bem eles são comparados a outros, se a maioria dos eventos ou actividades são gratificantes ou não, a sua satisfação com as suas condições de vida, como eles são tratados pelos vizinhos, se a sua formação os preparou para o que eles fazem actualmente, a dimensão dos seus problemas, se eles se sentem solitários e se eles se sentem excluídos em situações sociais) classificados numa escala de três pontos, sendo os mais relevantes os que obtêm a classificação três.

Lever (2000) criou um instrumento para medir a qualidade de vida da Cidade do México, baseado nos domínios da vida que os seus habitantes consideraram mais importantes. Para tal, através de uma entrevista semi-estruturada, questionou 320 voluntários tendo como resultado um conjunto de 109 itens que estes consideraram como os mais importantes para a sua qualidade de vida. Estes itens estão enquadrados nos seguintes domínios: ‘trabalho’, ‘crianças’, ‘relação do casal’, ‘actividades recreativas’, ‘bem-estar económico’, ‘conhecimento pessoal’, ‘bem-estar físico’, ‘família’, ‘ambiente’, ‘socialização’, ‘amigos próximos’, ‘aspectos sociais’, ‘desenvolvimento pessoal’, ‘auto-imagem’, ‘dimensões moral e religiosa’, ‘trabalho doméstico’, ‘perdas (mortes)’, ‘expressão pessoal e criativa’ e ‘ambiente social’. Com os itens referidos construiu um instrumento em que, através de uma escala de Likert de um a três, os inquiridos se manifestavam para cada um dos itens seleccionados sobre a sua importância e sobre a sua satisfação com esses aspectos da qualidade de vida. Para avaliar a qualidade de vida foi construído um código em que, tendo em conta a pontuação atribuída à importância e à satisfação em cada item, era atribuído um valor para a qualidade de vida, que seria mais elevado quando à importância e à satisfação era atribuído o valor três.

Seik (2000) desenvolveu um estudo que visou medir a qualidade de vida em Singapura, através da visão dos seus habitantes. O método de recolha de dados utilizado foi o inquérito por questionário, que pretendia avaliar a satisfação do inquirido relativamente a cada um dos domínios da vida e à vida como um todo. O questionário foi aplicado em dois momentos distintos com intervalo de um ano, em todo o território de Singapura. Em 1997 abordou questões que permitiam avaliar os domínios: ‘vida familiar’, ‘educação’, ‘riqueza’, ‘saúde’, ‘vida social’, ‘vida profissional’, ‘auto-desenvolvimento’, ‘religião’, ‘lazer’, ‘habitação’, ‘serviços públicos’, ‘meio ambiente’, ‘meios de informação’ e ‘bens de consumo e serviços’. Em 1998, o domínio ‘serviços públicos’ foi substituído por ‘utilidade pública’, ‘transportes’ e ‘cuidados de saúde’ e foram, ainda, introduzidos os domínios ‘segurança pública’ e ‘política’. Os domínios abordados foram escolhidos tendo por base a análise de estudos efectuados, anteriormente, em Singapura com objectivos semelhantes aos desta pesquisa. A satisfação com a qualidade de vida foi medida tendo por base o valor médio de respostas a duas perguntas semelhantes sobre a satisfação do inquirido com “a vida como um todo”. O leque de possibilidades de respostas oferecidas variou em cinco pontos numa escala de *Likert* em que um corresponde a “muito insatisfeito” e cinco corresponde a “muito satisfeito”. Como resultado, e analisando os resultados obtidos por divisão territorial, foi possível estabelecer um *ranking* de qualidade de vida, de acordo com as percepções dos seus habitantes.

De acordo com Belbute et al. (2009), a qualidade de vida pode ser analisada de duas formas. A primeira está associada a factores económicos puros, analisando a qualidade de vida como um factor determinante no crescimento, declínio e de competitividade das cidades, sendo assim encarada de forma indirecta. A segunda visa quantificar e medir a qualidade de vida, sendo esta o objectivo central de análise. Esta segunda forma pode ser traduzida através de *rankings* (De Rooy, 1978; Boyer & Savageau, 1981 citados por

Rogerson, 1999; Giannias, 1998; Mendes, 1999; Royuela & Artis, 2006; Manso & Simões, 2007; Manso & Simões, 2009) e tem sido a mais utilizada. A sua concretização é possível graças ao uso de indicadores de qualidade de vida.

O actual interesse na classificação de lugares através de *rankings* pode ser atribuída à publicação nos Estados Unidos da América, em 1981, do *Places Rated Almanac: Your guide to finding the best places to live in North America*, de Boyer & Savageau, que representa a primeira tentativa séria de popularizar uma classificação estatística das áreas metropolitanas e fê-lo com base nos que foram denominados de factores de qualidade de vida - aqueles elementos que definem a habitabilidade de um lugar, expressos em indicadores objectivos. Para Rogerson (1999), este estudo não segue uma base académica, sendo direccionado para a audiência pública e a comunicação social. A utilização de *rankings* de qualidade de vida gera controvérsia, sobretudo, devido ao facto de exprimirem uma visão reducionista dos lugares, pois podem contribuir para simplificar o reflexo das múltiplas facetas de uma localidade, o que nem sempre é bem conseguido. Um outro aspecto prende-se com a disparidade que pode existir entre a percepção das pessoas sobre a qualidade de vida e o resultado dos indicadores objectivos (Rogerson, 1999).

1.4.1. INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA

Um indicador é uma prova de uma determinada condição. É uma marca observável de algo que é, certo ou erradamente, assumida para evidenciar o valor de outra característica, geralmente, não observável, da mesma ou de outra coisa (Bunge, 1975). É um valor quantitativo (medida estatística) de uma situação complexa ou de um processo, e tem a capacidade de fornecer informações de uma maneira simplificada, numérica e de fácil comunicação (Choi & Sirakaya, 2006). Os indicadores são um importante instrumento de planeamento ao permitir o conhecimento da realidade, identificando pontos críticos/pontos fortes e auxiliando no processo de tomada de decisão. Para tal, os indicadores devem ser fiáveis, sendo os indicadores quantitativos os mais aconselháveis devido à sua sensibilidade e estabilidade (Bunge, 1975).

As primeiras medidas estatísticas surgiram, no início do século XX, pela mão de William Ogburn, como forma de monitorizar mudanças e tendências sociais, mas a sua utilização generalizada viria a concretizar-se em meados da década de 60, quando a insatisfação com a quantidade e a qualidade de informação sobre questões sociais fomentou o desenvolvimento de novos indicadores sociais. Posteriormente, o uso de indicadores foi-se generalizando e difundindo para outras áreas do conhecimento (Choi & Sirakaya, 2006). A partir da década de 50 surgem vários sistemas de indicadores de desenvolvimento, que visavam comparar a qualidade de vida entre diferentes populações em termos de nível social, condição económica, acesso a infra-estruturas básicas, entre outros (Guimarães & Dacanal, 2006). Desses sistemas sobressai o Índice de Desenvolvimento Humano, desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em 1993. Este sistema integra indicadores de três áreas: saúde (esperança média de vida em anos), educação

(média da taxa de literacia e taxa de matriculados no ensino) e rendimento (log Produto Interno Bruto (PIB) – paridade de poder de compra) e resulta da média aritmética dos valores das três componentes. É um índice simples que permite avaliar diferenças entre países. Este índice define metas e depois calcula em que medida essas metas foram cumpridas (Boelhouwer, 2002).

Bunge (1975) indica que, à época, os indicadores de qualidade de vida tinham particular interesse metodológico por três motivos. O primeiro prende-se com o facto do estudo da qualidade de vida, até então, não ter sido realizado de forma científica por existir pouco trabalho teórico nessa área, pelo que existia a necessidade de construir modelos para que a discussão sobre a qualidade de vida fosse efectuada de forma mais científica. O segundo motivo relaciona-se com o facto dos indicadores de qualidade de vida serem normativos e não descritivos, fazendo a comparação entre o valor actual e o valor desejável. Por último, refere que os indicadores de qualidade de vida além de normativos são também subjectivos, ao exprimirem a satisfação do indivíduo com a sua qualidade de vida. Tal satisfação é necessária analisar quando se pretende uma avaliação adequada e verdadeira da qualidade de vida, mas se os indicadores que a medem forem objectivos melhor será o resultado obtido. Mais recentemente, alguns autores expressam a opinião de que a utilização de indicadores objectivos deve ser acompanhada pela análise de indicadores subjectivos, que permitam a avaliação do nível de satisfação dos residentes em relação à qualidade de vida, para desta forma se obter uma avaliação mais exacta da qualidade de vida (Juniper, 2002 citado por Akranavičiūtė & Ruževičius, 2007). Manso & Simões (2007, p.15) referem que os “indicadores objectivos, primeiramente, medem a quantidade enquanto os indicadores subjectivos tendem a medir a qualidade. Neste sentido, se as decisões sobre o desenvolvimento fossem tomadas apenas com indicadores objectivos, criar-se-ia um mundo de quantidade e não de qualidade”.

O *Euromodule* é um exemplo de uma metodologia que aplica a abordagem objectiva em conjunto com a abordagem subjectiva. Consiste num questionário, formado por um conjunto de questões básicas, que pretende ser implementado em diversas pesquisas sobre qualidade de vida, em diferentes países europeus. Este instrumento surgiu da proposta efectuada pela UE, em 1998, através da petição ‘*Targeting Socio-Economic Research Program*’, de elaboração de um instrumento europeu que visasse monitorizar a qualidade e vida e estabelecer comparações entre os diferentes países da UE. O *Euromodule* assume o objectivo de fortalecer esforços para monitorizar e analisar sistematicamente a situação actual e as alterações nas condições de vida e da qualidade de vida na Europa, numa perspectiva comparativa. Combina três tipos de conceitos de bem-estar: condições de vida objectiva, bem-estar subjectivo e qualidade percebida da sociedade (Delhey et al., 2002).

Ainda à escala da UE existe o já mencionado Urban Audit – *Assessing the Quality of Life of Europe’s Cities*, no qual o estudo da qualidade de vida é efectuada através da análise de cerca de 300 indicadores estatísticos que apresentam informações sobre questões como demografia, sociedade, economia, ambiente, transportes, sociedade da informação e cultura e lazer. Paralelamente, é efectuada a aplicação

de inquéritos sobre a percepção dos residentes com a qualidade de vida abordando as seguintes temáticas: oportunidades de emprego, custos de habitação, segurança, limpeza da cidade, transportes públicos, poluição do ar, integração dos imigrantes e satisfação global com a qualidade de vida da sua cidade. É um projecto desenvolvido em cooperação com o EUROSTAT⁵ e as entidades governamentais responsáveis pelas estatísticas nacionais de cada país participante. A sua aplicação ocorreu em 2003/2004, 2006/2007 e em 2009, sendo de esperar que os resultados deste último estudo sejam publicados no decorrer do ano 2011.

Um outro exemplo de aplicação de uma abordagem objectiva em conjunto com uma abordagem subjectiva é o Sistema de Monitorização da Qualidade de Vida Urbana (SMQVU) apresentado, em 2003, pela Câmara Municipal do Porto e que surgiu no seguimento da participação da cidade do Porto no projecto-piloto Urban Audit, em 1998. O SMQVU tem como objectivos monitorizar os factores que influenciam as condições de vida neste centro urbano e, fruto desse acompanhamento, disponibilizar informação útil aos processos de concepção e decisão de políticas urbanas. É composto por duas componentes: uma quantitativa e outra qualitativa. A componente quantitativa é constituída por um conjunto de indicadores de base estatística, relativos a grandes domínios de análise escolhidos através de uma revisão bibliográfica e do estudo de experiências realizadas noutras cidades. Após tal recolha, foi efectuada uma reflexão sobre quais os domínios que se deveriam privilegiar face à realidade do Porto, tendo resultado a escolha de quatro: condições ambientais, condições materiais colectivas, condições económicas e sociedade. Para o cálculo dos referidos indicadores foram estudadas 190 variáveis estatísticas. A componente qualitativa refere-se à avaliação do nível de satisfação dos cidadãos em relação à qualidade de vida da cidade, tendo sido efectuada com recurso à aplicação de inquéritos (questionário e entrevista) (CMP, 2003).

Na década de 70 do século XX, Liu (s.d., citado por De Rooy, 1978) constatava que devido ao carácter meramente descritivo dos indicadores de qualidade de vida, na altura de origem social, estes não teriam grande valor para a tomada de decisão da política pública, visto que apenas identificavam os problemas sociais sem apontar soluções. Para combater este facto, De Rooy (1978) propôs um modelo de qualidade de vida baseado na existência de *inputs*, correspondentes às determinantes da qualidade de vida – variáveis económicas, sociológicas e políticas, e de *outputs*, ou seja, a própria qualidade de vida, enquanto resultado da combinação de políticas públicas e de investimento, introduzindo diferentes ponderações às várias dimensões da vida. De Rooy (1978) desenhou um modelo canónico de qualidade de vida defendendo que a abordagem de correlação canónica⁶ para definir o indicador de qualidade de vida é atractiva, pois tem em consideração a inerente interdependência dos indicadores sociais e o impacto que as determinantes de qualidade de vida tem sobre eles. Este modelo é composto por cinco equações que relacionam medições de

⁵ http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/region_cities/city_urban

⁶ A análise de correlação canónica tem como objectivo principal explicar a relação entre dois conjuntos de variáveis encontrando um pequeno número de combinações lineares, para cada um dos conjuntos de variáveis, de modo a maximizar as correlações possíveis entre os grupos.

qualidade de vida com variáveis políticas e características económicas e sociais. Foi aplicado nos Estados Unidos da América e traduziu-se num *ranking* de qualidade de vida para os diferentes estados.

O uso de fórmulas matemáticas que permitem o cálculo de um valor representativo da qualidade de vida, através do uso de indicadores, como o exemplo de De Rooy (1978), foi-se generalizando, tendo-se desenvolvido várias metodologias recorrendo a diferentes métodos matemáticos, tais como, modelos canónicos, método dos preços hedónicos, análise estatística, entre outros.

Como se pode constatar pela observação do Anexo 1.1., o método mais usual para medir a qualidade de vida é a definição de uma fórmula que correspondesse à soma (e subtracção) dos vários domínios ou componentes da vida, aos quais estão associados valores de ponderação. O método de cálculo destes valores variou de estudo para estudo, aplicando métodos como método dos preços hedónicos (Giannias, 1998), modelos canónicos (Boelhouwer, 2002) e análise factorial dos componentes principais (Manso & Simões, 2007, 2009). Em duas situações, os autores optaram pela aplicação de inquéritos para definir e ponderar os domínios de vida (Mendes, 1999; Akranavičiūtė & Ruževičius, 2007) espelhando, assim, a real importância que a população que foi alvo da pesquisa atribui a cada domínio. No caso do estudo efectuado na província de Barcelona (Royuela & Artis, 2006) esta etapa foi efectuada através da consulta a peritos na matéria.

Centrando a atenção nos indicadores objectivos escolhidos para medir a qualidade de vida (Anexo 1.2.), constata-se que, nos estudos analisados, os indicadores podem ser agrupado em 21 áreas temáticas (Tabela 1.3.). As temáticas mais abordadas, e comuns a praticamente todos os estudos, são ‘Rendimento’, ‘Habitação’ e ‘Recreio/Cultura/Desporto’ seguidas de ‘Segurança’. Em terceiro lugar surgem ‘Ambiente’, ‘Emprego’, ‘Mobilidade’ e ‘Saúde’. Pode concluir-se que estas são as grandes áreas que se crêem ter maior peso na qualidade de vida. Se for analisado o estudo em que a escolha dos domínios e dos valores de ponderação foi efectuada com recursos a inquéritos aos residentes (Mendes, 1999), constata-se que estas áreas estão aí representadas, reforçando esta ideia. Estes são também os domínios utilizados em estudos que se centram na avaliação subjectiva da qualidade de vida, tal como verificado nas referências efectuadas a Felce & Perry (1995), Lever (2000) e Seik (2000).

Como se pode observar no Anexo 1.2., os indicadores utilizados para analisar cada uma das dimensões da qualidade de vida variam de estudo para estudo, dependendo dos objectivos definidos e da escala de análise, resultando num vasto conjunto de indicadores. Aqui serão destacados, apenas, os indicadores mais relevantes dentro das oito temáticas referidas anteriormente.

Tabela 1.3. | Áreas temáticas dos indicadores objectivos de qualidade de vida

Temáticas/Domínios de qualidade de vida	De Rooy, 1978	Giannias, 1998	Miringoff, 1999	Mendes, 1999	Boelhouwer, 2002	Câmara Municipal do Porto, 2003	European Communities, 2004	Royuela & Artis, 2006	Manso & Simões, 2007, 2009
Administração local							X	X	
Ambiente		X		X		X	X	X	X
Clima		X		X		X	X		
Comércio e serviços				X		X			
Economia local						X	X		X
Educação						X	X	X	X
Emprego			X	X		X	X	X	X
Espaços verdes	X					X			
Habitação	X	X		X	X	X	X	X	X
Infra-estruturas e equipamentos públicos				X		X		X	X
Migração	X							X	
Mobilidade e transportes			X	X	X	X	X	X	
Participação social					X	X	X		
Património				X		X			
População		X	X			X	X	X	
Recreio /Cultura/Desporto	X	X		X	X	X	X	X	X
Rendimento	X		X	X	X	X	X	X	X
Saúde	X		X		X	X	X		X
Segurança pública	X	X	X	X		X	X		X
Tecnologias de Informação e Comunicação							X		

(Fontes: De Rooy, 1978; Giannias, 1998; Miringoff, 1999; Mendes, 1999; Boelhouwer, 2002; CMP, 2003; EC, 2004; Royuela & Artis, 2006; Manso & Simões, 2007; Manso & Simões, 2009)

Rendimento – os indicadores incluídos nesta temática visam avaliar o nível de rendimentos e a capacidade aquisitiva da população. São analisados indicadores, tais como, rendimento *per capita*, poder de compra *per capita* e remuneração média mensal.

Habitação – pretende analisar as características da habitação (número de divisões, idade da habitação, área, infra-estruturas básicas), custos de aquisição, custos de arrendamento e tipo de propriedade.

Recreio/Cultura/Desporto – os indicadores agrupados nesta temática têm como objectivo medir as condições de acesso à cultura, ao desporto e a actividades de recreio e ao lazer, descrevendo o número de equipamentos existentes (teatros, museus, cinemas, recintos desportivos, galerias de arte) e a sua capacidade e afluência de público. Um dos estudos (Boelhouwer, 2002) analisa as férias dos residentes, nomeadamente, através das viagens realizadas.

Segurança – neste tópico inserem-se indicadores que pretendem avaliar a segurança em áreas em estudos, através da análise de indicadores de criminalidade, tais como, taxas de crime (furtos, roubos, assaltos, violações, homicídios) e tráfico/consumo de álcool e de drogas.

Ambiente - os indicadores agrupados nesta temática avaliam situações relacionadas com o clima (temperatura média, níveis de precipitação) e a poluição (ar, água, ruído), bem como, a gestão de recursos hídricos, o tratamento de resíduos, o uso de energia e o uso do solo.

Emprego – aqui são analisados indicadores que visam caracterizar a situação da população face ao emprego, como a taxa de desemprego, a qualificação profissional, a taxa de actividade, entre outros.

Mobilidade e transportes – esta temática pretende caracterizar a mobilidade existente no espaço em estudo, referindo-se, entre outros aspectos, às viagens de deslocação casa-trabalho, aos tempos médios de percurso, ao tipo de transportes públicos existentes e à sua utilização pelos residentes, à velocidade média em transporte individual, à velocidade média em transportes públicos, aos lugares em parques de estacionamento e ao número de veículos por 1000 habitantes.

Saúde – aqui são avaliados indicadores como taxa de incidência de doenças de declaração obrigatória, número de novas doenças graves, número de outras doenças, esperança de vida, taxa de mortalidade infantil, taxa de mortalidade precoce, taxa de mortalidade em idades <65 de doenças cardíacas e doenças respiratórias, suicídios, número de médicos, número de consultas nos centros de saúde por 1000 habitantes, entre outros, que permitem traçar um retrato do estado da saúde dos residentes locais.

1.5. CONCLUSÃO

Neste capítulo, procurou-se demonstrar como evoluiu o conceito de qualidade de vida. Considerado, inicialmente, como um sinónimo de felicidade ou satisfação com a vida, este conceito foi alvo de várias

interpretações influenciadas pela cultura, pela forma de pensar e pela perspectiva adoptada por quem o analisa.

As primeiras interpretações apontavam para uma análise subjectiva, uma vez que se baseavam na percepção que cada indivíduo tem da sua qualidade de vida. Com a difusão de estudos nesta área somou-se à visão subjectiva uma visão objectiva, ou seja, a qualidade de vida passa a ser a soma das condições reais de que um indivíduo pode beneficiar (rendimento, condições da habitação, acesso a equipamentos públicos, segurança) e da percepção que tem da felicidade ou da satisfação com a sua vida. Ao efectuar-se esta análise sobre um conjunto de indivíduos que residem no mesmo espaço geográfico é possível avaliar a qualidade de vida desse lugar.

A definição do conceito de qualidade de vida é importante quando se pretende quantificar o seu valor. Foram estudadas várias formas de o conseguir, umas de carácter subjectivo (aplicação de inquéritos) outras de carácter objectivo, que se focam na análise de indicadores estatísticos, que podem ser agregados em fórmulas matemáticas. Foi centrada especial atenção nos estudos em que foram empregues indicadores objectivos de qualidade de vida, com o objectivo de perceber quais os tipos de indicadores mais utilizados e a que domínios da vida dizem respeito. Estabelecendo uma ligação com os estudos de carácter subjectivo, conclui-se que os domínios considerados mais relevantes para a qualidade de vida são a situação financeira, as condições da habitação e as oportunidades para desenvolver actividades de recreio, como actividades culturais e desportivas. Destacam-se, também, as questões relacionadas com a segurança, o estado de meio ambiente, o emprego, a mobilidade e a saúde.

A medição da qualidade de vida foi, em alguns estudos, traduzida num ranking, que permite estabelecer comparações entre lugares e, de algum modo, conferir vantagens competitivas aos que ocupam as primeiras posições. Os resultados desses rankings podem ser utilizados como marketing territorial, cativando novos investimentos e novos habitantes.

CAPÍTULO 2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

2.1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo pretende-se explorar o conceito de desenvolvimento sustentável, de modo a compreender o seu âmbito, os objectivos, as dimensões e os instrumentos de avaliação de desempenho.

Inicialmente, é efectuada uma abordagem ao contexto que permitiu o aparecimento deste novo conceito de desenvolvimento, bem como, à forma pela qual as diferentes organizações internacionais o adoptaram no seio das suas políticas.

São, igualmente, explorados os mecanismos de monitorização de desempenho do desenvolvimento sustentável, conferindo especial atenção a diferentes sistemas de indicadores de desenvolvimento sustentável adoptados por diversos organismos com influência na gestão política. Pretende-se, assim, posteriormente, estabelecer uma relação entre as dimensões e os indicadores utilizados para medir a sustentabilidade com os domínios e os indicadores utilizados para medir a qualidade de vida.

2.2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

No início dos anos 70 do século XX, impôs-se a necessidade de se discutirem as implicações decorrentes dos modelos de desenvolvimento em prática com o objectivo de alertar a humanidade para a urgência de prevenir os seus efeitos negativos, sobretudo, no que dizia respeito às suas consequências sobre o meio ambiente. O facto do conceito ‘desenvolvimento’ ser utilizado como sinónimo de crescimento económico, não se tendo em atenção questões tão fundamentais como a preservação do ambiente, a equidade, o emprego e a coesão social, desencadeou o aparecimento de um novo paradigma de desenvolvimento económico denominado ‘desenvolvimento sustentável’. Nessa época, assistiu-se também a uma alteração no conceito de segurança que deixou de estar confinado ao aspecto militar e passou a abranger outros domínios, como a segurança pessoal, a segurança económica, a segurança ambiental e a segurança social. Neste sentido, e com o amenizar do ambiente de guerra a nível mundial, os diferentes estados deixaram de investir na defesa e passaram a investir nestas áreas tidas como mais relevantes para a qualidade da vida humana (CIPQV, 1998). Este novo paradigma destacou-se por representar uma combinação entre a protecção ambiental e o crescimento económico atendendo, simultaneamente, às necessidades de qualidade de vida (McCool & Moisey, 2008).

A degradação do meio ambiente reforçou a focalização da humanidade em torno da questão do desenvolvimento sustentável, centrando-se no uso equilibrado dos diferentes recursos. Na década de 80 do mesmo século, a Estratégia Mundial de Conservação da União Internacional para a Conservação da

Natureza afirmou que o desenvolvimento em relação à natureza deve ser concebido como "a mudança na biosfera e a aplicação dos recursos humanos e financeiros, tanto bióticos e abióticos, à satisfação das necessidades humanas e à melhoria da qualidade de vida" (IUCN, 1980 citado por Salinas Chávez & La O Osorio, 2006, tradução nossa). Neste documento é referido, pela primeira vez, o conceito de desenvolvimento sustentável entendido como o "processo pelo qual ocorre o desenvolvimento sem prejudicar ou esgotar os recursos que tornam isso possível" (Salinas Chávez & La O Osorio, 2006, p. 204, tradução nossa).

Em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU publica o primeiro relatório sobre a sustentabilidade intitulado "O Nosso Futuro Comum", que viria a ser vulgarmente conhecido como Relatório de Brundtland. Neste documento foi discutida a necessidade de alterar a forma como o crescimento económico se desenrolava, atendendo à consciencialização da limitação dos recursos, tendo acrescentado "um tom decisivo e de urgência ao conceito de desenvolvimento sustentável" (CIPQV, 1998, p. 76). Este conceito é formalizado, sendo definido como "um modelo de desenvolvimento que permite às gerações presentes satisfazer as suas necessidades sem que com isso ponham em risco a possibilidade de as gerações futuras virem a satisfazer as suas próprias necessidades" (WCED, 1987 citado por Direcção Geral do Ambiente [DGA], 2000, p. 7). Esta definição introduz uma mudança de paradigma ao incluir nas tomadas de decisão os direitos daqueles que ainda não existem e não se podem defender, ou seja, da geração futura (Monjardino, 2009). Após a divulgação do Relatório de Brundtland, o desenvolvimento sustentável passou a ser conhecido e discutido internacionalmente (Choi & Sirakaya, 2006).

Uma das recomendações do Relatório de Brundtland consistiu na realização de uma conferência internacional para discutir as temáticas do meio ambiente e do desenvolvimento, à imagem do que já tinha sucedido, em 1972, na primeira Cimeira da Terra realizada em Estocolmo, sendo que esta foi mais focada na problemática ambiental à escala mundial. Realizada em 1992, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas Sobre o Ambiente e o Desenvolvimento (CNUAD), ou segunda Cimeira da Terra, foi a responsável pelo facto do termo 'desenvolvimento sustentável' passar a ser utilizado por diversos países como fazendo parte da sua estratégia política (DGA, 2000).

Como resultado da CNUAD foram definidos os três objectivos do desenvolvimento sustentável: a **protecção do ambiente**, o **desenvolvimento económico** e a **coesão social**, sendo que os custos e os benefícios dele retirados devam ser distribuídos equitativamente entre os diversos participantes do processo de desenvolvimento (Salinas Chávez & La O Osorio, 2006), reforçando a solidariedade inter-geracional necessária à real implementação deste modelo de desenvolvimento. Para o cumprimento destes objectivos é necessário ter em atenção os aspectos directamente relacionados com as três temáticas, nomeadamente, os aspectos ambientais; os aspectos económicos, nas suas diferentes escalas (micro, macro); os aspectos sociais e, ainda, os aspectos institucionais (DGA, 2000), importantes para a correcta gestão de todo o

processo. Os aspectos institucionais têm em consideração a participação activa dos diferentes agentes de desenvolvimento e as formas de governação das instituições e dos sistemas legislativos, de modo a garantir a flexibilidade, a transparência e a democracia do processo de desenvolvimento sustentável (Mota, Pinto, Sá, Marques & Ribeiro, s.d.).

O principal resultado da CNUAD foi a elaboração da Agenda 21, um relatório com 40 capítulos, que determina metas, prioridades de acção, programas de acompanhamento e estimativas de custos; relatório este que constitui a base das estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável a adoptar pelos 182 países signatários. A Agenda 21 destaca-se por não ser um documento elaborado com o objectivo de ser um instrumento legal vinculativo, mas sim por pretender ser uma força moral com efeitos práticos na sociedade, tendo sido o resultado de um processo de negociação entre os responsáveis pela sua implementação. São identificados três instrumentos que podem ser utilizados pelos governos para lhes permitir atingir os objectivos de desenvolvimento sustentável:

- i) A introdução de nova regulamentação para assegurar a protecção da saúde humana e ambiental;
- ii) O uso de mecanismos de livre mercado em que o preço dos produtos reflecta os custos ambientais da sua produção e
- iii) Programas de voluntariado da responsabilidade das empresas ligadas à indústria que assegurem uma gestão responsável e ética dos produtos e dos processos do ponto de vista da saúde, da segurança e dos aspectos ambientais (WTTC, WTO & EC, 1995).

A Agenda 21 estabelece como um dos factores fundamentais para a concretização do desenvolvimento sustentável a descentralização da tomada de decisão, que deverá estar ao nível mais adequado, aliada à maior participação da sociedade. Assim, promove a sustentabilidade através da maior descentralização e da maior democratização e enfatiza a necessidade de actuação a nível local, através do estabelecimento de Agendas 21 Locais (Patterson & Theobald, 1995).

No seguimento da CNUAD, e com o objectivo de fortalecer o compromisso político das nações em relação ao desenvolvimento sustentável, é realizada, em 2002, em Joanesburgo, a Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio +10). Partindo da consciência que as decisões políticas tomadas por um país podem afectar outros países, esta conferência reforçou a necessidade de manter o desenvolvimento sustentável como o elemento central das preocupações internacionais e de assegurar a protecção do ambiente. Foi, igualmente, impulsionada a acção mundial de combate à pobreza, com a definição dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, estabelecidos pela ONU.

A importância da sustentabilidade foi, também, tida em atenção no Tratado da UE, assinado a 7 de Fevereiro de 1992, que institui como um dos objectivos da UE a “promoção de um progresso económico e social equilibrado e sustentável (...)” (Jornal Oficial n.º 191 de 29.07.1992). Com a assinatura do Tratado de Amesterdão, a 2 de Outubro de 1997, é introduzido o conceito de desenvolvimento sustentável passando o mesmo objectivo a ter a seguinte redacção: “promoção do progresso económico e social e de um elevado

nível de emprego e a realização de um desenvolvimento equilibrado e sustentável (...).” (Jornal Oficial n.º C 340 de 10.11.1997). A própria missão da Comunidade Europeia consiste em “promover, em toda a Comunidade, o desenvolvimento harmonioso, equilibrado e sustentável das actividades económicas, um elevado nível de emprego e de protecção social, a igualdade entre homens e mulheres, um crescimento sustentável e não inflacionista, um alto grau de competitividade e de convergência dos comportamentos das economias, um elevado nível de protecção e de melhoria da qualidade do ambiente, o aumento do nível e da qualidade de vida, a coesão económica e social e a solidariedade entre os Estados-Membros” (Jornal Oficial n.º C 340 de 10.11.1997).

Em Junho de 1998, no Conselho Europeu de Cardiff, foi estabelecido que as propostas mais relevantes da Comissão Europeia deveriam ser acompanhadas de uma avaliação do respectivo impacto ambiental e que as políticas sectoriais do Conselho Europeu deveriam integrar preocupações ambientais e relacionadas com o desenvolvimento sustentável. A partir deste momento, a UE empenha-se na concretização de uma estratégia de desenvolvimento sustentável que viria a ser alcançada, em 2001, no Conselho Europeu de Gotemburgo, quando foi adoptada a estratégia intitulada “Uma Europa sustentável para um mundo melhor: Estratégia Europeia para o Desenvolvimento Sustentável”. Esta estratégia viria a introduzir as preocupações ambientais nos processos de elaboração de políticas e nas tomadas de decisão. Em 2004, a UE elege o desenvolvimento sustentável como o primeiro grande objectivo das suas políticas estruturais para o período 2007-13 (Mota et al., s.d.).

A Estratégia Europeia para o Desenvolvimento Sustentável foi alvo de revisão, em 2006, sendo incorporados compromissos assumidos posteriormente a 2001, nomeadamente, os decorrentes da Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de Joanesburgo. O principal objectivo desta nova estratégia reside na melhoria contínua da qualidade de vida e do bem-estar das gerações actuais e futuras, focando-se explicitamente sobre as questões de longo prazo, que se reflectem nas prioridades políticas da UE. Traduz a visão de desenvolvimento sustentável numa estratégia operacional, que contém, além de princípios orientadores das políticas, alguns dos principais desafios detalhados com objectivos, metas e acções prioritárias. São exemplos desses desafios as alterações climáticas, as energias limpas, o transporte sustentável, o consumo e a produção sustentáveis, a conservação e gestão dos recursos naturais, a saúde pública, a pobreza global, a inclusão social, a demografia e a migração (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico [OECD], 2008).

No seguimento das movimentações em torno das questões do desenvolvimento sustentável, Portugal propôs, em 2002, a elaboração da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), que foi aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de Agosto, juntamente com o respectivo Plano de Implementação. A ENDS assume como desígnio “Retomar uma trajectória de crescimento sustentado que torne Portugal, no horizonte de 2015, num dos países mais competitivos e atractivos da UE, num quadro de elevado nível de desenvolvimento económico, social e ambiental e de

responsabilidade social”. Indo ao encontro dos propósitos do desenvolvimento sustentável, a ENDS define sete objectivos:

- i) Preparar Portugal para a «Sociedade do Conhecimento».
- ii) Crescimento sustentado, competitividade à escala global e eficiência energética.
- iii) Melhor ambiente e valorização do património.
- iv) Mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social.
- v) Melhor conectividade internacional do país e valorização equilibrada do território.
- vi) Um papel activo de Portugal na construção europeia e na cooperação internacional.
- vii) Uma administração pública mais eficiente e modernizada.

A ENDS pretende, até 2015, a concretização destes objectivos para assim assegurar o desenvolvimento de Portugal assente nos moldes de um modelo da sustentabilidade.

2.3. INSTRUMENTOS PARA MEDIR A SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO

As preocupações em torno das questões da sustentabilidade suscitaram a necessidade de criar instrumentos de avaliação que permitam aferir se o processo de desenvolvimento caminha na direcção correcta.

Van Bellen (2004) realizou um estudo com o objectivo de apurar quais os instrumentos mais aptos para medir o desenvolvimento sustentável. Através da revisão de literatura elencou um conjunto de ferramentas, entre as quais diversos sistemas de indicadores de sustentabilidade, que foi enviado a um grupo de especialistas em desenvolvimento com o objectivo destes seleccionar os sistemas mais relevantes para medir o processo de desenvolvimento sustentável. Como resultado foram seleccionados a Pegada Ecológica, o Barómetro da Sustentabilidade e o *'Dashboard of Sustainability'*.

A Pegada Ecológica (*Ecological Footprint Method*) tem a sua origem no conceito de capacidade de carga, que corresponde ao número máximo de pessoas que pode ser suportado indefinidamente num determinado local sem causar degradação ambiental. Assim, a Pegada Ecológica visa estimar a área necessária para manter uma determinada população ou sistema económico, através da comparação entre a utilização dos recursos naturais e da energia com a capacidade que a Natureza tem para efectuar a absorção dos resíduos gerados. O seu cálculo tem por base a ideia que para cada tipo de recurso ou energia consumida corresponde uma determinada área de solo que é necessária para fornecer os recursos e eliminar os resíduos. A Pegada Ecológica traduz a área média (em hectares) que um cidadão ou sociedade necessitam para suportar as suas exigências de consumo (Van Bellen, 2004).

O Barómetro da Sustentabilidade desenvolvido por Prescott-Allen (1997 citado por Ko, 2005) é uma ferramenta que visa representar o nível global de desenvolvimento sustentável combinando indicadores sociais (que incluem também indicadores relativos a aspectos económicos) e ambientais num índice que

permite a avaliação do bem-estar humano e do meio ambiente, sem sobrepor um ao outro. Traduz-se num gráfico bidimensional (Figura 2.1.) onde os estados do bem-estar humano e do ecossistema são colocados numa escala relativa, de 0 a 100, indicando o grau de sustentabilidade medido desde insustentável a sustentável (Van Bellen, 2004).

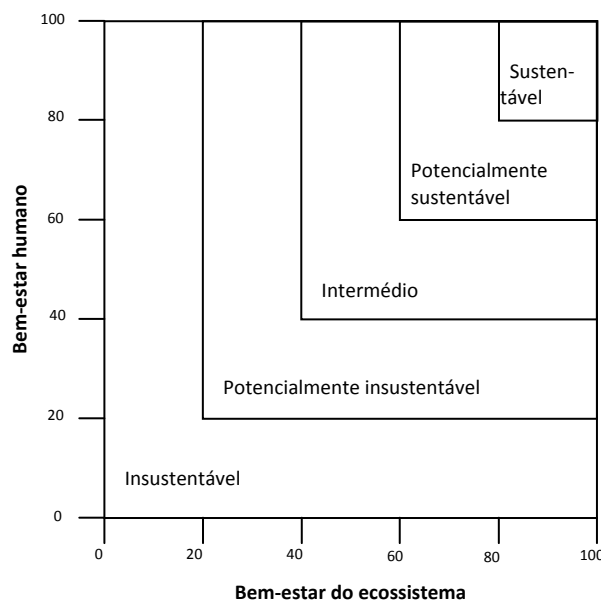


Figura 2.1. | Barómetro da sustentabilidade
(Fontes: Adaptado de Van Bellen, 2004; Ko, 2005)

Este instrumento pressupõe a existência de igual número de indicadores para os dois sistemas analisados, o humano e o ambiental, e que esses sejam medidos pela mesma escala de referência. A transposição para o Barómetro da Sustentabilidade da informação relativa aos indicadores é efectuada através das médias dos conjuntos dos indicadores de cada sistema. O ponto onde essas médias se cruzam no gráfico representa o grau de sustentabilidade. Assim, este instrumento permite avaliar o grau de sustentabilidade do sistema humano e do ecossistema, conferindo igual importância a ambos, bem como a sustentabilidade do sistema como um todo (Ko, 2005).

O *'Dashboard of Sustainability'* foi apresentado, em Abril de 2001, na 9.ª Sessão da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável, pelo Grupo Consultivo sobre Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, coordenado pelo Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável. Consiste numa aplicação de um software gratuito⁷ que ilustra as complexas relações entre os aspectos ambientais, económicos, sociais e institucionais. Utilizando a metáfora do painel de mostradores de um automóvel, esta ferramenta resume-se a quatro índices agregados de vários indicadores de desempenho ambiental, económico, social e institucional que mostra, visualmente, os avanços dos países em direcção à sustentabilidade. Para além dos

⁷ Disponível em <http://esl.irc.it/envind/dashbrds.htm>

índices referentes a cada uma das dimensões da sustentabilidade é, também, calculado o índice de sustentabilidade global, que resulta da média dos resultados dos quatro mostradores. Cada mostrador representa o resultado de cada índice, medido através de uma escala de cores que varia do verde (sustentável) até o vermelho (insustentável). Actualmente, o *'Dashboard of Sustainability'* incorpora, igualmente, indicadores que permitem avaliar o desempenho dos países/regiões relativamente aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (Van Bellen, 2004; International Institute for Sustainable Development [IISD], 2007).

Como se pode constatar, o Barómetro da Sustentabilidade e o *'Dashboard of Sustainability'* baseiam-se na utilização de indicadores de sustentabilidade como forma de quantificar o desempenho rumo ao desenvolvimento sustentável. Enquanto o Barómetro da Sustentabilidade não define quais os indicadores a utilizar, uma vez que, segundo o seu autor, essa escolha deverá ser efectuada tendo em conta as características do sistema em análise (Van Bellen, 2004), o *'Dashboard of Sustainability'* apresenta um conjunto exacto de indicadores que serão referidos no ponto seguinte.

2.3.1. INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

A necessidade de se definirem indicadores para monitorizar o desenvolvimento sustentável foi afirmada por diversas ocasiões e em diferentes documentos oficiais, como o Relatório de Brundtland, a Agenda 21 e a Estratégia Europeia para o Desenvolvimento Sustentável. A sua importância reside, fundamentalmente, em três aspectos:

- na necessidade de ilustrar aos decisores políticos e ao público em geral as relações entre os valores ambientais, económicos e sociais;
- na avaliação das implicações a longo prazo das decisões e dos comportamentos actuais e
- na monitorização do progresso em direcção às metas de desenvolvimento sustentável, através da criação de condições de base e do conhecimento de tendências (Stevens, 2005).

Para que o desenvolvimento sustentável seja alcançado é necessária a disponibilização de informação que sirva, também, de suporte à tomada de decisão política. A Agenda 21 foi um dos maiores impulsionadores da elaboração de indicadores de desenvolvimento sustentável, tendo promovido o uso generalizado de indicadores por todos os países (World Tourism Organization [WTO], 2004), o que permitiria, entre outros aspectos, a elaboração de estudos comparativos entre eles.

Em 1995, a Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU aprovou o seu Programa de Trabalho sobre Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, que foi o responsável pela definição de indicadores de desenvolvimento sustentável que serviram de base para o desenvolvimento dos indicadores nacionais de diversos países. Os indicadores definidos foram sendo ajustados às novas solicitações neste âmbito, sobretudo, as decorrentes da Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de Joanesburgo. O

actual sistema de indicadores é composto por dois tipos de indicadores (Anexo 2.1.). Os (i) **indicadores principais** que abordam questões que são relevantes para o desenvolvimento sustentável da maioria dos países. São indicadores que podem ser calculados pela maioria dos países com informação já disponível ou cuja obtenção não implique custos elevados. Os (ii) **indicadores complementares** que permitem uma avaliação mais abrangente e diferenciável do desenvolvimento sustentável, mas não são de fácil obtenção na maioria dos países. Actualmente, fazem parte do conjunto dos indicadores de desenvolvimento sustentável da Comissão de Desenvolvimento Sustentável 96 indicadores (50 principais e 46 complementares) relativos às seguintes áreas: pobreza; governança; saúde; educação; demografia; riscos naturais; atmosfera; terra; oceanos, mares e zonas costeiras; água doce; biodiversidade; desenvolvimento económico; parcerias económicas globais e consumo e padrões de produção (United Nations, 2007).

Em 1996, o Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável reuniu diversos especialistas, em Bellagio (Itália), com o objectivo de estabelecer directrizes destinadas a orientar a execução das estratégias de desenvolvimento sustentável. Foi definido um conjunto de 10 princípios, denominados Princípios de Bellagio, que servem como orientações práticas para o processo de avaliação desde a identificação dos indicadores, a compilação e a medição da informação recolhida, bem como, a interpretação e a comunicação de resultados (Ko, 2005). Tais princípios decretam que a avaliação do desenvolvimento sustentável deve satisfazer os seguintes critérios:

- 1. Visão e objectivos orientadores:** guiar-se por uma visão clara do desenvolvimento sustentável e dos objectivos que definem essa visão.
- 2. Perspectiva holística:** incluir a revisão de todo o sistema, bem como das suas partes; considerar o bem-estar dos subsistemas ambiental, económico e social, o seu estado e a interacção entre os *stakeholders* e considerar as consequências positivas e negativas da actividade humana para que reflectam os custos e os benefícios para os sistemas humano e ambiental, em termos monetários e não monetários.
- 3. Elementos essenciais:** considerar a equidade e a disparidade entre a população actual e entre as gerações presentes e futuras, tendo em conta questões como o uso de recursos, o excesso de consumo, a pobreza, os direitos humanos e o acesso a serviços; ter em atenção, se necessário, as condições ambientais das quais depende a vida e considerar o desenvolvimento económico e as actividades não comerciais que contribuem para o bem-estar humano e social.
- 4. Objectivo adequado:** adoptar um horizonte de tempo longo o suficiente para incluir as escalas de tempo humana e dos ecossistemas, respondendo assim às necessidades de tomada de decisão actuais, bem como as necessidades das gerações futuras; definir uma área de estudo suficientemente grande para incluir não apenas os residentes locais, mas também os impactos sobre as pessoas e os ecossistemas situados a longa distância e considerar as condições actuais e históricas de forma a antecipar o futuro.
- 5. Foco prático:** basear-se num (i) conjunto explícito de categorias ou numa estrutura organizativa que una a visão e as metas definidas com os indicadores e os critérios de avaliação; num (ii) número limitado de

questões-chave e num (iii) número limitado de indicadores ou de combinações de indicadores para permitir um sinal mais claro do progresso e, sempre que possível, a padronização da medição de modo a possibilitar a comparação dos valores dos indicadores com metas, valores de referência, intervalos, limites ou direcção de evolução, conforme o caso.

6. Transparência: tornar os métodos e os dados acessíveis a todos e explicitar os julgamentos, as suposições e as incertezas dos dados e das suas interpretações.

7. Comunicação eficaz: ser projectada para atender às necessidades do público e objectiva, através da utilização de linguagem clara e simples.

8. Ampla participação: obter uma vasta representação dos principais *stakeholders* para garantir o reconhecimento dos diversos pontos de vista e a participação dos responsáveis políticos de modo a assegurar uma forte ligação com as políticas adoptadas.

9. Avaliação permanente: desenvolver uma capacidade de medição repetitiva para determinar as tendências; ser interactiva, adaptável e sensível às mudanças e às incertezas (porque os sistemas são complexos e mudam com frequência); ajustar as meta e os indicadores à medida que novas ideias surjam e promover o desenvolvimento da aprendizagem colectiva e o *feedback* para a tomada de decisões.

10. Capacidade institucional: a continuidade da avaliação do progresso rumo ao desenvolvimento sustentável deve ser assegurada por uma clara atribuição de responsabilidade e a prestação de apoio no processo de tomada de decisão, proporcionando capacidade institucional para a recolha de dados, manutenção e documentação e apoiar o desenvolvimento da capacidade de avaliação local (Weaver, 2006).

Como resultado desta reunião foi criado, no seio do Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável, o Grupo Consultivo sobre Indicadores de Desenvolvimento Sustentável com o objectivo de definir um conjunto de indicadores de sustentabilidade que pudesse ser aplicado de forma generalizada a nível mundial, do qual resultou o já mencionado '*Dashboard of Sustainability*'. Este instrumento é composto por 61 indicadores distribuídos pelas quatro dimensões do desenvolvimento sustentável: ambiental (20), económica (14), social (19) e institucional (8) (IISD, 2007) (Anexo 2.2.).

A OCDE, ciente da importância da existência de indicadores de desenvolvimento sustentável, também apresenta, em 2001, um número limitado de indicadores com os quais pretende efectuar a medição rápida dos progressos efectuados no domínio do desenvolvimento sustentável. Em 2008, fruto de um estudo aprofundado dos diferentes sistemas de indicadores de desenvolvimento sustentável adoptados pelos estados membros da UE, das diferentes estruturas políticas e inspirada na visão do desenvolvimento sustentável pela perspectiva do capital, a OCDE apresenta um novo conjunto de indicadores que visam permitir efectuar estudos comparativos entre os diferentes países à escala internacional. Este conjunto é composto por 28 indicadores referentes a dois domínios, um relativo aos aspectos essenciais para o bem-estar da sociedade e um outro respeitante ao bem-estar económico (Anexo 2.3.). Os indicadores encontram-se agrupados em indicadores de *stocks* e indicadores de fluxo (OECD, 2008).

A partir da adopção da Estratégia Europeia para o Desenvolvimento Sustentável, em 2001, a UE desenvolveu esforços para definir um sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável, que seria apresentado em 2005. A partir desse ano, é estabelecida a apresentação bianual de um relatório de monitorização do desenvolvimento sustentável no espaço europeu, que ocorreu em 2005, 2007 e 2009. A revisão da Estratégia Europeia para o Desenvolvimento Sustentável implicou, igualmente, a revisão dos indicadores apresentados, os quais resultaram num conjunto de 142 indicadores (OECD, 2008) (Anexo 2.4.). Estes indicadores abrangem 10 grandes temáticas: desenvolvimento socioeconómico, consumo e produção sustentáveis, inclusão social, alterações demográficas, saúde pública, alterações climáticas e energia, transportes sustentáveis, recursos naturais, parcerias globais e boa governação (European Communities, 2009).

Portugal faz, igualmente, parte dos países que se preocupam com a avaliação do seu desempenho no que diz respeito às questões da sustentabilidade. Em 2000, a DGA apresentou a proposta do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (SIDS), no seguimento do estipulado pelo Artigo 15.º n.º 3 alínea e) do Decreto-Lei n.º 113/2003, de 04 de Junho revogado pelo Decreto-Regulamentar n.º 53/2007, de 27 de Abril, que estabelece as competências da Divisão de Estratégias para o Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Direcção de Serviços para as Estratégias e Programas Ambientais do Instituto do Ambiente. Esta proposta foi inspirada no modelo Pressão-Estado-Resposta (PER) da OCDE para sistematização de indicadores ambientais, o qual estabelece que as actividades exercidas pelo Homem produzem efeitos sobre o ambiente, aos quais a sociedade procura dar soluções (Figura 2.2.). Assim, são definidos três tipos de indicadores: (i) indicadores de pressão, que caracterizam as pressões exercidas sobre os sistemas ambientais; (ii) indicadores de estado, que espelham a qualidade do ambiente num dado horizonte espaço/tempo; e (iii) indicadores de resposta, que avaliam as soluções da sociedade às alterações e preocupações ambientais (DGA, 2000).

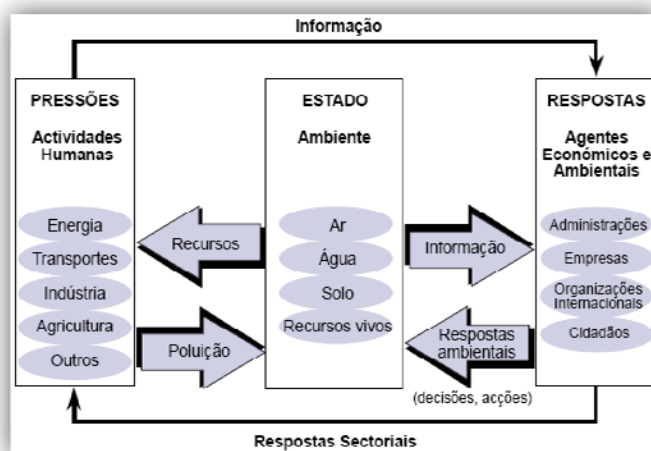


Figura 2.2. | Estrutura conceptual do modelo PER da OCDE

(Fonte: DGA, 2000, p. 12)

De acordo com as dimensões da sustentabilidade, o SIDS define 132 indicadores, repartidos por quatro grupos: 72 indicadores ambientais (27 de pressão, 23 de estado e 22 de resposta), 29 indicadores económicos (9 de pressão, 16 de estado e 4 de resposta), 22 indicadores sociais (2 de pressão, 12 de estado e 8 de resposta) e nove indicadores institucionais (2 de estado e 7 de resposta) (Anexo 2.5.). Este sistema apresenta a particularidade de apresentar, para cada indicador, a possibilidade de avaliar as assimetrias regionais, de forma a avaliar a variação regional desse indicador (DGA, 2000).

Em 2005 procedeu-se à revisão do SIDS, tendo sido definidos 118 indicadores (Anexo 2.6.) estruturados de acordo com o modelo conceptual DPSIR (*Driving forces – Pressures – State – Impact – Response*), proposto pela Agência Europeia do Ambiente (Figura 2.3.). Este modelo define que as actividades humanas (*Actividade/Força motriz – Driving forces*) exercem pressões (*Pressures*) no ambiente, que originam a degradação do seu estado (*State of the environment*) que poderão ter como consequência impactos (*Impacts on the environment*) nos diversos ecossistemas, para os quais a sociedade é chamada a dar resposta (*Responses*). Assim, inclui cinco categorias: Actividade/Força Motriz, Pressão, Estado, Impacto e Resposta (DGA, 2000). Este novo sistema tem dois grandes objectivos. Por um lado, contribuir para a melhoria da gestão do desempenho ambiental, económico, social e institucional e, por outro lado, tornar mais eficientes os processos de sistematização e troca de informação sobre ambiente e desenvolvimento sustentável (Agência Portuguesa do Ambiente [APA] & Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa [DCEAFCTUNL], 2007).

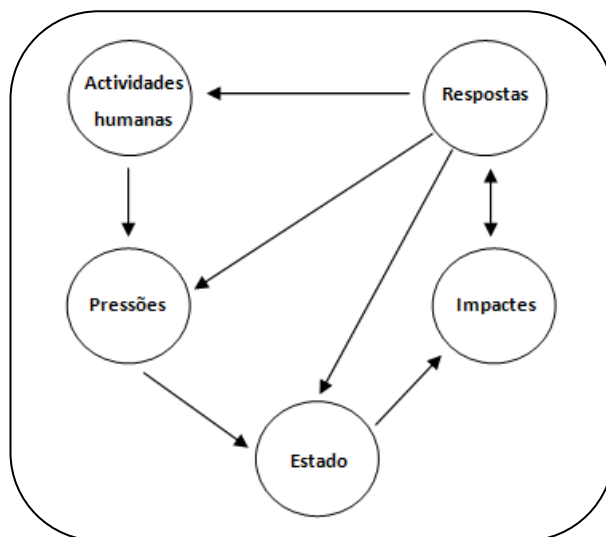


Figura 2.3. | Modelo conceptual DPSIR proposto pela Agência Europeia do Ambiente
(Fonte: Adaptado de DGA, 2000)

O novo SIDS resultou da análise detalhada de vários sistemas de indicadores de desenvolvimento sustentável de várias organizações e países e foi construído tendo em conta os objectivos da ENDS 2015, existindo uma associação entre cada um dos objectivos e cada indicador definido.

Independentemente dos modelos adoptados para definir os sistemas de indicadores de desenvolvimento sustentável, constata-se que os indicadores escolhidos, apesar de diferenciados, tendem a medir a mesma tipologia de temáticas, que estão directamente associadas às dimensões da sustentabilidade: ambiental, económica, social e institucional.

2.4. CONCLUSÃO

A adopção de políticas baseadas no modelo de desenvolvimento sustentável implica que os objectivos de eficiência económica devam ter em atenção objectivos sociais e ambientais, estando implícita a equidade inter-geracional, que implica que gerações futuras devem ter oportunidades semelhantes às oportunidades disponíveis no presente. O desenvolvimento sustentável assume que deve ser dada especial atenção à participação activa de todos os intervenientes do processo para garantir que este tenha em atenção as preocupações de todos e que a distribuição dos benefícios seja efectuada de forma equitativa.

Este novo paradigma revela uma forte preocupação com a saúde ambiental dos ecossistemas, com a sustentabilidade da economia e com a coesão social, enfatizando a importância da manutenção da qualidade de vida.

Para garantir a boa implementação deste modelo de desenvolvimento foram criados instrumentos que visam a sua monitorização, dos quais se destacam a Pegada Ecológica, o Barómetro da Sustentabilidade e o *'Dashboard of Sustainability'*. O Barómetro da Sustentabilidade e o *'Dashboard of Sustainability'* diferenciam-se da Pegada Ecológica por se basearem num conjunto de indicadores estatísticos escolhidos para permitirem a avaliação do processo de desenvolvimento sustentável.

A necessidade de adopção de sistemas de indicadores para garantir a boa implementação deste modelo de desenvolvimento é notória junto das principais organizações internacionais, como a ONU, OCDE e a UE, tendo sido desenvolvidos vários sistemas de indicadores de desenvolvimento sustentável. Comum a todos os sistemas de indicadores analisados é o factor de permitirem avaliar os aspectos essenciais da sustentabilidade: ambientais, económicos, sociais e institucionais, que se assumem como os pilares deste modelo de desenvolvimento.

CAPÍTULO 3. TURISMO

3.1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo pretende-se efectuar um enquadramento ao conceito de turismo, focando-se as principais abordagens adoptadas para a sua definição e estudo.

A introdução ao tema é realizada através de uma breve descrição das alterações económicas e sociais que permitiram o desenvolvimento da actividade turística. De seguida, a atenção é concedida à discussão em torno da definição de turismo e dos conceitos que permitem a sua explicação. São explorados os principais modelos explicativos do sistema turístico, com relevância para a distinção entre as abordagens pelo lado da procura e pelo lado da oferta. Esta última abordagem introduz o conceito ‘Conta Satélite do Turismo’, à qual será prestada especial atenção pela sua importância para a quantificação da actividade turística, dando a conhecer o seu real valor no contexto económico.

3.2. TURISMO – CONCEITOS

O turismo teve a sua origem na época romana, mas foi graças ao processo de industrialização que sofreu um notável desenvolvimento. Tal facto deveu-se ao incremento do rendimento pessoal e às alterações do processo laboral, tais como, a redução do tempo de trabalho e a introdução do período de férias, que aumentaram o tempo de lazer. A evolução nos transportes também contribuiu para a expansão do turismo ao permitir deslocações mais longas, em menor tempo e com melhores comodidades. A partir da década de 50 do século XX assinalam-se outras alterações significativas que marcam a história do turismo. Nesse período, assistiu-se a um (i) crescimento expressivo do turismo internacional e, naturalmente, das suas consequências. Socialmente, o turismo transforma-se numa (ii) actividade democratizada, disponível a um número crescente de pessoas, deixando de ser um luxo desfrutado por uma minoria privilegiada da população. Passou a ser visto como um (iii) potencial veículo de desenvolvimento e, foi nessa época, também, que se procedeu à (iv) publicação de dados sobre o turismo, factor decisivo para que os fluxos do turismo internacional e as suas tendências passassem a ser objecto de estudo (Sharpley, 2009). Como resultado de tais alterações, a actividade turística foi crescendo, expandindo-se a várias regiões do planeta, e tornando-se, em muitos casos, na sua principal fonte de rendimento.

O turismo é uma actividade que se enquadra no âmbito do lazer, sendo este o tempo que sobra depois de se satisfazerem as necessidades básicas de existência (comer, dormir) e o tempo de subsistência (trabalhar) (Cooper, Fletcher, Gilbert & Wanhill, 1998). Esta é a perspectiva orgânica do lazer. Mas há quem defenda a perspectiva holística, que entende o lazer como uma atitude, um estado de espírito que pode acontecer em

qualquer instante da vida, não existindo momentos definidos para tal (Driver & Tocher, 1974 citados por Mathieson & Wall, 1990). Neste estudo será assumida a perspectiva orgânica do lazer na qual se integra o recreio, ou seja, o conjunto de actividades desenvolvidas durante o tempo de lazer, onde se inclui o turismo (Figura 3.1.).

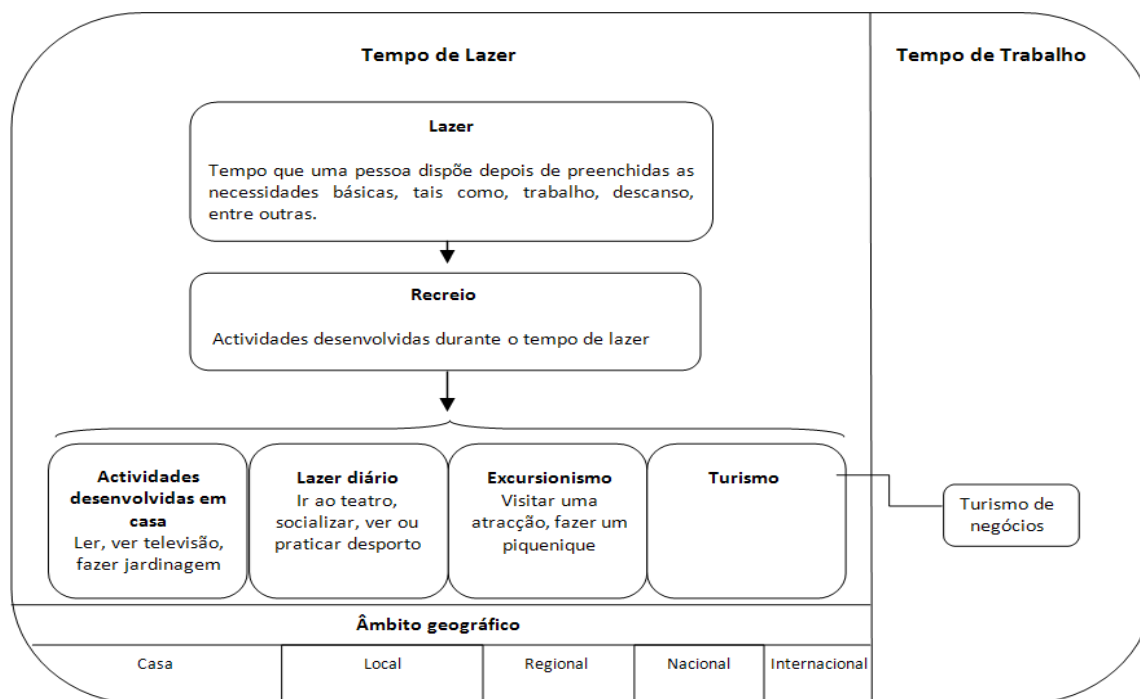


Figura 3.1. | Relação lazer, recreio e turismo
(Fonte: Adaptado de Cooper et al., 1998)

Implícito no turismo está o acto de viajar, no entanto, nem todos os viajantes podem ser considerados parte integrante desta actividade. A distinção entre os diferentes tipos de viajantes é efectuada de acordo com o destino da viagem, a duração da estadia no local visitado e o principal motivo da viagem. Tendo em conta estes critérios, a Organização Mundial do Turismo (OMT) definiu o conceito de visitante no qual se inclui o turista. De acordo com esta instituição, o visitante é entendido como um viajante que se desloca para um ambiente diferente do seu habitual, por um período inferior a 12 meses, e cuja principal razão da viagem é outra que não a de exercer uma actividade remunerada no local visitado. Quando a visita prevê uma estadia superior a 24 horas, o visitante é classificado de turista. Quando a estadia é inferior a 24 horas o visitante é designado de excursionista (WTO, 1995).

Os motivos da viagem podem ser vários e categorizados de diferentes formas. A OMT, por exemplo, define seis categorias de motivos para viajar: lazer, recreio e férias; visitas a familiares e amigos; negócios ou razões profissionais; saúde; religião ou peregrinações e outros (WTO, 1995).

Mathieson & Wall (1990), baseados no trabalho de McIntoch (1977), definem quatro categorias que agrupam os motivos mais comuns que incitam o turista a viajar. As **motivações físicas**, associadas às

necessidades de participação em actividades desportivas, de recuperação física e mental, a questões de saúde, ou simplesmente pelo prazer de viajar. As **motivações culturais**, expressas no desejo de conhecer países, lugares e pessoas diferentes, envolver-se na sua cultura e conhecer a sua história. Incluem-se, também, aqui as razões associadas aos interesses artísticos, musicais, pela arquitectura e pelo folclore do destino e o interesse em experienciar eventos nacionais ou internacionais específicos. As **motivações pessoais** reúnem visitas a familiares e amigos, o desejo de conhecer pessoas novas e construir novas amizades, procurar experiências em ambientes diferentes e as visitas a pessoas ou locais por motivos espirituais (peregrinações). Por último, definem as **motivações de status e prestígio**, que dizem respeito a factores associados a necessidades de valorização educacional e profissional (conferências, continuação de estudos, procura por contactos profissionais e de negócios,) e de valorização do ego.

Pode considerar-se que os motivos estão associados a factores existentes na área de origem do turista que o impulsionam a sair desse ambiente como forma de escape (stress, poluição) ou a factores existentes no destino turístico que captam a sua motivação, como sejam, as atracções turísticas (Mathieson & Wall, 1990). Para Cooper et al. (1998), as atracções turísticas são a principal razão que conduzem um turista a um determinado destino e permitem-lhe desfrutar de actividades recreativas e educacionais. As atracções turísticas podem ser naturais (parques naturais, paisagens, monumentos geológicos, etc.) ou construídas pelo Homem. Estas últimas resultam, na maioria dos casos, como o produto da história e da cultura do destino turístico e estão presentes nos monumentos, museus, sítios arqueológicos, nas tradições locais (folclore, festivais) e em eventos diversos que podem estar ligados à cultura, mas também ao desporto (Cooper et al., 1998).

3.3. DIFERENTES ABORDAGENS AO TURISMO – PROCURA E OFERTA

De acordo com Mathieson & Wall (1990), o turismo corresponde ao movimento temporário de pessoas para destinos fora da área de residência e engloba as actividades desenvolvidas durante a estadia e os equipamentos e as infra-estruturas criadas para satisfazer as necessidades dos turistas, sendo assim analisado segundo a abordagem pelo **lado da procura**. As abordagens ao turismo pelo lado da procura centram-se no turista, não vendo o turismo como uma actividade económica, mas sim como o movimento de pessoas para um local diferente do habitual e as acções por elas desenvolvidas. Isto é, olham o turismo sob uma perspectiva sociológica, a qual define o turismo como o turista. As definições do turismo pelo lado da procura que mais se destacam são a definição de Leiper e a já mencionada definição de Mathieson & Wall.

Para Leiper (1979 citado por Cooper et al., 1998), o turismo corresponde a um sistema de indivíduos, empresas, organizações e sítios que se combinam para fornecer uma experiência de viagem. Para que tal seja possível é necessária a presença de três elementos: o turista, os elementos geográficos (região

geradora de turistas, região de trânsito e região receptora de turistas) e a indústria do turismo, que interagem com outros elementos como o meio físico e os ambientes cultural, social, económico, político e tecnológico (Figura 3.2.). O turista move-se entre os elementos geográficos e usufrui dos serviços facultados pela indústria do turismo nessas regiões.

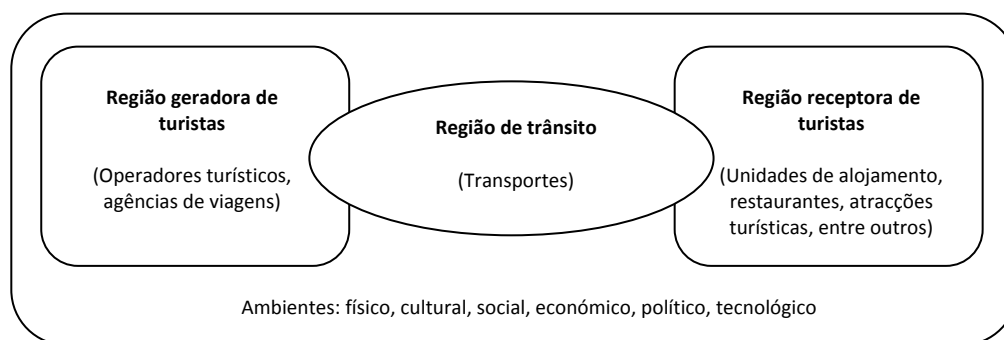


Figura 3.2. | Sistema turístico de Leiper
(Fonte: Adaptado de Cooper et al., 1998)

O modelo apresentado por Leiper tem diversas vantagens, nomeadamente, o facto de poder ser aplicado a qualquer forma de turismo e em qualquer escala de análise (desde um *resort* à indústria internacional), não estar condicionado a nenhuma disciplina em particular e, principalmente, por estabelecer que todos os elementos do turismo estão interligados e interagem entre si (Cooper et al., 1998).

Mathieson & Wall (1990) apresentam uma definição mais abrangente, segundo a qual a análise do turismo deverá compreender o estudo das pessoas que se deslocam para o destino turístico, das infra-estruturas e equipamentos construídos para os turistas e dos impactos económicos, sociais e ambientais que o turista provoca no destino turístico. De acordo com estes autores, conclui-se que, o turismo é um fenómeno compósito que integra uma diversidade de variáveis e de relações estabelecidas durante a viagem do turista (Figura 3.3.), sendo composto por três elementos básicos:

- **Elemento dinâmico**, que inclui a viagem para um determinado destino turístico, remetendo para a procura turística reflectida no turista e nas diferentes formas de turismo a ele associadas;
- **Elemento estático**, referente à estada do turista, incluindo as suas características, as características do destino turístico e as pressões geradas sobre o destino, que determinam a sua saturação;
- **Elemento consequente**, que engloba os impactos económicos, sociais e ambientais consequentes, directa ou indirectamente, da actividade turística, que devem ser controlados através de meios financeiros, de políticas de gestão estratégica de linhas orientadoras sobre a capacidade de carga e de acções de engenharia. Estas formas de controlo terão repercussões ao nível dos três elementos básicos, influenciando a procura, as características do turista e do destino turístico e os próprios impactos do turismo.

Esta definição não tem em consideração as actividades desenvolvidas pelo turista durante a sua deslocação e refere-se apenas aos serviços criados para satisfazer as necessidades do turista, esquecendo os que já existem naturalmente e que, muitas vezes, são o motivo da deslocação do turista.

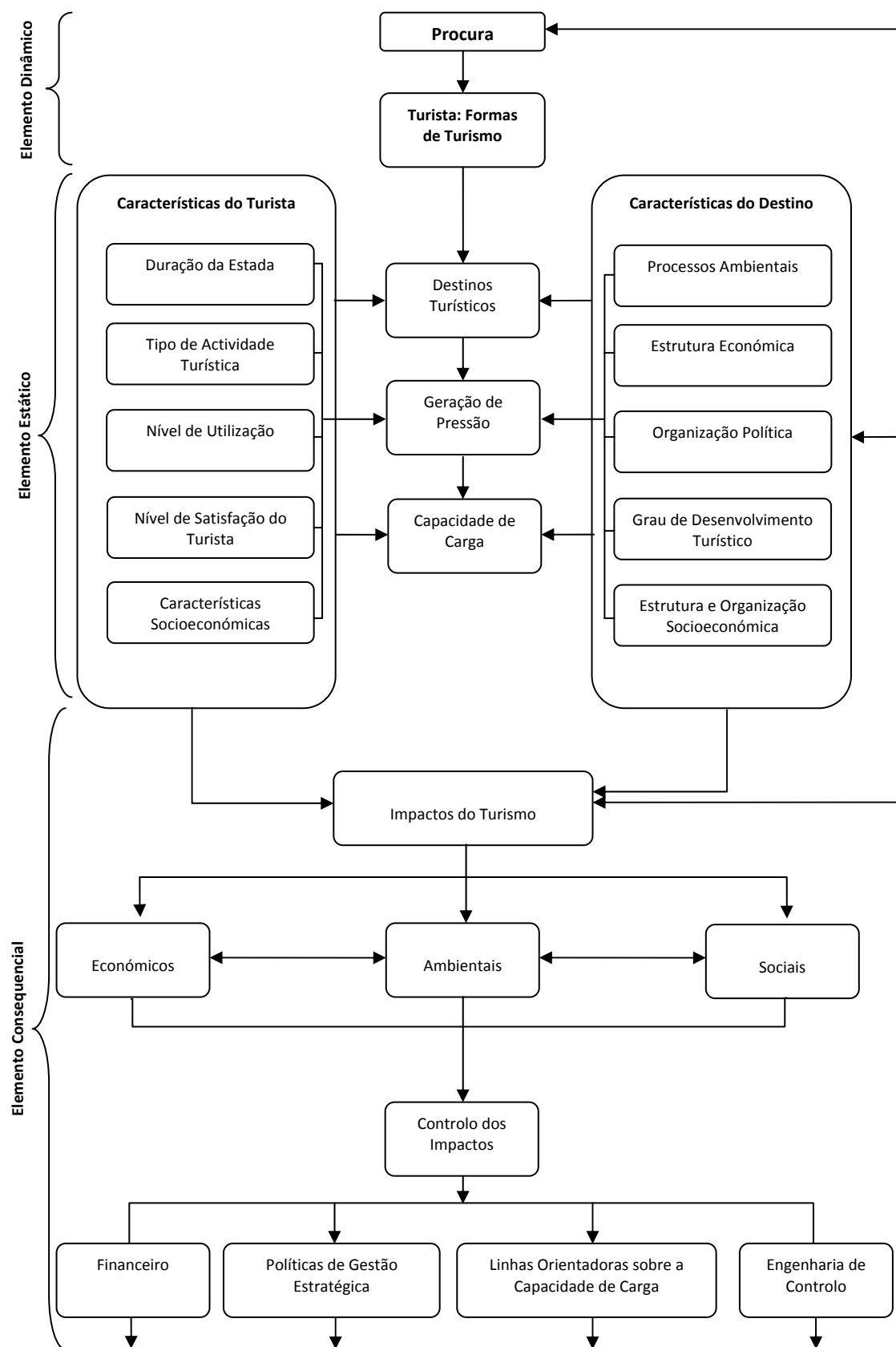


Figura 3.3. | Estrutura conceptual do turismo de Mathieson e Wall
(Fonte: Adaptado de Mathieson & Wall, 1990)

Em contraponto à abordagem pelo lado da procura existem definições que perspectivam o turismo pelo **lado da oferta**, remetendo-o para o conjunto de actividades, bens e serviços existentes no destino turístico e que lhe servem de suporte. Esta perspectiva permite quantificar o valor real do turismo e compará-lo com outros sectores de actividade e, assim, saber a sua importância para a economia do destino (Cooper et al. 1998). Neste sentido, a OMT introduz a tendência para que o turismo passe a ser definido pelo lado da oferta para que assim seja conhecido o valor e o peso do turismo enquanto actividade económica (Costa, 2005), permitindo, por exemplo, produzir um retrato fiel da indústria turística, de modo a contribuir para o desenvolvimento de políticas mais eficazes ou efectuar comparações entre vários destinos, regiões ou países.

A primeira definição de turismo pelo lado da oferta foi apresentada por Smith (1989 citado por Costa, 2005) e interpreta o turismo como um conjunto de negócios que directa ou indirectamente fornecem bens e serviços que suportam as actividades desenvolvidas pelos turistas. O autor separa os negócios em dois grupos: um que engloba bens e serviços fornecidos maioritariamente a turistas (operadores turísticos, agências de viagens, linhas aéreas, hotéis, entre outros), que não sobreviveriam sem esta actividade, e outro que abrange negócios que fornecem bens e serviços consumidos por turistas, mas também pela comunidade residente (restaurantes, supermercados, empresas de *rent-a-car*, etc.).

No sentido de difundir a relevância de perspectivar o turismo pelo lado da oferta, a OMT propôs a elaboração da Conta Satélite do Turismo (CST), que consiste num “conjunto de definições e classificações integradas em quadros organizados de forma lógica e coerente, que permite visualizar toda a magnitude económica do turismo, tanto sob o ponto de vista da procura como da oferta” (OMT, 1999 citado por Eusébio, 2006, p. 19). No fundo, a CST é uma extensão do Sistema de Contas Nacionais, que pretende medir o sector do turismo, quantificando as receitas e os custos inerentes a esta actividade para aferir qual o seu peso na economia. A importância atribuída a esta metodologia de análise do turismo foi reconhecida internacionalmente recebendo contributos de organizações como a OCDE e o *World Travel and Tourism Council* (WTTC) (Costa, 2005).

À imagem da definição proposta por Smith, também a CST faz a distinção entre as actividades geradoras de bens e serviços que está directamente associada às tipologias de bens e serviços produzidos. Assim, define a existência de bens e serviços específicos do turismo e de bens e serviços não específicos do turismo (Figura 3.4.). Enquanto estes últimos correspondem ao conjunto de produtos que podem ser consumidos esporadicamente pelos visitantes, mas que não se manifestam de interesse económico, os primeiros dizem respeito a produtos essenciais para a actividade turística. A OMT divide os bens e serviços específicos em dois grupos: os produtos característicos e os produtos conexos. Os produtos característicos correspondem àqueles que deixariam de existir ou cuja produção diminuiria consideravelmente com a ausência do turismo. São, então, produtos destinados quase exclusivamente ao consumo dos visitantes. Os produtos

conexos são os produtos que, apesar de serem consumidos em quantidades significativas pelos visitantes, não são considerados produtos característicos (OMT, 1999).

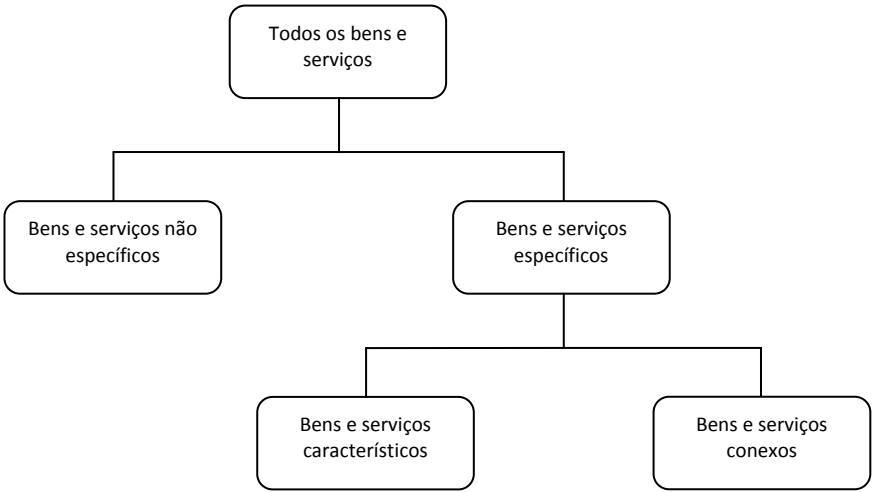


Figura 3.4. | Classificação dos produtos consumidos pelos visitantes segundo a CST
(Fonte: OMT, 1999)

Os produtos característicos constituem o foco da actividade turística e estruturam-se em sete eixos principais de oferta, conforme ilustra a Tabela 3.1.

Tabela 3.1. Eixos e produtos característicos do turismo segundo a CST	
Eixos	Produtos característicos do turismo
1	Serviços de alojamento Hotéis e outros serviços de alojamento Residências secundárias por conta próprias ou gratuitas
2	Serviços de restauração e bebidas
3	Serviços de transporte de passageiros Transporte ferroviário interurbano Transporte rodoviário Transporte marítimo Transporte aéreo Serviços de apoio Aluguer de equipamentos de transporte Serviços de manutenção e reparação de equipamentos de transporte
4	Serviços de agências de viagem, operadores turísticos e guias turísticos Agências de viagem Operadores turísticos Serviços de informação turística e guias turísticos
5	Serviços culturais Espectáculos Museus e outros serviços culturais
6	Serviços recreativos e outros serviços de lazer Serviços desportivos e recreativos Outros serviços de lazer e recreio
7	Outros serviços turísticos Serviços financeiros Outros serviços de aluguer de outros bens Outros serviços turísticos

(Fonte: OMT, 1999)

Os sete eixos da oferta turística definem as grandes áreas de negócios do sector do turismo que se resumem, fundamentalmente, ao alojamento, à restauração e bebidas, aos transportes (de passageiros e *rent a car*), às agências de viagens e operadores turísticos, aos serviços culturais e aos serviços recreativos.

A implementação da CST impôs-se como uma importante ferramenta de estudo e planeamento da actividade turística ao dar a conhecer o real impacto desta actividade na economia de cada país. Em Portugal, a sua implementação surgiu, no ano 2000, pela iniciativa da Direcção Geral de turismo (actual Turismo de Portugal, I.P.) com o apoio do Instituto Nacional de Estatística, I.P. (INE). Como já foi referido, a CST de Portugal faz parte das Contas Nacionais Portuguesas que são da responsabilidade do INE.

As Contas Nacionais Portuguesas representam um conjunto de contas, saldos e quadros que têm por base as terminologias e as regras de contabilização definidas no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais 1995 (SEC 1995) que, por sua vez, está de acordo com o Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas (SCN 1993). A sua missão é possibilitar “um registo detalhado e completo das actividades económicas que têm lugar numa economia e das interacções estabelecidas entre diferentes agentes económicos e são adequadas para efeitos de análise económica, tomada de decisão e elaboração de políticas” (INE, s.d.).

A CST de Portugal é composta por nove temáticas de análise (emprego e remunerações, formação bruta de capital fixo, consumo do turismo receptor, consumo do turismo interno, consumo do turismo emissor, consumo do turismo no território económico, conta de produção, oferta interna e consumo do turismo no território económico e indicadores gerais e rácios), às quais estão associados diversos quadros com a respectiva informação estatística (Tabela 3.2.). Basicamente, segundo a CST, para medir o sector do turismo é necessário ter em atenção as receitas resultantes do consumo turístico interno, emissor e receptor, a formação bruta de capital fixo do turismo, o emprego gerado pela indústria do turismo (postos de trabalho, emprego a tempo inteiro e total de horas de trabalho), valor acrescentado gerado pelo turismo e o valor dos bens e serviços consumidos pelos visitantes.

A informação da CST de Portugal disponível é relativa aos anos de 2000 a 2008, no entanto, nem todos os quadros têm essa informação completa, sobretudo, no que diz respeito aos primeiros seis anos. A consulta dos quadros da CST de Portugal é possível no site do INE⁸.

⁸ http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_contas_nacionais&contexto=cs&selTab=tab3&perfil=97154797&INST=116634

Tabela 3.2. | Listagem dos quadros que compõem a Conta Satélite do Turismo de Portugal

1. Emprego e remunerações
Postos de trabalho por actividades características e situação na profissão
Indivíduos por actividades características e situação na profissão
Equivalente a tempo completo por actividades características e situação na profissão
Horas trabalhadas por actividades características e situação na profissão
Remunerações e salários por actividades características
Postos de trabalho por tipo de trabalho, actividades características e situação na profissão
Postos de trabalho por género, tipo de trabalho e actividades características
Horas médias efectivas anuais de trabalho por posto, situação na profissão e actividades características
Salários brutos por posto de trabalho, género e actividades características
Indivíduos empregados por situação na profissão, género e actividades características
Indivíduos empregados por escalão etário e actividades características
Indivíduos empregados por nível de educação e actividades características
2. Formação bruta de capital fixo
Formação bruta de capital fixo por actividades características
Formação bruta de capital fixo por actividades características e tipo de activo
3. Consumo do turismo receptor
Consumo do turismo receptor por categoria de visitante e produto
Consumo do turismo receptor do total de visitantes, por produto
Consumo do turismo receptor dos excursionistas, por produto
Consumo do turismo receptor dos turistas, por produto
Consumo do turismo receptor por categoria de visitante
4. Consumo do turismo interno
Consumo do turismo interno por categoria de visitante e produto
Consumo do turismo interno do total de residentes em viagem, por produto
Consumo do turismo interno dos residentes em viagem em Portugal, por produto
Consumo do turismo interno dos residentes em viagem para fora de Portugal, por produto
Consumo de turismo interno por categoria de residente em viagem
5. Consumo do turismo emissor
Consumo do turismo emissor por categoria de visitante e produto
Consumo do turismo emissor do total de visitantes, por produto
Consumo do turismo emissor dos excursionistas, por produto
Consumo do turismo emissor dos turistas, por produto
Consumo do turismo emissor por categoria de visitante
6. Consumo do turismo no território económico
Consumo do turismo no território económico por tipo de turismo e produto
Consumo do turismo no território económico - total por produto
Consumo do turismo no território económico - turismo receptor por produto
Consumo do turismo no território económico - turismo interno por produto
Consumo de turismo no território económico - outras componentes do consumo por produto
Componentes da despesa do consumo de turismo no território económico
7. Conta de produção
Conta de produção das actividades turísticas e restantes actividades
8. Oferta interna e consumo do turismo no território económico
Oferta interna e consumo do turismo no território económico por produtos
9. Indicadores gerais e rácios
Valor acrescentado gerado pelo turismo (VAGT)
Valor acrescentado gerado pelo turismo sobre o VAB total, por actividade característica
Produção bruta por posto de trabalho e actividade característica
Postos de trabalho a tempo completo sobre postos de trabalho a tempo parcial
Componente turística do emprego (equivalente a tempo completo)
Rácio do número de indivíduos por equivalente a tempo completo
Componente turística das remunerações

(Fonte: INE, s.d.)

A existência de informação estatística actualizada e de confiança é condição essencial para que a CST cumpra a sua função. O Turismo de Portugal e o INE são os principais responsáveis por publicações periódicas com informação estatística na área do turismo em Portugal, aos quais se associa também o Banco de Portugal no fornecimento de informação base. A nível internacional, a informação estatística relativa ao turismo é recolhida, analisada e publicada por entidades como a OMT, a WTTC, a OCDE e o Eurostat. A Tabela 3.3. ilustra algumas das principais edições estatísticas com informação relativa ao turismo publicadas por estas entidades.

Tabela 3.3. Exemplos de publicações estatísticas sobre o turismo	
Entidades	Publicações
Turismo de Portugal, I.P.	O turismo em... Anuário das Estatísticas do Turismo Movimentos Turísticos dos Portugueses Conta Satélite do Turismo - Indicadores de Actividade Turística e Económica em Portugal
INE	Estatísticas do Turismo Portugal em números Anuário Estatístico de Portugal
OMT	<i>Yearbook of Tourism Statistics</i> <i>Compendium of Tourism Statistics</i> <i>UNWTO World Tourism Barometer</i>
WTTC	<i>Progress and Priorities</i>
OCDE	<i>Tourism policy and international tourism in OECD countries</i> <i>Tourism in OECD Countries 2008: Trends and Policies</i> <i>OECD Tourism Trends and Policies 2010</i>
Eurostat	<i>Tourism statistics in the European statistical system</i> <i>Tourism Satellite Accounts in the European Union</i> <i>Tourism in Europe</i>

(Fonte: Turismo de Portugal I.P., s.d.; INE, s.d, UNWTO, 2009; WTTC, 2007; OECD, 2010; Eurostat, 2011)

Estes documentos centram, maioritariamente, a sua atenção em medidas económicas quantitativas relacionadas com os fluxos de turistas, as receitas e despesas turísticas, os mercados emissores, o alojamento turístico, o peso do sector do turismo na economia, a sazonalidade e o emprego, numa perspectiva de análise de crescimento económico.

O conhecimento de informação estatística sobre a actividade turística reveste-se de extrema importância no processo de planeamento, uma vez que fornece informação que possibilita conhecer a situação real do destino turístico e, assim, desenvolver políticas direccionadas para as áreas mais relevantes, potenciando os pontos fortes e combatendo as debilidades detectadas. Como se pode constatar, a maioria da informação estatística disponibilizada foca-se em conceitos económicos. Contudo, e apesar da sua importância, a atenção não deverá ser dada exclusivamente à perspectiva económica do turismo devendo ter-se em atenção outros aspectos não menos importantes e dos quais depende, grandemente, o sector do turismo, como sejam, os aspectos ambientais, os aspectos sociais e os aspectos culturais.

3.4. CONCLUSÃO

O turismo integra-se no conjunto de actividades desenvolvidas durante o tempo de lazer, tendo implícito o acto de viajar. As motivações que conduzem o turista a viajar podem ter duas origens, uma intrínseca ao indivíduo, associadas a motivações pessoais que o levam a sair do seu local habitual de residência e trabalho, e outra relacionada com a existência de atracções no destino turístico que impulsionam o turista a deslocar-se para esse local. Tais atracções fazem parte da oferta turística.

A actividade turística pode, assim, ser entendida na perspectiva da procura, correspondendo ao movimento de pessoas para um local diferente do habitual e às acções por elas desenvolvidas, ou na perspectiva da oferta, aludindo ao conjunto de actividades, equipamentos e produtos presentes no destino turístico que permitem a existência desta actividade. Esta última perspectiva é reconhecida pela OMT, que incentiva à sua adopção, principalmente, através da implementação da CST, instrumento de base quantitativa que permite o conhecimento do peso do turismo na economia do destino turístico.

De acordo com a CST, a oferta turística enquadra seis grandes áreas de negócios: alojamento, restauração e bebidas, transporte de passageiros, agências de viagens e operadores turísticos, serviços culturais e serviços recreativos, sem as quais o turismo não subsistiria.

CAPÍTULO 4. TURISMO E SUSTENTABILIDADE

4.1. INTRODUÇÃO

Partindo das abordagens efectuadas nos capítulos anteriores aos conceitos de desenvolvimento sustentável e de turismo, pretende-se, neste capítulo, explorar o conceito de turismo sustentável.

Inicialmente, contextualiza-se o surgimento do conceito de sustentabilidade no âmbito do turismo, explorando-se a definição de turismo sustentável, os objectivos e as dimensões associadas a esta forma de perspectivar a actividade turística.

É efectuada uma breve descrição do processo de adopção do conceito de sustentabilidade no seio nas políticas do turismo nos contextos internacional, da União Europeia e de Portugal.

Por fim, é focada a importância da utilização de indicadores de turismo sustentável, sendo analisados alguns sistemas de indicadores aplicados em diferentes destinos turísticos. Esta análise pretende averiguar quais as dimensões e os indicadores utilizados para medir a sustentabilidade do turismo para, posteriormente, se poder estabelecer, ou não, uma relação com as dimensões e os indicadores utilizados para medir a qualidade de vida.

4.2. TURISMO SUSTENTÁVEL

A razão de ser da actividade turística reside, na grande maioria das situações, nas características naturais, patrimoniais e culturais do destino turístico que o distinguem dos restantes locais e lhe conferem o elemento de atracção de visitantes. Um destino turístico é, assim, um conjunto de recursos que concebem uma capacidade de atracção suficiente para induzir um viajante a fazer os esforços necessários para viajar até lá (Ejarque, 2003 citado por Salinas Chávez et al., 2008). A dependência do sector do turismo em relação aos recursos naturais, patrimoniais e culturais existentes no destino turístico impõe a necessidade de existir uma acção concertada de forma a garantir a continuidade desses recursos. Se, por um lado, o turismo pode ser uma força positiva, trazendo benefícios para o destino turístico, por outro lado, se mal planeado e gerido, pode constituir uma fonte de degradação desses recursos e, conseqüentemente, destruir a razão de ser da actividade turística (Ahn, Lee & Shafer, 2002). Deste modo, deve ser e é do interesse do sector do turismo manter e sustentar a base da sua prosperidade, ou seja, o destino turístico (WTO, 2004).

Consciente dos impactos negativos do turismo no ambiente e na cultura dos destinos turísticos, a OMT iniciou, em meados da década de 80 do século XX, um processo de elaboração de propostas metodológicas com o objectivo de prevenir situações prejudiciais nesses âmbitos. Imbuídas desse espírito, várias

organizações internacionais também ligadas ao turismo introduziram, no início dos anos 90 do mesmo século, a expressão turismo sustentável para designar um ideal de desenvolvimento do turismo que não envolva impactos ambientais, sociais e culturais negativos (Wall & Mathienson, 2005; Butler, 1991; Nelson et al., 1993; Inskip, 1991; Citruella, 1997 citados por Salinas Chávez & La O Osorio, 2006).

Apesar da importância da actividade turística na economia global, esta não foi tida em consideração nas primeiras discussões sobre o desenvolvimento sustentável, nem foi objecto de referência no Relatório Brundtland. Para colmatar esta falha, a OMT envidou esforços para incluir o turismo nas discussões a levar a cabo na CNUAD e na própria Agenda 21. A partir desse momento, o conceito de turismo sustentável passa a fazer parte integrante dos debates em torno da actividade turística. A sua importância é reforçada pela realização, em 1999, do 7.º Encontro da Comissão da UE sobre Desenvolvimento Sustentável, dedicado aos desafios da sustentabilidade no sector do turismo. Nesse mesmo ano, inspirado nas premissas do desenvolvimento sustentável, é divulgado o Código Mundial de Ética do Turismo, elaborado pela OMT (Monjardino, 2009), que apresenta como finalidade “promover um turismo responsável e sustentável, acessível a todos no quadro do direito que qualquer pessoa tem de utilizar o seu tempo livre em lazer ou viagens, e no respeito pelas escolhas sociais de todos os povos” (DRTM, 2011). O artigo 3.º do Código Mundial de Ética do Turismo foca o dever dos *stakeholders* da actividade turística em “salvaguardar o ambiente e os recursos naturais, na perspectiva de um crescimento económico são, contínuo e sustentável, capaz de satisfazer equitativamente as necessidades e as aspirações das gerações presentes e futuras” (*Idem, Ibidem*).

A OMT define turismo sustentável como o desenvolvimento que satisfaz as necessidades dos turistas actuais e dos destinos turísticos e, ao mesmo tempo, protege e melhora as oportunidades para o futuro, sendo uma forma de gestão dos recursos que permite satisfazer as exigências económicas, sociais e estéticas, respeitando a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de suporte à vida (OMT, 1997b citado por Salinas Chávez & La O Osorio, 2006). Segundo esta definição, o turismo sustentável surge como uma abordagem ao desenvolvimento económico com vista à melhoria da qualidade de vida dos residentes, optimizando os benefícios económicos, protegendo o ambiente natural e o ambiente construído e proporcionando uma experiência de elevada qualidade aos turistas (Choi & Sirakaya, 2006). Mas mais do que uma abordagem económica, o turismo sustentável deve ser encarado como um objectivo, que deverá estar na mira de todos os tipos de turismo, dos sectores de actividade e das comunidades que participam no desenvolvimento de um destino turístico (Salinas Chávez & La O Osorio, 2006).

O conceito de sustentabilidade no turismo está, então, ligado a três factores importantes: qualidade, continuidade e equilíbrio, e representa trabalhar no sentido de proteger o meio ambiente e os recursos culturais com a perspectiva de crescimento económico estável e sustentável que seja capaz de satisfazer as aspirações presentes e futuras (Salinas Chávez & La O Osorio, 2006). Assim, o turismo sustentável deve:

- i) “Optimizar a utilização dos recursos ambientais que constituem um elemento fundamental no desenvolvimento do turismo, mantendo os processos ecológicos essenciais e ajudando a conservar o património natural e a biodiversidade;
- ii) Respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades de acolhimento, conservar o seu património construído e cultural e os valores tradicionais, e contribuir para a compreensão intercultural e para a tolerância;
- iii) Garantir a viabilidade a longo prazo das operações económicas, proporcionando benefícios socioeconómicos para todos os *stakeholders*, que são distribuídos de forma justa, incluindo emprego estável e possibilidades de criação de riqueza e serviços sociais para as comunidades de acolhimento, e contribuindo para a redução da pobreza” (WTO, 2004, p. 7, tradução nossa).

Tais objectivos estão directamente relacionados com as dimensões do turismo sustentável: económica, ambiental e sociocultural. A dimensão **económica** garante que o desenvolvimento é economicamente eficiente e que os recursos são geridos de forma a garantir que sejam disponíveis às futuras gerações. A dimensão **ambiental** visa garantir que o desenvolvimento do turismo seja compatível com a manutenção dos processos ecológicos, a diversidade biológica e os recursos biológicos. A dimensão **sociocultural** garante que o desenvolvimento aumenta o controlo das pessoas sobre as suas vidas, é compatível com a cultura e com os valores das pessoas por ele afectadas e mantém e reforça a identidade da comunidade (WTTC et al., 1995 citado por Timur & Getz, 2009). Para garantir a sustentabilidade do turismo a longo prazo deve ser estabelecido um equilíbrio adequado entre as três dimensões (WTO, 2004).

As dimensões anteriormente referidas são as dimensões tradicionais do turismo sustentável, às quais se associaram, recentemente, a dimensão política e a dimensão tecnológica. A dimensão **política** diz respeito à importância da acção participativa dos diferentes *stakeholders* do destino turístico no processo de elaboração de políticas conducentes ao desenvolvimento sustentável do turismo. A importância da **tecnologia** está patente na necessidade de se compreender os fenómenos actuais, de se avaliar e monitorizar os impactos do turismo e de se disponibilizar equipamentos e técnicas alternativas para evitar futuros resultados negativos, para os quais serão necessários conhecimentos científicos e suporte tecnológico. Vista tendo em conta tais dimensões, a sustentabilidade deverá ser estudada dentro de uma estrutura de planeamento global apoiada na pesquisa interdisciplinar, na gestão, na monitorização e na aplicação de medidas correctivas (Choi & Sirakaya, 2006), sendo por isso um processo contínuo que não deverá ser descuidado sob risco dos efeitos negativos não serem prevenidos ou atempadamente solucionados.

Ko (2005) apresenta uma visão diferente do turismo sustentável ao dividir o destino turístico em dois sistemas: o sistema humano e o ecossistema, centrando a sua atenção na qualidade de ambos. O sistema humano evidencia os impactos do turismo na população residente, atendendo à sua qualidade de vida, e a estrutura que permite satisfazer as necessidades do turista, em termos de qualidade de bens e de serviços. O ecossistema relaciona-se com os impactos do turismo no ambiente e as questões alusivas à manutenção do equilíbrio ambiental. A Figura 4.1. ilustra as dimensões associadas a cada um dos sistemas. Para este

autor, a sustentabilidade do destino turístico só é conseguida quando se alcança a sustentabilidade simultânea dos dois sistemas que o compõem.

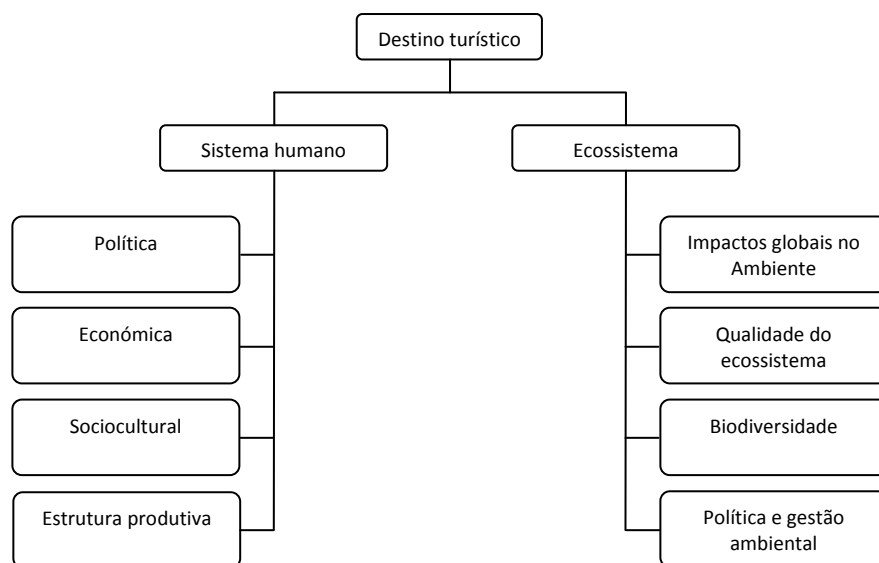


Figura 4.1. | Estrutura conceitual do turismo sustentável
(Fonte: Adaptado de Ko, 2005)

A OMT (1993 citada por Timur & Getz, 2009) identifica três intervenientes no processo de turismo sustentável: a indústria do turismo, o ambiente de suporte e as autoridades locais. A (i) indústria do turismo oferece os serviços turísticos (transportes, alojamento, restauração, atracções, entre outros) que criam oportunidades de negócios, de empregos, de riqueza e de divisas. As organizações de gestão do destino também estão incluídas neste grupo, sendo responsáveis pela gestão, planeamento, promoção, marketing e desenvolvimento do destino turístico. A indústria do turismo ambiciona o crescimento a longo prazo, a rentabilidade e novas oportunidades de negócio. O (ii) ambiente de suporte inclui os recursos naturais, culturais e construídos dos quais o sector depende para atrair turistas, e são representados pelas entidades responsáveis pela sua preservação. Os *stakeholders* pertencentes a estes grupos concentram os seus esforços em equilibrar o tipo e a extensão da actividade turística em função da capacidade dos recursos disponíveis. As (iii) autoridades locais englobam a comunidade local e as entidades governamentais. A comunidade local (residentes, grupos comunitários, organizações locais de negócios, associações, instituições de educação, etc.) inclui as pessoas que beneficiam do turismo, que são também aqueles que pagam os custos associados com o seu desenvolvimento. As suas preocupações vão centrar-se muito na qualidade de vida. Às entidades governamentais compete a gestão de todo o sistema turístico, tendo responsabilidades ambientais, económicas e sociais. As suas responsabilidades centram-se, fundamentalmente, na gestão dos recursos de forma a garantir que os diferentes intervenientes não ponham em causa a razão de ser da actividade turística e o seu próprio futuro (Timur & Getz, 2009).

Os diferentes *stakeholders* têm objectivos de sustentabilidade em comum (Figura 4.2.). A indústria do turismo e as entidades governamentais partilham os objectivos da sustentabilidade económica e da

sustentabilidade social. O ambiente de suporte e a indústria do turismo partilham os objectivos da sustentabilidade económica e da sustentabilidade ambiental. As entidades governamentais e o ambiente de suporte partilham os objectivos relativos ao uso e à protecção dos recursos. A partilha de objectivos sugere que a sustentabilidade requer o envolvimento de todos os interessados de modo que os objectivos comuns sejam alcançados e a sustentabilidade conseguida (Timur & Getz, 2009).

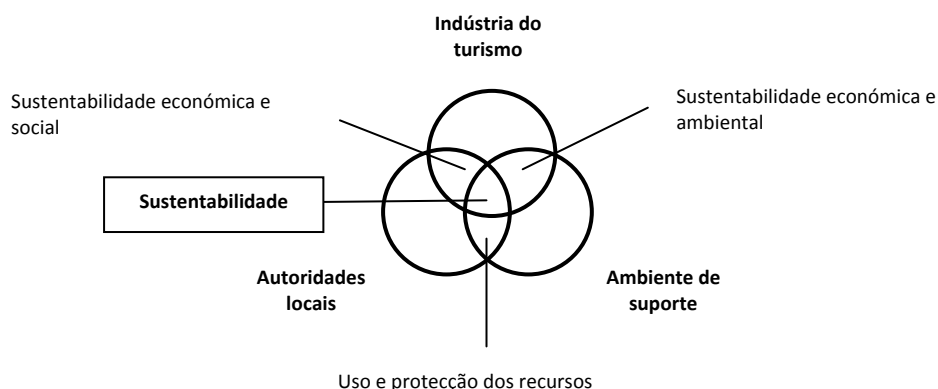


Figura 4.2. | Objectivos de sustentabilidade comuns aos *stakeholders* do destino turístico
(Fonte: adaptado de Timur & Getz, 2009)

Dada a relação causa-efeito gerada pela actividade turística no destino turístico (a qualidade de vida da comunidade local é influenciada positiva/negativamente pelo desenvolvimento do turismo e as actividades turísticas têm repercussões nos recursos naturais, construídos e socioculturais do destino) é crucial a adopção de uma política de gestão assente no planeamento, numa forte liderança política para garantir a ampla participação e o consenso e na participação informada de todos os *stakeholders*, principalmente, da comunidade local (WTO, 2004). Para garantir a sustentabilidade de um destino turístico é necessária a consulta dos residentes para determinar quais os problemas relativos à actividade turística e para compreender que condições são importantes e/ou potencialmente sensíveis (Ahn et al., 2002). Assume-se, assim, a comunidade residente como um dos principais *stakeholders* da actividade turística, que deverá estar presente em todas as etapas de desenvolvimento do turismo sustentável.

De acordo com Choi & Sirakaya (2006), o planeamento é uma das componentes essenciais do turismo sustentável, no qual a participação activa dos *stakeholders* é essencial para que a sustentabilidade seja alcançada. O processo de planeamento reveste-se, assim, de extrema importância e deverá ser assegurado pela existência de instrumentos que direccionem a actuação dos *stakeholders* nesse sentido.

4.3. POLÍTICAS DE TURISMO SUSTENTÁVEL

Na sequência da CNUAD foi elaborada, em conjunto com a WTTC, a OMT e o Earth Council, a Agenda 21 para a Indústria das Viagens e do Turismo, afirmando-se como uma das primeiras publicações de âmbito

internacional a expor um conjunto de recomendações com o objectivo de assegurar o desenvolvimento sustentável da actividade turística. Este documento traduz a Agenda 21 num programa de acção para a indústria das viagens e do turismo, definindo as áreas de acção prioritárias e os objectivos inerentes a cada uma, bem como, sugestões de actividades a serem implementadas para os alcançar. As acções propostas baseiam-se, então, na Agenda 21, da qual emergem os seguintes princípios básicos relacionados com o turismo:

- “O turismo e as viagens deverão contribuir para que as pessoas tenham padrões de vida saudáveis e produtivas em harmonia com a natureza;
- O turismo e as viagens deverão contribuir para a conservação, a protecção e a recuperação do ecossistema Terra;
- O turismo e as viagens deverão basear-se em padrões sustentáveis de produção e consumo;
- As nações deverão cooperar para promover um sistema económico aberto, no qual o comércio internacional de serviços de turismo e viagens deverá ocorrer numa base sustentável;
- O turismo, as viagens, a paz, o desenvolvimento e a protecção ambiental são interdependentes;
- O proteccionismo no comércio dos serviços de turismo e viagens deverá ser interrompido ou invertido;
- A protecção ambiental deverá ser parte integrante do processo de desenvolvimento turístico;
- Os assuntos relacionados com o desenvolvimento turístico deverão ser tratados com a participação dos cidadãos que se preocupam com essas questões, devendo decisões de planeamento ser adoptadas ao nível local;
- As nações deverão alertar-se mutuamente quando ocorrerem desastres naturais que possam colocar em risco turistas e áreas turísticas;
- O turismo e as viagens deverão utilizar as suas capacidades para criar postos de trabalho para as mulheres e para os povos indígenas de uma maneira em geral;
- O desenvolvimento do turismo deverá reconhecer e apoiar a identidade, a cultura e os interesses da população local;
- As leis internacionais de protecção do ambiente deverão ser respeitadas pela indústria do turismo e das viagens.” (WTTC et al., 1995, p. 34, tradução nossa).

A Agenda 21 para a Indústria das Viagens e do Turismo destaca três pontos fundamentais: (i) a utilidade das parcerias entre os governos, a indústria turística e as organizações não governamentais, (ii) a importância estratégica e económica da indústria das viagens e do turismo e (iii) os enormes benefícios que surgirão ao tornar esta indústria sustentável. O seu programa de acção encontra-se dividido em duas partes, uma dirigida às entidades governamentais, autoridades nacionais do turismo e associações empresariais e a outra dirigida às empresas da indústria das viagens e do turismo. Pretende-se, em ambos os casos, estabelecer sistemas e procedimentos para que o processo de tomada de decisão e as políticas de gestão incorporem considerações de desenvolvimento sustentável e identificar as acções necessárias para que as suas actuações se centrem nas premissas do desenvolvimento do turismo sustentável (WTTC et al., 1995). As áreas prioritárias de acção definidas para cada tipologia de intervenientes encontram-se transcritas na Tabela 4.1.

Tabela 4.1. | Áreas prioritárias da Agenda 21 para a Indústria das Viagens e do Turismo

Entidades governamentais, autoridades nacionais do turismo e associações empresariais
Avaliação da capacidade do quadro regulamentar, económico e voluntário existente para garantir o desenvolvimento turístico sustentável
Avaliação das implicações ambientais, culturais e económicas das actuações das organizações
Formação, educação e sensibilização públicas
Planeamento para um desenvolvimento turístico sustentável
Facilitar o intercâmbio de informação, competências e tecnologia relativas ao turismo sustentável entre países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento
Promoção da participação de todos os sectores da sociedade
Concepção de produtos turísticos sustentáveis
Monitorização de resultados obtidos no alcance do desenvolvimento turístico sustentável
Estabelecimento de parcerias para promover o desenvolvimento turístico sustentável
Empresas da indústria das viagens e do turismo
Minimização de resíduos
Conservação e gestão de energia
Gestão de recursos hídricos
Gestão de águas residuais
Substâncias perigosas
Transportes
Gestão e planeamento do uso do solo
Envolvimento dos recursos humanos das empresas, dos clientes e da comunidade local nas questões ambientais
Concepção de projectos tendo em conta a sustentabilidade
Estabelecimento de parcerias para promover o desenvolvimento turístico sustentável

(Fonte: WTTC et al., 1995, tradução nossa)

Imbuída no mesmo espírito, também a Comissão Europeia definiu um plano de acção orientado para reforçar a sustentabilidade do turismo, associando a este o factor de competitividade. Assim, em 2007, é divulgada a Agenda para um Turismo Europeu Sustentável e Competitivo que lança oito desafios para assegurar a sustentabilidade do sector: (i) reduzir a sazonalidade, (ii) abordar o impacto do transporte turístico, (iii) melhorar a qualidade do emprego no sector do turismo, (iv) manter e melhorar a prosperidade e qualidade de vida da comunidade em função da mudança, (v) minimizar o impacto da utilização de recursos e da produção de resíduos, (vi) preservar e acrescentar valor ao património natural e cultura, (vii) possibilitar o gozo de férias a todos e (viii) utilizar o turismo como ferramenta no desenvolvimento sustentável global (Turismo de Portugal, 2010). Para alcançar estes desafios e, consequentemente, o turismo sustentável e competitivo, a Comissão Europeia propõe os seguintes princípios:

- Adopção de uma abordagem holística e integrada com o objectivo de garantir que a actividade turística é exercida de forma equilibrada e com respeito pela sociedade e pelo meio ambiente;
- Planeamento a longo prazo, tendo em vista as necessidades das gerações futuras, bem como, das actuais;
- Alcançar um ritmo adequado de desenvolvimento, respeitando o carácter dos destinos turísticos;
- Garantir o envolvimento de todos os *stakeholders*;
- Empregar o melhor conhecimento disponível e compartilhá-lo por toda a Europa;
- Minimizar e gerir os riscos (princípio da precaução), ou seja, tomar medidas preventivas para evitar prejuízos no meio ambiente ou na sociedade;
- Reflectir os impactos nos custos - os preços devem reflectir os custos reais para a sociedade das actividades de produção e consumo;

- Fixar e respeitar limites de desenvolvimento;
- Estabelecer um processo contínuo de monitorização (European Union, 2011).

No contexto nacional, destaca-se a publicação, em 2009, da Lei de Bases do Turismo que assume uma visão sustentável deste sector, tido como estratégico para a economia nacional. Assim, institui o princípio da sustentabilidade, pelo qual a adopção de políticas na área do turismo deve fomentar:

- “a) A fruição e a utilização dos recursos ambientais com respeito pelos processos ecológicos, contribuindo para a conservação da natureza e da biodiversidade;
- b) O respeito pela autenticidade sociocultural das comunidades locais, visando a conservação e a promoção das suas tradições e valores;
- c) A viabilidade económica das empresas como base da criação de emprego, de melhores equipamentos e de oportunidades de empreendedorismo para as comunidades locais” (Artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 191/2009, de 17 de Agosto).

Este documento enfatiza, também, a democratização do acesso dos cidadãos à prática do turismo e o envolvimento do sector privado na execução das políticas de turismo (Turismo de Portugal, 2010).

4.4. INDICADORES DE TURISMO SUSTENTÁVEL

A introdução de indicadores no sector do turismo surgiu como uma forma de dar resposta ao foco nas questões da sustentabilidade que foram estimuladas, à escala mundial, pelo Relatório de Brundtland (1986) e pela CNUAD (1992). Desde o início da década de 90 do século XX que, influenciada por esta conferência, a OMT tem sido pioneira no desenvolvimento e aplicação de indicadores de sustentabilidade para o turismo e para os destinos turísticos, cujo objectivo principal se centra na criação de um sistema eficaz para apoiar uma melhor tomada de decisão sobre as questões do turismo (WTO, 2004).

Como foi referido no capítulo 2, várias organizações desenvolveram indicadores de sustentabilidade, no entanto, estes são focados na macro escala pelo que não poderão ser utilizados para monitorizar o desenvolvimento turístico. Contudo, a existência de tais indicadores permitiram o encorajamento no desenvolvimento de indicadores próprios para aferir o desenvolvimento sustentável da actividade turística (Choi & Sirakaya, 2006). Também os usuais indicadores de turismo não são os ideais para avaliar a sua sustentabilidade, uma vez que se centram em medidas económicas quantitativas que pretendem medir o crescimento, enquanto os indicadores de sustentabilidade se devem basear na melhoria qualitativa dos sistemas natural, social e humano (Gunn, 1994 citado por Choi & Sirakaya, 2006).

O desenvolvimento e a utilização de indicadores são, cada vez mais, vistos como uma parte fundamental do planeamento e da gestão global de destino e um elemento integrante dos esforços para promover o desenvolvimento sustentável do sector do turismo em todas as escalas. A preocupação em introduzir a utilização de indicadores no sector do turismo advém da constatação de que vários destinos turísticos têm entrado em ruptura devido à pouca atenção dada aos impactos ambientais, económicos e socioculturais do turismo e à sustentabilidade de longo prazo (WTO, 2004).

Para que a actividade turística possa ter um contributo positivo para o desenvolvimento sustentável dos destinos turísticos é necessário que a tomada de decisão, nas diferentes escalas de actuação, seja feita com base em informação credível e actualizada, que transparea a real situação do destino turístico, pois só o verdadeiro conhecimento da realidade permite uma actuação eficaz e conducente à sustentabilidade. Os indicadores têm aqui um papel importante ao permitirem conhecer as tendências, aferir o cumprimento dos objectivos, avaliar alterações nos sistemas ambientais, sociais, culturais e económicos e, ainda, a tomada de decisão adequada e bem fundamentada no processo de planeamento e gestão do destino turístico (Salinas Chávez, Navarro Jurado, Echarri Chávez & La O Osorio, 2008). Os indicadores são, assim, importantes instrumentos de planeamento que asseguram a monitorização da actividade turística, de modo a permitir antecipar e prevenir situações indesejáveis (WTO, 2004), sobretudo ao nível de possíveis impactos negativos nos sistemas anteriormente mencionados. A Agenda 21 para a Indústria das Viagens e do Turismo apresenta a definição de indicadores como um dos domínios prioritários de intervenção, sendo estes uma ferramenta essencial para a monitorização do desenvolvimento turístico sustentável (WTTC et al., 1995).

A OMT identifica sete benefícios de utilização de adequados indicadores de sustentabilidade no turismo:

- i) “Melhor tomada de decisão, diminuindo riscos e custos;
- ii) Identificação de questões emergentes, que permite a prevenção;
- iii) Identificação dos impactos, permitindo a implementação de acções correctivas quando necessário;
- iv) Medição de desempenho da execução dos planos e das acções de gestão, para avaliar os progressos no desenvolvimento sustentável do turismo;
- v) Redução do risco de erros de planeamento através da identificação dos constrangimentos/limites e oportunidades;
- vi) Maior responsabilização da informação que deverá ser credível para o público e para os restantes *stakeholders* do turismo para fomentar a responsabilidade da sua utilização na tomada de decisões;
- vii) Monitorização constante que pode conduzir à melhoria contínua, construindo soluções para a gestão” (WTO, 2004, pp. 9-10, tradução nossa).

A escolha dos indicadores a utilizar para avaliar a sustentabilidade de um destino turístico depende das características do destino, devendo ser pensada tendo em conta tais características e o que se ambiciona em termos de sustentabilidade futura (WTO, 2004; Ko, 2005; Salinas Chávez & La O Osorio, 2006; Reddy, 2008). Para que os indicadores tenham uma função eficaz e eficiente, é necessário que a sua escolha seja baseada na relevância política, na solidez analítica, na mensurabilidade e nas dimensões do turismo sustentável: economia, ambiente, sociedade, cultura, política e tecnologia (Choi & Sirakaya, 2006).

Apesar da importância dos indicadores estatísticos, Ko adverte que “existe uma série de questões no destino que não pode ser explicado por dados quantitativos. A sabedoria e a experiência dos *stakeholders* podem ser mais valiosas do que esses dados estatísticos para lidar com os seus problemas” (Ko, 2005, p. 443, tradução nossa).

Com o objectivo de incentivar o uso de indicadores como uma forma de construção do turismo sustentável dos destinos turísticos, a OMT publicou, em 1995, um guia para auxiliar os gestores dos destinos turísticos no desenvolvimento e uso de indicadores de turismo sustentável (WTO, 2004). Este guia pretendia ser um ponto de partida para a definição de indicadores, mas “uma análise mais aprofundada revela uma série de dificuldades com a sua abordagem, tais como, a sua incapacidade para definir o turismo sustentável, ou justificar a escolha de indicadores, o foco estreito dos indicadores, a falta de participação dos interessados e a omissão de um quadro de controlo adequado para ajudar a traduzir as informações dos indicadores no plano de gestão adequado” (Twining-Ward & Butler, 2002, p. 366 citados por Reddy, 2008, tradução nossa). Foram realizados vários debates e workshops sobre indicadores de turismo sustentável com o objectivo de promover a troca de experiências relativamente à aplicação prática das indicações deste guia. Como resultado dos trabalhos efectuados, a OMT publicou, em 2004, um novo guia de indicadores de desenvolvimento sustentável para destinos turísticos.

Este novo guia define as etapas principais a aplicar no processo de desenvolvimento e aplicação de indicadores de desenvolvimento sustentável (Tabela 4.2.), que resultam de um normal processo de planeamento de um destino turístico, que se quer participativo (WTO, 2004).

Tabela 4.2. Fases do processo de desenvolvimento e aplicação de indicadores de turismo sustentável	
Fases	Objectivos
1. Fase de pesquisa e organização Definição/delimitação do destino turístico Uso de processos participativos Identificação dos recursos turísticos e dos pontos fracos Definição de uma visão de longo prazo para o destino	Identificação clara do estado actual do destino turístico; Determinação das tendências e os potenciais riscos para a actividade turística; Clarificação dos papéis dos principais <i>stakeholders</i> .
2. Fase de desenvolvimento de indicadores Selecção de questões prioritárias e de questões políticas Identificação dos indicadores desejados Inventário das fontes de informação Procedimentos de selecção	Definição de indicadores mais relevantes e que melhor podem responder às questões de maior importância para o destino turístico.
3. Fase de implementação Avaliação da viabilidade/implementação de procedimentos Recolha e análise de dados Responsabilidade e Comunicação Monitorização e avaliação da aplicação dos Indicadores	Operacionalização dos indicadores definidos na fase anterior.

(Fonte: WTO, 2004)

A adopção desta metodologia permite a definição de uma lista personalizada de indicadores adaptada à real situação do destino e que abrange todas as questões relevantes para os diferentes *stakeholders*. Como forma de ajudar aos gestores dos destinos turísticos, este guia apresenta um vasto conjunto de indicadores relativos às seguintes temáticas: bem-estar da comunidade local, sustentabilidade dos bens culturais, participação da comunidade no turismo, satisfação do turista, saúde e segurança, captação de benefícios económicos do turismo, protecção do património natural, gestão dos recursos naturais escassos, limitação dos impactos ambientais da actividade turística, controlo das actividades turísticas, planeamento e controle do destino turístico, criação de produtos e serviços turísticos e sustentabilidade das operações e dos serviços turísticos (WTO, 2004). Em algumas destas temáticas são definidas questões de base e respectivos

indicadores de referência tidos com os mais relevantes no estudo de qualquer destino turístico. Em capítulo próprio, este documento sugere, também, vários conjuntos de indicadores apropriados às diferentes tipologias de destino turístico (zonas costeiras, desertos, destinos de montanha, pequenas ilhas, entre outros). Apesar das sugestões de indicadores expressas neste guia é importante que cada destino turístico aplique a metodologia referida anteriormente para garantir a definição dos indicadores que melhor respondam às necessidades locais (WTO, 2004).

No Anexo 4.1. é possível observar exemplos de vários sistemas de indicadores utilizados em estudos sobre turismo sustentável, que serão explicados de seguida.

Salinas Chávez et al. (2008) efectuaram um estudo sobre diferentes sistemas de indicadores de sustentabilidade no turismo aplicados a três destinos turísticos de Cuba com características distintas: a província de Holguín, o Centro Histórico de Havana e o Arquipélago dos Canarreos.

O primeiro sistema estudado foi baseado na proposta da OMT e tinha por objectivo medir o grau de sustentabilidade (elevado, médio ou baixo) das unidades territoriais de gestão turística do litoral da província de Holguín, em Cuba. O conjunto de indicadores que o compõem foi definido de acordo com as especificidades do destino e agrupam-se em quatro dimensões: o (i) ambiente geo-ecológico, relativo às características físicas e ecológicas, à disponibilidade de recursos e à qualidade ambiental; as (ii) infra-estruturas turísticas, respeitante à gestão em termos ambientais das infra-estruturas; o (iii) cliente externo, alusivo às preferências e à satisfação dos turistas e (iv) o ambiente socioeconómico, que prevê a identificação e a interacção do turismo com o desenvolvimento local e regional (Salinas Chávez & La O Osorio, 2006). Na escolha dos 24 indicadores seleccionados foi tida em atenção as características dos dados disponíveis, a sua actualidade, o nível de confiança e a sua representatividade no território (*idem, ibidem*).

O estudo relativo ao Centro Histórico de Havana (classificado Património da Humanidade pela UNESCO) englobou um conjunto de 26 indicadores divididos por nove categorias: ambiental, socio-económico, económico, social, sócio-cultural, níveis de utilização, gestão do turismo, contribuição do turismo para a preservação e reutilização de edifícios (Salinas Chávez et al., 2008). Este sistema de indicadores foi aplicado tendo em conta os dados disponíveis para os anos de 2000 e 2004, com o objectivo de perceber o rumo do desenvolvimento deste destino em termos de sustentabilidade, analisando a evolução de cada indicador, classificado como 'crescimento', 'sem alteração' e 'decrécimo', e a evolução de cada categoria, classificada de 'positiva' ou 'estagnada' (*idem, ibidem*).

O sistema de indicadores aplicado ao Arquipélago dos Canarreos foi inspirado no Projecto METASIG, baseado no sistema de indicadores PER proposto pela OCDE. Introduce um conjunto de indicadores relativos ao uso do território pelo turismo - modelo territorial – que se justifica pelo facto das actividades turísticas à escala local e intermédia dependerem do modelo territorial existente, das características físicas, ambientais

e socioeconómicas e da própria actividade turística desenvolvida num determinado espaço em concreto. Como tal, é necessário que exista um conjunto de indicadores que descreva o modelo territorial de modo a avaliar os restantes indicadores e a sua evolução (Salinas Chávez et al., 2008). Baseado na existência de pressões sobre a actividade turística, que devem ser identificadas e avaliadas, este conjunto de indicadores encontra-se agrupado em quatro grupos: modelo territorial, pressão, estado (ou qualidade) e resposta, perfazendo um total de 54 indicadores, analisados de forma evolutiva para o período 2000-2004. Inicialmente, foram seleccionados 79 possíveis indicadores que foram discutidos por diversos *stakeholders* (técnicos ambientais, técnicos do turismo, planeadores, gestores públicos) com a preocupação da escolha final ser realizada com base nas características específicas do destino e nas formas de disponibilização da informação (*idem, ibidem*).

Um outro exemplo de um sistema de indicadores de turismo sustentável é o sistema desenvolvido por Choi & Sirakaya (2006) para avaliar a sustentabilidade do turismo de base comunitária. Através da aplicação da técnica de Delphi, estes autores desenvolveram um sistema composto por 125 indicadores que se dividem em seis dimensões: ambiental, social, económica, cultural, política e tecnológica. A técnica de Delphi foi composta por três rondas, as quais implicaram a aplicação de inquéritos por questionário. Na primeira foi solicitado aos inquiridos (cujos nomes foram sugeridos por especialistas em turismo sustentável) que definissem um conjunto de indicadores para cada uma das dimensões referidas. Na segunda ronda foi solicitado que atribuíssem um grau de importância a cada um dos indicadores sugeridos na primeira ronda, utilizando uma escala de Likert de 1 a 5. A análise dos resultados obtidos traduziu-se na escolha dos indicadores cuja média do grau de importância atribuído fosse maior ou igual a 3,5. Na terceira ronda, foi pedido aos inquiridos que avaliassem cada indicador anteriormente seleccionado relativamente à sua solidez enquanto indicador de sustentabilidade do turismo. Para além dos indicadores que compõem o sistema proposto, os autores definiram também 26 indicadores denominados de *checklist*, que permitem ajudar as comunidades a analisar o estado actual dos seus recursos. Estes indicadores encontram-se divididos naquelas que são consideradas pelos autores como as quatro componentes essenciais para o desenvolvimento sustentável do turismo: recursos humanos, política e regulamentos, financiamento e planeamento e educação.

Monjardino (2009) apresenta o Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Turismo da Macaronésia (SIET-MAC) composto por 33 indicadores que visam avaliar a actividade turística propriamente dita, e também os impactos económicos, sociais, culturais e ambientais do turismo. Os indicadores propostos dividem-se em cinco grupos relativos a estas temáticas – economia, actividade turística propriamente dita, meio ambiente, sociedade e cultura e institucional, aos quais estão associados diversos sub-temas.

Ko (2005) propõe a adaptação do Barómetro da Sustentabilidade ao turismo através da escolha de indicadores que permitam avaliar os impactos do turismo na população residente e no ambiente local, bem como, a performance da estrutura produtiva do turismo e o grau de manutenção do equilíbrio ambiental.

Tal como o Barómetro da Sustentabilidade, também o Barómetro da Sustentabilidade do Turismo (BST) apenas permite avaliar o grau de sustentabilidade do sistema humano e do ecossistema, não possibilitando saber qual o grau associado a cada indicador. Esta informação é importante na medida em que permite uma actuação sobre as temáticas cujo grau de sustentabilidade for inferior e assim assegurar um melhor desempenho de destino turístico no âmbito da sustentabilidade. Ciente desta problemática, Ko (2005) propõe associar ao BST o modelo AMOEBA⁹. De acordo com o modelo conceptual de turismo sustentável que propõe (Figura 4.1.), este autor exemplifica a aplicação do modelo AMOEBA definindo, hipoteticamente¹⁰, quatro indicadores para cada uma das dimensões propostas, medidos pela mesma escala de referência. O valor de cada um dos indicadores é transposto para o gráfico, seguindo-se a união dos pontos obtidos. Quanto maior for a figura desenhada mais se aproximará o destino turístico de uma situação de sustentabilidade.

A aplicação prática do BTS e do modelo AMOEBA pode ser observada no estudo efectuado por Barros (2009), no qual pretendia avaliar a sustentabilidade do sector do turismo da Madeira. Para tal, foram escolhidos 16 indicadores (Tabela 4.3.) expressos em percentagens, cuja fonte de informação foi a Direcção Regional de Estatística da Madeira. A escolha destes indicadores teve por base a sua relevância e a facilidade na sua obtenção e análise.

Tabela 4.3. | Lista de indicadores aplicados ao BTS e ao modelo AMOEBA ao caso da Madeira

Sistema humano
IS 1 - Grau de satisfação do turista
IS 2 - Fidelidade dos turistas
IS 3 - Qualidade da oferta hoteleira
IS 4 - Grau de qualificação do mercado de trabalho turístico
IS 5 - Dependência dos principais mercados emissores
IS 6 - Turismo em espaço rural
IS 7 - Opinião dos residentes sobre o futuro do turismo na região
IS 8 - Nível de satisfação da população local
Ecossistema
IS 9 - Estabelecimentos com sistema de qualidade e/ou certificado de gestão ambiental
IS10 - Espaços naturais protegidos
IS11 - Qualidade das zonas balneares
IS12 - Superfície de costa urbanizada
IS13 - Consumo de energia eléctrica atribuível ao turismo
IS14 - Consumo de água de abastecimento urbano atribuível ao turismo
IS15 - Produção de resíduos sólidos urbanos atribuíveis ao turismo
IS16 - Índice de motorização atribuído ao turismo

(Fonte: Barros, 2009)

Os indicadores relativos ao sistema humano dizem respeito aos aspectos económicos, políticos, socioculturais e da própria estrutura produtiva, pretendendo avaliar a qualidade do serviço oferecido e se este corresponde às expectativas dos turistas, enquanto os indicadores referentes ao ecossistema visam

⁹ “AMOEBA é o acrónimo holandês para “método geral de descrição e avaliação do ecossistema”” (Barros, 2009, p. 4262).

¹⁰ Ko (2005) argumenta, tal como outros autores referidos no estudo, que a escolha dos indicadores deverá ser efectuada em função das características do destino turístico, sendo difícil estabelecer indicadores que sejam aplicáveis universalmente.

quantificar o impacto do turismo sobre o ambiente (Barros, 2009). Com os dados obtidos pela aplicação dos indicadores escolhidos, Barros (2009) verificou que o sistema humano apresenta o valor de 59% enquanto a média dos indicadores referentes ao ecossistema apresenta o valor de 70%. Transpondo estes valores para o BTS (Figura 4.3.), conclui-se que o destino turístico ‘Madeira’ se aproxima da classificação de ‘potencialmente sustentável’. Relativamente à aplicação do modelo AMOEBA (Figura 4.4.), verifica-se que existem indicadores que apresentam valores díspares, situados abaixo do nível intermédio, como sejam os casos dos indicadores IS4 - qualificação do mercado de trabalho, IS5 - dependência dos mercados emissores, IS6 - turismo em espaço rural, IS9 - sistemas de qualidade e certificação de gestão ambiental nos estabelecimentos hoteleiros e IS11 - qualidade das zonas balneares. São estes os aspectos que devem ser trabalhados para se garantir o máximo de sustentabilidade deste destino turístico (Barros, 2009).

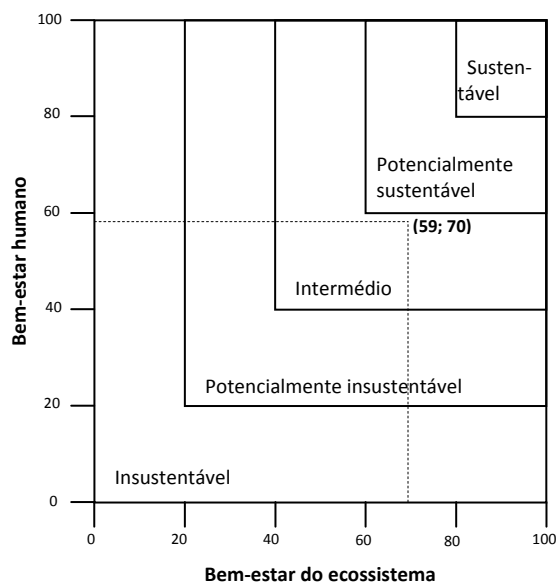


Figura 4.3. | Resultado da aplicação do BTS ao caso da Madeira
(Fonte: Adaptado de Barros, 2009)

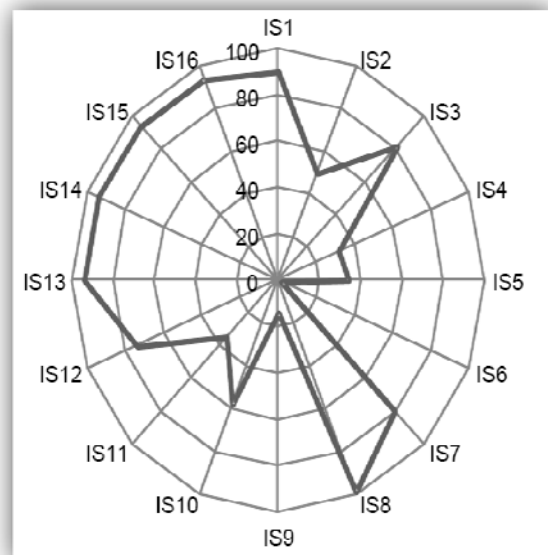


Figura 4.4. | Resultado da aplicação do modelo AMOEBA ao caso da Madeira
(Fonte: Barros, 2009, p. 4268)

4.5. CONCLUSÃO

Um destino turístico afirma-se, inicialmente, por possuir características naturais, patrimoniais e culturais únicas que o distinguem de outros destinos e lhe conferem o poder atractivo de turistas. A manutenção de tais características é condição essencial para a sobrevivência da actividade turística, o que originou o debate em torno da necessidade de adoptar medidas/políticas que previnam o surgimento de impactos que afectem negativamente tais características. Neste contexto, e na sequência das discussões internacionais sobre desenvolvimento sustentável é adoptado o conceito de turismo sustentável. À imagem do desenvolvimento sustentável, também o turismo sustentável é composto por várias dimensões – económica, ambiental, sociocultural, política e tecnológica, para as quais a sua sustentabilidade deve ser garantida.

O turismo sustentável deve ser encarado como um objectivo ao qual está subjacente a optimização dos benefícios económicos, a defesa do ambiente natural, a protecção do património construído e do património cultural, a melhoria da qualidade de vida dos residentes no destino turístico e a garantia de uma experiência de elevada qualidade aos turistas, numa perspectiva de satisfação das pretensões presentes e futuras.

Ciente da importância de se monitorizar a sustentabilidade do turismo, a OMT publicou um guia que integra um conjunto de recomendações para o desenvolvimento e uso de indicadores de turismo sustentável, que serviu de base para a definição de sistemas de indicadores de turismo sustentável aplicados a diversos destinos turísticos. Salienta-se que a escolha dos indicadores a utilizar para avaliar a sustentabilidade de um destino turístico deve ser efectuada de acordo com as características específicas desse destino, não sendo aconselhável a definição de indicadores que sejam aplicados a diferentes destinos turísticos.

Os sistemas de indicadores de sustentabilidade do turismo analisados apesar de apresentarem diferentes indicadores remetem-se para as principais dimensões do turismo sustentável: economia, ambiente, sociedade, cultura e política. A dimensão tecnológica é mais recente, sendo mencionada apenas num dos estudos.

CAPÍTULO 5. TURISMO E QUALIDADE DE VIDA

5.1. INTRODUÇÃO

Este capítulo tem por objectivo estabelecer a relação entre turismo sustentável e qualidade de vida, partindo da análise dos conceitos de qualidade de vida, desenvolvimento sustentável e turismo sustentável e de sistemas de indicadores utilizados para medir o seu desempenho.

É efectuada uma abordagem à percepção dos residentes dos destinos turísticos relativamente aos impactos positivos do turismo para averiguar quais as temáticas que estes assumem como as mais relevantes e qual a sua relação com a qualidade de vida.

Por fim, são definidos os pontos comuns entre os diferentes sistemas de indicadores identificados, que servem de base para a definição de uma proposta de indicadores que permitam avaliar os contributos do turismo para a qualidade de vida.

5.2. RELAÇÃO ENTRE QUALIDADE DE VIDA, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E TURISMO SUSTENTÁVEL

A relação entre os conceitos qualidade de vida, desenvolvimento sustentável e turismo sustentável afigura-se muito estreita, dado que a promoção da qualidade de vida é tida como um dos objectivos da sustentabilidade.

No âmbito do desenvolvimento sustentável podem ser defendidos dois pontos de vista. Um ponto de vista afirma que a sua preocupação está devidamente limitada ao futuro, ou seja, o desenvolvimento sustentável consiste em assegurar as condições para o bem-estar das gerações futuras. O outro ponto de vista assume como objectivo do desenvolvimento sustentável assegurar o bem-estar da população actual e as potencialidades para o bem-estar das gerações futuras (OECD, 2008). Em ambos os casos é assumida uma franca relação com a qualidade de vida ao considerar a preocupação com o bem-estar da população, que depende da existência de determinadas condições económicas, ambientais, sociais e culturais e de um equilíbrio entre elas. O último ponto de vista reflecte que a garantia da qualidade de vida deve ser assumida de forma sustentável, caso contrário esta deteriora-se implicando efeitos mais nefastos para as gerações futuras do que para a geração actual (CIPQV, 1998). A sustentabilidade assume-se, assim, como o alicerce para a sobrevivência da economia, do ambiente, da sociedade e da cultura, factores que determinam a qualidade de vida, sendo “...tanto uma pré-condição como uma parte integrante da qualidade de vida.” (*idem, ibidem*, p. 81).

Como já foi mencionado, a qualidade de vida é garantida quando são disponibilizadas determinadas condições económicas, ambientais, sociais e culturais que permitem a quem as usufrui ter uma sensação de felicidade e de satisfação com a vida. Associa, assim, duas visões: uma objectiva, expressa nas condições reais asseguradas aos indivíduos, e uma subjectiva, relativa à forma como os indivíduos percebem a satisfação com essas condições e com a vida de um modo geral. Tais condições podem agrupar-se em oito domínios tidos como os mais relevantes para avaliar a qualidade de vida: ambiente, emprego, habitação, mobilidade e transportes, actividades de recreio (cultura, desporto) e lazer, rendimento, saúde e segurança pública, que, por sua vez, mantêm uma relação directa com as dimensões da sustentabilidade - economia, ambiente, sociedade e cultura.

O turismo, assumido neste estudo como sinónimo de turismo sustentável, apresenta também, e de forma evidente, uma forte relação com a qualidade de vida. Enquanto uns autores associam o conceito de turismo sustentável numa perspectiva que implica a viabilidade a longo prazo da boa qualidade dos recursos naturais e humanos, outros sugerem que está associado à qualidade de vida dos residentes, à satisfação dos turistas e à conservação dos recursos naturais, sociais e culturais (Ahn et al., 2002), visão que aqui se reitera (Figura 5.1.).

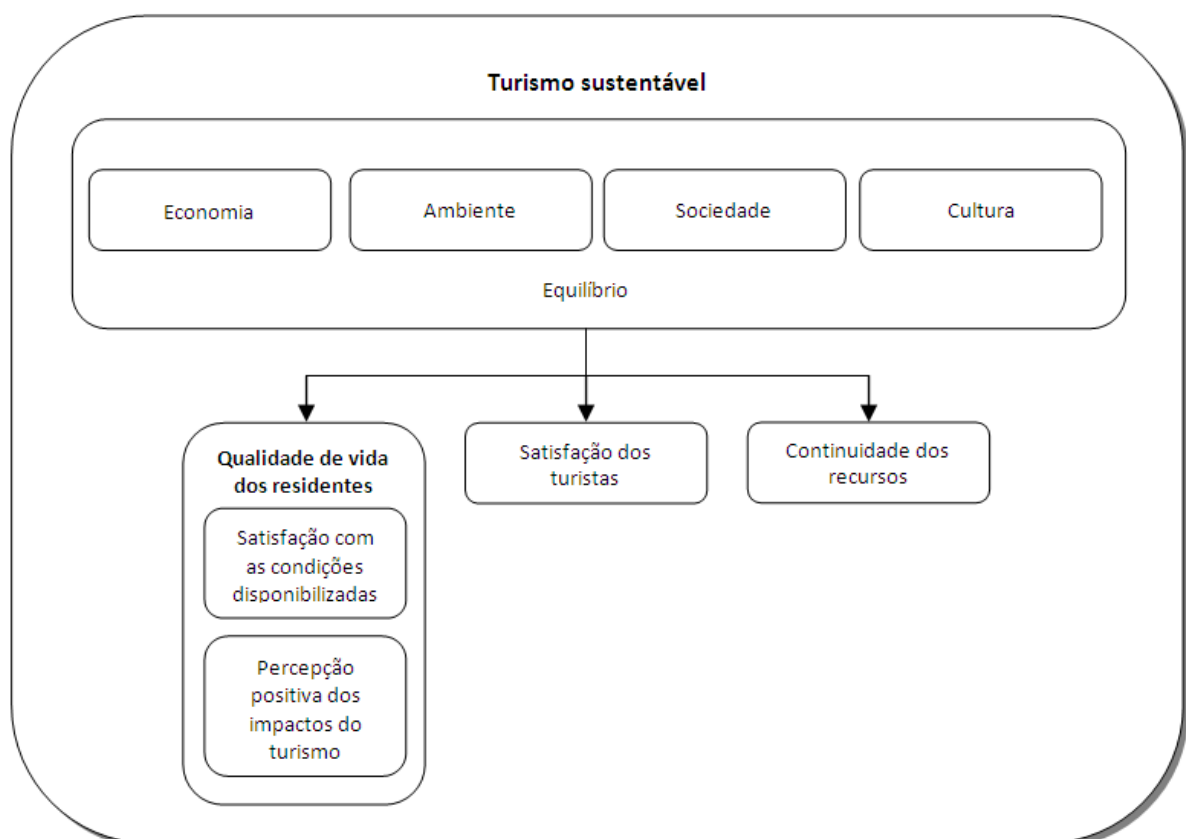


Figura 5.1. | Relação entre turismo sustentável e qualidade de vida

Desta forma, pode considerar-se que o turismo deverá manter o equilíbrio entre as condições económicas, ambientais, sociais e culturais disponibilizadas aos turistas e aos residentes, de modo a assegurar a satisfação de ambos, e garantir que os recursos existentes, que distinguem o destino turístico, sejam utilizados de forma a manterem as suas características diferenciadoras e a estarem disponíveis no futuro para, assim, assegurar a continuidade da actividade turística. Tais recursos assumidos como atributos exclusivos do destino turístico, como o meio ambiente, a sua cultura e as redes sociais, são o pilar da actividade turística e os principais factores de atractividade e de diferenciação do território. A importância da preservação dos recursos ambientais, culturais e sociais é notória pelo facto de conferirem vantagens competitivas em relação a outros destinos, sobretudo, por não poderem ser facilmente imitados (Hall & Williams, 2008), sendo exclusivos daquele território.

A satisfação dos residentes está patente na forma como o turismo contribui para a disponibilização das condições que promovem a qualidade de vida e da percepção que têm dos impactos do turismo sobre a mesma. O desenvolvimento da actividade turística pode contribuir para a melhoria económica do destino, através do aumento de emprego e do rendimento pessoal, e para a disponibilização de equipamentos, infra-estruturas, comércio, serviços, eventos, entre outros, que sendo direccionados para o mercado turístico, também são usufruídos pelos residentes, contribuindo para a sua qualidade de vida.

A importância de garantir uma boa qualidade de vida no destino turístico reside, principalmente, no facto da actividade turística depender muito da boa vontade dos residentes enquanto ‘hospedeiros’. A hospitalidade é um factor marcante no turismo e depende em grande medida da disposição do ‘hospedeiro’, que será influenciada pela sua satisfação com a vida. Se o ‘hospedeiro’ se sente insatisfeito com a sua vida pode demonstrar esse descontentamento ao turista não o tratando da forma mais adequada, o que poderá resultar na relutância do turista em voltar aquele destino (Fridgen, 1991 citado por Gursoy, Jurowski & Uysal, 2002) e na consequente transmissão de uma imagem negativa a possíveis futuros visitantes.

Para que o turismo sustentável atinja os seus objectivos é necessária uma intervenção assente em estratégias de planeamento adequadas de forma a garantir a qualidade de vida dos residentes e uma experiência positiva para os visitantes (Hall & Williams, 2008), sendo de todo o interesse que a comunidade local tenha um papel participativo em todo o processo. Quando uma comunidade se torna um destino turístico, a qualidade de vida dos residentes é afectada pelas consequências do seu desenvolvimento, pelo que é importante que os residentes sejam parte integrante de todo o processo de planeamento e de construção do destino turístico (Gursoy et al., 2002). Edgell, Allen, Smith & Swanson (2008) também partilham desta opinião ao afirmarem que quanto mais envolvida estiver a comunidade local no processo de decisão política, maior é a probabilidade do turismo criar benefícios económicos, ambientais e sociais, que conduzirão à melhoria da qualidade de vida e ao sucesso do destino turístico.

A participação activa da população residente e dos restantes *stakeholders* no processo de desenvolvimento do turismo permite conhecer os seus problemas, anseios e expectativas e conduzir todo o processo de planeamento de forma a garantir a satisfação das necessidades de todas as partes envolvidas. Assim, o processo de planeamento em turismo deve concentrar as atenções nos factores que mais preocupam os residentes (como o ambiente, a criminalidade, o bem-estar económico da comunidade, a existência de actividades de recreio, a cultura, entre outros) e promover o desenvolvimento do turismo de forma que este contribua para a melhoria desses aspectos (Gursoy et al., 2002), que estão directamente relacionados com a qualidade de vida.

No século XXI, o turismo afirma-se como um importante veículo para cumprir as aspirações das pessoas para uma maior qualidade de vida (Edgell et. al, 2008), ao assumir-se como um instrumento de desenvolvimento económico vital para as comunidades, fornecendo elementos que podem melhorar a qualidade de vida, tais como, oportunidades de emprego, novos negócios, novos produtos, maior rendimento, receitas fiscais, diversidade económica, eventos, restaurantes, melhorias nas infra-estruturas, atracções naturais e culturais e oportunidades de recreação ao ar livre (Andereck, Valentine, Knopf & Vogt, 2005; Edgell et. al, 2008). Contudo, o rápido crescimento do turismo produz efeitos económicos, ambientais e socioculturais nos destinos turísticos (Mathieson & Wall, 1990), que implicam alterações que desviam oportunidades ou ameaçam a qualidade de vida (Ahn et al., 2002). Para Weaver (2006), se o turismo continuar a crescer e a diversificar-se nas próximas décadas de acordo com os mesmos padrões que foram observados na segunda metade do século XX, é importante que esse crescimento se processe tendo-se um profundo conhecimento do vasto conjunto de impactos, positivos e negativos, que impõe nas dimensões económica, ambiental e sociocultural. A compreensão desses impactos pode ajudar os planeadores a identificar estratégias e abordagens para mitigar os resultados indesejáveis (McCool & Moisey, 2008), potenciar os efeitos positivos e, assim, viabilizar a sustentabilidade do turismo, visto que, na sua essência, o turismo sustentável envolve a minimização dos impactos negativos e a maximização dos impactos positivos (Weaver, 2006). Assim, para garantir a sustentabilidade da actividade turística urge conhecer os impactos, positivos e negativos, que esta produz no destino turístico.

As alterações introduzidas pelo desenvolvimento da actividade turística num determinado local podem ter implicações nas diferentes dimensões do turismo sustentável: economia, ambiente, sociedade, cultura, política e tecnologia, tendo maior visibilidade nas quatro primeiras. Assim, as consequências do desenvolvimento da actividade turística no destino são, frequentemente, divididas em três categorias:

- i) Económica, na qual se inclui o aumento de receitas fiscais, o aumento de emprego, a criação de rendimento adicional, o aumento da carga fiscal, inflação, entre outros;
- ii) Ambiental, como por exemplo, a protecção de parques naturais e da vida selvagem, a concentração populacional, a poluição da água e do ar, a poluição sonora, a destruição da vida selvagem, o vandalismo e o lixo;

- iii) Sociocultural, que abrange o ressurgimento do artesanato e de cerimónias tradicionais, o aumento da comunicação e da compreensão interculturais, o aumento dos índices de criminalidade, alterações nas culturas tradicionais, entre outros (Andereck 1995 citado por Andereck et al., 2005).

Nos exemplos referidos anteriormente são citados impactos positivos e impactos negativos. No entanto, tendo em conta que este estudo pretende analisar os contributos do turismo para a qualidade de vida, a atenção será dada aos impactos positivos que o desenvolvimento desta actividade produz no destino turístico e, principalmente, na qualidade de vida dos seus residentes.

5.2.1. IMPACTOS POSITIVOS DO TURISMO

Os primeiros estudos realizados sobre os impactos do turismo focavam-se, predominantemente, nos efeitos económicos positivos do turismo sobre as comunidades residentes nos destinos turísticos, sendo descuradas as suas consequências ambientais e sociais (Mathieson & Wall, 1990). No entanto, a proliferação de efeitos negativos do turismo sobre os destinos turísticos, nomeadamente, sobre o meio ambiente, conduziu a uma alteração da visão dos estudiosos nesta temática, passando a centrar a sua atenção sobre os impactos negativos, principalmente, sobre os impactos de ordem ambiental, que são os que se encontram mais bem compreendidos e documentados (McCool & Moisey, 2008). A partir da década de 70 do século XX são desenvolvidos diversos estudos sobre os impactos do turismo que acrescentam a percepção dos residentes sobre os mesmos (Schofield, 2011). A percepção dos residentes sobre os impactos do turismo tem sido, extensivamente, estudada na literatura, tendo como resultado a sugestão de que os residentes são influenciados pela percepção dos impactos, positivos e negativos, do turismo em três categorias básicas de benefícios e custos: económica, ambiental e sociocultural (Gursoy et al., 2002), as mesmas categorias em que se dividem as consequências do desenvolvimento da actividade turística no destino.

Para garantir a presença da qualidade de vida no processo de planeamento de um destino turístico é necessário conhecer a perspectiva que os residentes têm sobre os impactos do turismo na sua qualidade de vida. Esta necessidade parte do princípio de que se deve obter uma visão subjectiva da relação entre turismo e qualidade de vida, uma vez que esta é definida sob duas perspectivas, objectiva e subjectiva. Deste modo, foram analisados alguns estudos que se debruçaram sobre a percepção dos residentes sobre os impactos do turismo (Haley et al., 2005; Andereck et al., 2005; Tovar & Lockwood, 2008; Nunkoo & Ramkissoon, 2010; Shin, 2010; Schofield, 2011) para aferir quais os impactos positivos citados em maior número (Tabela 5.1.) e qual a sua relevância para a qualidade de vida. Esta análise centra-se nos aspectos positivos, pois pretende-se analisar a forma como o turismo contribui para a melhoria da qualidade de vida.

Tabela 5.1. | Impactos positivos do turismo percebidos pelos residentes

Impactos	Autores
Aumento das oportunidades de emprego	Liu & Var, 1986; Johnson, Snepenger & Akis, 1994; Gilbert & Clark, 1997 citados por Andereck et al., 2005 Milman & Pizam, 1988; Rothman, 1978 citados por Haley, Snaith & Miller, 2005 Prentice, 1993 citado por Schofield, 2011 Edgell et. al, 2008 Tovar & Lockwood, 2008 Nunkoo & Ramkissoon, 2010 Shin, 2010 Schofield, 2011
Aumento da oferta de equipamentos desportivos	Nunkoo & Ramkissoon, 2010
Crescimento económico das empresas locais	Liu & Var, 1986 citados por Andereck et al., 2005 Tovar & Lockwood, 2008 Nunkoo & Ramkissoon, 2010
Incentivo ao desenvolvimento de eventos culturais	Liu & Var, 1986; Gilbert & Clark, 1997; Brunt & Courtney, 1999 citados por Andereck et al., 2005 Tovar & Lockwood, 2008 Nunkoo & Ramkissoon, 2010 Shin, 2010
Contributo para uma melhor atitude perante o trabalho	Haralambopoulos & Pizam, 1996 citados por Andereck et al., 2005
Melhoria no nível de vida	Perdue, Long & Allen 1990; McCool & Martin 1994; Johnson, Snepenger & Akis, 1994; Gilbert & Clark, 1997; citados por Andereck et al., 2005
Aumento da oferta de locais destinados a actividades de recreio e de lazer	Perdue et al., 1990; Brunt & Courtney, 1999 citados por Andereck et al., 2005 Keogh 1990; Liu, Sheldon & Var 1987; Murphy 1983; Pizam, 1978; Rothman, 1978; Sheldon & Var 1984 citados por Gursoy et al., 2002 Davis, Allen & Cosenza, 1988 citados por Haley, Snaith & Miller, 2005 Tovar & Lockwood, 2008 Nunkoo & Ramkissoon, 2010
Melhoria/aumento da oferta de serviços públicos	Brunt & Courtney, 1999 citados por Andereck et al., 2005 Tovar & Lockwood, 2008
Aumento da oferta de comércio e serviços	Edgell et. al, 2008 Tovar & Lockwood, 2008 Nunkoo & Ramkissoon, 2010 Schofield, 2011
Aumento de investimentos	Liu & Var, 1986 citados por Andereck et al., 2005 Tovar & Lockwood, 2008 Schofield, 2011
Melhoria/construção de infra-estruturas	Belisle & Hoy, 1980 citados por Haley, Snaith & Miller, 2005 Edgell et. al, 2008
Melhoria nas condições de mobilidade e transportes	Nunkoo & Ramkissoon, 2010
Aumento das receitas fiscais	Haralambopoulos & Pizam, 1996 citados por Andereck et al., 2005 Edgell et. al, 2008
Promoção de acções de preservação do património cultural	Gilbert & Clark, 1997 citados por Andereck et al., 2005 Nunkoo & Ramkissoon, 2010 Schofield, 2011
Promoção de acções de requalificação urbana	Nunkoo & Ramkissoon, 2010
Aumento no rendimento pessoal	Haralambopoulos & Pizam, 1996 citados por Andereck et al., 2005 Edgell et. al, 2008
Aumento da oferta de equipamentos culturais	Brunt & Courtney, 1999 citados por Andereck et al., 2005 Nunkoo & Ramkissoon, 2010
Aumento da área de espaços pedonais	Nunkoo & Ramkissoon, 2010 Schofield, 2011

(Fontes: Gursoy et al., 2002; Andereck et al., 2005; Haley et al., 2005; Edgell et. al, 2008; Tovar & Lockwood, 2008; Shin, 2010; Nunkoo & Ramkissoon, 2010; Schofield, 2011)

Estabelecendo a relação entre as temáticas da qualidade de vida, os impactos positivos do turismo e as dimensões do turismo sustentável, verifica-se que impactos alusivos às temáticas ambiente, habitação, saúde e segurança pública não foram referenciados pelos estudos (Tabela 5.2.). Tal situação deve-se ao facto do turismo não incidir directamente e de forma positiva nestas áreas. Contudo, foram mencionados impactos relativos a outras temáticas da qualidade de vida (economia local, património cultural e infra-estruturas e equipamentos públicos) que não são referidas como as mais relevantes para a sua avaliação.

Tabela 5.2. | Relação entre qualidade de vida, impactos positivos do turismo e dimensões do turismo sustentável

Temáticas de qualidade de vida	Impactos positivos do turismo	Dimensões do turismo sustentável
Rendimento	Aumento no rendimento pessoal Melhoria no nível de vida	Económica
Economia local	Aumento de investimentos Aumento das receitas fiscais Crescimento económico das empresas locais	
Emprego	Aumento das oportunidades de emprego Contributo para uma melhor atitude perante o trabalho	
Comércio e serviços	Aumento da oferta de comércio e serviços	
Actividades de recreio (cultura, desporto) e lazer	Aumento da oferta de equipamentos desportivos Incentivo ao desenvolvimento de eventos culturais Aumento da oferta de locais destinados a actividades de recreio e de lazer	Cultural
Património cultural	Promoção de acções de preservação do património cultural	
Infra-estruturas e equipamentos públicos	Melhoria/aumento da oferta de serviços públicos Melhoria/construção de infra-estruturas Aumento da oferta de equipamentos culturais Promoção de acções de requalificação urbana Aumento da área de espaços pedonais	Social
Mobilidade e transportes	Melhoria nas condições de mobilidade e transportes	

Constata-se, ainda, que apenas são mencionados impactos relativos às dimensões económica, social e cultural, não sendo referido nenhum impacto ambiental positivo. Contudo, o desenvolvimento do turismo pode ter impactos ambientais positivos ao facilitar a conservação da natureza e os esforços de recuperação ecológica (Buckley, 2004; Blangy & Mehtac, 2006 citados por McCool & Moisey, 2008; Mathieson & Wall, 1990), dado que, em muitos destinos turísticos, as condições ambientais são a razão de ser da actividade turística, sendo de todo o interesse garantir a sua preservação.

Os impactos positivos referidos em mais estudos são o ‘aumento de oportunidades de emprego’ e o ‘aumento da oferta de locais destinados a actividades de recreio e de lazer’. A importância do aumento de oportunidade de emprego é evidente, pois permite aumentar o rendimento e, consequentemente, o acesso a bens e serviços. A escolha deste impacto também pode estar relacionada com o facto de grande parte dos inquiridos nos estudos realizados terem uma relação laboral, efectiva ou próxima, na área do turismo.

A disponibilização de condições para a prática de actividades de recreio e de lazer assume cada vez maior importância, tanto para o turismo, como para a qualidade de vida. Neste âmbito, Costa (2001, p. 78) refere que “proporcionar cada vez melhores condições de vida aos próprios cidadãos e àqueles que nos visitam deverá tornar-se uma das questões-chave para o futuro, não apenas por razões éticas mas também por

razões económicas. O futuro da rentabilidade do sector [do turismo] vai passar, cada vez mais, pelos mercados de lazer e recreio”.

5.3. SISTEMAS DE INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA, DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DE TURISMO SUSTENTÁVEL

A existência de um sistema de controlo eficaz e eficiente dos impactos do turismo na comunidade é condição essencial para assegurar a melhoria da qualidade de vida e para atingir um nível óptimo de desenvolvimento (Choi & Sirakaya, 2006). A necessidade de obter um conhecimento aprofundado da realidade, que permita identificar pontos críticos e pontos fortes e garantir tomadas de decisão que vão ao encontro dos desígnios da sustentabilidade e assegurem a qualidade de vida, conduziu ao desenvolvimento de sistemas de indicadores. Nos capítulos anteriores foram analisados diversos sistemas de indicadores criados para monitorizar a qualidade de vida, o desenvolvimento sustentável e o turismo sustentável. Importa, neste subcapítulo, reconhecer pontos comuns entre os diferentes sistemas de indicadores identificados e definir os indicadores que permitem avaliar os contributos do turismo para a qualidade de vida.

Como se pôde constatar anteriormente, os impactos positivos percebidos pelos residentes nos destinos turísticos dividem-se, fundamentalmente, em duas áreas: emprego e actividades de recreio e lazer, áreas que também estão referidas com as mais relevantes para avaliar a qualidade de vida. A temática ‘emprego’ encontra-se representada em todos os sistemas de indicadores analisados - qualidade de vida, desenvolvimento sustentável e turismo sustentável, o que atesta a sua importância em cada um desses campos. Nos nove sistemas de indicadores de qualidade de vida analisados verifica-se, em seis, a existência de diversos indicadores relacionados com as actividades de recreio e lazer e, também, com a actividade turística. A maioria desses indicadores diz respeito ao número de equipamentos culturais disponíveis, ao número de actividades desenvolvidas e ao número de pessoas que assistem aos eventos promovidos.

Em dois sistemas de indicadores de qualidade de vida são definidos indicadores directamente relacionados com a actividade turística. O estudo desenvolvido por Boelhouwer (2002) com o intuito de definir um índice para monitorizar a qualidade de vida na Holanda, inclui uma dimensão relativa às férias realizadas pelos residentes desse país (Anexo 1.2.). Para este autor, a capacidade para se usufruir de férias fora do seu local de residência é sinal da existência de uma boa qualidade de vida. Contudo, estes indicadores não reflectem o impacto do turismo no local de residência pelo que não serão contabilizados neste estudo. Numa perspectiva diferente, também o sistema de indicadores de qualidade de vida da UE, o Urban Audit, integra na dimensão ‘Cultura e recreio’ um conjunto de sete indicadores relacionados com o turismo, designadamente, estadias de turistas durante a noite em regime de alojamento por ano, estadias de turistas durante a noite por população residente, número de passageiros de transportes aéreos por residente, taxa média de ocupação de alojamento, número de camas disponíveis, número de passageiros

de transportes aéreos que utilizam o aeroporto mais próximo e quota de partidas não-domésticas do aeroporto mais próximo (Anexo 1.2.). Depreende-se, assim, que a UE considera o desenvolvimento da actividade turística uma fonte de mais-valias para a qualidade de vida das cidades europeias.

Relativamente aos sistemas de indicadores de desenvolvimento sustentável, a relação com a qualidade de vida é evidente estando todos os indicadores, directa ou indirectamente, aptos a avaliarem a qualidade de vida, uma vez que versam sobre as temáticas consideradas as mais relevantes para a qualidade de vida como, o ambiente, o emprego, a habitação, a mobilidade e transportes, o rendimento, a saúde e a segurança pública. Direccionados de uma forma incisiva para as dimensões económica, ambiental e social, alguns dos sistemas adoptam também a dimensão institucional ao incluírem indicadores relacionados com estratégias políticas e participação pública no processo de desenvolvimento sustentável (DGA, 2000; IISD, 2007; APA & DCEAFCTUNL, 2007; EC, 2009). A temática relativa à dimensão cultural é a única que não é contemplada em nenhum dos sistemas. Por sua vez, o turismo surge em três dos sistemas de indicadores de desenvolvimento sustentável analisados.

No sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável da Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU (Anexo 2.1.), o turismo surge como um sub-tema em dois dos temas definidos. No tema ‘Demografia’ está representado pelo indicador que pretende avaliar a proporção de habitantes em relação aos turistas nas regiões e nos destinos turísticos, enquanto no tema ‘Desenvolvimento económico’ avalia-se a contribuição do turismo para o PIB. O primeiro indicador integra o grupo dos indicadores complementares, que permitem uma avaliação abrangente e diferenciável do desenvolvimento sustentável, mas não são de fácil obtenção.

O Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (SIDS) de Portugal inspirado no modelo Pressão PER da OCDE (Anexo 2.5.) apresenta, no conjunto dos indicadores económicos, quatro indicadores directamente relacionados com a actividade turística. Dois dos indicadores, intensidade turística e sazonalidade turística, são indicadores de pressão, que como já foi referido visam caracterizarem as pressões exercidas nesta área sobre os sistemas ambientais. Os outros dois, turismo em espaço rural e capacidade de alojamento, são indicadores de estado, que reflectem a qualidade do ambiente num dado horizonte espaço/tempo.

A proposta de revisão do SIDS, apoiada no modelo DPSIR proposto pela Agência Europeia do Ambiente, integra também indicadores relacionados com a actividade turística (Anexo 2.6.). O indicador ‘capacidade de alojamento turístico’, pertence à dimensão económica e à categoria Actividade/Força motriz, e pretende avaliar a capacidade de alojamento dos meios de alojamento recenseados para alojar turistas, nomeadamente em Estabelecimentos Hoteleiros e unidades de Turismo no Espaço Rural. O indicador ‘intensidade turística’ avalia a pressão exercida pelos turistas num determinado território através da relação entre o número de dormidas nos meios de alojamento recenseados e o número de residentes.

Pertence à dimensão económica e à categoria Pressão, sendo também um indicador-chave e regionalizável. Este sistema introduz, também, o indicador 'bem-estar subjectivo' englobado na dimensão social e na categoria impacto, que reflecte o grau de satisfação com a vida e o sentimento de felicidade que lhe está associado, aludindo à questão da qualidade de vida. Os dados relativos a este indicador foram obtidos através da aplicação de inquéritos por questionário.

Os sistemas de indicadores de turismo sustentável centram-se, maioritariamente, nas dimensões económica, ambiental e social, mas também focam a sua atenção nas vertentes institucional/política e cultural. A introdução da dimensão cultural aponta para a importância desta temática no contexto do turismo, que é evidente por se assumir como um dos recursos diferenciadores dos destinos turísticos. De uma forma directa, a qualidade de vida é referida apenas num dos estudos analisados. Choi & Sirakaya (2006) apresentam na dimensão social um indicador relacionado com a qualidade de vida, que visa medir os níveis de satisfação da comunidade com a vida.

Com base na análise efectuada aos diferentes sistemas de indicadores, conclui-se a existência de vários pontos comuns que se traduzem numa relação estreita entre as temáticas avaliadas, que se podem agrupar de acordo com as dimensões tradicionais do turismo sustentável (Tabela 5.3.).

Tabela 5.3. | Pontos comuns entre os sistemas de indicadores analisados

Dimensões	Assuntos abordados
Económica	Nível de rendimentos Produto Interno Bruto Caracterização do emprego Dinâmicas económicas Oferta de bens e serviços
Ambiental	Protecção ambiental Qualidade do ar Qualidade da água Gestão de recursos hídricos Tratamento de resíduos Uso do solo
Social	Disponibilização e acesso a equipamentos e serviços públicos Segurança pública Nível de satisfação dos indivíduos
Cultural	Acesso à cultura, ao desporto e outras actividades de recreio e lazer Equipamentos culturais disponíveis Preservação do património/identidade cultural

Acresce-se a estas temáticas a questão política que, como se pôde verificar, não consta dos sistemas de indicadores de qualidade de vida. Contudo, devido à sua importância no contexto da sustentabilidade como forma de garantia da qualidade de vida, sobretudo, pela oportunidade de promover a participação pública no processo de desenvolvimento, entendeu-se que esta dimensão deveria ser considerada. A vertente política assume grande importância, pois permite estabelecer o equilíbrio entre as restantes dimensões de forma a assegurar os objectivos do turismo sustentável: melhoria da qualidade de vida dos residentes, experiência positiva dos turistas e preservação dos recursos ambientais, sociais e culturais que estão na

base do desenvolvimento da actividade turística. É, também, ao poder político que cabe garantir a correcta aplicação dos meios de financiamento de modo a assegurar a sustentabilidade global do território.

Face às conclusões anteriores, propõe-se a definição de um conjunto de indicadores aptos para medir o contributo do turismo para a melhoria da qualidade de vida. A escolha dos indicadores foi efectuada com base nos indicadores que estabelecem relação entre os conceitos qualidade de vida, desenvolvimento sustentável e turismo sustentável, aliando também indicadores de turismo sustentável que permitem avaliar os impactos positivos percebidos pelos residentes e que mantêm uma relação directa com os indicadores utilizados para avaliar cada uma das temáticas de qualidade de vida (Figura 5.2.). Por exemplo, a temática ‘emprego’ é avaliada na qualidade de vida de uma forma global, no entanto, nesta proposta, será avaliada tendo por base o emprego da indústria do turismo.

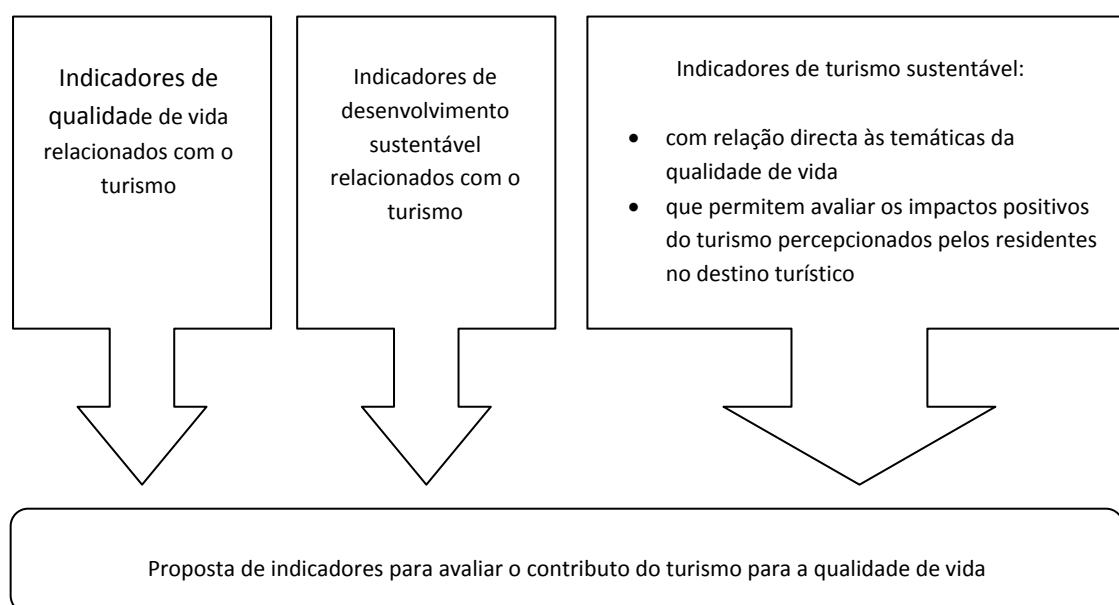


Figura 5.2. | Metodologia para definição da proposta inicial de sistema de indicadores

Tendo por referência as dimensões do turismo sustentável – ambiente, economia, sociedade, cultura e política – foram agrupados os indicadores com maior representatividade do conjunto dos sistemas analisados e que permitem a avaliação das temáticas definidas como as mais relevantes para a qualidade de vida (Tabela 5.4.). Optou-se por uma escolha equitativa do número de indicadores para cada dimensão, uma vez que se pretende que haja um equilíbrio entre as dimensões, não se destacando nenhuma em particular.

Tabela 5.4. | Indicadores que avaliam o contributo do turismo para a qualidade de vida

Dimensões	Indicadores
Ambiental	Proporção de área protegida em relação à área total do destino
	Eficiência na gestão dos resíduos sólidos
	Quantidade de resíduos espalhados nas vias públicas
	Eficiência na gestão das águas residuais
	Qualidade da água para consumo humano
	Qualidade das águas balneares
	N.º de dias com boa qualidade de ar
	Frequência de acidentes ambientais devidos ao turismo
	N.º de turistas por m ² de terreno
	Uso continuado de avaliação de impacte ambiental
Económica	N.º de restaurantes
	% dos empregos da indústria do turismo que são permanentes ou que estão activos ao longo de todo o ano
	Consumo de produtos nacionais e locais
	% de estabelecimentos comerciais abertos todo o ano
	N.º de hotéis
	Receita gerada pelo turismo como % da receita total gerada na comunidade
	Relação do n.º de empregos no turismo com o n.º de emprego total (homens e mulheres)
	Contribuição do turismo para o Produto Interno Bruto (PIB)
	N.º de camas disponíveis
	Crescimento do emprego no turismo
Social	% de equipamentos sociais disponíveis na comunidade que é atribuída ao turismo
	Taxa de criminalidade
	% da população residente que acredita que o turismo ajudou a promover novos serviços, equipamentos e infra-estruturas
	Nível de satisfação dos residentes com o turismo
	Rácio de utilização das infra-estruturas hoteleiras pelos residentes
	Continuidade das actividades tradicionais pelos residentes
	Proporção do n.º de turistas para o n.º de residentes no destino turístico
	Participação dos residentes na indústria do turismo
	Capacidade dos equipamentos sociais disponíveis na comunidade que são atribuídos ao turismo
	Atitude dos residentes perante o desenvolvimento turístico
Cultural	N.º de galerias de arte
	N.º de salas de espectáculos (teatros, espaços para concertos, etc.)
	% de residentes satisfeitos com a integridade cultural
	Disponibilidade de fundos para conservação dos imóveis/sítios com valor patrimonial
	Assistência anual nos espectáculos/eventos culturais
	N.º de imóveis/sítios com classificação e protecção patrimonial
	N.º de sessões de espectáculos/eventos culturais
	N.º de museus
	N.º de visitantes de museus
	Nível de conservação dos imóveis/sítios com valor patrimonial
Política	Participação dos residentes no processo de planeamento
	Incorporação e implementação de ideias dos residentes na gestão do destino turístico
	Existência de políticas de uso do solo
	Inclusão do turismo no processo de planeamento como uma das suas componentes principais
	% de áreas protegidas/ecossistemas com planos de gestão operacionais
	Existência de um plano de turismo sustentável
	% da área sujeita a controlo de uso do solo
	Existência de políticas e de gestão da poluição do ar, da água e dos resíduos
	Comunicação bidireccional entre residentes e poder político
	Gestão eficaz de áreas protegidas

5. 4. CONCLUSÃO

A qualidade de vida é alcançada quando são disponibilizadas determinadas condições económicas, ambientais, sociais e culturais que conferem uma sensação de satisfação a quem as usufrui. A promoção da qualidade de vida afirma-se como o objectivo central da sustentabilidade. No âmbito do turismo sustentável, associa-se a este objectivo a garantia de uma experiência positiva para os turistas e a preservação dos recursos ambientais, culturais e sociais. Os objectivos do turismo sustentável resultam do equilíbrio entre as condições económicas, ambientais, sociais e culturais, que é garantido através de uma correcta actuação política, baseada na participação pública e na adopção de estratégias de sustentabilidade.

A garantia da qualidade de vida dos residentes no destino turístico tem implicações, sobretudo, ao nível da hospitalidade. Uma boa qualidade de vida gera satisfação nos residentes que, estando satisfeitos, melhor recebem o turista, contribuindo assim para uma boa experiência para este, que se expressa na sua satisfação. Assim, poderá, também, ser considerada uma acção indirecta de marketing do destino turístico.

Para conferir uma visão subjectiva da relação do turismo com a qualidade de vida e dos seus contributos para a melhoria desta, foi efectuada uma abordagem à percepção dos residentes relativamente aos impactos positivos do turismo, concluindo-se que os residentes assumem como impactos mais relevantes para a melhoria da sua qualidade de vida o ‘aumento de oportunidades de emprego’ e o ‘aumento da oferta de locais destinados a actividades de recreio e de lazer’.

Após a análise de diversos sistemas de indicadores de qualidade de vida, desenvolvimento sustentável e turismo sustentável foi possível definir indicadores que estabelecem relação entre os três conceitos e aferir quais os pontos comum associados a estes. Estas conclusões serviram de base à proposta de indicadores para avaliar o contributo do turismo para a qualidade de vida.

Os pontos comuns entre os três conceitos explorados associam-se às dimensões tradicionais do turismo sustentável (económica, ambiental, social e cultural) abordando questões como fontes de rendimento, emprego, dinâmicas económicas, oferta de bens e serviços, qualidade/protecção das condições ambientais, gestão de recursos hídricos, tratamento de resíduos, uso do solo, disponibilização de equipamentos e serviços públicos, segurança pública, satisfação dos residentes, acesso a equipamentos culturais e actividades de recreio e lazer e preservação do património e da identidade cultural. A estas questões acrescentam-se outras relacionadas com a participação pública no processo político e com estratégias políticas de sustentabilidade.

A proposta de indicadores para avaliar o contributo do turismo para a qualidade de vida encontra-se, assim, dividida em cinco dimensões, ambiental, económica, social, cultural e política perfazendo um total de 50 indicadores.

Importa agora aferir se estes indicadores são os mais indicados para garantir o contributo do turismo para a qualidade de vida num contexto socioeconómico adverso, como o que se vive actualmente e que é sentido à escala mundial.

CAPÍTULO 6. METODOLOGIA

6.1. INTRODUÇÃO

Este capítulo tem como objectivo desenvolver a metodologia adoptada neste estudo. Inicia-se com a definição do problema de pesquisa e das hipóteses de investigação que visam garantir o desenvolvimento de um mecanismo de monitorização do desenvolvimento turístico, na perspectiva de assegurar o contributo do turismo para a garantia da qualidade de vida da população residente nos destinos turísticos, em situações socioeconómicas desfavoráveis.

O método de recolha de informação adoptado é a técnica de Delphi, sendo efectuada uma pequena abordagem teórica explicativa deste método. Posteriormente, são analisados vários estudos onde foi aplicada a técnica de Delphi para assim compreender os vários aspectos a ter em atenção quando se utiliza este método na recolha de informação para fins de investigação em ciências sociais. Esta análise permite justificar as opções tomadas na implementação da técnica de Delphi neste estudo.

De seguida, é explicada a escolha do universo em estudo e a forma como foi constituído o grupo de inquiridos. São, igualmente, abordadas a composição e a estrutura do questionário, bem como, o método utilizado na sua aplicação. Este capítulo finaliza-se com a definição dos métodos de análise da informação recolhida.

6.2. DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA E DAS HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO

No capítulo anterior, foi possível averiguar quais as relações existentes entre a qualidade de vida e o turismo sustentável, tendo por base a revisão da literatura e uma abordagem aos sistemas de indicadores utilizados para monitorizar estes conceitos. Como resultado, foi definido um conjunto de temáticas e de indicadores que permitem avaliar os contributos do turismo para a qualidade de vida.

Importa, neste capítulo, desenvolver uma metodologia que permita atestar se as conclusões retiradas anteriormente se confirmam, de forma a assegurar que a proposta do sistema de indicadores apresentada está apta a garantir o contributo do turismo para a qualidade de vida nos destinos turísticos quando se vivem situações socioeconómicas adversas. Neste sentido, define-se como problema de pesquisa:

Num contexto mundial pautado por profundas alterações socioeconómicas, o desenvolvimento da actividade turística pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população residente no destino turístico?

Para dar resposta a esta questão são colocadas as seguintes hipóteses de investigação, que abrangem as quatro dimensões que limitam os pontos comuns aos sistemas de indicadores analisados:

Hipótese 1 | As questões económicas, sociais, ambientais e culturais têm grande relevância para a melhoria da qualidade de vida da população residente no destino turístico.

Hipótese 2 | O aumento de oportunidades de emprego decorrente do desenvolvimento da actividade turística contribui para a melhoria da qualidade de vida da população residente no destino turístico.

Hipótese 3 | A promoção de atividades de recreio e lazer direccionadas para os turistas tem um impacto positivo na qualidade de vida da população residente no destino turístico.

A hipótese 1 parte da conclusão que as questões económicas, sociais, ambientais e culturais são as mais valorizadas no estabelecimento da relação entre qualidade de vida e turismo sustentável, sendo consideradas nos diversos sistemas de indicadores analisados.

A hipótese 2 surge do facto da temática ‘Emprego’ ser comum aos sistemas de indicadores de qualidade de vida e de turismo sustentável e do aumento de oportunidade de emprego ser mencionado como um dos principais impactos positivos do turismo percebidos pelos residentes no destino turístico.

A hipótese 3 é fundamentada, também, por a temática ‘Actividades de recreio e lazer’ ser percebidas como um dos principais impactos positivos do turismo e estar contemplada nos sistemas de indicadores de qualidade de vida e de turismo sustentável.

A validação das hipóteses apresentadas é efectuada através da recolha da opinião de responsáveis por instituições/empresas que disponibilizam bens e serviços nas áreas definidas pela CST como áreas de negócio fundamentais para a actividade turística: alojamento, restauração e bebidas, transporte (de passageiros e rent a car), agências de viagens e operadores turísticos, serviços culturais e serviços recreativos. Estas instituições/empresas contribuem para um dos factores considerados dos relevantes para assegurar a qualidade de vida – a oferta de emprego à população residente. Por outro lado, apesar de direccionados para o turista, os bens e serviços disponibilizados por estas entidades podem, também, ser usufruídos pelos residentes no destino turístico e contribuir, também, desta forma, para a sua qualidade de vida. Conclui-se, assim, que estas áreas de negócio têm uma relação directa com aqueles que são considerados os principais impactos positivos do turismo percebidos pelos residentes nos destinos turísticos: aumento de oportunidades de emprego e aumento da oferta de locais destinados a actividades de recreio e de lazer.

Para alcançar o objectivo proposto nesta investigação, optou-se pela aplicação da técnica de Delphi.

6.3. MÉTODO DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO - TÉCNICA DE DELPHI

A técnica de Delphi, desenvolvida nos EUA na década de 50 do século XX, pertence a um conjunto de métodos de pesquisa qualitativa que dependem do julgamento de indivíduos pressupostamente especialistas no assunto em estudo (Garrod & Fyall, 2005). Esta técnica foi concebida como um processo de comunicação em grupo que visa atingir uma convergência de opinião sobre um determinado assunto (Hsu & Sandford, 2007). Consiste num método sistemático de recolha de opiniões de um grupo de especialistas através da aplicação de várias rondas de questionários, sendo fornecido, entre estas, o feedback sobre a opinião do grupo, mas preservando o anonimato das respostas dos inquiridos (Miller, 2001; Garrod & Fyall, 2005; Hsu & Sandford, 2007). O seu principal objectivo é alcançar o consenso do grupo, sem que haja o efeito de pensamento colectivo (Miller, 2001), ou seja, sem que haja uma influência directa do grupo nas escolhas de cada inquirido. Esta técnica é, muitas vezes, utilizada para a predição de eventos futuros, através do alcance do referido consenso (Poulsen de 1920; Woudenberg, 1991 citados por Choi & Sirakaya, 2006).

A técnica de Delphi não deve ser entendida como uma ferramenta de tomada de decisão, mas sim uma ferramenta de análise e, como tal, o objectivo não é conseguir uma resposta definitiva, mas sim ajudar no desenvolvimento de possíveis soluções, com base nos resultados obtidos na sua aplicação (Kaynak & Macauley, 1984 citados por Miller, 2001). É uma técnica de pesquisa aplicada em diversos estudos, incluindo na área do turismo (Garrod & Fyall, 2005).

Segundo Delbecq, Van de Ven & Gustafson (1975, citados por Hsu & Sandford, 2007) a técnica de Delphi pode ser utilizada para atingir os seguintes objectivos:

- i) Determinar ou desenvolver uma gama de alternativas possíveis de programas;
- ii) Explorar ou expor suposições subjacentes ou informações que levem a juízos diferentes;
- iii) Recolher informações que possam gerar um consenso no seio do grupo inquirido;
- iv) Correlacionar julgamentos informados sobre um tema que abrange uma ampla gama de disciplinas;
- v) Educar o grupo de inquiridos quanto a aspectos diversos e inter-relacionados sobre o assunto em estudo.

A técnica de Delphi distingue-se pela capacidade de aprofundar as questões de uma forma rigorosa, por recorrer a conhecimentos especializados que estariam indisponíveis a quem realiza o estudo se utilizasse métodos mais convencionais (Garrod & Fyall, 2005). O facto dos inquiridos corresponderem a indivíduos especialistas na matéria em análise confere maior rigor ao estudo, permitindo também obter resultados com um nível de aprofundamento mais elevado.

Rowe & Wright (1999 citados por Garrod & Fyall, 2005) especificam quatro características-chave que podem ser consideradas como necessárias para um procedimento ser considerado como sendo a técnica de

Delphi: o anonimato, o processo iterativo, o *feedback* controlado e a adequação de uma variedade de técnicas de análise estatística para interpretar as respostas do grupo.

O (i) **anonimato** é uma das principais vantagens da técnica de Delphi ao permitir eliminar os efeitos indesejáveis decorrentes de outras técnicas em que é utilizada a discussão em grupo para recolher e sintetizar informação (Dalkey, 1972 citado por Hsu & Sandford, 2007). Ao preservar o anonimato dos inquiridos, conseguido pela condução do inquérito por correio, por e-mail ou através de entrevistas pessoais individualizadas, é reduzido o risco dos inquiridos se sentirem pressionados ou serem influenciados pelos outros especialistas (Garrod & Fyall, 2005), preservando a sua opinião exacta.

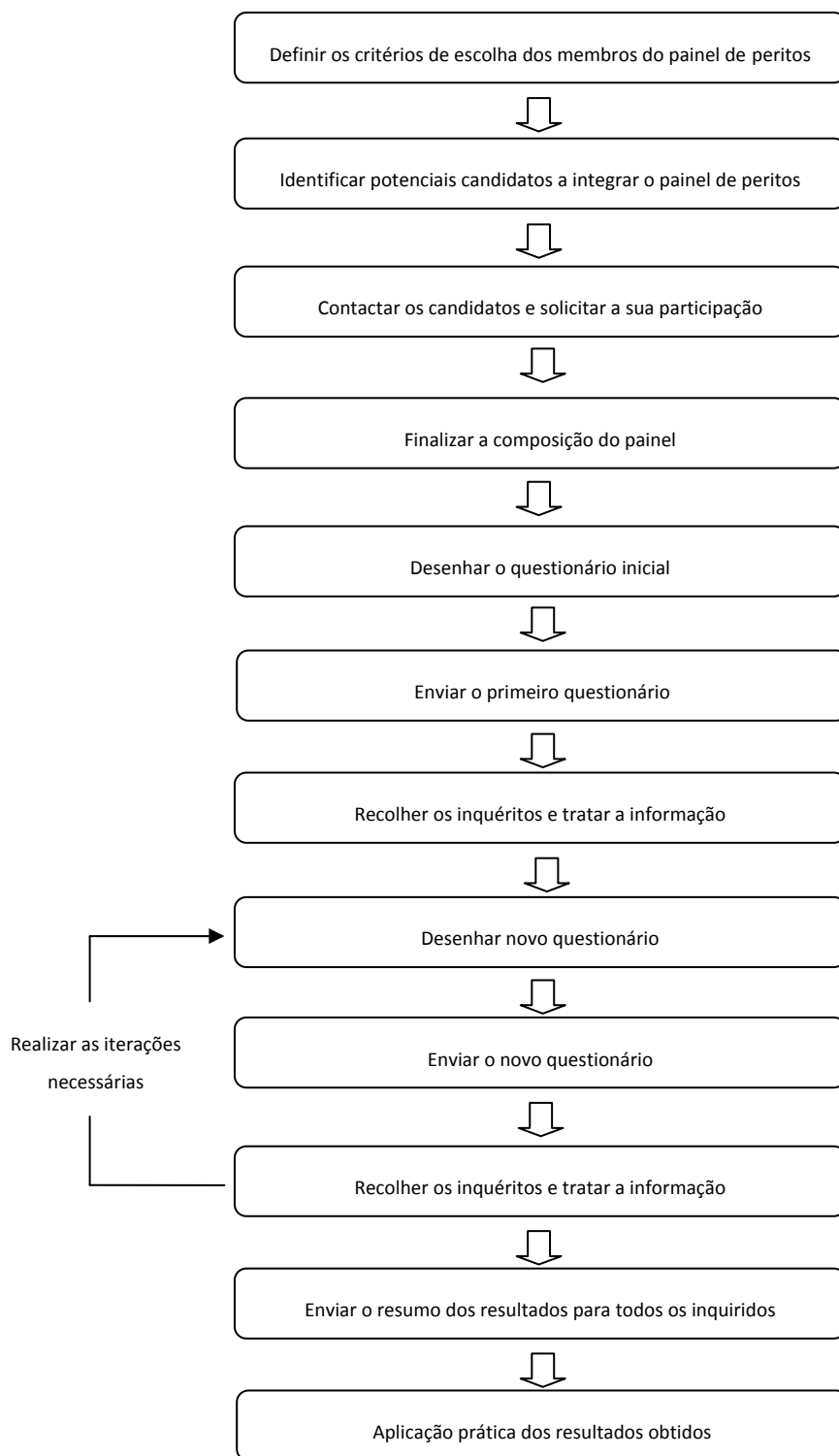
A técnica de Delphi, em contraste com outras técnicas de recolha e análise de dados, caracteriza-se por empregar um (ii) **processo iterativo** composto por várias rondas de inquéritos com o objectivo de atingir o já mencionado consenso no grupo de especialistas (Hsu & Sandford, 2007). Normalmente, a primeira ronda inicia-se com um questionário composto por questões abertas com o objectivo de recolher informações específicas sobre a matéria em estudo (Taylor & Judd, 1989; Green et al., 1990 citados por Miller, 2001), que servirão de base aos inquéritos aplicados nas restantes rondas. Contudo, quando for possível, através de uma extensa revisão da literatura, reunir a informação de base ao estudo, pode-se excluir o questionário aberto na primeira ronda e iniciar-se a aplicação da técnica de Delphi por um questionário composto por questões fechadas (Kerlinger, 1973 citado por Hsu & Sandford, 2007), orientadas de forma directa para os objectivos definidos.

Wheeller, Hart & Whysall (1990 citados por Miller, 2001) criticam a utilização da primeira ronda para a recolha da informação base pela sua incapacidade de produzir o mesmo nível de informação que uma minuciosa revisão da literatura pode gerar. O número de rondas necessárias para atingir os objectivos definidos depende de estudo para estudo. No entanto, vários autores indicam que três rondas são, na maioria das vezes, suficientes para recolher as informações necessárias e chegar a um consenso, apontando, ainda, o facto de que quanto maior for o número de rondas, maior é a probabilidade da taxa de respostas ser pequena (Hsu & Sandford, 2007). Kaynak, Bloom & Leibold (1994) apresentam vários exemplos de estudos onde a aplicação de duas rondas foi suficiente para alcançar os objectivos pretendidos.

O (iii) ***feedback* controlado** consiste em informar, em cada ronda, os inquiridos sobre o resultado das respostas do grupo na ronda anterior, permitindo e incentivando a reavaliação das suas decisões sobre as informações fornecidas nas iterações anteriores (Hsu & Sandford, 2007). A natureza iterativa da técnica Delphi, em que os inquiridos têm a oportunidade de fazer os seus julgamentos novamente com base na reflexão informada, reduz a probabilidade dos inquiridos fazerem julgamentos sob pressão, contribuindo para aumentar a precisão dos resultados do estudo e torná-los mais confiáveis (Ayton et al., 1999 citados por Garrod & Fyall, 2005).

A (iv) **agregação estatística** da resposta do grupo permite dar a conhecer de uma forma simplificada o resultado global de cada uma das rondas, sendo utilizadas, maioritariamente, medidas de tendência central (média, mediana e moda) e medidas de dispersão (desvio padrão e intervalo interquartil) (Miller, 2001; Garrod & Fyall, 2005; Hsu & Sandford, 2007). Dado que o objectivo subjacente à técnica de Delphi é atingir o consenso, ou seja, a convergência das respostas para um único valor, a utilização da média ou da mediana pode ser enganadora, pelo que se sugere, em determinadas situações, a utilização da moda (Ludwig, 1994 citado por Hsu & Sandford, 2007). Existem dois pressupostos nos quais a técnica de Delphi se baseia. O primeiro subentende que, com a aplicação das várias rondas, a amplitude de respostas convirja para o valor médio da distribuição, enquanto o segundo pressuposto afirma que a resposta global do grupo tende, sucessivamente, a mover-se no sentido de fornecer a resposta correcta, verdadeira ou mais provável (Jolson & Rossow, 1971 citados por Kaynak et al., 1994).

A aplicação da técnica de Delphi implica o cumprimento de um conjunto de etapas (Figura 6.1.), das quais se destacam, por serem as mais relevantes, a selecção dos inquiridos, o desenho do questionário, o fornecimento do *feedback* e a decisão sobre o número de rondas a serem realizadas (Yong et al., 1988 citados por Kaynak et al., 1994), sendo que as três últimas questões já foram desenvolvidas anteriormente.

**Figura 6.1. | Etapas básicas na técnica Delphi**

(Fonte: Adaptado de Garrod & Fyall, 2005)

A escolha dos inquiridos assume na técnica de Delphi um carácter especial por se tratar da selecção de indivíduos com conhecimentos especializados no assunto em estudo. Após definição dos critérios de escolha dos inquiridos é necessário definir o número de elementos que irão compor o painel de inquiridos, que varia consoante a natureza, o âmbito e a importância do estudo (Kaynak et al., 1994). Somers, Baker &

Isbell (1984 citados por Choi & Sirakaya, 2006) sugerem que a limitação do tamanho do painel facilita o controlo do trabalho realizado, dado que quanto maior for o número de inquiridos, maior é o volume de informação recolhida e, consequentemente, maior é a possibilidade do volume e diversidade de dados obtidos camuflar a informação mais relevante. Para Wheeler et al. (1990 citados por Garrod & Fyall, 2005), o número de inquiridos não é considerada uma questão crucial, indicando que o fundamental reside na existência de equilíbrio entre os conhecimentos dos inquiridos e na manutenção do mesmo número de inquiridos entre as sucessivas rondas, para assim descartar a possibilidade da resposta do grupo ser susceptível de ser tendenciosa a favor dos indivíduos que têm características que são super-representados no painel. Rowe & Wright (1999 citados por Garrod & Fyall, 2005) atestam, tendo em conta a análise comparativa de vários estudos em que a técnica de Delphi foi aplicada, que o tamanho do painel de inquiridos tende a ter pouco impacto sobre os resultados do estudo, desde que o grupo permanece equilibrado.

Garrod & Fyall (2005) definem um conjunto de pontos fortes, muitos dos quais, já referenciados anteriormente e apontam alguns pontos fracos que devem ser considerados aquando da decisão de aplicação desta técnica.

Tabela 6.1. | Pontos fortes e pontos fracos da técnica de Delphi

Pontos fortes
1. A técnica é suficientemente flexível para ser aplicada numa variedade de situações e numa ampla gama de problemas complexos, para os quais, muitas vezes, não há outro meio adequado de análise.
2. A abordagem iterativa permite aos inquiridos reconsiderarem as suas decisões à luz do <i>feedback</i> dos restantes membros do grupo.
3. A técnica de Delphi permite aos participantes terem mais tempo para pensar sobre as questões apresentadas, levando a uma melhor qualidade das respostas.
4. O anonimato permite aos inquiridos expressarem as suas opiniões livremente, sem estarem sujeitos a pressões por parte dos outros membros do grupo.
5. A potencial influência de personalidades mais relevantes também é, desta forma, removida.
6. As questões que tendem a não ser relevantes para o debate podem ser controladas pelo investigador.
7. O processo gera um registo de pensamentos do grupo, que podem ser revistos, conforme necessário.
8. O método pode ser utilizado para avaliar quer a difusão de opinião como os pontos de consenso.
Pontos fracos
1. A técnica de Delphi pode ser extremamente sensível: (i) ao nível de conhecimentos dos inquiridos; (ii) à composição do painel de inquiridos; (iii) à clareza das questões colocadas; (iv) à forma como o responsável pelo estudo justifica os <i>outliers</i> e (v) à forma de administração dos questionários.
2. Assume-se que os inquiridos estão dispostos a permitir que os seus julgamentos sejam reformulados em função da opinião dos outros.
3. O painel de especialistas é vulnerável a situações de atrito devido ao tédio com o assunto, à desilusão com o processo ou à falta de tempo para completar o questionário antes do início da ronda seguinte.
4. Alguns investigadores utilizam pagamentos monetários ou persuasão moral para incentivar os inquiridos a manterem-se no processo, podendo estas situações originar enviesamentos nos resultados do estudo.
5. Existe um risco de formação de um ‘consenso ilusório’, no qual os inquiridos tendem a responder de acordo com os resultados da ronda anterior para ‘despacharem’ o inquérito (ou porque têm pouco tempo para pensar adequadamente sobre as questões).
6. Quando o objectivo é alcançar o consenso existe as questões da determinação do que realmente constitui o consenso; de quando o processo de iteração deve parar e de quando os resultados finais devem ser relatados.
7. A técnica de Delphi, muitas vezes, requer um período substancial de tempo para ser concluída, o que pode representar um custo acrescido em termos de tempo para o responsável do estudo.

(Fonte: Garrod & Fyall, 2005, tradução nossa)

Para melhor compreender a aplicação prática da técnica de Delphi foram analisados alguns estudos onde foi aplicada a técnica de Delphi (Anexo 6.1.), destacando-se dois casos em que esta técnica foi aplicada para definir indicadores para avaliar o desenvolvimento sustentável do turismo. Verificou-se a existência de características comuns à maioria dos estudos analisados, designadamente:

- i) A utilização de duas rondas foi suficiente para alcançar os objectivos propostos;
- ii) Não é utilizada nenhuma técnica de amostragem para definir a constituição do grupo de inquiridos;
- iii) Quanto menor for o número de elementos que compõem a amostra, maior é a taxa de resposta;
- iv) O instrumento de recolha de informação é o questionário;
- v) A utilização de perguntas fechadas no questionário;
- vi) O uso de escalas de Likert, de número ímpar, como forma de resposta às questões colocadas;
- vii) A utilização de técnicas de medidas de tendência central e de medidas de dispersão para a análise dos resultados.

Relativamente aos casos cujo objectivo residia na definição de indicadores para medir a sustentabilidade do turismo, constata-se o facto de terem em comum: o critério de escolha dos inquiridos (terem publicado pelo menos um artigo sobre turismo em revistas especializadas nessa área), o instrumento de recolha de informação (questionário), a utilização da escala de Likert (de três e cinco pontos) para avaliar o grau de concordância com os indicadores apresentados, o envio dos questionários nas rondas seguintes apenas a quem respondeu na ronda anterior e a metodologia de análise dos dados (análise univariada, designadamente, a média e o desvio padrão).

Verifica-se, ainda, que o número de rondas utilizadas é diferente. Enquanto no estudo conduzido por Miller se optou pela definição de um conjunto de indicadores a avaliar pelos inquiridos, suportada na revisão da literatura, no estudo de Choi & Sirakaya, a primeira ronda iniciou-se com um questionário composto por questões abertas, de âmbito conceptual, e nas quais foi solicitado aos inquiridos que definissem, também, os indicadores adequados para a medição do desenvolvimento sustentável do turismo de base comunitária. Após a definição dos indicadores, estes foram dados a conhecer na ronda seguinte, sendo solicitado aos inquiridos que procedessem à avaliação da sua concordância, ou não, com os mesmos, efectuando um procedimento idêntico ao efectuado por Miller. Justifica-se, assim, o facto do estudo de Choi & Sirakaya necessitar de mais uma ronda, aquela em que é solicitada a definição dos indicadores aos inquiridos.

Relativamente à forma de apresentação dos resultados das rondas anteriores, Miller optou por apresentar os resultados globais do questionário, sob a forma de médias, bem como a resposta dada pelo inquirido para, assim, este poder reavaliar a sua resposta na nova ronda. Na última ronda aplicada no estudo de Choi & Sirakaya foram seleccionados os indicadores que na ronda anterior apresentaram a média superior a 3,5 e enviados num novo questionário onde se informava da média obtida por cada um e solicitava que os inquiridos avaliassem a sua opinião relativamente à solidez desses indicadores enquanto indicadores relevantes para o fim previsto.

O grupo de inquiridos no estudo conduzido por Miller apresenta um número relativamente superior ao número escolhido por Choi & Sirakaya. Constata-se que, no primeiro caso, a taxa de respostas obtida foi superior relativamente ao estudo de Choi & Sirakaya e que, na terceira ronda aplicada neste caso, a taxa de resposta diminuiu.

6.3.1. CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE INQUIRIDOS

De acordo com MacCarthy & Atthirawong (2003 citados por Choi & Sirakaya, 2006), o método de amostragem da técnica de Delphi é muito diferente das técnicas de amostragem convencionais, dado que os inquiridos são seleccionados com base nos seus conhecimentos e na sua experiência sobre o assunto em estudo. Neste estudo, a escolha dos inquiridos baseia-se na sua experiência enquanto prestadores de serviços turísticos que não estão apenas direccionados para o turista, mas também podem ser utilizados pelos residentes no destino turístico. Pretende-se avaliar a sua perspectiva em relação ao tema tratado e verificar se a mesma varia consoante a área de negócios e a localização geográfica da instituição/empresa.

Considerando o objectivo geral delimitado para esta investigação, procedeu-se à determinação dos critérios que permitiram definir o universo de estudo:

- 1) A actividade exercida esteja incluída nas áreas de negócios definidas pela CST como produtos característicos da oferta turística (alojamento, restauração e bebidas, transportes (de passageiros e *rent a car*), agências de viagens e operadores turísticos, serviços culturais e serviços recreativos);
- 2) Prestem serviços na Área Metropolitana do Porto (AMP);
- 3) Possuam endereço de correio electrónico.

Dentro de cada área de negócios foram estabelecidos outros critérios de escolha com o intuito de agrupar estabelecimentos com maior representatividade em termos de negócios. Assim, dentro de cada área de negócios foram incluídos os seguintes prestadores de serviços:

- a) **Alojamento** - estabelecimentos hoteleiros classificados com categoria igual ou superior a três estrelas, os empreendimentos de turismo de habitação e os empreendimentos de turismo no espaço rural;
- b) **Restauração e bebidas** – estabelecimentos de restauração;
- c) **Transportes** – empresas de transporte de passageiros nas modalidades de transporte aéreo, transporte ferroviário, transporte rodoviário e transporte marítimo e empresas de *rent a car*. Estão abrangidas neste âmbito empresas que prestam o regular serviço de passageiros, bem como empresas que prestam serviços especializados de transportes na área do turismo;
- d) **Agências de viagens e operadores turísticos** – empresas creditadas a operar nestas áreas;
- e) **Serviços culturais** – salas de espectáculos, entidades promotoras de eventos culturais, museus, galerias de arte e imóveis classificados de 'Monumento Nacional' abertos a visitas turísticas e
- f) **Serviços recreativos** – empresas de animação turística, empresas de serviços desportivos, casinos, entidades gestoras de parques urbanos e entidades gestoras de parques naturais.

Optou-se pela escolha de entidades que, para além de operarem na AMP, também têm aí a sua sede de empresa. É excepção a esta regra o caso do transporte aéreo, uma vez que nenhuma empresa nesta área tem sede na AMP.

A recolha das entidades a incluir no universo de estudo foi efectuada através da pesquisa junto de instituições com responsabilidades pelo exercício das actividades em causa, como por exemplo, o Turismo de Portugal, o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR), o Instituto dos Museus e da Conservação (IMC) e o Instituto de Mobilidade de Transportes Terrestres (IMTT), bem como, o INE, e da consulta das páginas Web dos municípios que constituem a AMP, onde consta informação relativa à oferta turística.

Na tentativa de apurar um número representativo do universo em estudo, verificou-se uma quase ausência de informação oficial relativa à oferta turística, sobretudo, no que diz respeito a informação estatística sobre restauração e bebidas, serviços culturais, serviços de recreio e de lazer, centrando-se a informação oficial, principalmente, na área do alojamento turístico (Brandão, 2007).

A informação relativa a alojamento turístico foi recolhida através da consulta do Anuário Estatístico da Região Norte 2009 e do Registo Nacional de Turismo do Turismo de Portugal, onde foram retirados os dados sobre o Turismo em Espaço Rural. O Registo Nacional de Turismo ainda se encontra em fase de implementação pelo que a informação disponível sobre empreendimentos turísticos ainda é limitada. Contudo, já dispõe de informação actualizada sobre agentes de animação turística (inclui operadores marítimos turísticos e empresas de animação turísticas) e agentes de viagem e turismo. A informação relativa à restauração foi recolhida na base de dados do INE e é relativa ao ano de 2007. Esta informação não se encontra desagregada por concelhos, estando disponível por Unidades Territoriais Estatísticas de nível III (NUT III), que no caso da AMP diz respeito à unidade territorial Entre Douro e Vouga e à unidade territorial Grande Porto. Os dados sobre as empresas de transporte de passageiros e *rent a car* foi consultada no site do IMTT, que publica informação sobre as empresas licenciadas para prestar serviços de transporte de passageiros ferroviário e rodoviário, incluindo empresas de *rent a car*. A informação relativa a serviços culturais e serviços recreativos foi a mais difícil de conseguir, recorrendo-se à base de dados do IGESPAR e as páginas Web dos diferentes municípios da AMP, não existindo um registo oficial de todas as empresas/instituições que operam nestas áreas.

De acordo com a informação recolhida (Tabela 6.2.), constata-se que o universo em estudo é bastante alargado, no entanto, os seus números não correspondem à realidade, sobretudo no que diz respeito a áreas como serviços culturais e serviços de recreio e de lazer, dada a não existência de mecanismos oficiais e fiáveis de recolha e divulgação da referida informação. Os dados também são relativos a datas diferentes, não existindo dados actualizados, por exemplo, para a área da restauração.

Tabela 6.2. | Número de empresas/instituições por área de negócios e por concelho da AMP

NUT III	Concelhos	Alojamento	Restauração	Transp. de passageiros e <i>rent a car</i>	Ag. de viagens e Op. turísticos	Serviços culturais	Serviços recreativos	Total
Entre Douro e Vouga	Arouca	5		4	2	4	6	
	Oliveira de Azeméis	3		3	5	9	5	
	S ^{ta} . Maria da Feira	4	490	12	13	7	2	610
	S. João da Madeira	3		11	2	4	5	
	Vale de Cambra	3		2	2	4	0	
Grande Porto	Espinho	5		5	4	8	3	
	Gondomar	4		6	6	12	15	
	Maia	9		14	4	8	15	
	Matosinhos	15		15	12	22	16	
	Porto	92		66	63	85	34	
	Póvoa do Varzim	13		5	2	7	7	
	Santo Tirso	8	2860	8	3	6	8	3662
	Trofa	1		1	2	2	5	
	Valongo	3		3	5	8	4	
	Vila do Conde	6		4	3	23	15	
	Vila Nova de Gaia	19		29	10	11	29	
	Outros	0		14	0	0	0	
Total AMP		193	3350	202	138	220	169	4272

Dada a pouca fiabilidade dos valores apurados, seria difícil constituir uma amostra com representatividade exacta de cada área de negócios, tendo-se optado pela constituição de uma amostra composta por 72 instituições/empresas, correspondendo a 12 instituições/empresas por cada área de negócios assinalada. Sendo assim, a população foi dividida em grupos de acordo com as áreas de negócio, e de seguida foi seleccionada uma amostra aleatória de cada estrato, tendo em atenção a garantia de que todos os concelhos da AMP estariam representados. Esta representatividade foi condicionada, em alguns casos, pela não existência de determinados serviços em determinadas áreas geográficas. Por exemplo, os hotéis de cinco estrelas localizam-se preferencialmente no concelho do Porto, enquanto as unidades de alojamento de turismo em espaço rural tendem a localizarem-se nos concelhos mais rurais da AMP. Um outro exemplo reside no facto das sedes das empresas de transportes e dos operadores turísticos se localizarem, maioritariamente, no concelho do Porto. Por este facto não foi possível definir uma amostra com uma representação equitativa ao nível das áreas geográficas. Deste modo, optou-se por definir que cada área de negócio seria representada por 12 inquiridos, independentemente da sua localização geográfica. Contudo, garantiu-se que todos os concelhos da AMP estivessem representado na amostra.

Previamente à aplicação dos questionários, foram efectuados diversos contactos a dar conhecimento do estudo e a solicitar o endereço de correio electrónico da pessoa responsável pela instituição/empresa ou da pessoa mais indicada para responder a este questionário. Este primeiro contacto permitiu também constatar que alguns dos endereços de correio electrónico não estavam activos, tendo-se procedido à substituição de alguns indivíduos da amostra. A composição final da amostra consta na Tabela 6.3. Na segunda ronda foram apenas inquiridos os indivíduos que responderam ao questionário na primeira ronda.

Tabela 6.3. | Composição final da amostra

Serviços de alojamento			Serviços de restauração e bebidas		
Pousadas de Portugal	1	Porto	Restaurantes de luxo	2	Porto
Hotéis 5 *	2	Porto		1	Matosinhos
Hotéis 4 *	1	Espinho		1	Vila Nova de Gaia
	1	Oliveira de Azeméis	Restaurantes típicos	1	Gondomar
	1	Vila Nova de Gaia		1	Maia
Hotéis 3 *	1	Arouca		1	Santa Maria da Feira
	1	Matosinhos		1	Santo Tirso
	1	Póvoa do Varzim		1	São João da Madeira
TER	1	Arouca		1	Trofa
	1	Gondomar	Outros serviços de restauração e bebidas	1	Espinho
	1	Vale de Cambra		1	Vila Nova de Gaia
Serviços de transporte de passageiros e <i>rent a car</i>			Serviços de agências de viagem e operadores turísticos		
Transporte ferroviário interurbano	1	Porto	Agências de viagem	1	Gondomar
Transporte rodoviário	1	Matosinhos		1	Maia
	1	Porto		1	Matosinhos
	1	Vila Nova de Gaia		1	Porto
Transporte marítimo	2	Porto		1	Póvoa do Varzim
	1	Vila Nova de Gaia		1	Santo Tirso
Transporte aéreo	1	Açores		1	Trofa
	1	Lisboa		1	Valongo
<i>Rent a car</i>	1	Maia	Operadores turísticos	4	Porto
	1	Vila do conde			
	1	Valongo			
Serviços culturais			Serviços recreativos e outros serviços de lazer		
Salas de espectáculos	1	Matosinhos	Serviços desportivos	2	Espinho
	1	Porto		2	Matosinhos
	1	Vila Nova de Gaia		2	Porto
Museus	1	Porto		1	Valongo
	1	Santa Maria da Feira	Outros serviços de lazer e recreio	1	Espinho
	1	São João da Madeira		1	Póvoa do Varzim
	1	Vila do conde		1	Porto
Outros serviços culturais	2	Porto		2	Vila Nova de Gaia
	1	Santa Maria da Feira			
	2	Vila Nova de Gaia			

6.3.2. CONSTRUÇÃO E ESTRUTURA DO QUESTIONÁRIO

O questionário foi elaborado de acordo com as conclusões resultantes da revisão da literatura e da análise dos sistemas de indicadores de qualidade de vida, de desenvolvimento sustentável e de turismo sustentável, mencionados nos capítulos anteriores. Dado que este estudo apresenta um suporte teórico com referência aos conceitos subjacentes e a diferentes sistemas de indicadores, optou-se pela aplicação de um questionário inicial composto por questões fechadas e objectivas em detrimento de um questionário com carácter conceptual, seguindo-se a sugestão de Kerlinger (1973 citado por Hsu & Sandford, 2007).

Estruturalmente, o questionário encontra-se dividido em três partes (Anexo 6.2.). A primeira parte é relativa aos contributos do turismo para a qualidade de vida, sendo composta por quatro questões, cujo conteúdo teve origem nas conclusões do capítulo anterior. Nas duas primeiras questões pretende-se avaliar o grau de importância atribuído a um determinado conjunto de temáticas relativamente à qualidade de vida e ao sector do turismo. A terceira pergunta foca-se nos impactos do turismo para a qualidade de vida

da população residente no destino turístico. Por último, a quarta questão pretende aferir o grau de importância atribuído a um determinado conjunto de indicadores propensos à avaliação da qualidade de vida da comunidade local. A segunda parte visa a caracterização da instituição/empresa na qual o inquirido trabalha e a terceira parte consiste na caracterização do próprio inquirido.

O questionário é composto por questões fechadas, maioritariamente, com recurso à utilização de uma escala de Likert de cinco pontos, em que um corresponde a 'Nada importante' e cinco equivale a 'Extremamente importante'. Em cada questão pretende-se avaliar o grau de importância atribuído pelo inquirido a um determinado conjunto de variáveis.

Para garantir a correcta compreensão das questões colocadas no questionário foi efectuado um teste através da aplicação do questionário a cinco indivíduos, tendo-se concluído não existir necessidade de efectuar correcções ao mesmo.

Na segunda ronda foi aplicado o mesmo questionário ao qual foi adicionada a informação relativa à moda obtida em cada uma das respostas no primeiro questionário (Anexo 6.3.).

6.3.3. MÉTODO DE APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

O questionário foi administrado online, pelos Serviços de Tecnologias de Informação e Comunicação da Universidade de Aveiro, com recurso ao software LimeSurvey, tendo sido disponibilizado através do servidor desta instituição.

Como se pôde constatar anteriormente, o número de rondas aconselhado é de três, contudo, apoiado nos estudos investigados por Kaynak et al. (1994), nos casos analisados no ponto 6.3. e no facto do primeiro questionário ter sido elaborado com base na revisão da literatura, eliminando-se a necessidade de solicitar a definição conceptual e de indicadores, optou-se pela aplicação de duas rondas. Esta opção foi corroborada pelos resultados obtidos após a aplicação das duas rondas, que serão analisados no capítulo seguinte.

Ronda 1 | A aplicação do questionário iniciou-se no dia 21 de Junho de 2011 através do envio de uma mensagem de correio electrónico para os contactos dos inquiridos na qual constava um texto explicativo do estudo em causa e a respectiva hiperligação de acesso ao questionário. Passadas três semanas foi solicitado aos Serviços de Tecnologias de Informação e Comunicação da Universidade de Aveiro um relatório com os resultados das respostas ao questionário. Dado o baixo número de respostas obtido foi enviada uma nova mensagem de correio electrónico a relembrar os inquiridos para o preenchimento do questionário. Este processo foi novamente colocado em prática a 18 de Julho, uma vez que a taxa de resposta se mantinha baixa. A 5 de Agosto de 2011 deu-se por concluída esta fase da investigação.

Ronda 2 | A segunda ronda iniciou-se a 20 de Setembro de 2011 com o envio de nova mensagem de correio electrónico a explicar o procedimento associado à segunda ronda e a solicitar o preenchimento do questionário cuja hiperligação foi mencionada. Duas semanas depois foi solicitada aos Serviços de Tecnologias de Informação e Comunicação da Universidade de Aveiro informação relativa ao número de questionários preenchidos, registando-se um baixo número de respostas. Assim, foi enviada uma nova mensagem de correio electrónico a lembrar os inquiridos para o preenchimento do questionário. A 17 de Outubro foi repetido este procedimento, dado que o número de respostas obtidas se mantinha baixo. A 31 de Outubro de 2011 deu-se por concluída esta fase da investigação.

6.4. MÉTODOS DE ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos resultados dos questionários foi efectuada com recurso à aplicação XLSTAT, que potencia a análise estatística do EXCEL. O método de análise utilizado foi a análise univariada com a utilização de medidas de tendência central (média e moda) e de dispersão (desvio padrão).

A média determina um valor que corresponde à tendência da resposta do grupo. O desvio padrão é uma medida de dispersão associada à média, que permite conhecer qual a variação dos valores em relação ao valor da média e diferenciar uma média de outra. Por exemplo, duas variáveis podem ter o mesmo valor médio, mas tal não implica que os valores que lhe deram origem tenham a mesma valoração. Analisando o desvio padrão é possível concluir se esse valor médio teve resultado num conjunto de valores aproximados ou dispersos. Quando o desvio padrão assume o valor zero isso significa que os valores que deram origem à média são iguais a esta, não havendo variabilidade. Quanto maior for o desvio padrão, maior é a dispersão dos valores analisados.

A moda corresponde ao valor que mais vezes se repete no conjunto dos valores em análise. Quando o desvio padrão tem como resultado o valor zero, o valor da moda será igual à média. Esta medida estatística é a única que pode ser representada por um valor qualitativo. A moda é utilizada, neste estudo, na comunicação aos inquiridos dos dados obtidos na primeira ronda de questionários, uma vez que se pretende a convergência das respostas para um único valor e é mais fácil para o inquirido entender o significado da moda, expressa num valor qualitativo, do que o significado da média ou da mediana.

6.5. CONCLUSÃO

Pela sua natureza, a técnica de Delphi afigurou-se como o método ideal para alcançar o objectivo proposto neste estudo. O seu processo iterativo possibilita chegar a um consenso junto do grupo de inquiridos no sentido de escolher os indicadores que permitem avaliar os contributos do turismo para a qualidade de vida.

Dado que este estudo pretende analisar a contribuição do turismo para a qualidade de vida da população residente no destino turístico, a sua atenção é prestada à abordagem ao turismo pelo lado da oferta, de forma, a perceber em que medida a oferta turística existente no destino turístico é importante para a qualidade de vida dos seus residentes. Assim, optou-se por efectuar a análise tendo por base a perspectiva dos responsáveis por empresas/instituições das áreas de negócios definidas pela CST como produtos característicos da oferta turística (alojamento, restauração e bebidas, transportes (de passageiros e *rent a car*), agências de viagens e operadores turísticos, serviços culturais e serviços recreativos). A área em estudo corresponde à Área Metropolitana do Porto.

Para a recolha da informação junto dos inquiridos foram aplicados questionários desenhados com base na revisão da literatura e na análise de diversos sistemas de indicadores de qualidade de vida, de desenvolvimento sustentável e de turismo sustentável, o que permitiu avançar com a definição de um conjunto de indicadores sobre os quais os inquiridos devem fazer uma avaliação relativamente à sua importância para avaliar o contributo do turismo para a qualidade de vida.

CAPÍTULO 7. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

7.1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo pretende-se analisar a informação recolhida através da aplicação da metodologia descrita no capítulo anterior e discutir as conclusões daí retiradas.

Inicia-se com a elaboração de um pequeno enquadramento da área em estudo, a Área Metropolitana do Porto, com o qual se pretende caracterizar esta região relativamente ao seu potencial turístico e às características que possam influenciar a qualidade de vida.

De seguida, é efectuada a análise dos dados recolhidos com o intuito de averiguar se as hipóteses de investigação colocadas são verdadeiras. Com base nas conclusões retiradas das diferentes análises realizadas ao longo desta investigação é apresentada a proposta final do sistema de indicadores que permite avaliar os contributos do turismo para a qualidade de vida.

7.2. BREVE CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

A AMP, instituída no ano de 2004, é formada por 16 municípios - Arouca, Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Porto, Póvoa do Varzim, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, São João da Madeira, Trofa, Vale de Cambra, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia – pertencentes aos distritos de Aveiro e do Porto, e ocupa uma área aproximada de 1.885,10 km².

Segundo os dados preliminares dos Censos de 2011, disponibilizados pelo INE, a população residente na AMP perfaz um total de 1.671.536 habitantes. Em comparação com os dados dos Censos de 2001, constata-se que a população residente aumentou 1,46%, o equivalente a 24.067 habitantes. No que diz respeito aos municípios que possuem um maior número de habitantes residentes, destacam-se, naturalmente, Vila Nova de Gaia (18,07%), seguido do Porto (14,21%) e Matosinhos (10,47%). Os concelhos que menos contribuem para a população residente são S. João da Madeira (1,30%), Arouca (1,34%) e Vale de Cambra (1,37%) (Figura 7.1.). Contudo, a análise da densidade populacional transmite uma outra visão da AMP (Figura 7.2.), uma vez que esta é mais elevada no Porto (5.752 hab/km²), seguido de Matosinhos (2.812 hab/km²) e de S. João da Madeira (2.745 hab/km²). Os municípios com a densidade populacional mais baixa são Arouca (68 hab/km²), Vale de Cambra (156 hab/km²) e Oliveira de Azeméis (421 hab/km²).

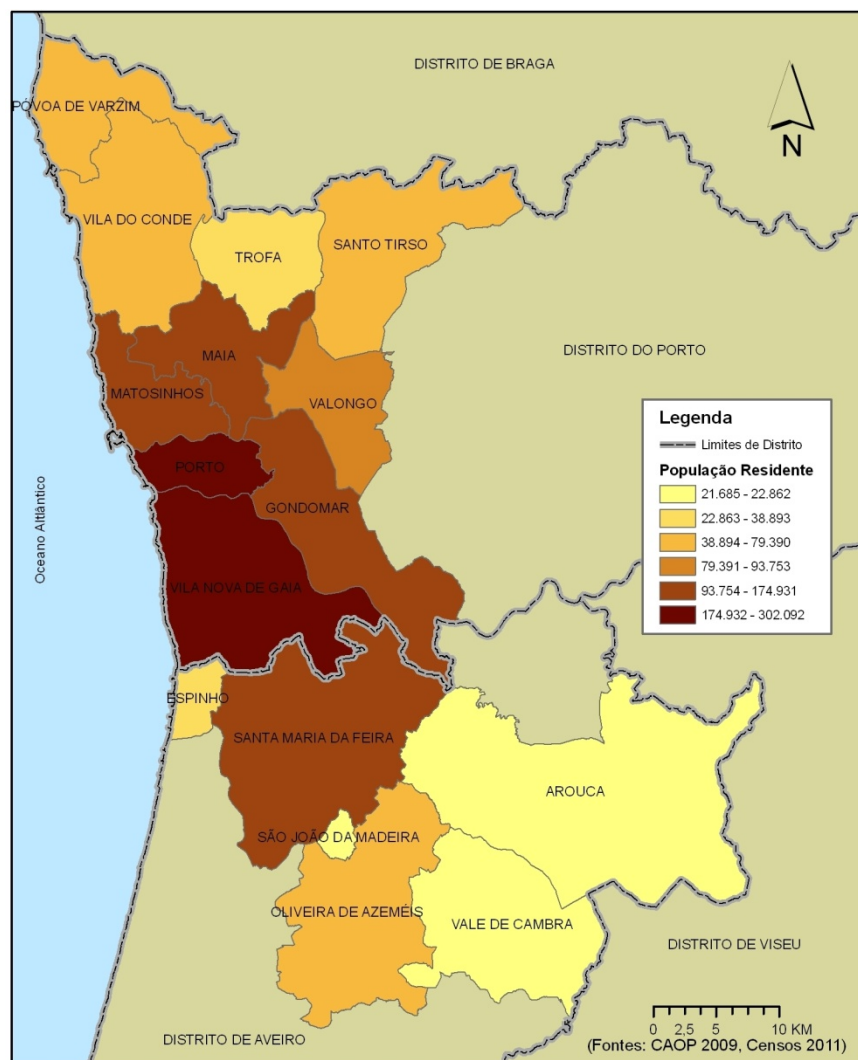


Figura 7.1. | População residente da Área Metropolitana do Porto

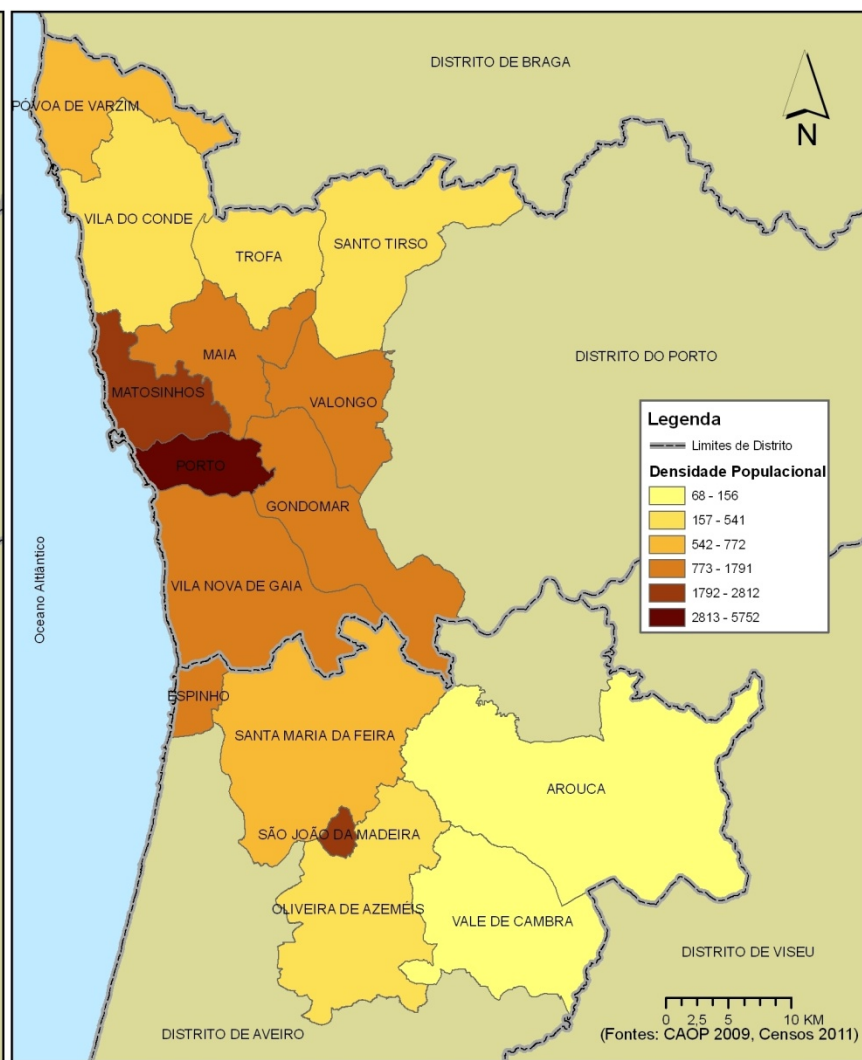


Figura 7.2. | Densidade populacional da Área Metropolitana do Porto

A AMP caracteriza-se por ser um território com fortes densidades populacionais, empresariais e funcionais, mas onde se assiste a situações de acentuadas assimetrias entre municípios, quer em termos do número de habitantes, quer em termos de graus de urbanização, onde se distinguem municípios com características marcadamente urbanas e outros com características marcadamente rurais. São exemplos desta situação os concelhos do Porto e de Arouca (Gestluz Consultores, 2008). Em termos de graus de urbanização, reconhece-se que enquanto o núcleo central da AMP se caracteriza por ser uma área urbana consolidada, com perdas populacionais, forte expressão do comércio e degradação do edificado, as restantes áreas assumem-se como “uma extensa mancha difusa urbano-industrial, com povoamento disperso e dinâmicas populacionais e construtivas muito significativas” (*idem, ibidem*, p. 17).

As assimetrias entre os municípios também se verificam ao nível da qualidade de vida. Segundo o estudo efectuado por Manso & Simões (2009), que visava a criação de um sistema de indicadores estatísticos de monitorização do nível de desenvolvimento e da qualidade de vida dos concelhos portugueses¹¹, constata-se que, na generalidade, os concelhos que apresentam melhor classificação são os que se localizam no núcleo central da AMP (Figura 7.3.), onde se regista melhor oferta ao nível de emprego, habitação, transportes, equipamentos públicos e infra-estruturas. Curiosamente, o concelho que ocupa a melhor posição no ranking não se localiza nesta área geográfica. A posição ocupada por São João da Madeira pode ser explicada pelo facto de ser um concelho de dimensão muito reduzida, em que a gestão do território e a satisfação das necessidades da população poderá ser mais facilitada.

¹¹ Este estudo foi apenas aplicado aos 278 concelhos do Continente, por não existir toda a informação necessária para a sua aplicação às Regiões Autónomas.

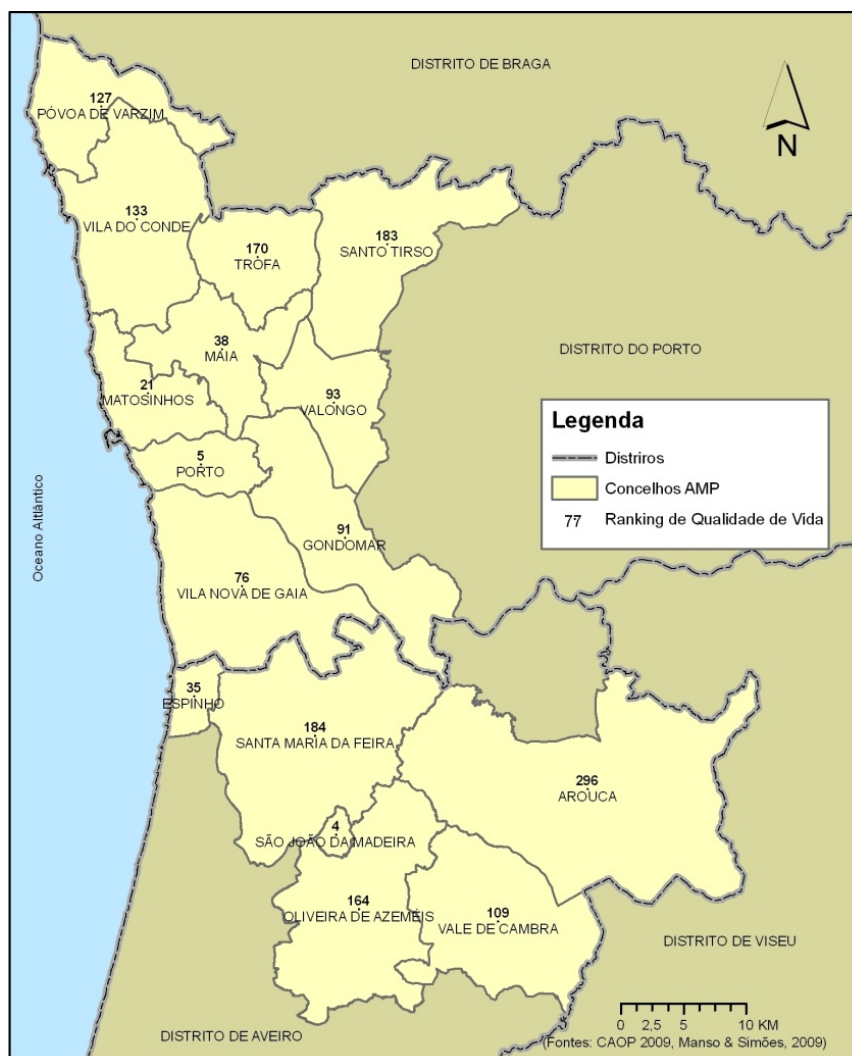


Figura 7.3. | Posições dos concelhos da AMP no Ranking de Qualidade de Vida

No que diz respeito à vertente turística, a AMP pertence à Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal, que integra os municípios que constituem a NUTS II – Norte. Esta entidade tem como base sete produtos estratégicos: Turismo de Negócios, *City & Short Breaks*, Gastronomia e Vinhos, Turismo de Natureza, Turismo Religioso, *Touring Cultural & Paisagístico* e dos Patrimónios e Turismo de Saúde e Bem-Estar (Turismo do Porto e Norte de Portugal, 2011). No entanto, nem todos estes produtos têm igual incidência no território da AMP, estando, por exemplo, o núcleo central mais associado ao Turismo de Negócios, ao *City & Short Breaks* e à Gastronomia e Vinhos, e as restantes áreas ao *Touring Cultural & Paisagístico* e dos Patrimónios e ao Turismo de Natureza.

A dinamização da actividade turística é um dos vectores estratégicos definidos pela AMP, sendo sua preocupação a promoção da sustentabilidade dos sectores da Cultura, do Património e do Turismo, nomeadamente:

- a) “Apoiar a constituição de redes de equipamentos e a própria programação cultural, integrando nas actividades escolares espaços criativos e formativos nos domínios cultural e artístico (através de

- programas de generalização da promoção da cultura nas escolas) e promovendo programas dirigidos à qualificação dos recursos humanos que trabalham no sector.
- b) Apoiar a recuperação do Património, promovendo a sua recuperação, criando modelos de fruição e de animação cultural e revelando nacional e internacionalmente as marcas arquitectónicas da AMP deixadas pelos seus arquitectos.
 - c) Criar condições para o desenvolvimento das potencialidades das NUTS, nomeadamente no que se refere ao turismo cultural, da natureza, agro-turismo e turismo ecológico.
 - d) Afirmar a “Marca Porto” e “Destino Porto” como motores da AMP e centro cultural na Europa e promover “Porto, Cidade da Ciência” (AMP, s.d.).

A AMP beneficia da existência do Aeroporto Francisco Sá Carneiro que se assume como “a maior infraestrutura turística da região e o factor que mais tem contribuído para o crescimento da procura turística nos últimos anos” (Gestluz Consultores, 2008, p. 158), potenciado pelo surgimento dos voos *Low Cost*. O destino da grande maioria dos turistas que chegam a este aeroporto é a cidade do Porto, que se constitui com a principal fonte de atracção de turistas da AMP, exibindo como principais recursos turísticos: o Centro Histórico classificado de Património Mundial, o património histórico-cultural classificado, as caves do Vinho do Porto e os barcos rabelos, a cultura e o conhecimento, o centro económico e empresarial, pólo de Congressos, Convenções e Seminários, a animação e a foz do Douro e orla costeira (*idem, ibidem*).

Verifica-se uma diversificação em termos de recursos turísticos disponíveis, patente em áreas urbanas consolidadas ricas em património cultural edificado e eventos culturais ou em paisagens que potenciam o turismo de natureza/ecológico como a Paisagem Protegida Regional do Litoral de Vila do Conde, a Reserva Ornitológica de Mindelo, o Parque Paleozóico da Serra de Valongo, a Reserva Natural Local do Estuário do Douro, a Serra da Freita e a Serra do Arestal. A orla costeira estende-se para além do concelho do Porto, abrangendo todo o litoral desde a Póvoa do Varzim até Espinho, locais onde a praia assume grande importância em termos de procura turística.

Como já foi possível verificar, o concelho do Porto concentra o maior volume de oferta turística, sobretudo, no que diz respeito à oferta hoteleira, área onde é possível obter dados mais fiáveis (Tabela 7.1.). O número total de estabelecimentos hoteleiros na AMP, em 2009, era de 182, com capacidade de alojamento de 19.882. A maior fatia de oferta neste ramo observa-se na cidade do Porto e nos concelhos circundantes (Maia, Matosinhos e Vila Nova de Gaia), aos quais se associa também o município da Póvoa do Varzim. O número de dormidas registadas foi de 2.446.791, que equivale a 1.408.789 hóspedes. O Porto absorve 59,6% das dormidas, seguido de Vila Nova de Gaia com 15,7% e de Matosinhos com 8,2%. O valor mais elevado relativo à estada média de hóspedes estrangeiros é assumido por Vale de Cambra (3 dias), seguido de Póvoa do Varzim e de Santo Tirso, com 2,4 dias. e de que se apresenta na segunda posição relativamente à proporção de hóspedes estrangeiros (54,2 %), que é liderado naturalmente pelo Porto (57, 2%).

Tabela 7.1 | Principais indicadores do mercado turístico da AMP por concelho

Concelhos	N.º de alojamentos hoteleiros	Capacidade de alojamento	Dormidas	Hóspedes	Estada média de hóspedes estrangeiros	Capacidade de alojamento por 1000 habitantes	Hóspedes por habitante	Proporção de hóspedes estrangeiros (%)	Proporção de dormidas entre Julho-Setembro (%)	Dormidas em estab. hoteleiros por 100 habitantes
Arouca	1	109	V.C.	V.C.	V.C.	4,60	V.C.	V.C.	V.C.	V.C.
Espinho	5	826	V.C.	V.C.	V.C.	29,70	V.C.	V.C.	V.C.	V.C.
Gondomar	3	62	4.755	1.754	1,70	0,40	Ø	11,90	41,30	2,70
Maia	9	625	66.928	44.287	1,50	4,40	0,30	45,40	27,30	46,70
Matosinhos	14	1.307	196.338	140.798	2,10	7,70	0,80	17,70	33,50	116,00
Oliveira de Azeméis	2	222	V.C.	V.C.	V.C.	3,10	V.C.	V.C.	V.C.	V.C.
Porto	92	10.405	1.457.336	793.315	2,00	49,40	3,80	54,50	32,50	692,10
Póvoa de Varzim	13	1.576	159.056	81.169	2,40	23,60	1,20	32,50	48,40	237,70
Santa Maria da Feira	4	377	46.163	27.219	2,20	2,50	0,20	18,90	33,80	31,10
Santo Tirso	6	359	57.388	45.447	2,40	5,20	0,70	8,70	26,80	82,70
São João da Madeira	3	360	33.196	16.614	2,30	16,50	0,80	38,70	36,00	152,30
Trofa	1	122	V.C.	V.C.	1,40	3,00	0,30	27,10	36,50	40,80
Vale de Cambra	3	106	4.008	1.139	3,00	4,40	Ø	24,70	29,60	16,50
Valongo	3	121	V.C.	V.C.	V.C.	1,20	V.C.	V.C.	V.C.	V.C.
Vila do Conde	4	258	36.869	19.140	2,20	3,30	0,20	35,60	37,40	47,50
Vila Nova de Gaia	19	3.047	384.754	237.907	2,00	9,70	0,80	36,40	33,30	122,00

Notas: V.C. – Valor confidencial; Ø - Valor inferior a metade do módulo da unidade utilizada

(Fonte: INE, 2010)

A AMP encerra um conjunto diversificado de características que potenciam a actividade turística, contudo, muito ainda há a fazer para que esta se desenvolva de forma sustentável assegurando, em simultâneo, a qualidade de vida dos seus residentes. A Tabela 7.2. evidencia os principais factores a ter em atenção para garantir a sustentabilidade.

Tabela 7.2. | Análise SWOT da Área Metropolitana do Porto

Pontos fracos	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Crise da cidade central (perda populacional, diminuição de emprego e degradação física associou-se à crise do sector comercial); - Estado de degradação física do património construído, com relevo para Porto e Gaia; - Alastramento da periurbanização e desenvolvimento de mancha difusa urbano-industrial, de povoamento disperso e fragmentado com défices infra-estruturais e ambientais; - Congestionamento das áreas de grande circulação e de acesso aos grandes centros urbanos; - Fracos índices de interoperacionalidade e intermodalidade nos transportes; - Insuficiente valorização do património cultural traduzida na ainda precária preservação, conservação e divulgação do património; - Níveis de atendimento público por serviços de saneamento básico ainda profundamente deficitários; - Agravamento dos fenómenos de desordenamento do território; - Redes de infra-estruturas débeis e insuficientes e fracos equipamentos sociais; - Desequilíbrio no acesso aos equipamentos culturais resultante da heterogeneidade do território (zonas urbanas, semi-urbanas com carências e rurais com ausências); - Rede viária deficitária em capacidade e cobertura, e mobilidade condicionada; - Áreas com ambiente de degradação física e ambiental; - Deficit de notoriedade do destino 'Porto' nos mercados internacionais - Incapacidade de fixação de visitantes na região. 	<ul style="list-style-type: none"> - Crescimento de espaços de marginalidade, desintegração e pulverização do sistema urbano; - Perda de competitividade das cidades e ausência de capacidade económica; - Exclusão social; - Poluição urbana e ambiental; - Situação de declínio e perda da qualidade de vida das pessoas; - Atraso e indefinição na conclusão dos grandes eixos e infra-estruturas de transporte e logística transnacionais; - Perda de vitalidade; - Desprestígio das áreas centrais, com destaque para Porto e Gaia; - Redução do potencial turístico; - Inexistência de equipamentos âncora e acontecimentos atractivos que absorvam o aumento do fluxo de visitantes previsto; - Desvalorização do Aeroporto Francisco Sá Carneiro face ao Aeroporto de Lisboa.
Pontos fortes	Potencialidades
<ul style="list-style-type: none"> - Expansão de novas centralidades comerciais e ofertas residenciais fortes e diversificadas; - O surgimento recente de processos sistemáticos de reabilitação; - O investimento no sistema viário e nas modalidades de transportes públicos; - O Metro, o Aeroporto Francisco Sá Carneiro e o Porto de Leixões; - O património cultural, arquitectónico e natural-paisagístico de grande valor e com presença significativa, com destaque para a área classificada de 'Património da Humanidade'; - O aumento da oferta cultural; - A existência de equipamentos e de eventos com visibilidade internacional. - A marca 'Vinho do Porto' como recurso estratégico de dimensão internacional. 	<ul style="list-style-type: none"> - Acréscimo da atractividade do negócio turístico, alicerçado nas componentes de valorização do património cultural, construído e natural; - Pólo de atracção turística de excelência; - Potencial de investimento; - Captação de empresas e actividades; - Afirmção da centralidade e da AMP a nível nacional e internacional; - Aumento de visitantes / Turismo que se tem vindo a verificar e aumento esperado potenciado pelos voos <i>Low Cost</i> no Aeroporto Francisco Sá Carneiro; - Promoção da aproximação dos cidadãos à cultura com a criação de uma Rede de Equipamentos Culturais e de uma Rede Metropolitana de Programação; - Abertura do terminal de passageiros de Leixões.

(Fonte: Gestluz Consultores, 2008)

7.3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

7.3.1. CARACTERIZAÇÃO DOS INQUIRIDOS E DAS INSTITUIÇÕES/EMPRESAS

Ronda 1 | Nesta ronda, foram obtidas 35 respostas ao inquérito de 25 indivíduos do sexo feminino e 10 indivíduos do sexo masculino, correspondendo a uma taxa de resposta de 49%. A prevalência é de indivíduos com idade compreendida entre os 25 e os 34 anos (16), seguido do escalão etário seguinte (35-44 anos) com 10 indivíduos. No que diz respeito às habilitações literárias, constata-se que oito inquiridos possuem mestrado, 19 são licenciados, três são bacharéis, quatro possuem o 12.º ano e apenas um tem como habilitação máxima o 3.º ciclo do ensino básico. Relativamente aos cargos ocupados pelos inquiridos, verifica-se que os cargos de direcção correspondem a 11 inquiridos, dos quais 7 são do sexo masculino, e os cargos de chefia (7) são ocupados quase na totalidade por mulheres (6).

A maioria das instituições/empresas localiza-se nos concelhos do Porto (11) e de Vila Nova de Gaia (6). Não se obtiveram respostas dos concelhos da Maia, Oliveira de Azeméis, Trofa, Vale de Cambra, Vale de Cambra, Valongo e Vila do Conde.

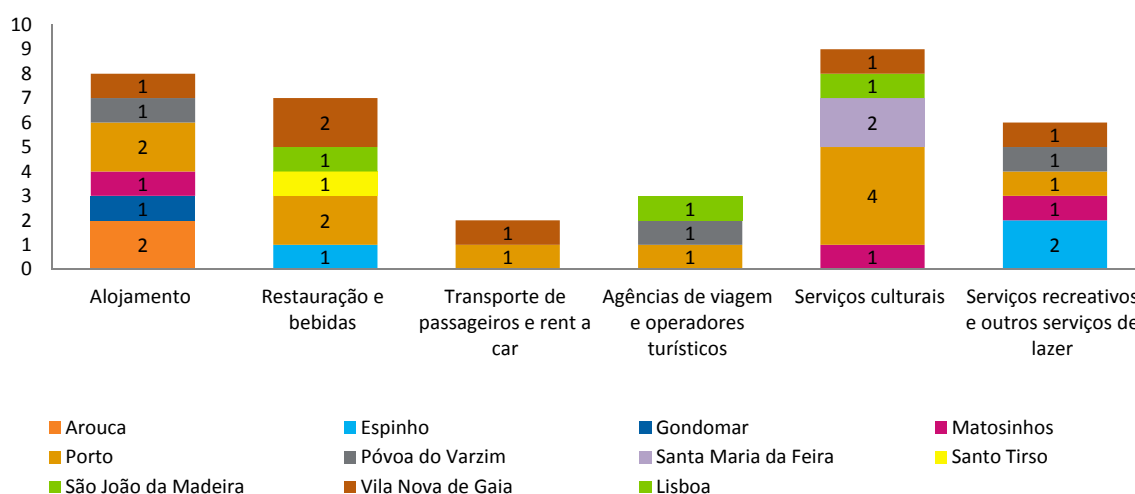


Figura 7.4. | Distribuição dos questionários respondidos na ronda 1 por área de negócios e por concelho

O maior número de resposta provém da categoria ‘Serviços culturais’ onde se registam respostas de três salas de espectáculos, quatro museus, um monumento histórico e um evento cultural. Da categoria ‘Alojamento’ obtiveram-se oito respostas de dois hotéis da categoria 5 estrelas, de um hotel de 4 estrelas, de três hotéis de 3 estrelas, de um hotel rural e de uma casa de campo. Da categoria ‘Restauração e bebidas’ verificam-se sete questionários respondidos de dois restaurantes de luxo, três restaurantes típicos e dois restaurantes em que não é aplicável nenhuma das classificações mencionadas. Da categoria ‘Transportes de passageiros e rent a car’ apenas foram respondidos dois questionários correspondentes a empresas responsáveis por passeios marítimos no rio Douro. Relativamente a ‘Agências de viagens e

operadores turísticos’ obtiveram-se três respostas de duas agências de viagens e um operador turístico, sediado em Lisboa. Por último à categoria ‘Serviços recreativos e outros serviços de lazer’ responderam 6 instituições/empresas: duas da área de serviços desportivos, um parque natural, dois casinos e uma câmara municipal.

As entidades inquiridas têm, na sua maioria, como principais clientes visitantes nacionais. Destacam-se oito instituições/empresas cujo grupo que constitui o principal cliente é o visitante estrangeiro, correspondendo, maioritariamente, a entidades sediadas no concelho do Porto. Não existe uma relação directa entre este facto e a área de negócios das instituições/empresas. Sete instituições/empresas estão mais vocacionadas para a prestação de serviços a residentes na AMP, correspondendo a serviços nas áreas da ‘Restauração e bebidas’ e de ‘Agências de viagens e operadores turísticos’.

Ronda 2 | Na segunda ronda obtiveram-se 17 respostas ao questionário, correspondendo a uma taxa de resposta de 49%. A maioria dos inquiridos é do sexo feminino (14) com idade compreendida entre os 25 e os 34 anos. À excepção de um indivíduo, todos os inquiridos possuem formação superior, com prevalência para licenciatura (12). Relativamente aos cargos ocupados dentro das instituições/empresas pelos inquiridos, constata-se a existência de quatro cargos de direcção repartidos, equitativamente, entre homens e mulheres, e de quatro cargos de chefia ocupados por mulheres.

O concelho do Porto é o concelho que detém o maior número de respostas (5), seguido de Matosinhos (3), Arouca, Santa Maria da Feira, Póvoa de Varzim e Vila Nova de Gaia (2) e São João da Madeira (1). Relativamente à primeira ronda, não se obtiveram respostas dos concelhos de Espinho, Gondomar, Santo Tirso e Lisboa.

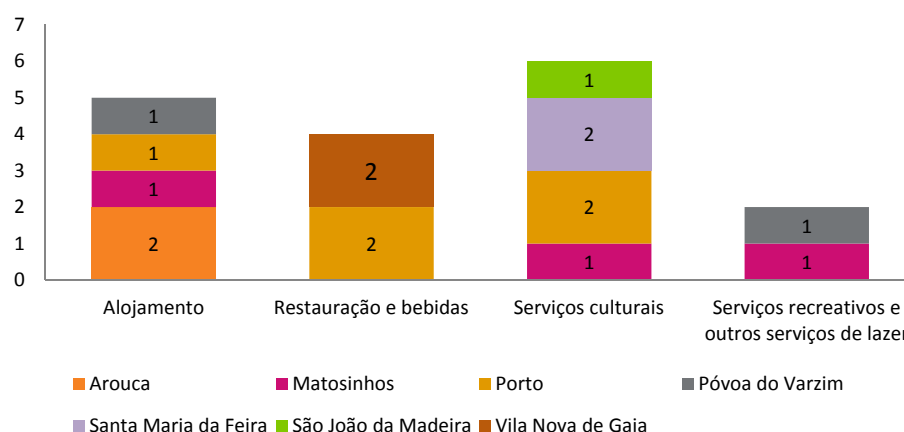


Figura 7.5. | Distribuição dos questionários respondidos na ronda 2 por área de negócios e por concelho

Nesta ronda é também a área de negócios ‘Serviços culturais’ que regista o maior número de respostas, provenientes de três museus, uma sala de espectáculos, um monumento histórico e um evento cultural.

Não se obtiveram respostas das áreas de negócio 'Transportes de passageiros e *rent a car*' e 'Agências de viagens e operadores turísticos.' Da categoria 'Alojamento' obtiveram-se cinco respostas de um hotel da categoria 5 estrelas, de três hotéis de 3 estrelas e de um hotel rural. Relativamente à categoria 'Restauração e bebidas' verificam-se quatro questionários respondidos de dois restaurantes de luxo, um restaurante típico e um restaurante em que não é aplicável nenhuma das classificações mencionadas. Por fim, responderam à categoria 'Serviços recreativos e outros serviços de lazer' duas instituições/empresas: um casino e uma empresa que opera na área de serviços desportivos.

A maioria das instituições/empresas têm como principais clientes visitantes nacionais (7), enquanto quatro estão vocacionadas para todos os tipos de clientes, operando maioritariamente na área de 'Serviços culturais'.

7.3.2. TEMÁTICAS COM MAIOR RELEVÂNCIA PARA A QUALIDADE DE VIDA E PARA O TURISMO

A primeira questão colocada no questionário tinha como intuito averiguar quais as temáticas que os inquiridos assumem como as mais relevantes para a qualidade de vida. Para tal, foi solicitado que avaliassem o nível de importância atribuído a um conjunto de temáticas relativamente a esse conceito.

De uma forma geral, todas as temáticas foram consideradas muito relevantes para a qualidade de vida (Tabela 7.3.), destacando-se as temáticas 'Saúde', 'Segurança pública', 'Educação', 'Emprego' e 'Ambiente', cuja moda de resposta equivale a 'Extremamente importante', e que se centram, fundamentalmente, em questões de âmbito social, económico e ambiental.

Tabela 7.3. | Nível de importância atribuído às temáticas estudadas relativamente à qualidade de vida

Temáticas	Ronda 1			Ronda 2		
	Média	Dpad	Moda	Média	Dpad	Moda
Saúde	4,77	0,48	5	4,94	0,24	5
Segurança pública	4,63	0,48	5	4,76	0,55	5
Educação	4,63	0,80	5	4,65	0,48	5
Emprego	4,54	0,65	5	4,59	0,60	5
Ambiente	4,54	0,60	5	4,47	0,61	5
Espaços verdes	4,37	0,54	4	4,29	0,57	4
Actividades de recreio (cultura, desporto) e lazer	4,06	0,67	4	4,29	0,57	4
Habituação	4,17	0,77	4	4,18	0,62	4
Mobilidade e transportes	4,23	0,59	4	4,12	0,58	4
Participação social	3,74	0,69	4	4,06	0,64	4
Rendimento	3,97	0,74	4	4,06	0,64	4
Clima	4,06	0,86	5	4,00	0,69	4
Infra-estruturas e equipamentos públicos	3,91	0,55	4	4,00	0,49	4
Património cultural	3,97	0,74	4	4,00	0,77	4
Comércio e serviços	3,60	0,49	4	3,94	0,54	4
Tecnologias de informação e comunicação	3,74	0,55	4	3,88	0,47	4

(Nota: 1 - 'Nada importante', 2 - 'Pouco importante', 3 - 'Importante', 4 - 'Muito importante' e 5 - 'Extremamente importante')

Relativamente às temáticas consideradas mais relevantes para o sector do turismo (Tabela 7.4.), constata-se que, à excepção da 'Participação pública', as restantes temáticas são valoradas com moda igual ou superior a 'Muito importante', destacando-se 10 temáticas avaliadas como 'Extremamente importante': 'Segurança pública', 'Actividades de recreio (cultura, desporto) e lazer', 'Mobilidade e transportes', 'Património cultural', 'Ambiente', 'Espaços verdes', 'Infra-estruturas e equipamentos públicos', 'Saúde' e 'Clima'. Estas temáticas enquadram-se nas dimensões económica, ambiental, social e cultural.

Tabela 7.4. | Nível de importância atribuído às temáticas estudadas relativamente ao sector do turismo

Temáticas	Ronda 1			Ronda 2		
	Média	Dpad	Moda	Média	Dpad	Moda
Segurança pública	4,74	0,44	5	4,88	0,32	5
Actividades de recreio (cultura, desporto) e lazer	4,57	0,60	5	4,76	0,42	5
Mobilidade e transportes	4,71	0,56	5	4,71	0,57	5
Património cultural	4,63	0,64	5	4,65	0,59	5
Ambiente	4,29	0,74	5	4,59	0,49	5
Espaços verdes	4,49	0,65	5	4,41	0,60	5
Infra-estruturas e equipamentos públicos	4,40	0,68	5	4,41	0,84	5
Saúde	4,14	0,80	4	4,35	0,68	5
Clima	4,29	0,78	5	4,29	0,75	5
Comércio e serviços	4,14	0,72	4	4,12	0,58	4
Tecnologias de informação e comunicação	4,11	0,75	4	4,12	0,47	4
Emprego	3,89	0,95	4	3,94	0,64	4
Rendimento	3,80	0,98	4	3,76	0,42	4
Educação	3,80	0,98	3	3,71	0,75	4
Habitação	3,69	0,95	4	3,65	0,68	4
Participação social	3,63	0,76	3	3,53	0,61	3

(Nota: 1 - 'Nada importante', 2 - 'Pouco importante', 3 - 'Importante', 4 - 'Muito importante' e 5 - 'Extremamente importante')

Efectuando uma abordagem às temáticas consideradas de extrema importância em cada um dos itens analisados – qualidade de vida e turismo, constata-se que as temáticas comuns entre estes são 'Saúde', 'Segurança pública' e 'Ambiente' (Figura 7.6.), temáticas associadas às dimensões social e ambiental da sustentabilidade. É, nestas áreas, que os decisores políticos devem centrar a sua atenção, de forma a assegurar que as políticas implementadas garantam a melhoria da qualidade de vida e a sustentabilidade da actividade turística.

Supõe-se que a temática 'Saúde' é considerada de extrema importância para o turismo por estar relacionada com o facto de, na maioria das situações, um indivíduo tenha de gozar de boa saúde para estar predisposto a viajar, entendendo-se, neste caso, o turista na perspectiva do residente do destino turístico em análise que se desloca para noutro local. Note-se que, no seu estudo sobre a monitorização da qualidade de vida na Holanda, Boelhouwer (2002) inclui uma dimensão relativa às férias realizadas pelos residentes desse país, assumindo que a capacidade de fruição de férias fora do local de residência é sinal da existência de uma boa qualidade de vida. Por outro lado, o destino turístico deverá assegurar as condições básicas para disponibilizar tratamento médico aos turistas que aí se deslocam, no sentido de promover a sua satisfação e assegurar a boa imagem enquanto destino turístico.

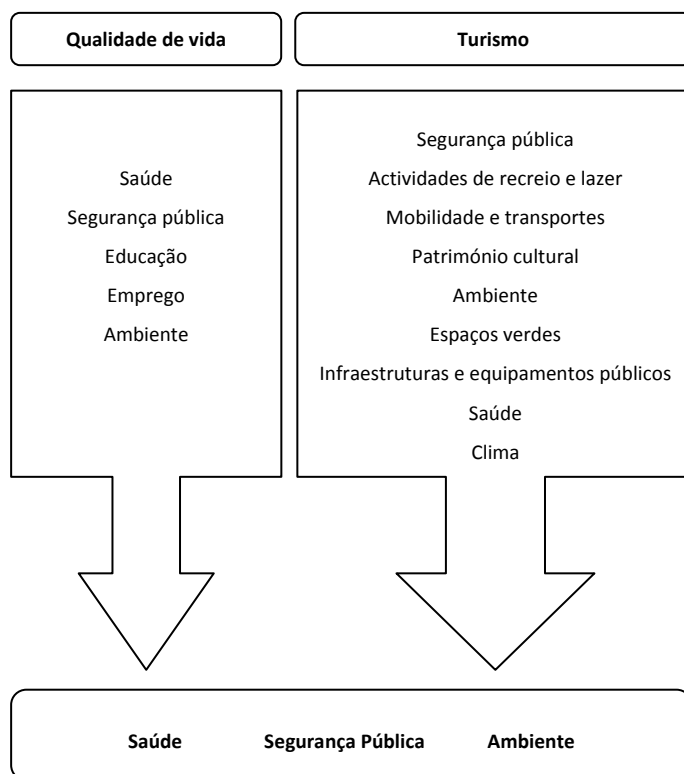


Figura 7.6. | Relação entre a relevância das temáticas de qualidade de vida e das temáticas de turismo

7.3.3. IMPACTOS DO TURISMO COM MAIOR RELEVÂNCIA PARA A QUALIDADE DE VIDA

Analisando o nível de importância atribuído aos impactos do turismo para a qualidade de vida (Tabela 7.5.), constata-se que, à excepção de ‘Aumento da oferta de equipamentos desportivos’, os restantes impactos são considerados ‘Muito importante’, destacando-se três valorizados como ‘Extremamente importante’: ‘Aumento de segurança pública’, ‘Promoção de acções de preservação do património cultural’ e ‘Melhoria nas condições de mobilidade e transportes’. Os valores de desvio padrão indicam um razoável grau de concordância entre os inquiridos relativamente às respostas dadas.

A valorização destes impactos em relação aos restantes pode justificar-se pelas características específicas da área geográfica em estudo. Nos últimos anos, as políticas de desenvolvimento territorial e de promoção do turismo na AMP, em muito associadas à classificação do Centro Histórico do Porto como Património Mundial e à iniciativa Porto 2001 - Capital Europeia da Cultura, desencadearam um conjunto de acções que potenciaram a reabilitação do património edificado, o aumento da segurança pública e reorganização do sistema de transportes públicos, que produziram efeitos positivos para a melhoria da qualidade de vida na AMP, com especial incidência na cidade do Porto. Esta situação é marcante, sendo percebida de forma muito positiva por quem se desloca neste território.

O impacto ‘Aumento de oportunidades de emprego’ apresenta o valor de média igual ao impacto ‘Melhoria nas condições de mobilidade e transportes’ sem, no entanto, obter a moda ‘Extremamente importante’.

Pode considerar-se que este impacto positivo assume um destaque especial relativamente aos restantes impactos de moda ‘Muito importante’.

Tabela 7.5. | Nível de importância atribuído aos impactos do turismo para a qualidade de vida

Temáticas	Ronda 1			Ronda 2		
	Média	Dpad	Moda	Média	Dpad	Moda
Aumento da segurança pública	4,40	0,73	5	4,65	0,48	5
Promoção de ações de preservação do património cultural	4,37	0,68	5	4,59	0,49	5
Aumento de oportunidades de emprego	4,46	0,60	5	4,41	0,49	4
Melhoria nas condições de mobilidade e transportes	4,26	0,81	5	4,41	0,60	5
Incentivo ao desenvolvimento de eventos culturais	4,29	0,66	4	4,24	0,42	4
Aumento da oferta de locais destinados a activ. de recreio e de lazer	3,91	0,73	4	4,24	0,42	4
Promoção de ações de requalificação urbana	4,11	0,78	4	4,24	0,42	4
Aumento da oferta de equipamentos culturais	4,26	0,77	4	4,18	0,62	4
Melhoria/aumento da oferta de serviços públicos	3,89	0,67	4	4,12	0,47	4
Aumento do montante de investimentos	3,94	0,83	4	4,12	0,32	4
Melhoria no nível de vida	4,11	0,71	4	4,06	0,42	4
Aumento da oferta de comércio e serviços	3,94	0,71	4	4,06	0,42	4
Melhoria/construção de infra-estruturas básicas	4,14	0,72	4	4,06	0,54	4
Melhoria/construção de equipamentos de saúde	4,00	0,89	4	4,06	0,64	4
Crescimento económico das empresas locais	4,29	0,61	4	4,00	0,49	4
Aumento do n.º de investimentos	3,97	0,77	4	4,00	0,49	4
Contributo para uma melhor atitude em relação ao trabalho	3,80	0,62	4	3,94	0,42	4
Aumento no rendimento pessoal	4,09	0,81	4	3,94	0,64	4
Aumento da área de espaços pedonais	3,89	0,82	4	3,94	0,64	4
Aumento das receitas fiscais	3,91	0,81	4	3,82	0,62	4
Aumento da oferta de equipamentos desportivos	3,40	0,73	3	3,41	0,69	3

(Nota: 1 - ‘Nada importante’, 2 - ‘Pouco importante’, 3 - ‘Importante’, 4 - ‘Muito importante’ e 5 - ‘Extremamente importante’)

Relacionando os impactos considerados mais relevantes com as áreas temáticas assinaladas como as mais importantes para avaliar a qualidade de vida, conclui-se que a ‘Segurança pública’ e o ‘Emprego’ são comuns aos dois casos.

7.3.4. INDICADORES COM MAIOR RELEVÂNCIA PARA AVALIAR O CONTRIBUTO DO TURISMO PARA A QUALIDADE DE VIDA

A questão ambiental é apontada como uma das temáticas mais relevantes, quer para a qualidade de vida, quer para o sector do turismo, existindo também uma predominância em considerar os indicadores da dimensão ambiental de extrema importância para a avaliação do turismo para a qualidade de vida (Tabela 7.6.). Dos dez indicadores propostos, seis apresentam como moda o valor correspondente a ‘Extremamente importante’ e debruçam-se sobre questões definidas como pontos comuns entre os sistemas de indicadores de qualidade de vida, de desenvolvimento sustentável e de turismo sustentável, como sejam, a protecção ambiental, a qualidade do ar, a qualidade da água, a gestão de recursos hídricos e o tratamento de resíduos. Estes indicadores alcançam os valores médios mais elevados e de desvio padrão mais baixos o que atesta a tendência para a concordância dos inquiridos em relação à sua extrema importância.

Tabela 7.6. | Nível de importância atribuído aos indicadores para a avaliação da qualidade de vida

Dimensões	Indicadores	Ronda 1			Ronda 2		
		Média	Dpad	Moda	Média	Dpad	Moda
Ambiental	Proporção de área protegida em relação à área total do destino	3,77	0,86	3	3,59	0,60	3
	Eficiência na gestão dos resíduos sólidos	4,14	0,68	4	3,94	0,64	4
	Quantidade de resíduos espalhados nas vias públicas	4,66	0,53	5	4,65	0,59	5
	Eficiência na gestão das águas residuais	4,34	0,79	5	4,59	0,69	5
	Qualidade da água para consumo humano	4,57	0,65	5	4,59	0,60	5
	Qualidade das águas balneares	4,60	0,60	5	4,76	0,42	5
	N.º de dias com boa qualidade de ar	4,43	0,69	5	4,71	0,46	5
	Frequência de acidentes ambientais devidos ao turismo	4,09	0,87	5	4,35	0,84	5
	N.º de turistas por m ² de terreno	3,66	1,01	4	3,88	0,47	4
	Uso continuado de avaliação de impacte ambiental	4,17	0,74	4	4,12	0,47	4
Económica	N.º de restaurantes	3,54	0,77	3	3,65	0,59	4
	% dos empregos da indústria do turismo que são permanentes ou que estão activos ao longo de todo o ano	4,14	0,80	5	4,29	0,75	5
	Consumo de produtos nacionais e locais	4,40	0,76	5	4,53	0,61	5
	% de estabelecimentos comerciais abertos todo o ano	3,77	0,80	3	3,53	0,50	4
	N.º de hotéis	3,63	0,72	3	3,76	0,81	3
	Receita gerada pelo turismo como % da receita total gerada na comunidade	4,49	0,55	5	4,29	0,82	5
	Relação do n.º de empregos no turismo com o n.º de emprego total (homens e mulheres)	4,17	0,88	5	4,35	0,84	5
	Contribuição do turismo para o Produto Interno Bruto (PIB)	4,46	0,73	5	4,35	0,90	5
	N.º de camas disponíveis	3,77	0,80	4	3,88	0,47	4
	Crescimento do emprego no turismo	4,34	0,75	5	4,24	0,64	4
Social	% de equipamentos sociais disponíveis na comunidade que é atribuída ao turismo	3,34	0,67	3	3,35	0,76	3
	Taxa de criminalidade	4,34	0,71	5	4,65	0,68	5
	% da população residente que acredita que o turismo ajudou a promover novos serviços, equipamentos e infra-estruturas	3,94	1,01	5	4,12	0,76	4
	Nível de satisfação dos residentes com o turismo	4,49	0,73	5	4,53	0,61	5
	Rácio de utilização das infra-estruturas hoteleiras pelos residentes	3,34	1,01	3	3,35	0,48	3
	Continuidade das actividades tradicionais pelos residentes	4,17	0,84	5	4,47	0,70	5
	Proporção do n.º de turistas para o n.º de residentes no destino turístico	3,71	0,94	3	3,24	0,42	3
	Participação dos residentes na indústria do turismo	3,86	0,80	3	3,76	0,81	3
	Capacidade dos equipamentos sociais disponíveis na comunidade que são atribuídos ao turismo	3,80	0,82	3	3,47	0,50	3
	Atitude dos residentes perante o desenvolvimento turístico	4,26	0,73	5	4,41	0,69	5

Dimensões	Indicadores	Ronda 1			Ronda 2		
		Média	Dpad	Moda	Média	Dpad	Moda
Cultural	N.º de galerias de arte	3,00	0,86	3	3,18	0,51	3
	N.º de salas de espectáculos (teatros, espaços para concertos, etc.)	3,69	0,82	4	3,94	0,64	4
	% de residentes satisfeitos com a integridade cultural	3,91	0,73	4	4,12	0,47	4
	Disponibilidade de fundos para conservação dos imóveis/sítios com valor patrimonial	4,09	0,81	5	4,29	0,67	4
	Assistência anual nos espectáculos/eventos culturais	3,63	0,80	3	3,47	0,50	3
	N.º de imóveis/sítios com classificação e protecção patrimonial	4,06	0,86	5	4,41	0,69	5
	N.º de sessões de espectáculos/eventos culturais	3,77	0,83	3	3,53	0,61	3
	N.º de museus	3,57	0,84	3	3,82	0,62	4
	N.º de visitantes de museus	3,60	0,76	3	3,76	0,64	4
	Nível de conservação dos imóveis/sítios com valor patrimonial	4,00	0,76	4	4,29	0,57	4
Política	Participação dos residentes no processo de planeamento	3,31	0,78	3	3,35	0,59	3
	Incorporação e implementação de ideias dos residentes na gestão do destino turístico	3,69	0,92	3	3,24	0,55	3
	Existência de políticas de uso do solo	3,63	0,80	3	3,47	0,50	3
	Inclusão do turismo no processo de planeamento como uma das suas componentes principais	4,14	0,80	5	4,53	0,70	5
	% de áreas protegidas/ecossistemas com planos de gestão operacionais	3,83	0,88	3	3,76	0,81	3
	Existência de um plano de turismo sustentável	4,60	0,60	5	4,65	0,48	5
	% da área sujeita a controlo de uso do solo	3,80	0,79	3	3,53	0,61	3
	Existência de políticas e de gestão da poluição do ar, da água e dos resíduos	4,49	0,69	5	4,53	0,70	5
	Comunicação bidireccional entre residentes e poder político	3,69	0,78	3	3,65	0,68	3
	Gestão eficaz de áreas protegidas	4,03	0,84	5	4,35	0,68	5

(Nota: 1 - 'Nada importante', 2 - 'Pouco importante', 3 - 'Importante', 4 - 'Muito importante' e 5 - 'Extremamente importante')

Existe apenas um indicador considerado como ‘Importante’ – ‘Proporção de área protegida em relação à área total do destino’. O facto de este indicador não ser considerado de grande relevância pode ser justificado por a AMP ser um território onde a área protegida não tem muita expressividade.

Na dimensão económica são tidos como ‘Extremamente importante’ indicadores que avaliam o contributo do turismo em termos de criação de emprego e de rendimento. Existe apenas um indicador (‘Número de hotéis’) que apenas é valorizado como ‘Importante’, concluindo-se que os residentes não consideram que este indicador tenha grande relevância para avaliar o contributo do turismo para a qualidade de vida.

Na dimensão social são valorizados de forma mais expressiva os indicadores relativos à segurança pública, ao nível de satisfação e à atitude dos residentes face ao desenvolvimento do turismo e à continuidade das actividades tradicionais pelos residentes. Os restantes indicadores são avaliados apenas como ‘Importantes’ à excepção do indicador ‘% da população residente que acredita que o turismo ajudou a promover novos serviços, equipamentos e infra-estruturas’ cuja moda é ‘Muito importante’.

Os indicadores associados à dimensão cultural apresentam junto dos inquiridos o menor grau de importância existindo apenas um indicador valorado com a moda ‘Extremamente importante’: ‘Número de imóveis/sítios com classificação e protecção patrimonial’. A escolha deste indicador como sendo o de extrema importância para avaliar o contributo do turismo para a qualidade de vida, pode ser justificada pela percepção positiva que os inquiridos têm do impacto da classificação do Centro Histórico do Porto como Património Mundial na sua qualidade de vida, uma vez que também atribuíram extrema importância ao impacto ‘Promoção de acções de preservação do património cultural’.

Na dimensão política salienta-se o facto da avaliação dos indicadores se resumir a duas categorias de moda ‘Extremamente importante’ e ‘Importante’. Os indicadores de extrema importância dizem respeito a questões relativas com a gestão e a protecção ambiental e a integração do turismo no processo de planeamento, numa perspectiva de sustentabilidade.

Efectuada a análise geral dos resultados obtidos, importa agora validar as hipóteses colocadas.

7.4. VALIDAÇÃO DAS HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO

De acordo com a descrição efectuada no subcapítulo anterior, conclui-se que as questões económicas, sociais e ambientais são tidas como as mais relevantes para a avaliação da qualidade de vida, sobretudo, nas áreas da saúde, da segurança pública, da educação, do emprego e do ambiente. Ao analisar os indicadores, constata-se que é conferida maior importância aos indicadores ambientais, sociais e económicos, o que corrobora esta afirmação. A dimensão cultural, apesar de representada, não manifesta tanta expressividade como as restantes dimensões, sendo apenas considerado um indicador como

‘Extremamente importante’ para avaliar o contributo do turismo para a qualidade de vida e que é relativo à preservação do património cultural, temática que não é encarada como relevante para a qualidade de vida. Contudo, efectuando a análise aos impactos positivos do turismo percebidos pelos inquiridos esta temática também é valorizada como de extrema importância. Conclui-se que, apesar de não considerarem o ‘Património cultural’ uma temática relevante para a qualidade de vida, os inquiridos avaliam-na como de extrema importância quando esta é ponderada no âmbito do contributo do turismo para a qualidade de vida. Embora com menos expressão que as restantes dimensões, a cultura tem o seu papel para a melhoria da qualidade de vida. Deste modo, conclui-se que a hipótese 1 ‘As questões económicas, sociais, ambientais e culturais têm grande relevância para a melhoria da qualidade de vida da população residente no destino turístico’ é verdadeira.

O ‘Emprego’ é considerado uma das temáticas mais relevantes para a avaliação da qualidade de vida e apontado com um dos principais impactos positivos do turismo. Na abordagem realizada aos indicadores de natureza económica, esta temática também se destaca com uma das mais relevantes. Ao ter a capacidade de gerar emprego, o turismo confere à população uma fonte de rendimento que permite o acesso às condições económicas, sociais, ambientais e culturais que condicionam a qualidade de vida. Esta fonte de rendimento não deve ser pensada apenas à escala do indivíduo, mas também à escala territorial, uma vez a criação de emprego está associada ao desenvolvimento de novos negócios e à constituição de empresas que pagando os seus impostos também contribuem para a disponibilização das tais condições necessárias para a qualidade de vida. Acresce, ainda, que, na óptica da sustentabilidade, o desenvolvimento de novos negócios deverá ser promovido à escala local, para garantir que os rendimentos provenientes da sua actividade sejam investidos localmente. Assim, deverá existir uma estratégia política concertada que incentive e apoie este tipo de investimentos.

Face ao exposto, considera-se a Hipótese 2 ‘O aumento de oportunidades de emprego decorrente do desenvolvimento da actividade turística contribui para a melhoria da qualidade de vida da população residente no destino turístico’ verdadeira.

Pela análise dos dados obtidos relativamente aos indicadores, e como já foi referido, a dimensão cultural, onde se incluem as actividades de recreio e lazer, é a dimensão que apresenta menor expressividade no conjunto das cinco dimensões analisadas. Neste âmbito, é atribuída maior importância a aspectos relacionados com a preservação do património cultural em detrimento da disponibilização de locais para o desenvolvimento de actividades de recreio e lazer. A preservação do património cultural é uma temática que também é referenciada como um dos principais impactos positivos do turismo, o que pode ser justificado pelo facto do património cultural ser um dos principais factores diferenciadores do território conferindo vantagens competitivas aos destinos turísticos. Uma vez que os inquiridos são responsáveis por instituições/empresas que operam em áreas de negócio que dependem do turismo, é natural que a sua escolha recaia sobre um factor que se afirma como um dos principais potenciadores desta actividade.

O facto de existirem, na AMP, boas condições para a prática de actividades de recreio e lazer não relacionadas directamente com o turismo pode também justificar o facto de esta temática não ser percebida como associada exclusivamente ao turismo.

Tendo em conta estas conclusões, constata-se que a hipótese 3 ‘A promoção de actividades de recreio e lazer direccionadas para os turistas tem um impacto positivo na qualidade de vida da população residente no destino turístico’ não é verdadeira.

7.5. PROPOSTA DE SISTEMA DE INDICADORES PARA AVALIAR O CONTRIBUTO DO TURISMO PARA A QUALIDADE DE VIDA

A proposta de sistema de indicadores para avaliar o contributo do turismo para a qualidade de vida resultante da revisão da literatura e da análise dos sistemas de indicadores de qualidade de vida de desenvolvimento sustentável e turismo sustentável versa sobre diversas temáticas transcritas na Tabela 7.7. que se agrupam nas cinco dimensões do turismo sustentável.

Tabela 7.7. Áreas temáticas da proposta inicial de indicadores	
Dimensões	Áreas de actuação
Ambiental	Protecção e gestão ambiental
	Qualidade do ar e da água
	Tratamento de resíduos e de efluentes
	Capacidade de carga
Económica	Rendimento
	Emprego
	Oferta de bens e serviços
	Consumo
Social	Disponibilização e acesso a equipamentos e serviços
	Segurança pública
	Participação dos residentes na indústria do turismo
	Atitude e nível de satisfação dos residentes com o turismo
Cultural	Disponibilização e acesso a espaços para a prática de actividades de recreio e lazer
	Preservação do património cultural
Política	Planeamento em turismo
	Participação pública
	Uso do solo
	Protecção e gestão ambiental

A metodologia desenvolvida para validar este sistema, resultante da aplicação da técnica de Delphi, ditou a redução destas temáticas, dispensando áreas como a capacidade de carga, a oferta de bens e serviços, a disponibilização e acesso a equipamentos e serviços, a disponibilização e acesso a espaços para a prática de actividades de recreio e lazer, a participação pública e o uso do solo, tidas como menos revelantes para o fim definido. A sistematização das temáticas a incluir na proposta final foram seleccionadas tendo por base a avaliação dos indicadores propostos com média igual ou superior a quatro, equivalendo a ‘Muito importante’ e ‘Extremamente importante’. Salienta-se que dos 26 indicadores avaliados nestes parâmetros, a grande maioria (20) foi avaliada como ‘Extremamente importante’. A relação entre as dimensões, as temáticas e os indicadores pode ser observada na Figura 7.7.

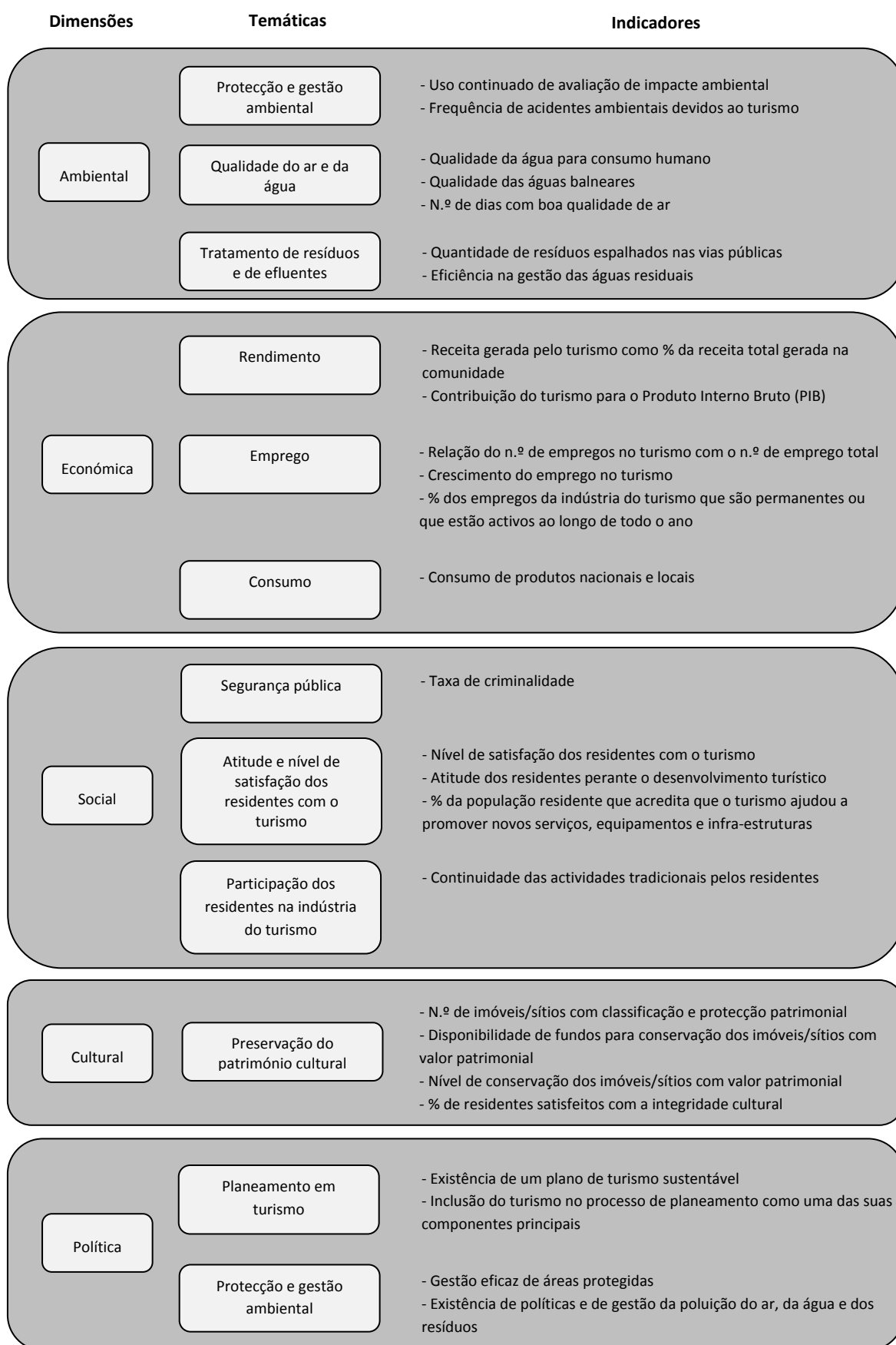


Figura 7.7. | Proposta final do sistema de indicadores para avaliar o contributo do turismo para a qualidade de vida

Assim, de acordo com os resultados obtidos no estudo empírico, conclui-se que, para garantir que o turismo tenha um contributo positivo para a qualidade de vida, dever-se-á conferir especial atenção aos seguintes aspectos:

- a protecção e gestão ambiental;
- a garantia da qualidade do ar e da água;
- o tratamento eficiente de resíduos e de efluentes;
- o aumento do rendimento produzido pela indústria do turismo;
- o emprego gerado pelo sector do turismo;
- o consumo de produtos nacionais e locais;
- a garantia da segurança pública;
- a atitude positiva e a satisfação dos residentes com os impactos do turismo;
- a participação dos residentes na indústria do turismo no sentido de dar continuidade a actividades tradicionais;
- a garantia da preservação do património cultural e
- a existência de uma estratégia de planeamento para o sector do turismo.

A gestão de um destino turístico deverá, então, considerar estes aspectos como os mais relevantes para que se alcancem um dos principais objectivos da sustentabilidade: a melhoria da qualidade de vida da população residente, direccionando a sua actuação no sentido de os concretizar.

Reportando ao problema de pesquisa pode-se concluir que o turismo pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população residente no destino turístico se o seu desenvolvimento for efectuado respeitando as questões económicas, sociais, ambientais e culturais que o norteiam, conferindo especial atenção à criação de oportunidades de emprego.

7.6. CONCLUSÃO

A aplicação na técnica de Delphi no estudo empírico permitiu alcançar o objectivo geral desta investigação: definir um sistema de indicadores que permita avaliar o contributo do turismo para a qualidade de vida no destino turístico. O processo iterativo associado a esta técnica visa o consenso nas respostas dos inquiridos que permitiu seleccionar os indicadores que integram o sistema proposto. Verificou-se, de uma forma global, que foi possível alcançar o consenso junto dos inquiridos, expresso na diminuição dos valores do desvio padrão na segunda ronda. Não se registam, também, variações muito significativas nos valores de média e de moda obtidos entre as duas rondas, apontando igualmente para uma concordância generalizada dentro do grupo de inquiridos.

O sistema de indicadores proposto integra 26 indicadores divididos pelas cinco dimensões do turismo sustentável: ambiental (7), económica (6), social (5), cultural (4) e política (4) e que abrangem temáticas como: protecção e gestão ambiental, qualidade do ar e da água, tratamento de resíduos e de efluentes, rendimento, emprego, consumo de produtos nacionais e locais, segurança pública, atitude e o nível de satisfação dos residentes com o turismo, participação dos residentes na indústria do turismo, preservação do património cultural e planeamento em turismo.

É sobre estas temáticas que os decisores políticos devem canalizar a sua atenção no sentido de garantir um contributo positivo do turismo para a qualidade de vida dos residentes no destino turístico. Os indicadores permitem monitorizar a sua actuação, de forma a conhecer a situação real do processo de desenvolvimento do turismo e a implementar acções que contribuam para o objectivo proposto.

CAPÍTULO 8. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES PARA INVESTIGAÇÕES FUTURAS

O conceito de qualidade de vida surgiu da necessidade de medir o grau de desenvolvimento das sociedades e de garantir as condições económicas, sociais, ambientais e culturais necessárias à satisfação dos indivíduos. A percepção da qualidade de vida é algo que não é, universalmente, entendida da mesma forma. É influenciada pelos progressos sociais, pelas referências culturais e pelas experiências vividas em sociedade. No entanto, existem temáticas consideradas as mais relevantes para avaliar a qualidade de vida que são comuns aos vários estudos analisados, independentemente das características sociais e culturais das sociedades estudadas e do contexto cronológico em que os estudos foram efectuados. Tais temáticas são: o ambiente, o emprego, a habitação, a mobilidade e transportes, as actividades de recreio (cultura, desporto) e lazer, o rendimento, a saúde e a segurança pública. É sobre estas temáticas que as estratégias políticas devem assentar para garantir um bom grau de desenvolvimento, que se pretende sustentável.

Em contextos de crise económica, como o que se vive actualmente, urge implementar acções que assegurem a gestão eficaz e eficiência dos fundos financeiros, de modo a garantir a concretização de investimentos que potenciem áreas que permitam contrariar tal situação.

O sector do turismo pode contribuir para ultrapassar as dificuldades sentidas em contextos sócio-económicos adversos e para melhorar a qualidade de vida da população do destino turístico. Para que tal aconteça, o seu desenvolvimento deve apoiar-se em acções de natureza sustentável que tenham em atenção as temáticas tidas como de maior relevância para a avaliação da qualidade de vida. O sistema de indicadores proposto permite monitorizar as acções realizadas no âmbito do turismo e direccionar actuações futuras no sentido de potenciar este sector e de contribuir para a promoção da qualidade de vida. Assim, de acordo esta proposta, deverá ser efetuada uma aposta na protecção e gestão ambiental; na garantia da qualidade do ar e da água; no tratamento eficiente de resíduos e de efluentes; no aumento do rendimento produzido pela indústria do turismo; no emprego gerado pelo sector do turismo; no consumo de produtos nacionais e locais; na garantia da segurança pública; na defesa de condições que permitam uma atitude positiva e a satisfação dos residentes perante o turismo; na participação dos residentes na indústria do turismo no sentido de dar continuidade a actividades tradicionais; na garantia da preservação do património cultural e na implementação de estratégias de planeamento para o sector do turismo.

A qualidade de vida no destino turístico tem uma acção indirecta de marketing ao contribuir para uma experiência satisfatória ao turista. Esta afirmação está associada à hospitalidade, que depende da disposição dos residentes, que por sua vez está associada à sensação de felicidade ou de satisfação com a vida. Se os residentes se sentirem satisfeitos com a sua vida expressam essa satisfação através da boa disposição e de uma forma afável de receber os turistas, o que se revela positivo para a experiência do

turista. A satisfação do turista pode resultar em acções de marketing que este realize de forma involuntária ao sugerir esse destino a outros indivíduos.

A AMP, apesar de extensa em termos de dimensão, e das diferenças que a caracterizam ao nível territorial (áreas urbanas versus áreas rurais), sofre de uma forte polarização em torno da cidade do Porto, que exerce uma forte influência sobre o restante território. A sua imagem é extremamente forte, confundindo-se com a própria AMP. Tal situação poderá influenciar a percepção dos inquiridos e justificar o facto de não existir uma diferença significativa nas respostas obtidas por inquiridos de instituições/empresas localizadas em concelhos de características marcadamente diferentes, como por exemplo entre o Porto e a Trofa. Esta situação é notória no facto da temática 'Preservação do património cultural' ser definida como um dos principais impactos positivos do turismo. As acções de preservação do património ocorrida no Centro Histórico do Porto resultaram numa melhoria substancial da qualidade de vida e a percepção deste facto poderá ter conduzido os inquiridos a valorizarem a 'Preservação do património cultural' em detrimento da 'Promoção de actividade de recreio e lazer' referenciada na revisão da literatura como um dos principais impactos positivos do turismo para a qualidade de vida a par do 'Emprego'.

No sentido de perceber se existem diferenças na percepção do contributo do turismo para a qualidade de vida, é recomendada a reprodução deste estudo em destinos turísticos de características marcadamente opostas e que não tenham uma relação institucional ou territorial que imprima este tipo de influência. Seria interessante averiguar se a escolha dos inquiridos recairia sobre as mesmas temáticas e os mesmos indicadores tendo em conta a localização geográfica (norte/sul; litoral/interior; continente/ilhas) e o tipo de turismo que distingue os destinos turísticos (sol e praia, turismo de negócios, turismo de natureza, turismo religioso, entre outros). Estes estudos deveriam incluir, também, a percepção dos residentes, principal parte interessada na garantia da qualidade de vida. O resultado final destes estudos poderia permitir o desenho de um modelo de avaliação do contributo do turismo para a qualidade de vida aplicável em qualquer destino turístico.

A principal dificuldade sentida no desenvolvimento desta investigação registou-se ao nível da obtenção de resposta aos inquéritos, pelo que se sugere o estabelecimento de um compromisso prévio com os inquiridos, de forma a garantir que todos participem nas rondas necessárias à concretização dos objectivos subjacentes à aplicação da técnica de Delphi.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ahn, B., Lee, B., & Shafer, C. S. (2002). Operationalizing sustainability in regional tourism planning: an application of the limits of acceptable change framework. *Tourism Management* Vol. 23, 1–15.
- Allardt, E. (1976). Dimensions of welfare in a comparative Scandinavian Study. *Acta Sociologica*, Vol. 19, n.º 3, 227-239.
- Andereck, K. L., Valentine, K. M., Knopf, R. C., & Vogt, C. A. (2005). Residents' perceptions of community tourism impacts. *Annals of Tourism Research*, Vol. 32, N.º 4, 1056-1076.
- AMP. (s.d.). Acedido em 25 de Setembro de 2011, em <http://www.amp.pt>
- APA & DCEAFCTUNL. (2007). Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – SIDS PORTUGAL. Agência Portuguesa do Ambiente. Acedido em 10 de Janeiro de 2010, em <http://apambiente.pt/Instrumentos/sids/Documents/SIDS%202007/SIDS%20Portugal.pdf>
- Akranavičiūtė, D., & Ruževičius, J. (2007). Quality of Life and its Components' Measurement. *Engineering Economics*, Vol. 2, 44-49.
- Barros, V. (2009). Turismo Sustentável: uma aplicação ao caso madeirense. *1.º Congresso de Desenvolvimento Regional de Cabo Verde / 15.º Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (APDR)*. Acedido em 04 de Novembro de 2009, em <http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%2014/29A.pdf>
- Belbute, J., Marques, J., Gomes, C., Carvalho, J., Castro, E., Pinto, M., et al. (2009). Qualidade de Vida - Uma análise à escala local. Acedido em 5 de Junho de 2010 em http://www.decon.uevora.pt/get_file.php3?id=1208
- Boelhouwer, J. (2002). Quality of life and living conditions in the Netherlands. *Social Indicators Research*. 115-140.
- Bunge, M. (1975). What is a Quality of Life indicator? *Social Indicators Research*, 2, 65-79.
- Câmara Municipal do Porto - CMP. (2003). 1º Relatório sobre a Qualidade de Vida Urbana – Porto. Câmara Municipal do Porto – Gabinete de Estudos e Planeamento. Acedido em 13 de Outubro de 2009, em http://www.cm-porto.pt/users/0/56/Apresentacaodoprojecto_20a50226bb508277a731d6859081c96f.pdf
- Choi, H. C. & Sirakaya, E. (2006). Sustainability indicators for managing community tourism. *Tourism Management* 27 1274-1289.
- Comissão Independente População e Qualidade de Vida - CIPQV. (1998). *Cuidar o futuro - Um programa radical para viver melhor*. Lisboa: Trinova Editora.
- Cooper, C., Gilbert, D., Fletcher, J., Wanhill, S., & Shepherd, R. (1998). *Tourism - Principles and Practice* (2nd ed.). Harlow, England: Prentice Hall.
- Costa, C. (2001). O papel e a posição do sector privado na construção de uma nova política para o turismo em Portugal. In AEP (Ed.), *Novas Estratégias para o Turismo* (pp. 65-87). Porto: Associação Empresarial de Portugal.
- Costa, C. (2005). Turismo e cultura: avaliação das teorias e práticas culturais do sector do turismo (1990-2000). *Análise Social*, vol. XL (175). 279-295.

- Cummins, R. A. (2000). Objective and subjective quality of life: An interactive model. *Social Indicators Research*, 52, Iss. 1.
- De Rooy, J. (1978). A Canonical Quality of Life Model. *American Journal of Economics and Sociology*, 37, iss. 4, 359-380.
- Delhey, J., Böhnke, P., Habich, R., & Zapf, W. (2002). Quality of life in a european perspective: the Euromodule as a new instrument for comparative welfare research. *Social Indicators Research*, 58, 163-176.
- DGA. (2000). Proposta para um sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável. Acedido em 22 de Setembro de 2009, em http://www.apambiente.pt/Instrumentos/sids/Documents/SIDS%202000/sids_pdf_2000.pdf
- DRTM. (2011). O Código Mundial de ética do Turismo. Acedido em 02 de Março de 2011, em <http://www.madeiraislands.travel/pls/madeira/docs/F1522518145/Codigo%20Etica%20do%20Turismo-PT.pdf>
- Edgell, D. L., Allen, M. D., Smith, G., & Swanson, J. R. (2008). *Tourism Policy and Planning - Yesterday, Today and Tomorrow*. Oxford: Elsevier Inc.
- European Communities. (2004). *Urban Audit Methodological Handbook*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.
- European Communities. (2009). *Sustainable development in the European Union: 2009 monitoring report of the EU sustainable development strategy*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.
- European Union. (2011). Agenda for a sustainable and competitive European tourism. Acedido em 09 de Maio de 2011, em http://europa.eu/legislation_summaries/enterprise/industry/l10132_en.htm
- Eurostat. (2011). Acedido em 21 de Março de 2011, em http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/product_results/search_results?mo=contains&ms=tourism&saa=&p_action=SUBMIT&l=us&co=equal&ci=&po=equal&pi=
- Eusébio, C. (2006). *Avaliação do impacte económico do turismo a nível regional - O caso da Região Centro de Portugal*. Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Felce, D., & Perry, J. (1995). Quality of life: Its definition and measurement, 16, Issue 1, January-February, 51-74.
- Garrod, B., & Fyall, A. (2005). Revisiting Delphi: the Delphi Technique in Tourism Research. In B. W. Ritchie, P. Burns & C. Palmer (Eds.), *Tourism Research Methods - Integrating Theory with Practice*. Oxfordshire: CAB International. 85 – 98.
- Gestluz Consultores. (2008). *Programa Territorial de Desenvolvimento para a Área Metropolitana do Porto 2007/2013 - Diagnóstico Prospectivo* Porto: Área Metropolitana do Porto.
- Giannias, D. A. (1998). A Quality of Life Based Ranking of Canadian Cities. *Urban Studies* 35, No. 12, 2241-2251.
- Glicken, J. & Engi, D. (1996). Methodologies for Defining 'Quality of Life'. Comunicação apresentada em EASSTI4S conference - ecological planning and toxicology.
- Guimarães, S., & Dacanal, C. (2006). *Arquitetar para viver. Educar para conservar: Faces da qualidade ambiental e da qualidade de vida na conservação do meio ambiente*. Comunicação apresentada em Climatologia e Estudos da Paisagem, Rio Claro.

- Gursoy, D., Jurowski, C., & Uysal, M. (2002). Resident attitudes: A Structural Modeling Approach. *Annals of Tourism Research*, Vol. 29, N.º 1, 79-105.
- Haley, A. J., Snaith, T., & Miller, G. (2005). The social impacts of tourism: a case study of Bath, UK. *Annals of Tourism Research*, Vol. 32, N.º 3, 647-668.
- Hall, C. M., & Williams, A. M. (2008). *Tourism and Innovation*. New York: Routledge.
- Helburn, N. (1982). Geography and the Quality of Life. *Annals of the Association of American Geographers*, 72(4), 445-456.
- Hollar, D. (2003). A Holistic Theoretical Model for Examining Welfare Reform: Quality of Life. *Public Administration Review* 63, No. 1, 90-104.
- Hsu, C., & Sandford, B. A. (2007). The Delphi Technique: Making Sense of Consensus. *Assessment Research & Evaluation*, 12 (10). Acedido em 12 de Agosto de 2011, em <http://pareonline.net/pdf/v12n10.pdf>
- INE, I. P. (2010). *Anuário Estatístico da Região Norte 2009*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- INE, I. P. (s.d.). *Contas Nacionais*. Acedido em 15 de Fevereiro de 2011, em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_contas_nacionais&contexto=cs&selTab=tab3&perfil=97154797&INST=116634832
- International Institute for Sustainable Development - IISD. (2007). *Dashboard of Sustainability*. Acedido em 10 de Julho de 2010, em <http://www.iisd.org/cgsdi/dashboard.asp>
- Johansson, S. (2002). Conceptualizing and Measuring Quality of Life for National Policy - From the Swedish Level of Living Survey to an Epistemology of the Democratic Process. *Social Indicators Research*, 58, 13-32.
- Kaynak, E., Bloom, J., & Leibold, M. (1994). Using the Delphi Technique to Predict Future Tourism Potential. *Marketing Intelligence & Planning*, 12 (7), 18 - 29
- Ko, T. G. (2005). Development of a tourism sustainability assessment procedure: a conceptual approach. *Tourism Management*, 26(3), 431-445.
- Lever, J. P. (1999). The development of an instrument to measure Quality of Life in Mexico City. *Social Indicators Research* 50, 187-208.
- Manso, J. & Simões, N. M. (2007). Os Municípios e a Qualidade de Vida em Portugal: Proposta Metodológica com vista à sua Mensuração e Ordenação. Acedido em 19 de Setembro de 2009, em http://www.dge.ubi.pt/pmanso/qualid_vida_pmanso_nuno.pdf
- Manso, J. & Simões, N. M. (2009). Indicador sintético de desenvolvimento económico e social ou de bem-estar dos municípios do continente português. Acedido em 19 de Setembro de 2009 em <http://www.dge.ubi.pt/pmanso/Estudo%20sobre%20qualidade%20de%20vida%20dos%20concelhos%20portugueses%202009.pdf>
- Mathieson, A. & Wall, G. (1990). *Tourism: economic, physical and social impacts*. Harlow (Essex): Longman Scientific & Tecnical.
- McCall, S. (1975). Quality of Life. *Social Indicators Research* 2, 229-248.
- McCool, S. F., & Moisey, R. N. (2008). Introduction: Pathways and pitfalls in the search for sustainable tourism. In S. F. McCool & R. N. Moisey (Eds.), *Tourism, Recreation and Sustainability - Linking Culture and the Environment* (2.ª ed.). Oxfordshire: CABI.

- Mendes, J. (1999). *Onde viver em Portugal: uma análise da qualidade de vida nas capitais de distrito*. Coimbra: Ordem dos Engenheiros - Região Centro.
- Milbrath, L. W. (1978). Indicators of environmental quality. In UNESCO (Ed.), *Indicators of environmental quality and quality of life* (pp. 33 - 56). France: UNESCO.
- Miller, G. (2001). The development of indicators for sustainable tourism: results of a Delphi survey of tourism researchers. *Tourism Management* 22, 351 – 362
- Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território. (2005). Membros do Governo da área do Ambiente. Acedido em 10 de Janeiro de 2011, em <http://www.sg.maot.gov.pt/sMembros.htm>
- Monjardino, I. (2009). Indicadores de Sustentabilidade do Turismo nos Açores: o papel das opiniões e da atitude dos residentes face ao Turismo na Região. *1.º Congresso de Desenvolvimento Regional de Cabo Verde / 15.º Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (APDR)*. Acedido em 04 de Novembro de 2009, em <http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%2014/29A.pdf>
- Mota, I. , Pinto, M., Sá, J., Marques, V. & Ribeiro, J. (s.d.). Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável - ENDS 2005-2015. Acedido em 10 de Julho de 2010 em <http://www.impactus.org/pdf/Documentos/Outras%20Publicacoes/Sustentabilidade%202005-2015%20ENDS.pdf>
- Nunkoo, R., & Ramkissoon, H. (2010). Small island urban tourism: a residents' perspective. *Current Issues in Tourism Vol. 13, No. 1*, 37–60.
- Organization for Economic Co-operation and Development - OECD. (2008). Measuring Sustainable Development. Acedido em 12 de Julho de 2010 em <http://www.oecd.org/dataoecd/30/20/41414440.pdf>
- Organization for Economic Co-operation and Development - OECD. (2010). Acedido em 04 de Maio de 2011, em http://www.oecd.org/findDocument/0,3770,en_2649_34389_1_1_1_1_1,00.html
- Organização Mundial de Turismo - OMT. (1999). *Conta satélite do turismo – quadro conceptual*. Madrid: Organização Mundial de Turismo
- Palomino Villavicencio, B., & López Pardo, G. (1999). Reflexiones Sobre la Calidade de Vida e Desarrollo. Acedido em 14 de Novembro de 2009, em http://lanic.utexas.edu/project/etext/colson/17/17_6.pdf
- Patterson, A. & Theobald, K. S. (1995). Sustainable Development, Agenda 21 and the New Local Governance in Britain. *Regional Studies*, 29.8, 773-778.
- Reddy, M. V. (2008). Sustainable Tourism Rapid Indicators for Less-developed Islands: an Economic Perspective. *International Journal of Tourism Research*, 10, 557–576.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2000, de 15 de Maio.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de Agosto
- Royuela, V., & Artís, M. (2006). Convergence Analysis in Terms of Quality of Life in the Urban Systems of the Barcelona Province. *Regional Studies*, 40 (5), 485-492.
- Rogerson, R. J. (1999). Quality of Life and City Competitiveness. *Urban Studies*, 36, N.º 5-6, 969-985.
- Salinas Chávez, E., & La O Osorio, J. A. (2006). Turismo y Sustentabilid: de la Teoría a la Práctica en Cuba. *Cuadernos de Turismo* 17, 203-223.

- Salinas Chávez, E., Navarro Jurado, E., Echarrí Chávez, M., & La O Osorio, J. (2008). Metodologías para el Evolución de la Sustentabilidad Teritorial: el Uso de Indicadores en Destinos Turísticos de Cuba. *Boletín de la Real Sociedad Geográfica*, Tomo CXLIV, 77-102.
- Santos, L. & Martins, I. (2002). A qualidade de vida urbana: o caso da cidade do Porto. Acedido em 21 de Setembro de 2009, em <http://www.fep.up.pt/investigacao/workingpapers/wp116.pdf>
- Seik, F. T. (2000). Subjective assessment of urban quality of life in Singapore (1997-1998). *Habitat International*, 24, 31-49.
- Sharpley, R. (2009). *Tourism Development and the Environment: Beyond Sustainability?* London - Sterling, VA: Earthscan Publications.
- Shin, Y. (2010). Residents' Perceptions of the Impact of Cultural Tourism on Urban Development: The Case of Gwangju, Korea. *Asia Pacific Journal of Tourism Research*, Vol. 15, No. 4, 405-416.
- Schofield, P. (2011). City Resident Attitudes to Proposed Tourism Development and its Impacts on the Community. *International Journal of Tourism Research*, 13, 218-233.
- Stevens, C. (2005). Measuring Sustainable Development. *Statistics Brief*. Acedido em 20 de Outubro de 2009, em <http://www.oecd.org/dataoecd/60/41/35407580.pdf>
- Timur, S., & Getz, D. (2009). Sustainable tourism development: How do destination stakeholders perceive sustainable urban tourism? *Sustainable Development*, 17, 220-232.
- Tovar, C., & Lockwood, M. (2008). Social Impacts of Tourism: An Australian Regional Case Study. *International Journal of Tourism Research*, 10, 365-378.
- Turismo de Portugal, I. P. (2007). Acedido em 21 de Março de 2011, em <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/Pages/Publica%C3%7%C3%B5es.aspx>
- Turismo do Porto e Norte de Portugal (2011). Acedido em 20 de Setembro de 2011, em <http://www.portoenorte.pt>
- United Nations. (2007). *Indicators of Sustainable Development: Guidelines and Methodologies* (Third Edition ed.). New York: United Nations.
- UNWTO. (2009). *UNWTO Publications Catalogue*. Acedido em 21 de Março de 2011, em http://pub.unwto.org/WebRoot/Store/Shops/Infoshop/Catalogue/UNWTO_cat_2009.pdf
- Van Bellen, H. M. (2004). Desenvolvimento Sustentável: Uma Descrição das Principais Ferramentas de Avaliação. *Ambiente & Sociedade Vol. VII (1)*. 67-87.
- Weaver, D. (2006). *Sustainable Tourism: Theory and Practice*. Oxford: Elsevier Butterworth-Heinemann.
- WHOQOLGroup. (1996). *WHOQOL-BREF Introduction, Administration, Scoring and Generic Version of the Assessment*. Geneva: World Health Organization
- Wish, N. B. (1996). Are We Really Measuring the Quality of Life? Well-being Has Subjective Dimensions, As Well As Objective Ones. *American Journal of Economics and Sociology*, Vol. 45 (1), 93-99.
- WTTC. (2007). Acedido em 21 de Março de 2011, em http://www.wttc.org/eng/Tourism_Research/Policy_Research/Annual_Reports,_Progress_and_Priorities/
- WTTC, WTO, & EC. (1995). *Agenda 21 for the travel & tourism industry - Towards environmentally sustainable development*. London: WTTC.

World Tourism Organization - WTO. (1995). *Concepts, definitions and classifications for tourism statistics*. Madrid: World Tourism Organization.

World Tourism Organization - WTO. (2004). *Indicators of Sustainable Development for Tourism Destinations A Guidebook*. Madrid: World Tourism Organization.

ANEXOS

ANEXO 1.1. | EXEMPLOS DE ESTUDOS DE QUALIDADE DE VIDA EM QUE FORAM UTILIZADAS FÓRMULAS MATEMÁTICAS

Estudos sobre qualidade de vida

Autor: D. Giannias**Ano:** 1998**Estudo:** 'A Quality of Life Based Ranking of Canadian Cities'**Objectivo:** Definir, através da aplicação do método dos preços hedónicos à análise da qualidade de vida, um ranking de 13 cidades canadianas.**Método:** Aplica o método dos preços hedónicos para construir uma equação para medir a qualidade de vida, tendo em conta atributos específicos das cidades e as características físicas das habitações. A fórmula corresponde a somas e subtracções dos diferentes indicadores estabelecidos, cada um dos quais associados a um valor de ponderação calculado pelo método dos preços hedónicos.**Autor:** J. Mendes**Ano:** 1999**Estudo:** 'Onde viver em Portugal: uma análise da qualidade de vida nas capitais de distrito'**Objectivo:** Definir um ranking de qualidade de vida para as capitais de distrito de Portugal**Método:** Primeiro, foram aplicados inquéritos para definir as dimensões de qualidade de vida e respectivas ponderações. Depois foi estabelecida uma equação de agregação das dimensões, sendo que para cada capital a pontuação foi obtida através da média ponderada das pontuações das dimensões, tendo sido utilizada uma análise multicritério.**Autor:** J. Boelhouwer**Ano:** 2002**Estudo:** 'Quality of life and living conditions in the Netherlands'**Objectivo:** Medir a qualidade de vida na Holanda utilizando o Índice de Condições de Vida, instrumento desenvolvido pelo Gabinete de Planeamento Social e Cultural da Holanda, em 1974, com o objectivo de representar as condições de vida como um todo, monitorizando o desenvolvimento cultural e social do país. É um instrumento descritivo que identifica tendências de condições de vida.**Método:** A construção do Índice de Condições de Vida foi efectuada com base na análise de correlação canónica não linear para cálculo dos pesos a atribuir a cada domínio.**Autor:** V. Royuela e M. Artis**Ano:** 2006**Estudo:** 'Convergence analysis in terms of QOL in urban systems of Barcelona Province'**Objectivo:** Avaliar a qualidade de vida aos municípios que compõem a Província de Barcelona, estabelecendo um ranking.**Método:** Define um índice composto de qualidade de vida com o objectivo de efectuar uma análise de convergência em termos de qualidade de vida. O índice é composto pela soma de três componentes: oportunidades individuais de progresso, índice de equilíbrio social e condições de vida da comunidade, cada um correspondente a uma fórmula matemática que englobam vários indicadores de natureza objectiva. A escolha dos indicadores e dos respectivos valores de ponderação foi feita com recurso a consulta de peritos na área e ao consenso entre a opinião dos mesmos. O valor de ponderação dos três componentes do índice é o mesmo.**Autores:** Akranavičiūtė e Ruževičius**Ano:** 2007**Estudo:** 'Quality of life and its components' Measurement'**Objectivo:** Avaliar a qualidade de vida e a qualidade de vida no trabalho de trabalhadores de pequenas empresas industriais.**Método:** Define uma fórmula matemática que soma os sete domínios da qualidade de vida (estado físico, estado emocional, estado material, auto-estima, relacionamento social, auto-expressão e lazer e segurança e ambiente) aos quais corresponde um valor de ponderação. Para o cálculo dos quocientes de ponderação de cada domínio foram aplicados inquéritos que permitiram, através do uso da escala de Likert, apurar a ordem de importância de cada domínio. Essa ordem corresponde ao valor de ponderação de cada domínio.**Autor:** J. Manso e N. Simões**Ano:** 2007**Estudo:** 'Os municípios e a qualidade de vida em Portugal: proposta metodológica com vista à sua mensuração e ordenação'**Objectivo:** Calcular um indicador composto para avaliar a qualidade de vida dos municípios portugueses estabelecendo um ranking.**Método:** Primeiro, foi aplicada a Análise Factorial dos Componentes Principais do conjunto de indicadores seleccionados para extrair os factores que explicam o máximo da variância do conjunto de dados e calcular a Matriz dos Componentes com Rotação VARIMAX. Em segundo lugar, foram calculados "os valores de cada factor tendo em atenção os dados da matriz inicial e as cargas (*loadings*) de cada variável original do eixo factorial. Isto é, para cada concelho e para cada factor, é somado o resultado da multiplicação do valor do indicador de cada variável original pela respectiva carga no factor em questão. Desta forma, teremos para cada concelho um único valor (um valor por cada factor identificado na análise factorial) que sintetiza os valores dos indicadores originais" (Manso & Simões, 2007, p. 27). Por fim, é calculado o "Indicador Concelho de Qualidade de Vida (ICQV) tendo em conta o peso de cada factor na explicação da variância total (fazendo previamente uma regra de três simples para que a soma das variâncias parciais de cada factor dê 100%, como se impõe quando se quer calcular qualquer média aritmética como é o caso, ou seja, vamos multiplicar o valor da cada factor calculado na 2ª etapa) pelo peso que este tem na explicação da variância total. O ICQV resultará da soma do valor de todos os factores após essa multiplicação" (Manso & Simões, 2007, p. 27).**Autor:** J. Manso e N. Simões**Ano:** 2009**Estudo:** 'Indicador sintético de desenvolvimento económico e social ou de bem-estar dos municípios do continente português'**Objectivo:** Introduzindo algumas alterações ao Indicador Concelho de Qualidade de Vida, pretende recalculá-lo, utilizando dados mais recentes e estabelecer uma comparação entre os dados obtidos nos dois estudos.**Método:** A metodologia é a mesma utilizada no estudo de 2007, introduzindo novos indicadores, resultando um novo índice, o Índice Sintético de Desenvolvimento Concelho (ou de Qualidade de Vida).

ANEXO 1.1. | EXEMPLOS DE SISTEMAS DE INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA

Anexos

Estudo	Dimensões	Indicadores
Ano 1978	1. Rendimento e emprego	a) % de agregados familiares com rendimentos abaixo do nível de pobreza b) Rendimento per capita c) % de trabalhadores executivos
Autores Jacob De Rooy	2. Qualidade da habitação	a) Valor médio de casas ocupadas pelos proprietários b) % de habitações próprias c) % de habitações com água canalizada d) % de habitações com ar condicionado e) % de habitações com frigorífico f) % de habitações com pelo menos um telefone
Título A Canonical Quality of Life Model	3. Recreação	a) Número médio, em acres, de parques por 1000 pessoas
Publicação American Journal of Economics and Sociology	4. Migração	a) Variação percentual da população entre 1960-1970
Objectivo Desenvolver um índice de qualidade de vida que revele o processo de melhoria do bem-estar social	5. Saúde	a) Óbitos por 1.000 pessoas b) Suicídios por 1.000 pessoas
	6. Crime	a) Furtos e roubos por 1.000 pessoas b) Violações por 1.000 pessoas c) Homicídios por 1.000 pessoas
Ano 1998		a) Número de divisões da habitação b) Número de casas de banho c) Idade da habitação d) Temperatura média anual e) Número médio de dias nublados f) Poluição do ar g) Taxa de crime h) Densidade populacional i) Número de equipas desportivas profissionais
Autores Dimitrios Giannias		
Título A Quality of Life Based Ranking of Canadian Cities		
Publicação Urban Studies		
Objectivo Construir um índice de qualidade de vida que permita estabelecer um ranking de cidades		

Estudo	Dimensões	Indicadores
Ano 1999 Autor Marc Miringoff Desenvolveu o Index of Social Health (estudo citado por Belbute et. al., 2009)		a) Salário semanal médio b) Esperança de vida aos 65 anos c) Balanço ricos e pobres d) Taxa de crime violento e) Mortalidade infantil f) Abuso de criança g) Crianças na pobreza h) Taxas de suicídio i) Abandono escolar j) Nascimentos na adolescência k) Desemprego l) Cobertura de seguro de saúde m) Pobreza nos idosos n) Tráfego de álcool e de drogas o) Acessibilidade
Ano 1999 Autor José Mendes Título Onde viver em Portugal: uma análise da qualidade de vida nas capitais de distrito Objectivo Define um ranking de qualidade de vida para as capitais de distrito de Portugal com base no desenvolvimento de uma equação agregada de indicadores.	1. Clima 2. Comércio e serviços	a) Índice climático de Inverno b) Índice climático de Verão c) Índice pluviométrico a) Dependências bancárias por 10000 habitantes b) Estabelecimentos comerciais retalhistas c) Estabelecimentos comerciais retalhistas por 10000 habitantes d) Grandes superfícies e) Áreas de grandes superfícies por 10000 habitantes f) Pavilhões desportivos por 10000 habitantes g) Instalações para grandes jogos por 10000 habitantes h) Piscinas cobertas por 10000 habitantes i) Piscinas descobertas por 10000 habitantes j) Pistas de atletismo por 10000 habitantes k) Cursos universitários l) Vagas para cursos universitários m) Cursos politécnicos n) Vagas para cursos politécnicos o) Número de museus

Anexos

Estudo	Dimensões	Indicadores
Ano 1999	2. Comércio e serviços	p) Número de hospitais no distrito por 10000 habitantes
		q) Lotação dos hospitais no distrito por 10000 habitantes
Autor José Mendes		r) Número de médicos por 10000 habitantes
		s) Número de farmácias por 10000 habitantes
Título Onde viver em Portugal: uma análise da qualidade de vida nas capitais de distrito		t) Estabelecimentos de actividades de tempos livres por 10000 habitantes
		u) Capacidade de estabelecimentos de actividades de tempos livres por 10000 habitantes
Objectivo Define um ranking de qualidade de vida para as capitais de distrito de Portugal com base no desenvolvimento de uma equação agregada de indicadores.		v) Centros de dia por 10000 habitantes
		w) Capacidade de centros de dia por 10000 habitantes
		x) Creches e jardins-de-infância por 10000 habitantes
		y) Capacidade de creches e jardins-de-infância por 10000 habitantes
		z) Lares por 10000 habitantes
		aa) Capacidade de lares por 10000 habitantes
	3. Criminalidade	a) Taxa de crimes contra pessoas
		b) Taxa de crimes contra património
		c) Taxa de crimes contra a vida em sociedade
	4. Desemprego	a) Taxa de desemprego registado
	5. Habitação	a) Custo de aquisição por m ² de área útil
		b) Custo de arrendamento por m ² de área útil
	6. Mobilidade	a) Número de autocarros por 1000 habitantes
		b) Número de veículos por Km de rede viária
		c) Vendas de combustíveis por km de rede viária (ton/Km)
		d) Densidade viária (Km/Km ²)
		e) Tempo agregado de deslocação a Lisboa e Porto (horas)
	7. Património	a) Número de monumentos nacionais e património mundial
		b) Número de imóveis de interesse público
	8. Poder de compra	a) Poder de compra <i>Per capita</i>
	9. Poluição	a) Qualidade do ar
		b) Qualidade da água
		c) Ruído

Estudo	Dimensões	Indicadores
Ano 2002	1. Habitação	a) Tipo de propriedade b) Tipo de construção c) N.º de quartos d) Área da sala e) Locais inseguros na vizinhança f) Ano de construção
Autor Jeroen Boelhouwer		
Título Quality of life and living conditions in the Netherlands		
Publicação Social Indicators Research	2. Saúde	a) Número de sintomas psicossomáticos b) Número de novas doenças graves c) Número de outras doenças
Objectivo Definir um índice que monitorize a qualidade de vida na Holanda	3. Poder de compra	a) Número de aparelhos domésticos b) Número de artigos para passatempo
	4. Actividades de lazer	a) Número de passatempos b) Número de actividades de entretenimento não domésticas c) Membro de organizações
	5. Mobilidade	a) Propriedade de automóvel b) Passe de comboio ou metro
	6. Participação social	a) Contribuição activa em actividades de organizações b) Trabalho voluntário c) Isolamento social
	7. Actividade desportiva	a) Número de desportos b) Número de vezes que pratica desporto por semana
	8. Férias	a) Viagem de férias do ano passado b) Viagem de férias ao estrangeiro c) Número de artigos de férias
Ano 2003	1. Espaços verdes	a) Espaços verdes públicos <i>per capita</i> b) Extensão de ruas arborizadas
Autor Câmara Municipal do Porto	2. Clima	a) Dias com registo de precipitação b) Média diária de horas de sol
Título 1º Relatório sobre a Qualidade de Vida Urbana – Porto	3. Ruído	a) Incomodidade sonora
	4. Qualidade do ar	a) Dias com Índice da QA (Iqar)
Objectivo Definir um sistema de monitorização da qualidade de vida urbana da cidade do Porto	5. Qualidade da água balnear	a) Registos com qualidade da água balnear

Anexos

Estudo	Dimensões	Indicadores
Ano 2003	6. Infra-estruturas básicas	a) Águas residuais tratadas b) Resíduos sólidos urbanos valorizáveis
Autor Câmara Municipal do Porto	1. Equipamentos culturais	a) Bibliotecas de acesso ao público por 1000 hab. b) Galerias de arte por 1000 hab. c) Museus por 1000 hab.
Título 1º Relatório sobre a Qualidade de Vida Urbana – Porto	2. Equipamentos desportivos	a) Pavilhões por 1000 hab. b) Piscinas por 1000 hab. c) Outras instalações desportivas por 1000 hab.
Objectivo Definir um sistema de monitorização da qualidade de vida urbana da cidade do Porto	3. Equipamentos educativos	a) Estabelecimentos do ensino básico e secundário por 1000 hab. b) Computadores no ensino básico e secundário por 100 alunos
	4. Equipamentos sociais e de saúde	a) Capacidade das creches por 1000 hab. b) Capacidade dos jardins-de-infância por 1000 hab. c) Capacidade dos lares e centros dia e apoio domiciliário por 1000 hab. d) Camas de hospitais por 1000 hab. e) Centros de saúde e extensões por 1000 hab. f) Médicos por 1000 hab.
	5. Património	a) Imóveis de interesse Nacional e Público b) Espaço público requalificado
	6. Mobilidade	a) Velocidade média em transporte individual b) Velocidade média em transporte público c) Lugares em parques de estacionamento
	7. Comércio e serviços	a) Estabelecimentos de comércio a retalho por 1000 hab. b) Serviços de apoio à população por 1000 hab. c) Hotéis e restaurantes por 1000 hab.
	1. Rendimento e consumo	a) Remuneração média mensal (ganho) b) Quociente entre os percentis 80 e 20 da remuneração média mensal (ganho) c) Pensionistas por invalidez e sobrevivência por 1000 hab. d) Beneficiários do Rendimento Social por 1000 hab. e) Levantamentos multibanco f) Automóveis ligeiros por 1000 hab. g) Lares com acesso à Internet
	2. Mercado de trabalho	a) Postos de trabalho por 1000 hab.

Estudo	Dimensões	Indicadores
Ano 2003 Autor Câmara Municipal do Porto Título 1º Relatório sobre a Qualidade de Vida Urbana – Porto Objectivo Definir um sistema de monitorização da qualidade de vida urbana da cidade do Porto	Condições económicas	2. Mercado de trabalho b) Dirigentes e trabalhadores com qualificação média e superior c) Desempregados inscritos nos Centros de Emprego
		3. Mercado de habitação a) Custo médio de aquisição b) Custo médio de arrendamento c) Licenças emitidas de reconstrução
		4. Dinamismo económico a) Variação anual do número de estabelecimentos b) Vendas de combustíveis c) Despesa total do Município por 1000 hab. d) Passageiros em voos comerciais
		1. População a) Nados-vivos por 1000 hab. b) Estrangeiros residentes
	Sociedade	2. Educação a) Alunos no ensino superior b) Alunos em pós-graduações, mestrados e doutoramentos c) Taxa de saída precoce
		3. Dinâmica cultural a) Sessões de espectáculos culturais b) Utilizadores de bibliotecas de acesso ao público c) Visitantes de museus
		4. Participação cívica a) Votantes que exerceram o direito de voto nos últimos quatro actos eleitorais b) Mulheres eleitas para órgãos municipais c) Associações desportivas por 1000 hab. d) Associações culturais e recreativas por 1000 hab. e) Associações de voluntariado por 1000 hab
		5. Saúde a) Taxa de mortalidade precoce
		6. Segurança a) Acidentes de viação com mortos ou feridos graves por 1000 hab. b) Taxa de criminalidade
		7. Problemas sociais a) Suicídios por 1000 hab. b) Utentes activos dos centro de atendimento a toxicodependentes c) Pedidos para habitação social d) Sem abrigo

Estudo	Dimensões	Indicadores
Ano 2004 Autor European Communities Título Urban Audit Methodological Handbook Objectivo Desenvolver um sistema de indicadores que avalie a qualidade de vida das cidades europeias	1. População	a) Total de população residente b) Total de população activa c) Proporção de população com idade entre os 0 e os 4 anos em relação à população total d) Proporção da população total por faixas etárias e) Proporção de mulheres para homens na população total f) Proporção de mulheres para homens com idade superior a 75 anos g) Variação da população total acima de 1 ano h) Variação anual da população total acima de 5 anos i) Dependência demográfica: ($<20 + 65$)/20-64 anos j) Dependência demográfica da população jovem: $<20/20-64$ anos k) Dependência demográfica da população idosa: $>65/20-64$ anos
	2. Nacionalidade	a) Proporção de cidadãos nacionais em relação à população total b) Proporção de cidadãos da UE em relação à população total c) Proporções de cidadãos que não são da UE em relação à população total d) Proporção de cidadãos nacionais que nasceram no estrangeiro em relação à população total
	3. Estrutura do agregado familiar	a) Número total de agregados familiares b) Número médio dos agregados familiares c) Proporção de agregados familiares compostos só por uma pessoa d) Proporção de agregados familiares monoparentais e) Agregados familiares monoparentais: Masculinos/femininos f) Proporção de agregados familiares compostos só por uma pessoa pensionista g) Agregados familiares compostos só por uma pessoa pensionista: Masculinos/femininos h) Proporção de agregados familiares com crianças dos 0-17 anos i) Proporção de cidadãos nacionais que se mudou para a cidade nos últimos dois anos em relação à população total j) Proporção de cidadãos da UE que se mudou para a cidade nos últimos dois anos em relação à população total k) Proporção de cidadãos que não são da UE que se mudou para a cidade nos últimos dois anos em relação à população total
	1. Habitação	a) Número de fogos b) Número de sem abrigos / população residente total c) Preço médio por m^2 dos apartamentos d) Preço médio por m^2 das casas e) Preço médio por m^2 dos apartamentos/rendimento médio familiar f) Média da renda anual de um apartamento por m^2

Estudo	Dimensões	Indicadores
Ano 2004 Autor European Communities Título Urban Audit Methodological Handbook Objectivo Desenvolver um sistema de indicadores que avalie a qualidade de vida das cidades europeias	1. Habitação	g) Média da renda anual de uma casa por m ²
		h) Rácio do preço médio de compra e de arrendamento de um apartamento
		i) Rácio do preço médio de compra e de arrendamento de uma casa
		j) Média anual de rendas de habitação social por m ²
		k) Média das rendas de habitação social em relação ao rendimento médio dos agregados familiares
		l) Proporção e fogos que carecem de infra-estruturas básicas
		m) Proporção de famílias que vivem em habitações de propriedade própria
		n) Proporção de famílias que vivem em habitação social
		o) Proporção de famílias que vivem em habitações arrendadas
		p) Proporção de famílias que vivem em casas
		q) Proporção de famílias que vivem em apartamentos
		r) Proporção de alojamentos não-convencionais
		s) Taxa média de ocupação por fogo ocupado
		t) Área média de habitação por pessoa em m ²
		u) Fogos convencionais devolutos em relação ao número total de fogos
	2. Saúde	a) Esperança de vida à nascença para homens e mulheres
		b) Taxa de mortalidade em idades <65 de doenças cardíacas e doenças respiratórias
		c) Taxa de mortalidade no sexo masculino em idades <65 de doenças cardíacas e doenças respiratórias
		d) Taxa de mortalidade no sexo feminino em idades <65 de doenças cardíacas e doenças respiratórias
		e) Número de camas hospitalares por 1000 habitantes
	3. Crime	f) Número de médicos por 1000 habitantes
		g) Número de dentistas hospitalares por 1000 habitantes
		a) Número de crimes registados por 1000 habitantes
	1. Mercado de trabalho	b) Número de assassinatos e mortes violentas por 1000 habitantes
		c) Número de roubos de carros por 1000 habitantes
		a) Variação média anual do emprego ao longo de 5 anos
		b) Número de desempregados
		c) Taxa de desemprego
		d) Taxa de desemprego - Masculinos
		e) Taxa de desemprego - Femininos
		f) Proporção de residentes desempregados nas faixas etária dos 15-24 anos e dos 55-54 – Total / masculino / feminino
		g) Proporção de desempregados de longa duração (> 6 meses) entre os 15-24 anos – Total / masculino / feminino

Estudo	Dimensões	Indicadores
Ano 2004	1. Mercado de trabalho	h) Proporção de desempregados de longa duração (> 6 meses) entre os 55-64 anos – Total / masculino / feminino i) Proporção de desempregados que têm menos de 25 anos j) Rácio de empregados / população activa k) Rácio de empregados / população activa - Masculino l) Rácio de empregados / população activa - Feminino m) Taxa de emprego de profissionais independentes – Total / masculino / feminino n) Taxa de actividade o) Taxa de actividade - Masculino p) Taxa de actividade - Feminino q) Taxa de actividade entre os 15 e os 24 anos r) Taxa de actividade entre os 15 e os 24 anos - Masculino s) Taxa de actividade entre os 15 e os 24 anos - Feminino t) Taxa de actividade entre os 55 e os 64 anos u) Taxa de actividade entre os 55 e os 64 anos - Masculino v) Taxa de actividade entre os 55 e os 64 anos – Feminino w) Proporção de trabalho a tempo parcial x) Proporção de trabalho a tempo parcial - Masculino y) Proporção de trabalho a tempo parcial - Feminino z) Proporção de trabalho a tempo parcial entre os 15 e os 24 anos aa) Proporção de trabalho a tempo parcial entre os 15 e os 24 anos - Masculino bb) Proporção de trabalho a tempo parcial entre os 15 e os 24 anos - Feminino cc) Proporção de trabalho a tempo parcial entre os 55 e os 64 anos dd) Proporção de trabalho a tempo parcial entre os 55 e os 64 anos - Masculino ee) Proporção de trabalho a tempo parcial entre os 55 e os 64 anos - Feminino
Autor European Communities		
Título Urban Audit Methodological Handbook		
Objectivo Desenvolver um sistema de indicadores que avalie a qualidade de vida das cidades europeias		
	2. Actividade económica	a) PIB per capita da população residente b) PIB por pessoa empregada c) N.º de empresas com sede na cidade cotadas na bolsa de valores d) Proporção de emprego na agricultura e pescas e) Proporção de emprego na mineração, na indústria, em energia e na construção f) Proporção de emprego nas indústrias do G-P g) Proporção de emprego em indústrias de C-E h) Proporção de emprego na construção civil

Aspectos económicos

Estudo	Dimensões	Indicadores
Ano 2004 Autor European Communities Título Urban Audit Methodological Handbook Objectivo Desenvolver um sistema de indicadores que avalie a qualidade de vida das cidades europeias	Aspectos económicos	2. Actividade económica
		i) Proporção de emprego no comércio, hotelaria e restauração
		j) Proporção de emprego no sector dos transportes e da comunicação
		k) Proporção de emprego nos serviços financeiros e de negócios
		l) Proporção de emprego público administrativo, saúde e educação
		m) Proporção de emprego (postos de trabalho) - empregados
		n) Proporção de emprego (postos de trabalho) - trabalhadores independentes
		o) Número médio de empregos por empresa
		p) Proporção de empresas que faliram
		q) Novos negócios registados como parte das empresas existentes
		r) Espaços de escritórios vagos
		s) Proporção de espaço de escritório que se encontra vago
	Participação cívica	3. Disparidades de rendimento e pobreza
		a) Rendimento médio anual familiar disponível
		b) Proporção de primeiro ao quarto quintil de rendimentos
		c) % de famílias com menos de metade do rendimento médio nacional
		d) Proporção de agregados familiares dependentes na segurança social
		e) Proporção de indivíduos dependentes da segurança social
		1. Participação cívica
		a) Proporção de eleitores recenseados que votam nas eleições da U E
		b) Proporção de eleitores recenseados que votam nas eleições nacionais
		c) Proporção de eleitores recenseados que votam nas eleições municipais
		d) Proporção de eleitorado elegível registado para as eleições da EU
		e) Proporção de eleitorado elegível registado para as eleições nacionais
		f) Proporção de eleitorado elegível registado para as eleições municipais
		g) Proporção de jovens (<25 anos) que votam nas eleições municipais
		h) Número de representantes eleitos da cidade
		i) Número de representantes eleitos da cidade por 1000 habitantes
		j) Percentagem de representantes eleitos da cidade que são mulheres
		2. Administração local
		a) Despesas anuais da autoridade municipal por residente
		b) Despesas anuais da autoridade municipal por PIB da cidade
		c) Proporção do rendimento municipal que provém de impostos locais
		d) Proporção do rendimento municipal que provém de transferências nacionais e regionais
		e) Proporção do rendimento municipal que provém do pagamento de taxas para serviços
		f) Proporção do rendimento municipal que provém de outras fontes

Estudo	Dimensões	Indicadores
Ano 2004 Autor European Communities Título Urban Audit Methodological Handbook Objectivo Desenvolver um sistema de indicadores que avalie a qualidade de vida das cidades europeias	Participação cívica	2. Administração local
		g) Residentes empregados na administração local / força de trabalho h) Empregados na administração local (central) / da força de trabalho i) Empregados na administração local (educação) / da força de trabalho j) Empregados na administração local (saúde) / da força de trabalho k) Empregados na administração local (transportes) / da força de trabalho l) Empregados na administração local (outros) / da força de trabalho
	Formação Profissional e Educação	1. Educação e Formação
		a) Número de crianças dos 0 aos 4 anos em creches (públicas e privadas) por 1000 crianças b) Proporção de crianças dos 0 aos 4 anos em creches públicas c) Proporção de crianças dos 0 aos 4 anos em creches privadas d) Proporção de crianças dos 0 aos 4 anos em outras creches (igreja) e) Proporção de estudantes que não conclui a escolaridade obrigatória f) Proporção de estudantes que continuam a estudar depois de concluírem a escolaridade obrigatória g) Estudantes do ensino superior por 1000 residentes
		2. Habilitações Literárias
		a) Proporção da população qualificada no nível 1 da ISCED - total/masculino/feminino b) Proporção da população qualificada no nível 2 da ISCED - total/masculino/feminino c) Proporção da população qualificada nos níveis 3-4 da ISCED - total/masculino/feminino d) Proporção da população qualificada nos níveis 5-6 da ISCED – total/masculino/feminino
	Ambiente	1. Clima e geografia
		a) Temperatura média do mês mais quente (graus Celsius) b) Temperatura média do mês mais frio (graus Celsius) c) Precipitação (litros/m ²) d) Número de dias de chuva por ano e) Número total de horas de sol por dia
		2. Qualidade do Ar e Ruído
		a) Proporção de habitantes expostos a ruído diário >55 dB (A) b) Proporção de habitantes expostos a ruído nocturno >45 dB (A) c) Emissões de CO ₂ per capita
		3. Água
		a) Consumo de água (m ³ por ano) per capita b) % de fogos ligados à rede de água potável d) % de fogos ligados ao sistema de tratamento de esgotos e) Número de casos de racionamento de água, dias por ano f) Número de paragens programadas do abastecimento de água, dias por ano
		4. Gestão de Resíduos
		a) Resíduos sólidos recolhidos per capita por ano b) Proporção de resíduos sólidos processados em aterros

Estudo	Dimensões	Indicadores
Ano 2004 Autor European Communities Título Urban Audit Methodological Handbook Objectivo Desenvolver um sistema de indicadores que avalie a qualidade de vida das cidades europeias	4. Gestão de Resíduos	c) Proporção de resíduos sólidos processados por incineração d) Proporção de resíduos sólidos processados por reciclagem e) Proporção de resíduos sólidos processados por outros métodos f) Quantidade anual de resíduos tóxicos per capita
	5. Uso do Solo	a) Área total (km ²) - a partir do cadastro b) Espaços verdes públicos per capita c) Proporção da população que reside a 15 minutos a pé de um espaço verde d) Proporção da área de espaço verde e) Proporção da área utilizada para fins agrícolas f) Proporção da área de extracção de minerais g) Proporção da área de uso industrial h) Proporção da área utilizada pela rede rodoviária i) Proporção da área utilizada pela rede ferroviária j) Proporção da área utilizada para uso portuário k) Proporção da área utilizada para aeroportos l) Proporção da área utilizada para tratamento de águas m) Proporção da área utilizada para tratamento de resíduos n) Proporção da área utilizada para actividades de desportos e lazer o) Proporção da área utilizada para uso residencial p) Proporção da área não utilizada, incluindo solo contaminado q) Proporção da área urbana no âmbito de medidas de conservação especial r) Densidade populacional: população total residente por km ² s) Densidade residencial líquida - pop. por área de habitação
	6. Uso de Energia	a) Consumo de electricidade per capita (1000 kWh) b) Consumo de gás per capita (Mtep) c) Percentagem de utilização de electricidade no sector dos transportes d) Percentagem de uso de electricidade no sector industrial e) Percentagem de utilização de electricidade no sector doméstico f) Percentagem de uso de electricidade no sector comercial
	1. Padrões de Viagens	a) Percentagem de viagens para o trabalho de comboio/metro b) Percentagem de viagens para o trabalho de carro c) Percentagem de viagens para o trabalho de autocarro

Estudo	Dimensões	Indicadores
Ano 2004 Autor European Communities Título Urban Audit Methodological Handbook Objectivo Desenvolver um sistema de indicadores que avalie a qualidade de vida das cidades europeias	Viagens e Transportes	1. Padrões de Viagens d) Percentagem de viagens para o trabalho de eléctrico e) Percentagem de viagens para o trabalho de motorizada f) Percentagem de viagens para o trabalho de bicicleta g) Percentagem de viagens para o trabalho a pé h) Percentagem de viagens para o trabalho noutros meios de transporte i) Número médio de ocupantes de veículos a motor j) Tempo médio do percurso para o trabalho (minutos) k) Velocidade média (km/h) do tráfego automóvel no centro da cidade, durante a hora de ponta l) Tempo médio de espera do autocarro (minutos) na hora de ponta m) Acessibilidade por via aérea (índice, UE27 = 100) n) Acessibilidade por via ferroviária (índice, UE27 = 100) o) Acessibilidade por via rodoviária (índice, UE27 = 100) p) Acessibilidade multimodal (índice, UE27 = 100) q) Número de carros registados por 1000 habitantes r) Acidentes rodoviários (morte ou lesões graves) por 1000 habitantes s) Proporção de pessoas empregadas na cidade que estão deslocadas t) Proporção de pessoas que vivem na cidade que trabalham for a u) Comprimento da rede de transportes públicos como proporção da área da cidade v) Comprimento da rede de transportes públicos per capita w) Rácio População diurna/população nocturna x) Total de Km efectuados pelos transportes públicos per capita por dia
	Sociedade da Informação	1. Utilizadores e Infra-estruturas a) Percentagem de agregados familiares com acesso à Internet em casa b) Computadores por 100 alunos no ensino primário c) Computadores por 100 alunos no ensino secundário d) Número de alunos universitários ou em nível equivalente que frequentam formação na área das TIC e) Número de pontos de acesso público à Internet f) Proporção de agregados familiares com computador g) Proporção de agregados familiares com acesso à banda larga 2. E-Governo Local a) Website oficial da cidade (sim/não) b) Número de visitantes do website oficial da cidade c) Número de formulários administrativos disponíveis para download no site oficial d) Número de formulários administrativos que podem ser apresentadas por via electrónica

Estudo	Dimensões	Indicadores
Ano 2004	3. Sector das TIC	a) Proporção de empresas locais que produzem produtos de TIC b) Percentagem da força de trabalho empregue na produção de produtos de TIC c) Percentagem da força de trabalho que prestam serviços na área das TIC d) Percentagem da força de trabalho que produz conteúdos para as TIC
Autor European Communities		
Título Urban Audit Methodological Handbook	1. Cultura e Recreio	a) Assistência anual de cinema por habitantes b) Capacidade das salas de cinema por 1000 habitantes c) Número de concertos por 1000 habitantes d) Assistência anual aos concertos por habitante e) Número de teatros f) Assistência anual nos teatros por habitante g) Número de museus h) Visitantes anuais aos museus por habitante i) Número de bibliotecas públicas j) Total de empréstimos de livros e outros materiais de comunicação por residente k) Capacidade dos espaços para concertos per capita l) Capacidade das salas de teatro per capita
Objectivo Desenvolver um sistema de indicadores que avalie a qualidade de vida das cidades europeias	Cultura e Recreio	
	2. Turismo	a) Estadias de turistas durante a noite em regime de alojamento por ano b) Estadias de turistas durante a noite por população residente c) Número de passageiros de transportes aéreos por residente d) Taxa média de ocupação de alojamento e) Número de camas disponíveis f) Número de passageiros de transportes aéreos que utilizam o aeroporto mais próximo g) Quota de partidas não-domésticas do aeroporto mais próximo

Anexos

Estudo	Dimensões	Indicadores
Ano 2006 Autores Vicente Royuela & Manuel Artis Título Convergence analysis in terms of quality of life in the urban systems of the Barcelona province, 1991-2000 Objectivo Construir um índice compósito de qualidade de vida baseado na análise de convergência	Oportunidades individuais de progresso	1. Riqueza a) Riqueza familiar disponível per capita b) Retorno médio de imposto por contribuinte c) Imposto médio pago por contribuinte d) Valor acrescentado per capita e) Crescimento do valor acrescentado nos últimos 5 anos
		2. Emprego a) Taxa de actividade b) Taxa de desemprego c) Índice de Gini (IG) de concentração da actividade económica (IG de trabalhadores e IG dos contribuintes da segurança social) d) Índice de formação de trabalho (número de classes e número de alunos)
		3. Educação a) Média de anos de estudo por pessoa
		4. Mobilidade automóvel a) Número de veículos por 1000 habitantes
		5. Demografia a) Taxa de mortalidade b) Taxa de natalidade c) Índice do nível de idade média (nível de média de idade no município e faixa etária média da comarca)
	Indicador de equilíbrio social	1. Acesso à habitação a) Taxa de arrendamento de habitação b) Número de casas concluídas no ano passado por 1000 habitantes c) Taxa de novas casas subsidiadas (índice de preços da habitação na maior cidade do sistema urbano)
		2. Migração a) Taxa de imigração no município b) Taxa de imigração na comarca c) Crescimento da população do município
		3. Igualdade de género a) Desigualdade de género nos níveis de educação b) Desigualdade de género na educação da actividade laboral
		4. Deslocação casa-trabalho a) Índice de comutação exterior b) Taxa de trabalhadores que viajam para a área urbana de Barcelona c) Taxa de alunos que comuta para a área urbana de Barcelona d) Distância entre a capital mais próxima (como centro de serviços)
		5. Congest. de tráfego a) Densidade automóvel
		6. Serviços sociais e de 3.ª idade a) Número de lares de 3.ª idade por 1000 habitantes idosos b) Número de casas culturais para idosos por 1000 habitantes idosos c) Número de centros de dia por 1000 habitantes idosos
		1. Características da habitação a) Índice de condições de habitação b) Tamanho de casas por habitante

Estudo	Dimensões	Indicadores
Ano 2006	1. Características da habitação	c) Taxa de casas unifamiliares d) Índice de infraestruturas da habitação (água, telefone, etc)
Autores Vicente Royuela & Manuel Artis	2. Transportes públicos	a) Taxa de utentes dos transportes públicos entre os trabalhadores b) Taxa de utentes dos transportes públicos entre os estudantes c) Serviços de comboio d) Número de autocarros urbanos por potenciais utilizadores
Título Convergence analysis in terms of quality of life in the urban systems of the Barcelona province, 1991-2000	3. Equipamentos de ensino	a) Índice de serviços educacionais (unidades de ensino básico, ensino primário, escolas secundárias e educação especial) b) Índice de alunos por unidade escolar (ensino básico, ensino primário e ensino secundário) c) Índice de universidade (cursos universitários por 10 000 habitantes com idade entre 19 e 24 anos e diversidade de oferta universitária)
Objectivo Construir um índice compósito de qualidade de vida baseado na análise de convergência	4. Equipamentos de saúde	a) Farmácias por 1000 habitantes b) Hospitais por 1000 habitantes c) Camas hospitalares por 1000 habitantes d) Centros ambulatoriais de saúde e) Número de trabalhadores no sector da saúde por 1000 habitantes
	5. Ambiente e clima	a) Índice de qualidade do ar na Catalunha b) Variação de temperatura anual c) Temperatura média
	6. Equipamentos culturais e de comunicação social existentes no município	a) Teatros e diversidade teatros b) Museus e diversidade de museus c) Livrarias e diversidade de livraria d) Arquivos Municipais e diversidade de Arquivos Municipais e) Cinemas e diversidade de cinemas f) Galerias de arte g) Centros desportivos e diversidade de centros desportivos h) Imprensa escrita i) Televisão e rádio j) Boletins Municipal
	7. Finanças municipais	a) Dívida: passivo pagável/ activo total b) Impostos sobre a receita total c) Impostos per capita

Condições de vida da comunidade

Anexos

Estudo	Dimensões	Indicadores
Ano 2007	1. Equipamentos de Comunicação	a) Estações e postos de correio por 1000 habitantes b) Postos telefónicos por 1000 habitantes*
Autores José Manso e Nuno Simões	2. Equipamentos Culturais	a) Número de recintos culturais por 1000 habitantes* b) Número de galerias de arte e outros espaços culturais por 1000 habitantes c) Número de museus por 1000 habitantes
Título Os Municípios E A Qualidade De Vida Em Portugal: Proposta Metodológica Com Vista À Sua Mensuração e Ordenação	3. Equipamentos de Saúde	a) Centros de saúde e suas extensões por 1000 habitantes b) Farmácias por 1000 habitantes c) Enfermeiros ao serviço dos centros de saúde por 1000 habitantes d) Médicos ao serviço dos centros de saúde por 1000 habitantes
Objectivo Desenvolver um índice de qualidade de vida para estabelecer um ranking dos concelhos portugueses	4. Equipamentos Educativos	a) Estabelecimentos de ensino pré-escolar por 1000 habitantes b) Estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico por 1000 habitantes c) Estabelecimentos do 2º ciclo do ensino básico por 1000 habitantes d) Estabelecimentos do 3º ciclo do ensino básico por 1000 habitantes e) Estabelecimentos do ensino secundário por 1000 habitantes
Ano 2009	5. Infra-Estruturas Básicas	a) População servida por sistemas de abastecimento de água b) População servida por sistemas de drenagem de águas residuais c) População servida por estações de tratamento de águas residuais
Autor José Manso e Nuno Simões	1. Cultura e Lazer	a) Despesas totais em cultura das câmaras municipais por 1000€/habitante b) Despesas totais em jogos e desportos das câmaras municipais por 1000€/habitante*
Título Indicador sintético de desenvolvimento económico e social ou de bem-estar dos municípios do continente português	2. Educação	a) Taxa de analfabetismo b) Taxa de retenção/desistência no ensino básico* c) Taxa de pré-escolarização*
Objectivo Aplicar o índice desenvolvido no estudo anterior com informação mais actualizada e estabelecer a comparação entre os dois valores obtido	3. População	a) Taxa bruta de natalidade b) Taxa bruta de mortalidade c) Índice de envelhecimento * d) Índice de potencialidade*
- Indicadores introduzidos em 2009	4. Saúde	a) Número de consultas nos centros de saúde por 1000 habitantes b) Taxa quinquenal de mortalidade infantil c) Taxa de incidência de doenças de declaração obrigatória
	5. Segurança	a) Percentagem de crimes contra o património b) Percentagem de crimes contra as pessoas c) Furto de veículo e em veículo motorizado*

Estudo	Dimensões	Indicadores
	5. Segurança	d) Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l* e) Condução sem habilitação legal*
	6. Ambiente	a) Despesas das câmaras municipais na gestão de águas residuais por 1000 habitantes b) Despesas das câmaras municipais na gestão de resíduos por 1000 habitantes c) Despesas das câmaras municipais na protecção da biodiversidade e da paisagem por 1000 habitantes d) Despesas das câmaras municipais em outras actividades de protecção ambiental*
Condições Económicas	1. Dinamismo Económico	a) Volume de negócios por empresa* b) Empresas por 1000 habitantes c) Diferencial de consumo de energia eléctrica na indústria por consumidor*
	2. Mercado de Habitação	a) Licenças concedidas pelas câmaras por 1000 habitantes b) Contratos de compra e venda, em milhares de euros, por 1000 habitantes c) Crédito hipotecário concedido a pessoas singulares por habitante
	3. Mercado de Trabalho	a) Taxa de emprego por 1000 habitantes b) Número médio de dias de subsídio de desemprego*
	4. Rendimento/Consumo	a) Rendimento médio mensal por conta de outrem b) Poder de compra per capita* c) Valor dos levantamentos nas caixas Multibanco, em milhares de euros, por 1000 habitantes

(Fontes: De Rooy, 1978; Giannias, 1998; Miringoff, 1999 citado por Belbute et. al., 2009; Mendes, 1999; Boelhouwer, 2002; CMP, 2003; European Communities, 2004; Royuela & Artis, 2006; Manso & Simões, 2007; Manso & Simões, 2009)

ANEXO 2.1. | INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Anexos

Tema	Sub-tema	Indicadores principais
Pobreza	Pobreza de rendimento	Proporção da população que vive abaixo da linha de pobreza nacional
		Proporção da população que vive com menos de US \$ 1 por dia (IC)
	Desigualdade do rendimento	Rácio de participação no rendimento nacional do maior para o menor quintil
	Saneamento	Proporção da população que utiliza infra-estruturas de saneamento de boas condições
	Água potável	Proporção da população que consome água vinda de uma fonte segura
	Acesso à energia	Proporção de fogos sem eletricidade ou outros serviços modernos de energia
		Percentagem da população que usa combustíveis sólidos para cozinhar (IC)
	Condições de vida	Proporção da população urbana que vive em favelas
Governança	Corrupção	Percentagem da população que já pagou subornos
	Crime	Número de homicídios intencionais por 100.000 habitantes
Saúde	Mortalidade	Taxa de mortalidade em menores de cinco anos
		Esperança de vida à nascença
		Expectativa de vida saudável à nascença (IC)
	Prestação de cuidados de saúde	Percentagem da população com acesso aos equipamentos de cuidados de saúde primários
		Imunização contra doenças infecciosas infantis
		Taxa de prevalência de contraceptivos (IC)
	Estado nutricional	Estado nutricional das crianças
Educação	Estado de saúde e riscos	Morbidade das doenças graves como o VIH / SIDA, a malária, a tuberculose
		Prevalência do uso do tabaco (IC)
		Taxa de suicídio (IC)
Educação	Nível de escolaridade	Taxa bruta de admissão ao último grau do ensino básico
		Taxa líquida de matrícula no ensino básico
		Nível de escolaridade nos adultos
		Aprendizagem ao longo da vida (IC)
	Literacia	Taxa de alfabetização de adultos
Nota: IC - Indicador complementar		

Tema	Sub-tema	Indicadores principais
Demografia	População	Taxa de crescimento populacional Rácio de dependência Taxa de fertilidade total (IC)
	Turismo	Proporção de habitantes para turistas nas regiões e nos destinos turísticos (IC)
Riscos naturais	Vulnerabilidade a riscos naturais	Percentagem da população residente em áreas propensas ao perigo
	Prevenção e resposta aos desastres	Perdas humanas e económicas devidas a desastres naturais (IC)
Atmosfera	Alterações climáticas	Emissões de dióxido de carbono Emissões de gases com efeito de estufa (IC)
	Destruição da camada de ozono	Consumo de substâncias destruidoras do ozono
	Qualidade do ar	Concentração de poluentes atmosféricos em áreas urbanas
Solo	Uso do solo e estado	Alterações do uso do solo (IC) Degradação do solo (IC)
	Desertificação	Solo afectado pela desertificação (IC)
	Agricultura	Área cultivada arável e permanente Eficiência do uso de fertilizantes (IC) Uso de pesticidas agrícolas (IC) Área de agricultura biológica (IC)
	Floresta	Proporção de solo coberto por florestas Percentagem de árvores de floresta danificadas por desfolhamento (IC) Área de floresta sob gestão florestal sustentável (IC)
Oceanos, mares e zonas costeiras	Zonas costeiras	Percentagem da população total que vive em zonas costeiras Qualidade das águas balneares (IC)
	Pescas	Proporção de unidades populacionais de peixes dentro de limites biológicos de segurança
	Ambiente marinho	Proporção de área marinha protegida Índice trófico marinho (IC)
Nota: IC - Indicador complementar		

Anexos

Tema	Sub-tema	Indicadores principais
Oceanos, mares e zonas costeiras	Ambiente marinho	Área de ecossistemas de recifes de coral e percentagem de área descobertura (IC)
Água doce	Quantidade de água	Proporção dos recursos totais de água utilizados
		Intensidade de uso de água por actividade económica
	Qualidade da água	Presença de coliformes fecais em água doce
		Necessidade bioquímica de oxigénio em massas de água (IC)
Biodiversidade	Ecossistemas	Tratamento de águas residuais (IC)
		Proporção de área terrestre protegida, total e por região ecológica
		Gestão eficaz de áreas protegidas (IC)
		Área de ecossistemas principais seleccionados (IC)
	Espécies	Fragmentação dos habitats (IC)
		Alterações no estatuto de espécies ameaçadas
		Abundância de espécies principais seleccionadas (IC)
Desenvolvimento económico	Performance macroeconómica	Abundância de espécies invasoras exóticas (IC)
		Produto Interno Bruto (PIB) per capita
		Participação do investimento no PIB
		Poupança bruta (IC)
		Poupança líquida ajustada como percentual do Rendimento Nacional Bruto (RNB) (IC)
	Sustentabilidade das finanças públicas	Taxa de inflação (IC)
		Dívida para RNB
	Emprego	Relação de emprego-população
		Produtividade do trabalho e custos unitários do trabalho
		Percentagem de mulheres assalariadas no setor não-agrícola
Emprego vulnerável (IC)		
Tecnologias da informação e comunicação	Utilizadores de Internet por 100 habitantes	

Nota: IC - Indicador complementar

Tema	Sub-tema	Indicadores principais
Desenvolvimento económico	Tecnologias da informação e comunicação	Linhas de telefone fixo por 100 habitantes (IC)
		Assinantes de telemóveis por 100 habitantes (IC)
	Investigação e desenvolvimento	Despesa em I & D como percentagem do PIB (IC)
	Turismo	Contribuição do turismo para o PIB
Parceria económica global	Comércio	Déficit em conta corrente em percentagem do PIB
		Participação das importações dos países em desenvolvimento e dos países menos desenvolvidos (IC)
		Média de barreiras tarifárias impostas às exportações dos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos (IC)
	Financiamento externo	Assistência Oficial ao Desenvolvimento, dada ou recebida como uma percentagem do RNB
		Investimento directo estrangeiro (IDE) líquido e saídas líquidas em percentagem do PIB (IC)
		Remessas como percentagem do RNB (IC)
Padrões de consumo e produção	Material de consumo	Intensidade material da economia
		Material de consume doméstico (IC)
	Uso de energia	Consumo de energia anual, total, por categoria e por utilizador principal
		Intensidade do uso da energia, total e por actividade economica
		Quota das fontes de energia renováveis no consumo total de energia (IC)
	Produção e gestão de resíduos	Produção de residues perigosos
		Tratamento e eliminação de resíduos
		Produção de resíduos (IC)
		Gestão dos resíduos radioactivos (IC)
	Transportes	Repartição modal do transporte de passageiros
		Repartição modal do transporte de mercadorias (IC)
		Intensidade energetic dos transportes (IC)

Nota: IC - Indicador complementar

(Fonte: United Nations, 2007)

**ANEXO 2.2. | INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO INSTITUTO INTERNACIONAL PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Dimensões	Indicadores
Ambiental	Emissões de CO2
	Emissões de outros gases de efeito de estufa
	Emissões de CFC's
	Poluição do ar urbano
	Terras de cultivo aráveis e permeáveis
	Consumo de fertilizantes
	Uso de pesticidas
	Área florestal
	Intensidade de corte de madeira
	Solo árido e deserto
	Ocupação ilegítima de propriedades
	Fósforo na água de consumo
	% de população nas regiões costeiras
	% de produção piscícola em aquacultura
	% de uso de água reutilizada
	Carência bioquímica de oxigénio
	Presença de coliformes fecais na água urbana
	Ecossistemas principais
	Área protegida
	Mamíferos e aves
Económica	PNB (investimento per capita)
	Investimento interno bruto fixo (% PIB)
	Saldo da conta corrente (% PIB)
	Dívida externa (% PIB)
	Ajuda oficial ao desenvolvimento (% PNB)
	Consumo directo de materiais (% PNB)
	Uso de energia comercial
	Fontes de energia renováveis
	Eficiência energética do PIB
	Tratamento dos resíduos sólidos urbanos
	Produção de resíduos perigosos
	% de resíduos reciclados
	Uso de automóvel
	Resíduos nucleares
Social	População a viver a baixo do nível de pobreza
	Coeficiente de Gini da distribuição do rendimento
	Taxa de desemprego
	Salário feminino/salário masculino
	Crianças com peso abaixo do peso normal
	Taxa de mortalidade infantil

Dimensões	Indicadores
Social	Esperança de vida à nascença
	Tratamento adequado dos esgotos
	Acesso a água canalizada
	Acesso a cuidados de saúde
	Vacinação das crianças
	Utilização de meios contraceptivos
	População com ensino básico
	População com ensino secundário
	Taxa de alfabetismo
	Homicídios e crimes
	Taxa de crescimento da população
	% de população a viver em áreas urbanas
Institucional	m ² de área por pessoa na principal cidade
	Existência de implementação de estratégias de desenvolvimento sustentável
	Membro de organização intergovernamental
	Utilizadores de internet
	Utilizadores de telefone
	Despesa em I&D
	Custos humanos de desastres naturais
	Custos económicos de desastres naturais
	Indicadores de desenvolvimento sustentável

(Fonte: International Institute for Sustainable Development, 2007)

**ANEXO 2.3. | INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO
E O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO**

Anexos

Domínio	Indicadores de stock	Indicadores de fluxo
Bem-estar institucional	Expectativa de vida em termos de saúde	Alterações na idade específica de mortalidade e de morbilidade (suporte local)
	Percentagem da população com educação pós-secundária	Matrícula no ensino pós-secundário
	Desvios de temperatura face à temperatura normal	Emissões de gases com efeito de estufa
	Ozono troposférico e concentrações de partículas finas	Emissões de poluentes que produzem 'smog'
	Disponibilidade de água com qualidade	Cargas de nutrientes em massas de água
	Fragmentação dos habitats naturais	Conversão de habitats naturais noutros usos
Bem-estar económico	Detenção líquida real per capita de activos financeiros externos	Investimento real per capita em activos financeiros externos
	Capital produzido real per capita	Investimento líquido real per capita do capital produzidos
	Capital humano real per capita	Investimento líquido real per capita em capital humano
	Capital natural real per capita	Esgotamento líquido real per capita do capital natural
	Reservas de recursos energéticos	Esgotamento dos recursos energéticos
	Reservas de recursos minerais	Esgotamento de recursos minerais
	Reservas de stocks de madeira	Esgotamento de stocks de madeira
	Stocks de recursos marinhos	Esgotamento de recursos marinhos

(Fonte: OECD, 2008)

ANEXO 2.4. | INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA UNIÃO EUROPEIA

Anexos

Tema	Sub-temas	Indicadores
Desenvolvimento socioeconómico	Desenvolvimento económico	Crescimento do PIB per capita
		Investimento total
		Investimento público
		Investimento em negócios
		Dispersão do PIB regional por habitante
		Rendimento nacional líquido
		Taxa de poupança
	Competitividade, inovação e eco-eficiência	Taxa de crescimento da produtividade do trabalho por hora trabalhada
		Total das despesas de I & D
		Taxa de câmbio real efectiva
		Volume de negócios em inovação
		Efeitos da inovação sobre a eficiência dos materiais e da energia
		Intensidade energética da economia
		Efeitos da inovação sobre a redução de impactos ambientais ou na melhoria da saúde e segurança
	Emprego	Taxa de emprego
		Taxa de emprego por género
		Taxa de emprego por habilitações académicas
		Dispersão das taxas regionais de emprego por género
		Taxa de desemprego por género
		Taxa de desemprego por grupo etário
Consumo e produção sustentáveis	Uso de recursos e resíduos	Produtividade dos recursos
		Resíduos sólidos urbanos produzidos
		Componentes de consumo de materiais domésticos
		Consumo de materiais domésticos por tipo de material

Tema	Sub-temas	Indicadores
Consumo e produção sustentáveis	Uso de recursos e resíduos	Tratamento de resíduos sólidos urbanos, por tipo de método de tratamento
		Produção de resíduos perigosos, por actividade económica
		Emissões de substâncias acidificantes por sector de origem
		Emissões de precursores de ozono, por sector de origem
		Emissões de partículas suspensas por setor de origem
	Padrões de consumo	Consumo de electricidade das famílias
		Consumo de energia final, por sector
		Consumo de determinados alimentos por habitante
		Taxa de motorização
	Padrões de produção	Organizações e sites registados no Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS)
		Prémios de rótulo ecológico
		Área sob compromisso agro-ambiental
		Área de agricultura biológica
		Índice de densidade pecuária
	Indicadores contextuais	Número de agregados familiares (por sub-tema de padrões de consumo)
		Despesa por habitante, por categoria (por sub-tema de padrões de consumo)
Inclusão social	Pobreza monetária e condições de vida	Taxa de risco de pobreza, por género
		Taxa de risco persistente de pobreza
		Taxa de risco de pobreza, por grupo etário
		Taxa de risco de pobreza, por tipo de agregado familiar
		Grupo em risco de pobreza relativa
		Desigualdade na distribuição do rendimento
		Pessoas que vivem em agregados familiares só com desempregados, por grupo etário
		Pobreza no trabalho

Anexos

Tema	Sub-temas	Indicadores
Inclusão social	Acesso ao mercado de trabalho	Taxa de desemprego de longa duração
		Disparidades salariais entre sexos
	Educação	Abandono escolar precoce
		Taxa de risco de pobreza, por habilitações académicas
		Pessoas com baixos níveis de escolaridade, por grupo etário
		Aprendizagem ao longo da vida
		Baixo desempenho em leitura dos alunos
		Nível individual de habilitações em informática
		Nível individual de habilitações em internet
	Indicadores contextuais	Despesa pública em educação (por sub-tema de Educação)
Alterações demográficas	Demografia	Taxa de emprego dos trabalhadores mais velhos
		Expectativa de vida aos 65 anos, por género
		Taxa de fertilidade
		Taxa bruta de migração líquida
	Adequação dos rendimentos em idade idosa	Rácio de substituição dos agregados
		Risco de pobreza dos idosos
	Sustentabilidade das finanças públicas	Dívida pública
		Média da idade de saída do mercado de trabalho
	Indicadores contextuais	Rácio de dependência na velhice (por sub-tema de alterações demográficas)
		Rácio previsto de dependência na velhice (por sub-tema de alterações demográficas)
		Evolução projectada da despesa pública relacionada com a idade (por sub-tema de sustentabilidade das finanças públicas)
		Evolução projectada dos rácios de substituição teórica do rendimento (por sub-tema da sustentabilidade das finanças públicas)
Saúde pública		Despesas com cuidados aos idosos (por subtema para a sustentabilidade das finanças públicas)
		Anos de vida saudável e esperança de vida ao nascer, por género

Tema	Sub-temas	Indicadores
Saúde pública	Saúde e desigualdades na saúde	Taxa de mortalidade por doenças crónicas, por género
		Anos de vida saudável e esperança de vida aos 65 anos, por género
		Taxa de mortalidade por suicídio, por grupo etário
		Taxa de mortalidade por suicídio nos homens, por grupo etário
		Taxa de mortalidade por suicídio nas mulheres, por grupo etário
	Determinantes da saúde	Denúncias de necessidades não atendidas de exames ou tratamentos médicos, por quintil de rendimento
		Índice de produção de produtos químicos tóxicos, por classe de toxicidade
		Exposição da população à poluição atmosférica devida a partículas em suspensão
		Exposição da população à poluição atmosférica pelo ozono
		População que sofre com poluição sonora
Alterações climáticas e energia		Acidentes graves no trabalho
		Emissões de gases com efeito de estufa
	Alterações climáticas	Quota de energias renováveis no consumo interno bruto de energia
		Emissões de gases com efeito de estufa por sector
		Intensidade das emissões de gases com efeito de estufa do consumo de energia
		Projecções de emissões de gases com efeito de estufa
		Temperatura média da superfície global
	Energia	Dependência energética
		Consumo bruto de energia, por tipo de combustível
		Eletricidade gerada a partir de fontes renováveis
		Quota de biocombustíveis no consumo de combustível dos transportes
		Produção combinada de calor e de energia
Transportes sustentáveis	Transportes e mobilidade	Taxa de imposto implícita sobre energia
		Consumo de energia dos transportes
		Repartição modal dos transportes públicos

Anexos

Tema	Sub-temas	Indicadores
Transportes sustentáveis	Transportes e mobilidade	Repartição modal dos transportes de mercadorias
		Volume do transporte de mercadorias
		Volume de transportes públicos
		Quota modal de investimento em infra-estruturas de transportes
	Impacto dos Transportes	Emissões de gases com efeito de estufa por modo de transporte
		Pessoas mortas em acidentes de viação
		Emissões de precursores de ozono dos transportes
		Emissões de partículas provenientes do transporte
		Média de emissões de CO ₂ por km de automóveis novos de passageiros
	Indicador contextual	Índices de preços dos transportes (por sub-tema de transporte e mobilidade)
Recursos naturais		Índice de aves comuns
		Peixe capturado de unidades populacionais abaixo dos limites biológicos
	Biodiversidade	Suficiência dos sítios designados ao abrigo da Directiva Habitats da União Europeia
		Madeira morta em terrenos florestais
	Recursos de água doce	Captações superficiais e subterrâneas como parte dos recursos disponíveis
		População servida por tratamento de águas residuais urbanas com, pelo menos, tratamento secundário
		Procura bioquímica de oxigénio nos rios
	Ecossistemas marinhos	Concentração de mercúrio em peixes e mariscos
		Tamanho da frota de pesca
	Uso do solo	Áreas urbanizadas
		Crescimento e abates florestais
		Árvores florestais danificadas pela desfolha
		Percentagem da área total em risco de erosão do solo
Parcerias globais		Ajuda oficial ao desenvolvimento como parte do rendimento nacional bruto
	Globalização do comércio	Importações da U E provenientes dos países em desenvolvimento, por grupo de rendimento

Tema	Sub-temas	Indicadores
Parcerias globais	Globalização do comércio	Importações da U E provenientes dos países em desenvolvimento, por grupo de produtos Medida agregada de apoio à agricultura
	Financiamento para o desenvolvimento sustentável	Total de financiamento da U E para os países em desenvolvimento, por tipo Investimento directo estrangeiro nos países em desenvolvimento, por grupo de rendimento Ajuda oficial ao desenvolvimento, por grupo de rendimento Assistência oficial livre ao desenvolvimento Ajuda bilateral pública ao desenvolvimento dedicada a dívida Ajuda bilateral pública ao desenvolvimento dedicada a serviços sociais
	Gestão de recursos globais	Emissões de CO ₂ por habitante na U E e nos países em desenvolvimento Ajuda bilateral pública ao desenvolvimento dedicada ao fornecimento de água e ao saneamento
	Indicadores contextuais	População que vive com menos de 1USD por dia (por sub-tema de financiamento para o desenvolvimento sustentável) Ajuda oficial ao desenvolvimento per capita nos países doadores e receptores (por sub-tema de financiamento para o D.S.) População com acesso sustentável a uma fonte de água tratada (por sub-tema de gestão global de recursos)
Boa governação	Política de coerência e eficácia	Novos casos de violação, por área política Transposição da legislação comunitária por área política
	Abertura e participação	Comparência às urnas nas eleições parlamentares nacionais e da U E Disponibilidade on-line do E-governo Uso individual do E-governo
	Instrumentos económicos	Percentagens dos impostos laborais e ambientais no total das receitas fiscais
	Indicador contextual	Nível de confiança dos cidadãos nas instituições da U E (por sub-tema de política de coerência e eficácia)

(Fonte: European Communities, 2009)

**ANEXO 2.5. | SISTEMA DE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (SIDS) DE PORTUGAL
INSPIRADO NO MODELO PER DA ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO
ECONÓMICO**

Categoria do modelo PER	Dimensão	Indicadores	SIDS regional
Pressão	Ambiental	Emissão de gases com efeito de estufa	
		Emissão de óxidos de enxofre	
		Emissão de óxidos de azoto	
		Emissão de amónia	
		Emissão de compostos orgânicos voláteis	
		Consumo de substâncias que destroem a camada de ozono	
		Crescimento populacional em zonas costeiras	X
		Área construída	X
		Descargas pontuais de efluentes sem tratamento	X
		Descargas acidentais de hidrocarbonetos	X
		Capturas pesqueiras	
		Captação de água subterrânea e superficial	X
		Consumo de água	X
		Eficiência dos sistemas de abastecimento de água	X
		Produção de águas residuais	X
		Área de solo agrícola irrigado	X
		Consumo/utilização de pesticidas agrícolas	X
		Consumo/utilização de fertilizantes agrícolas comerciais (NPK)	X
		Área ardida em áreas protegidas e/ou sensíveis	X
		Produção total de madeira	X
		Área florestal ardida	X
		Comercialização de produtos geneticamente modificados	
		Produção de resíduos	X
		Produção de resíduos por sector da actividade económica	X
		Produção e destino final de lamas em estações de tratamento de águas residuais	

Categoria do modelo PER	Dimensão	Indicadores	SIDS regional
Pressão	Económica	Produto Interno Bruto (PIB)	X
		Importações e exportações	
		Consumo de energia	
		Veículos em circulação	
		Intensidade de tráfego	
		Desafecção de áreas classificadas como RAN - Reserva Agrícola Nacional	X
		Intensidade turística	X
		Sazonalidade turística	X
		Produção industrial	X
	Social	Taxa de analfabetismo	
		Taxa de desemprego	X
Estado	Ambiental	Temperatura média do ar	X
		Qualidade do ar	X
		Evolução da linha de costa	X
		Contaminação de origem difusa	X
		Qualidade da água em zonas balneares	X
		Zonas balneares com bandeira azul	X
		Qualidade do sistema aquático em faixas costeiras, estuários, lagunas e rias	X
		"stocks" pesqueiros	
		"stocks" pesqueiros abaixo dos limites biológicos de segurança	
		Disponibilidades hídricas	X
		População com acesso a água potável regularmente monitorizada	X
		Qualidade das águas superficiais	X
		Qualidade das águas subterrâneas	X
		Qualidade da água para consumo humano	X

Categoria do modelo PER	Dimensão	Indicadores	SIDS regional
Estado	Ambiental	Uso do solo	X
		Reserva ecológica nacional	
		Solo contaminado	X
		Área de solo afectado pela desertificação	X
		Áreas protegidas	
		Áreas protegidas marinhas	
		Espécies de fauna e flora ameaçadas	
		Tipo de coberto florestal	X
		Produção florestal de material não lenhoso	X
		Importação e exportação de resíduos	
		População afectada por ruído ambiente exterior	X
	Económica	Evolução do valor acrescentado bruto (VAB) por sectores	
		Importações por tipo de bens	
		Exportações por tipo de bens	
		Dívida	
		Investimento directo estrangeiro	
		Produção e consumo de energias renováveis	
		Intensidade energética	
		Intensidade energética da economia	
		Idade média dos veículos	
		Transporte de passageiros, por modo de transporte	
		Carga transportada, por modo de transporte	
		Estrutura da rede viária	
		Acidentes rodoviários	
		Produção agrícola	

Categoria do modelo PER	Dimensão	Indicadores	SIDS regional
Estado	Económica	Turismo de espaço rural	X
		Capacidade de alojamento	X
	Social	Densidade populacional	X
		Taxa de natalidade	X
		Taxa de mortalidade infantil	X
		Taxa de mortalidade materna	X
		Esperança média de vida	
		População que completou o ensino secundário	
		Beneficiários activos de todos os regimes e pensionistas	
		Estrutura do emprego por sectores	
		Bibliotecas públicas e utilizadores	X
		Índice de criminalidade	
		Condenados em processos crime com menos de 20 anos de idade	
		Reclusos	
	Institucional	Acesso às redes globais de comunicação	
		Consumo de jornais	
Resposta	Ambiental	Investimento e despesa na redução da poluição atmosférica	
		Investimento e despesa na preservação ambiental e defesa de zonas costeiras	X
		População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais	X
		Eficiência dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais	X
		Reutilização de águas residuais tratadas	X
		Densidade de redes hidrológicas	X
		Investimento e despesa na preservação ambiental de sistemas de água doce	X
		Investimento e despesa na preservação ambiental do solo	X
		Áreas protegidas integradas em redes internacionais	

Categoria do modelo PER	Dimensão	Indicadores	SIDS regional
Resposta	Ambiental	Grau de vigilância das áreas protegidas	X
		Áreas protegidas abrangidas por planos de ordenamento	X
		Utilização de áreas protegidas como locais de sensibilização e educação ambiental	X
		Espécies de fauna e flora protegidas	
		Manutenção de sistemas agrícolas e florestais com particular interesse para a conservação da natureza	X
		Investimento e despesa pública e privada na conservação da natureza	X
		Investimento e despesa na preservação ambiental da floresta	X
		Tratamento e destino final dos resíduos	X
		Valorização e reutilização por classe de resíduo	X
		Produção de energia a partir de resíduos	
		Investimento e despesa na gestão de resíduos	X
		Medidas de minimização do ruído	X
		Investimento e despesa no controlo da poluição sonora	X
	Económica	Investimento e despesa nacional com a protecção e gestão do ambiente	X
		Assistência financeira ao desenvolvimento, prestada e recebida pelo país	
		Evolução do preço dos diferentes tipos de combustível e da electricidade	
		Preços reais dos vários modos de transporte de passageiros	
	Social	Crianças que são vacinadas contra as doenças infecciosas até perfazerem 1 ano de idade	
		Hospitais e centros de saúde	X
		Médicos	X
		Enfermeiros	X
		Despesa total com a saúde	
		Despesa pública com a educação	
		Despesa pública total em protecção social	
		Queixas ou reclamações apresentadas por razões ambientais	

Categoria do modelo PER	Dimensão	Indicadores	SIDS regional
Resposta	Institucional	Contabilidade ambiental	
		Emprego na área de ambiente	
		Agendas 21 locais	
		Titulares de diplomas universitários	
		Despesa em investigação e desenvolvimento (I&D)	
		Implementação nacional dos acordos globais ratificados	
		Sistemas de gestão ambiental/certificação de sistemas de gestão ambiental	
			(Fonte: DGA, 2000)

**ANEXO 2.6. | SISTEMA DE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (SIDS) INSPIRADA NO
MODELO DPSIR DA AGÊNCIA EUROPEIA DO AMBIENTE**

Anexos

Categoria do modelo DPSIR	Dimensão	Indicadores	SIDS regional	Indicador chave
Actividade/força motriz	Económica	Balança comercial - Importações e exportações		
		Capacidade de alojamento turístico		
		Demografia empresarial	X	
		Dimensão da frota de pesca		
		Investimento directo estrangeiro em Portugal (IDE) e de Portugal no estrangeiro (IDPE)		
		Investimento público e privado		
Actividade/força motriz e Pressão	Ambiental e Económica	Produção e consumo de energia primária		X
	Económica	Produção aquícola		
		Volume de transporte de passageiros e mercadorias		
Pressão	Ambiental	Consumo de água	X	X
		Descargas de hidrocarbonetos e outras substâncias perigosas		
		Emissão de gases com efeito de estufa	X	X
		Emissão de substâncias acidificantes e eutrofizantes		
		Emissão de substâncias precursoras do azoto troposférico		
		Produção de resíduos	X	X
		Vigilância das áreas protegidas		
	Ambiental e Económica	Consumo de materiais pela economia - CME/DMI		X
		Fertilizantes agrícolas		
		Intensidade energética e carbónica da economia		X
		Produtos fotofarmacêuticos		
	Ambiental e Social	Incêndios florestais	X	
	Económica	Consumo de energia final		
		Consumo de substâncias deplectoras da camada de ozono		
		Descargas de pescado		
		Idade média dos veículos em circulação		
		Intensidade turística	X	X

Categoria do modelo DPSIR	Dimensão	Indicadores	SIDS regional	Indicador chave
Pressão	Económica	Ocupação hoteleira		
		Taxa de inflação		
	Social	Abandono escolar precoce		
		Consumo de álcool		
		Consumo de estupefacientes		
		Consumo de tabaco		
		Criminalidade		
		Migração		
Estado	Ambiental	Concentrações anuais de partículas e ozono		
		Disponibilidade hídrica	X	
		Eficiência da utilização da água		
		Espécies de fauna e flora ameaçada		
		Estado de águas de superfície	X	X
		Estado de águas subterrâneas		
		Evolução da linha de costa		
		Índice de aves comuns		X
		Ocupação e uso do solo	X	X
		População exposta a ruído ambiente exterior		
		Qualidade da água em zonas balneares	X	
		Qualidade da água para as zonas de protecção de espécies aquáticas de interesse económico		
		Qualidade da água para consumo humano		
		Qualidade do ar	X	x
		Riscos naturais		
		Temperatura do ar		
	Ambiental e Económica	Eco-eficiência dos sectores de actividade económica		
		Estrutura da rede viária e fragmentação do território		

Anexos

Categoria do modelo DPSIR	Dimensão	Indicadores	SIDS regional	Indicador chave
Estado	Económica	Défice orçamental		
		Despesa na investigação e desenvolvimento - I&D		X
		Despesa pública		
		Diplomados em ciência e tecnologia		
		Dívida pública		
		Nível de escolaridade da população activa		
		Patentes		
		Poupança líquida nacional		
		Produtividade do trabalho	X	X
		Produto Interno Bruto (PIB)	X	X
		Repartição modal do transporte de passageiros e mercadorias		
		Riscos tecnológicos		
		Taxa de emprego	X	X
		Valor acrescentado bruto por sectores		
	Económica e social	Despesa e rendimento das famílias		
	Institucional	Artigos científicos em revistas internacionais		
		Confiança no sistema judicial		
		Eficiência do sistema judicial		X
		Importação de países menos desenvolvidos ou em desenvolvimento		
		Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)		
	Social	Actividades socioculturais	X	
		Consumo de publicações periódicas		
		Convicções religiosas		
		Desigualdade na distribuição de rendimentos		
		Dieta alimentar		
		Diferenciação de salários em função do género		

Categoria do modelo DPSIR	Dimensão	Indicadores	SIDS regional	Indicador chave
Estado	Social	Doenças de declaração obrigatória		
		Envelhecimento da população	X	X
		Esperança de vida à nascença		X
		Esperança de vida saudável		
		Evolução da população	X	X
		Fecundidade		
		Nível de educação atingindo pela população jovem	X	X
		População abaixo do limiar da pobreza	X	X
		Recursos culturais		
		Segurança alimentar		
		Taxa de mortalidade infantil		
		Taxa de analfabetismo		
		Taxa de desemprego	X	X
Impacte	Ambiental	Stocks pesqueiros abaixo dos limites biológicos de segurança		X
	Ambiental e Social	Solo afectado por desertificação	X	
	Social	Acidentes de trabalho		
		Bem-estar subjectivo		
		Mortalidade segundo as principais causas		
		Obesidade		
		Prevalência de asma em crianças		
		Sinistralidade rodoviária		
Resposta	Ambiental	Área florestal certificada		
		Área florestal integrada em zonas de intervenção florestal (ZIF)		
		Áreas classificadas para conservação da natureza e biodiversidade		
		Gestão de resíduos	X	X
		População servida com sistema de abastecimento de água	X	

Anexos

Categoria do modelo DPSIR	Dimensão	Indicadores	SIDS regional	Indicador chave
Resposta	Ambiental	População servida por sistemas de drenagem de águas residuais	X	X
		Reciclagem e valorização dos resíduos urbanos		
	Ambiental e Económica	Consumo de electricidade produzida a partir de fontes de energia renováveis	X	X
		Produção agrícola certificada		X
	Económica e Social	Utilização das tecnologias da informação e da comunicação (TIC)	X	X
	Institucional	Agendas 21 locais	X	
		Ajuda pública ao desenvolvimento		
		Gestão ambiental e responsabilidade social	X	X
		Governo electrónico		
		Participação eleitoral	X	
	Social	Capacidade do sistema prisional		
		Comércio justo		
		Profissionais de saúde	X	
		Rede de serviços e equipamentos sociais		

(Fonte: APA & DCEAFCTUNL, 2007)

ANEXO 4.1. | EXEMPLOS DE SISTEMAS DE INDICADORES DE TURISMO SUSTENTÁVEL

Estudo	Dimensões	Indicadores
Ano 2004	1. Satisfação local com o turismo	a) Nível de satisfação local com o turismo (Questionário)
Autor WTO	2. Efeitos do turismo na comunidade	a) Proporção turistas/residentes (média e pico por período/dia)
Título Indicators of Sustainable Development for Tourism Destinations A Guidebook		b) % dos que acreditam que o turismo ajudou a trazer novos serviços ou infra-estruturas
		c) N.º e capacidade dos serviços sociais disponíveis na comunidade (% atribuível ao turismo)
Objectivo Desenvolver um sistema de indicadores que avalie o turismo sustentável	3. Manutenção da satisfação do turista	a) Níveis de satisfação dos visitantes (Questionário)
		b) Percepção do valor do dinheiro (Questionário)
		c) Percentagem de visitantes que retornam ao destino
	4. Sazonalidade do turismo	a) Chegadas de turistas por mês ou trimestre (distribuição ao longo do ano)
		b) Taxas de ocupação do alojamento licenciado por mês (períodos de pico em relação à época baixa) e % de ocupação total nas épocas de maior afluência (trimestre ou mês)
		c) % de estabelecimentos comerciais abertos todo o ano
		d) N.º e % dos empregos da indústria do turismo que são permanentes ou que são activos ao longo de todo o ano (em comparação com empregos temporários)
	5. Benefícios económicos do turismo	a) N.º de residentes (e taxa de homens e mulheres) que trabalham no turismo (e relação de emprego do turismo/emprego total)
		b) Receita gerada pelo turismo como % da receita total gerada na comunidade
	6. Gestão energética	a) Consumo per capita de energia proveniente de todas as fontes (no total e pelo sector do turismo – por dia por pessoa)
		b) Percentagem de empresas que participam em programas de conservação de energia, ou na aplicação da política de poupança de energia e suas técnicas
		c) % do consumo de energia proveniente de fontes renováveis (relação ao destinos e aos estabelecimentos)
	7. Disponibilidade de água e sua conservação	a) Uso de água (volume total consumido e litros por turista por dia)
		b) Economizadores de água (% de redução, recapturação ou reciclagem)
	8. Qualidade da água potável	a) % de estabelecimentos turísticos com água tratada de acordo com os padrões internacionais de potabilidade
		b) Frequência de doenças transmitidas pela água (n.º / % de visitantes que reportaram ter sido afectados por doenças transmitidas pela água durante a sua estadia)
	9. Gestão das águas residuais	a) % de esgotos recebidos nos locais de tratamento (níveis primário, secundário e terciário) % de estabelecimentos turísticos (ou alojamento) com sistemas de tratamento

Estudo	Dimensões	Indicadores
Ano 2004 Autor WTO Título Indicators of Sustainable Development for Tourism Destinations A Guidebook Objectivo Desenvolver um sistema de indicadores que avalie o turismo sustentável	10. Gestão dos resíduos sólidos	a) Volume de resíduos produzidos pelo destino (em toneladas) (por mês) b) Volume de lixo reciclado (m ³) / volume total de resíduos (m ³) (por diferentes tipos) c) Quantidade de resíduos espalhados nas áreas públicas
	11. Controlo do desenvolvimento	a) Existência de usos do solo ou de um processo de planeamento do desenvolvimento, que inclua o turismo b) % da área sujeita ao controlo (projecto, densidade, etc)
	12. Controlo da intensidade de uso	a) N.º total de chegadas de turistas (média, mensalmente, períodos de maior afluência) b) N.º de turistas por m ² de terreno (por exemplo, em praias, atracções) e por km ² do destino (média / média do período de maior afluência)
Ano 2006 Autores Salinas Chávez & La O Osorio Título Turismo y Sustentabilidad: de la Teoría a la Práctica en Cuba Publicação Cuadernos de Turismo Objectivo Desenvolver um sistema de indicadores para medir o grau de sustentabilidade das unidades territoriais de gestão turística do litoral da província de Holguín, em Cuba.	1. Ambiente geo-ecológico	a) Situação ambiental b) Qualidade dos meios aquáticos c) Qualidade da água de consumo d) Categoria de protecção e) Capacidade de carga f) Degradação do solo
	2. Infra-estruturas turísticas	a) Desempenho ambiental b) Gestão dos resíduos líquidos c) Gestão dos resíduos sólidos d) Consumo de água e energia e) Consumo de produtos nacionais e locais f) Design e criação
	3. Cliente externo	a) Segurança (delitos e acidentes) b) Satisfação do turista c) Taxa de repetição da visita d) Estada média e) Entradas (Procura turística) - receitas f) <i>Facilities</i>

Anexos

Estudo	Dimensões		Indicadores
Ano 2006 Autores Choi & Sirakaya Título Sustainability indicators for managing community tourism. Publicação Tourism Management Objectivo Desenvolver um sistema de indicadores para avaliar a sustentabilidade do turismo de base comunitária	4. Ambiente socioeconómico		a) Identidade cultural b) Emprego c) Prostituição d) Nível de serviços e) Satisfação da população local f) Impacto social
	1. Económica	Emprego	a) Crescimento do emprego no turismo b) Taxa de desemprego c) Crescimento do emprego em geral
		Distribuição de riqueza/fugas e articulação de capital	a) % de fugas de capital na comunidade b) Articulação intersectorial/parcerias no turismo c) Multiplicadores de emprego e de rendimento sobre os gastos de turismo d) Taxa de mudança de local de compra de produtos / valor e variedade e) Conteúdo de importação f) Turismo enquanto percentagem da economia local
		Formação de capital na comunidade/Investimento	a) % Estabelecimentos turísticos de propriedade estrangeira b) % do lucro de reinvestimento / receitas reinvestidas no desenvolvimento da comunidade c) Disponibilidade de crédito local para as empresas locais d) Oportunidades de empreendedorismo para os residentes locais e) Empresas em geral de propriedade de estrangeira f) % do lucro ou das receitas reinvestidas na gestão e protecção de áreas de reserva natural ou cultural
		Natureza da procura	a) % de visitantes que repetem a visita b) Sazonalidade do turismo/visita turística
		Bem-estar económico	a) Relação comparativa dos salários no sector do turismo com o salário médio local b) Novo PIB (índice de bem-estar económico sustentável)

Estudo		Dimensões	Indicadores
Ano 2006 Autores Choi & Sirakaya Título Sustainability indicators for managing community tourism. Publicação Tourism Management Objectivo Desenvolver um sistema de indicadores para avaliar a sustentabilidade do turismo de base comunitária	1. Económica	Bem-estar económico	c) Estabilidade económica da comunidade local
		Trabalho/empresas condições de trabalho	e a) Custo/benefício social a nível comunitário para examinar benefício líquido para a economia local b) Existência de uma estrutura de taxas adequada (por exemplo, maior taxa de entrada para turistas e baixa taxa de entrada para os locais e outras doações) c) Igualdade de oportunidades de emprego e promoção para mulheres e residentes
		Rendimento do governo local	a) Imposto sobre hotéis/motéis
	2. Social	Comunidade local/residentes <i>stakeholders</i>	e a) Satisfação da comunidade local com o desenvolvimento turístico b) Atitude da comunidade local perante o desenvolvimento turístico c) Continuidade das actividades tradicionais pelos residentes d) Stress na relação visitante/residente e) Residentes/não residentes proprietários de casas (2.ª habitação/residentes a tempo parcial) f) Nível de congruência entre os <i>stakeholders</i> g) Participação dos residentes na indústria do turismo
		Coesão social	a) Mudança na coesão social b) Mudança na estrutura da comunidade evidente na desagregação e alienação da comunidade c) Mudança na coesão familiar
		Turismo sexual	a) Turismo sexual b) % de empregados no turismo sexual c) Número e taxa de prostituição na indústria local de turismo sexual d) Atitude da comunidade local perante o turismo sexual
		Satisfação do turista	a) Satisfação ou atitude do turista perante o desenvolvimento sustentável
		Recursos locais	a) Degradação/erosão dos recursos naturais e culturais
		Distribuição de recursos e de poder	a) Mudança na estrutura social (por exemplo, mudança de poder e suas implicações socioeconómicas) b) Percentagem de residentes locais com emprego na área da gestão

Anexos

Estudo		Dimensões	Indicadores
Ano 2006 Autores Choi & Sirakaya Título Sustainability indicators for managing community tourism. Publicação Tourism Management Objectivo Desenvolver um sistema de indicadores para avaliar a sustentabilidade do turismo de base comunitária	2. Social	Saúde e segurança da comunidade	a) Lixo/poluição b) Sobrelotação populacional c) Congestionamento de tráfego d) Taxa de crime e) Sensibilização pública para o valor do turismo f) Número de incidentes de vandalismo registado g) Saúde pública (existência de políticas de saúde relacionadas com o turismo) h) Perda do estilo de vida e do conhecimento tradicionais devido à modernização
		Qualidade de vida em geral	a) Níveis de satisfação da comunidade com a vida em geral
	3. Cultural	Arquitectura construções	e a) Comparação das novas construções com as construções vernaculares b) Tipos de materiais de construção e decorativos
		Gestão cultural (sítios)	a) Nível de conservação dos sítios culturais b) Disponibilidade de fundos para conservação dos sítios culturais e dos recursos c) Mercantilização d) Número de sítios oficialmente designados e sua gestão
		Estrutura sociocultural	a) Conservação dos costumes e línguas locais b) Alterações no nível de orgulho com o património cultural local c) Percentagem de indivíduos satisfeitos com a integridade cultural / sensação de segurança d) Perda de autenticidade e tendência para se tornar impessoal
		Educação cultural	a) Tipo e quantidade de formação dada aos empregados da indústria do turismo (guias) b) Tipo de informação dada aos visitantes antes e depois das visitas aos sítios/atracções c) Nível de sensibilidade do material interpretativo e das actividades desenvolvidas
	4. Ambiental	Perda de recursos renováveis	a) Índice da qualidade do ar b) Nível de erosão nos sítios naturais c) Número de dias com boa qualidade de ar

Estudo		Dimensões	Indicadores
Ano 2006 Autores Choi & Sirakaya Título Sustainability indicators for managing community tourism. Publicação Tourism Management Objectivo Desenvolver um sistema de indicadores para avaliar a sustentabilidade do turismo de base comunitária	4. Ambiental	Perda de recursos renováveis	d) Frequência de acidentes ambientais devidos ao turismo e) Número de sítios contaminados
		Taxa de degradação/destruição de ecossistemas	a) Nível de protecção b) Consumo per capita de água e energia c) Percentagem de ecossistemas com protecção oficial ou gestão ambiental
		Avaliação dos impactes ambientais da actividade turística	a) Uso continuado de avaliação de impacte ambiental b) Contabilidade ambiental natural e análise do ciclo de vida c) Número de espécies ameaçadas
		Taxas de reciclagem e de reutilização	a) Disponibilidade, tamanho e condição da floresta urbana b) Crescimento e remoção de Madeira c) Uso dos recursos renováveis d) Taxa de reciclagem e) Utilização dos recursos piscícolas
		Saúde da população humana (residentes e visitantes)	a) Controlo formal exigido para o desenvolvimento de sítios e da densidade de utilização b) Tipo e quantidade de formação em educação ambiental dada aos empregados (guias) c) Intensidade de uso d) Descargas per capita de águas residuais e) Tamanho dos grupos nos sítios (capacidade de carga) f) Descargas per capita de resíduos sólidos
		Perda de recursos não renováveis	a) Nível de perda de vegetação b) Nível de stress e perda de espécies ameaçadas de extinção c) Atractividade do sítio
	5. Política	Política orientada para o controlo local	a) Existência de políticas de controlo de desenvolvimento b) Cumprimento da legislação (processos, multas, etc) c) Presença da autoridade ou planeador do turismo na comunidade local

Anexos

Estudo		Dimensões	Indicadores
Ano 2006 Autores Choi & Sirakaya Título Sustainability indicators for managing community tourism. Publicação Tourism Management Objectivo Desenvolver um sistema de indicadores para avaliar a sustentabilidade do turismo de base comunitária	5. Política	Política orientada para o controlo local	d) Intensidade e duração da consulta pública e grupo de planeamento e) Percentagem de propriedade estrangeira/externa de estabelecimentos turísticos f) Incorporação e implementação de ideias dos residentes na gestão da comunidade e dos sítios g) Articulação intersectorial aos níveis local/regional/nacional h) ONG's ambientais locais
		Participação política	a) Participação dos residentes no processo de planeamento b) Colaboração dos <i>stakeholders</i> c) Nível de cooperação entre os grupos de <i>stakeholders</i> d) Parcerias público-privadas e) Existência de residentes no concelho consultivo f) Consciência do significado e implicações do turismo sustentável
		Política local de planeamento	a) Existência de políticas e gestão da poluição do ar e da água e dos resíduos b) Existência e níveis de políticas de uso do solo c) Existência de um plano de turismo d) Inclusão do turismo no processo de planeamento como uma das suas principais componentes e) Existência de segurança para o visitante, de políticas de saúde e de financiamento f) Existência de um plano de turismo sustentável g) Avaliação formal da implementação e/ou processo do plano de turismo sustentável h) Licenças de construção emitidas (em geral e directamente relacionadas com o turismo) i) Códigos de ética
		Apoio político em todos os níveis de governos	a) Incorporação e implementação de ideias dos residentes na gestão da comunidade e dos sítios b) Atitude dos políticos locais e dos líderes das ONG's perante o desenvolvimento e a conservação c) Comunicação bidireccional entre residentes e governo local d) Nível de apoio para projectos de conservação / desenvolvimento a nível local e) Existência e tipos de programas de incentive baseados no desempenho

Estudo	Dimensões	Indicadores
	5. Política	f) Nível de apoio para projectos de conservação / desenvolvimento a nível regional g) Disponibilidade, tipo e nível de programas de formação h) Nível de apoio para projectos de conservação / desenvolvimento a nível nacional i) Disponibilidade de recursos de financiamento acessíveis
	6. Tecnológica	a) Recolha de dados precisa e alteração de informações turísticas b) Adopção e uso de tecnologias novas e de baixo impacto c) <i>Benchmarking</i> genérico e competitivo (inputs / outputs de eficiência)
Ano 2008 Autores Salinas Chávez, Navarro Jurado, Echarri Chávez & La O Osorio Título Metodologias para el Evolución de la Sustentabilidad Teritorial: el Uso de Indicadores en Destinos Turísticos de Cuba Publicação Boletín de la Real Sociedad Geográfica Objectivo Desenvolver um sistema de indicadores para medir o grau de sustentabilidade do Centro Histórico de Havana, em Cuba.	1. Ambiental	a) Consumo energético (usd/turista/dia) b) Consumo energético (usd/turista físico) c) Controlo ambiental
	2. Socio-económico	a) Emprego turístico – Trabalhadores locais b) Emprego turístico c) Índice de idoneidade
	3. Económico	a) Satisfação do turista b) Receitas totais c) Receitas por turista/dia d) % de <i>facilities</i> em hotelaria
	4. Social	a) Segurança (n.º de delitos) b) Grau de escolaridade
	5. Socio-cultural	a) Autenticidade do desenho, envolvente e arquitectura b) N.º de espectáculos artísticos nacionais ou locais
	6. Nível de utilização	a) N.º de entradas de turistas (Procura turística) b) Estada média c) N.º de operadores turísticos com licença para operar
	7. Gestão do turismo	a) N.º de postos de informação turística

Anexos

Estudo	Dimensões	Indicadores
	8. Contribuição do turismo para a preservação	a) N.º de atracções com entrada paga b) N.º de atracções que cobre imposto a turistas c) N.º de lojas de artesanato
	9. Reutilização de edifícios	a) N.º de edifícios reutilizados para propósitos residenciais b) N.º de edifícios reutilizados para turismo c) N.º de edifícios considerados em condições de degradação
Ano 2008	1. Modelo territorial	a) N.º de estabelecimentos turísticos b) Desenvolvimento de locais de atracção turística c) Relação n.º de habitantes/n.º de locais de alojamento d) Sazonalidade da procura turística e) Ocupação turística f) Receitas por turista/dia g) Receitas do turismo h) N.º de veículos de transporte turístico i) N.º de população residente j) Crescimento natural k) Taxa de migração l) Densidade populacional m) Índice de envelhecimento n) Índice de dependência o) Taxa de desemprego
Autores Salinas Chávez, Navarro Jurado, Echarri Chávez & La O Osorio Título Metodologias para el Evolución de la Sustentabilidad Teritorial: el Uso de Indicadores en Destinos Turísticos de Cuba Publicação Boletín de la Real Sociedad Geográfica Objectivo Desenvolver um sistema de indicadores para medir o grau de sustentabilidade do Arquipélago dos Canarros, em Cuba.	2. Pressão	a) Mudança no uso do solo agrícola b) Mudança no uso do solo em pousio c) Mudança no uso do solo florestal d) Mudança no uso do solo urbano

Estudo	Dimensões	Indicadores
Ano 2008 Autores Salinas Chávez, Navarro Jurado, Echarri Chávez & La O Osorio Título Metodologías para el Evolución de la Sustentabilidad Teritorial: el Uso de Indicadores en Destinos Turísticos de Cuba Publicação Boletín de la Real Sociedad Geográfica Objectivo Desenvolver um sistema de indicadores para medir o grau de sustentabilidade do Arquipélago dos Canarreos, em Cuba.	2. Pressão	e) Superfície ocupada por floresta natural f) Consumo geral de energia eléctrica g) Consumo de energia eléctrica urbana per capita h) Consumo de energia eléctrica em estabelecimentos turísticos i) Consumo total de água per capita j) Volume de águas residuais tratadas per capita k) N.º de passageiros de transportes marítimos l) N.º de passageiros de transportes aéreos m) N.º de turistas recebidos
	3. Estado	a) Superfícies de áreas verdes urbanas b) Km de vias classificadas como boas c) Km de vias classificadas como regulares d) Km de vias classificadas como em mau estado e) N.º de autocarros de transporte público f) Disponibilidade de consultórios médicos g) N.º de consultas per capita h) Disponibilidade de médicos per capita i) N.º de equipamentos culturais j) N.º de instituições escolares k) % de água de consumo tratada (Isla de la Juventud) l) % de água de consumo tratada (Cayo Largo) m) % de água residual tratada (Isla de la Juventud) n) % de água residual tratada (Cayo Largo) o) Pontos de descarga ao longo da costa p) Equipamentos com espectáculos locais

Anexos

Estudo	Dimensões		Indicadores
Ano 2008 Autores Salinas Chávez, Navarro Jurado, Echarri Chávez & La O Osorio Título Metodologias para el Evolución de la Sustentabilidad Teritorial: el Uso de Indicadores en Destinos Turísticos de Cuba Publicação Boletín de la Real Sociedad Geográfica Objectivo Desenvolver um sistema de indicadores para medir o grau de sustentabilidade do Arquipélago dos Canarros, em Cuba.	3. Estado		q) Grupos de teatro em actividades culturais r) % de trabalhadores locais
	4. Resposta		a) N.º de sanções ambientais aplicadas b) N.º de projectos ambientais c) N.º de disposições ambientais d) % de áreas protegidas com planos de gestão operacionais e) N.º de projectos de energia renovável f) N.º de projectos de reservas pesqueiras g) Área reflorestada h) N.º de áreas protegidas dedicadas ao turismo i) Recolha de matérias-primas j) N.º de lagoas de oxidação para tratamento de águas residuais
	1. Economia	Emprego	a) Emprego no sector turístico b) Grau de Qualificação
		Rentabilidade	a) Peso do Turismo na Economia
		Investimento	a) Investimento Público e Privado em Turismo
		Preços	a) Evolução dos Preços Turísticos
		2. Actividade Turística, propriamente dita	a) Densidade b) Qualidade c) Turismo em Espaço Rural
	2. Actividade Turística, propriamente dita	Procura	a) Estada média b) Afluência c) Segmentação d) Mercados Emissores e) Gasto Turístico f) Perfil do turista

Estudo		Dimensões		Indicadores
Ano 2009 Autores Isabel Monjardim Título Indicadores de Sustentabilidade do Turismo nos Açores: o papel das opiniões e da atitude dos residentes face ao Turismo na Região Objectivo Desenvolver um sistema de indicadores para medir o grau de sustentabilidade do turismo na região da Macaronésia.	2. Actividade Turística, propriamente dita	Procura	g) Distribuição territorial	
			h) Sazonalidade	
		Qualidade/Satisfação	a) Estabelecimentos com certificação de qualidade	
			b) Grau de satisfação dos turistas	
			c) Fidelidade dos turistas	
	3. Meio Ambiente	Paisagismo	a) Espaços naturais protegidos	
			b) Grau de naturalidade do meio	
		Gestão Ambiental	a) Qualidade das águas de banho marítimas	
			b) Consumo de água atribuível aos turistas	
			c) Consumo de electricidade atribuível aos turistas	
			d) Produção de resíduos sólidos atribuível aos turistas	
			e) Índice de motorização atribuível ao turismo	
			f) Superfície de costa urbanizada	
	4. Sociedade e Cultura	Demografia	a) Pressão dos turistas sobre a população	
			b) Visitantes a lugares de interesse turístico	
		Indicadores da Comunidade Local	a) Rácio de utilização das infraestruturas hoteleiras pelos residentes	
			b) Opinião dos residentes sobre o futuro do turismo na Região	
			c) Nível de satisfação da população local	
	5. Institucional		a) Planos e Programas com incidência em Turismo e Sustentabilidade	

(Fonte: WTO, 2004; Salinas Chávez & La O Osorio, 2006; Choi & Sirakaya, 2006; Salinas Chávez et al., 2008; Monjardino, 2009)

ANEXO 6.1. | TABELA RESUMO DE ESTUDOS ONDE FOI APLICADA A TÉCNICA DE DELPHI

Estudo	Grupo de inquiridos	Recolha de informação	Análise de dados
<p>Ano 1994</p> <p>Autores Erdener Kaynak, Jonathan Bloom & Marius Leibold</p> <p>Título Using the Delphi Technique to Predict Future Tourism Potential</p> <p>Publicação Marketing Intelligence & Planning</p> <p>Objectivo Investigar as possíveis alterações a ocorrer na indústria do turismo na África do Sul</p>	<p>Critérios de escolha serem representantes dos vários sectores de intervenção na indústria do turismo</p> <p>Técnica de amostragem Não especificada</p> <p>Ronda 1 100 indivíduos</p> <p>Ronda 2 37 indivíduos cujas respostas se desviaram das restantes respostas na primeira ronda</p>	<p>Método Inquérito por questionário enviado por correio</p> <p>Ronda 1 Foi listado um conjunto de variáveis e solicitado que avaliassem o grau de alterações futuras das mesmas, em escalas de Likert de quatro, cinco e dez pontos. (50 % de taxa de resposta – 50 indivíduos)</p> <p>Ronda 2 Foram calculados a média e o desvio padrão das respostas da primeira ronda e dadas a conhecer na segunda ronda para que os inquiridos reavaliassem as suas respostas (74 % de taxa de resposta – 27 indivíduos)</p>	<p>Análise univariada: estatística descritiva (média, desvio padrão, mediana, moda)</p>
<p>Ano 2001</p> <p>Autor Graham Miller</p> <p>Título The development of indicators for sustainable tourism: results of a Delphi survey of tourism researchers</p> <p>Publicação Tourism Management</p> <p>Objectivo Definir os indicadores que melhor avaliam a sustentabilidade do turismo ao nível das empresas.</p>	<p>Critérios de escolha terem publicado pelo menos um artigo sobre sustentabilidade, numa das quatro maiores revistas sobre turismo, nos dois anos e meio que antecederam o estudo</p> <p>Técnica de amostragem Não especificada</p> <p>Ronda 1 74 indivíduos</p> <p>Ronda 2 50 indivíduos</p>	<p>Método Inquérito por questionário enviado por correio</p> <p>Ronda 1 Com base na revisão da literatura são listados uma série de conceitos, sendo pedido aos inquiridos que seleccionassem cinco como sendo os mais relevantes para definir o turismo sustentável. Noutras questões são apresentados conjuntos de indicadores e perguntado qual o grau de concordância, avaliado numa escala de Likert de cinco pontos. Os inquiridos puderam, também, tecer comentários relativamente a cada indicador avaliado. (68% de taxa de resposta – 50 indivíduos)</p> <p>Ronda 2 Foram calculadas as médias de resposta do grupo para cada indicador e dadas a conhecer ao inquirido juntamente com a sua resposta no questionário anterior, para assim poder reavaliar a sua resposta. Os comentários efectuados no primeiro questionário foram agrupados e transformados em questões que permitiram estabelecer a profundidade e a força da opinião relativa ao assunto em estudo. (74% de taxa de resposta – 37 indivíduos)</p>	<p>Análise univariada: estatística descritiva (média, desvio padrão, percentagem)</p>

Estudo	Grupo de inquiridos	Recolha de informação	Análise de dados
<p>Ano 2002</p> <p>Autores J. Landeta, J. Matey & V. Ruiz, O. Villarreal</p> <p>Título Alimentación de modelos cuantitativos con información subjetiva: aplicacion Delphi en la elaboración de un modelo de imputación del gasto turístico individual en Catalunya</p> <p>Publicação Questió</p> <p>Objectivo Criar um modelo para obtenção de estimativas fiáveis sobre a despesa mínima por turista da região da Catalunha</p>	<p>Critérios de escolha terem um profundo conhecimento do sector turístico catalão, contemplando operadores turísticos, agentes de viagens, gestores de postos de turismo, representantes da hotelaria e da restauração, pessoas que viajam intensamente na Catalunha, especialistas académicos e consultores da área do turismo</p> <p>Técnica de amostragem Não especificada</p> <p>Ronda 1 14 indivíduos</p> <p>Ronda 2 14 indivíduos</p> <p>Ronda 3 14 indivíduos</p>	<p>Método Inquérito por questionário (não especifica a forma de aplicação)</p> <p>Ronda 1 O questionário era composto por 90 itens quantitativos sobre os quais os peritos foram solicitados a fornecer informações ou comentários que sentissem ser relevantes para as perguntas efectuadas e para as respostas dadas (informação qualitativa). Os inquiridos avaliaram, ainda, o seu próprio grau de conhecimento sobre cada variável e esta auto-avaliação foi utilizada para ponderar as suas respostas. O grau de conhecimento foi avaliado numa escala de Likert de um a três (100% de taxa de resposta – 14 indivíduos).</p> <p>Ronda 2 Foi aplicado o mesmo inquérito dado a conhecer os resultados obtidos na primeira ronda (resultados estatísticos e informações adicionais, qualitativas ou quantitativas, fornecidas pelos inquiridos (100% de taxa de resposta – 14 indivíduos).</p> <p>Ronda 3 Foi aplicado o mesmo processo da segunda ronda (100% de taxa de resposta – 14 indivíduos).</p>	<p>Análise univariada: estatística descritiva (mediana, quartil inferior, quartil superior, valor mínimo e valor máximo)</p>
<p>Ano 2004</p> <p>Autores J. Landeta, J. Matey, V. Ruiz & A. Costa</p> <p>Título Resultados de una aplicación Delphi en la elaboración de las tablas Input–Output de Catalunya</p> <p>Publicação XIV Jornadas Luso Espanholas de Gestão Científica – CD of papers</p> <p>Objectivo Recolher informação para a elaboração de tabelas de input–output para desenvolvimento de um modelo económico quantitativo para a Catalunha.</p>	<p>Critérios de escolha Serem directores de empresas catalãs.</p> <p>Técnica de amostragem Não especificada</p> <p>Ronda 1 465 indivíduos</p> <p>Ronda 2 Não menciona o número de inquiridos</p>	<p>Método Inquérito por questionário enviado (não especifica a forma de aplicação). Foi elaborado um questionário próprio para cada um dos 121 produtos analisados.</p> <p>Ronda 1 Foram colocadas questões sobre o consumo das principais matérias-primas, normalmente, utilizadas na produção do produto e sobre a sua origem geográfica, sendo-lhes fornecida informação de referência retirada de tabelas input-output do modelo norte-americano. Adicionalmente, também, foram questionados relativamente ao consumo de serviços externos e à sua origem geográfica. Não especifica o tipo de questões e a forma de resposta (não menciona a taxa de resposta).</p> <p>Ronda 2 Foi aplicado o mesmo inquérito, mas dando a conhecer os resultados obtidos na primeira ronda (não menciona a taxa de resposta).</p>	<p>Análise univariada: estatística descritiva (medidas de tendência central – não especifica quais as medidas utilizadas)</p>

Estudo	Grupo de inquiridos	Recolha de informação	Análise de dados
<p>Ano 2006</p> <p>Autores HwanSuk Choi & Ercan Sirakaya</p> <p>Título Sustainability indicators for managing community tourism</p> <p>Publicação Tourism Management</p> <p>Objectivo Desenvolver um conjunto de indicadores para medir o desenvolvimento sustentável do turismo de base comunitária</p>	<p>Critérios de escolha Serem especialistas em turismo sustentável e/ou terem publicado pelo menos um artigo sobre turismo sustentável, nalgumas das maiores revistas sobre turismo.</p> <p>Técnica de amostragem Foi solicitado a seis especialistas em turismo sustentável que recomendassem um conjunto de potenciais inquiridos. Simultaneamente, foi listado um conjunto de 80 autores de artigos sobre turismo sustentável. Numa segunda fase, foi utilizado o método de bola de neve com 25 especialistas recomendados na primeira fase, no qual foi solicitado que recomendassem nomes de personalidades para fazerem parte do estudo.</p> <p>Ronda 1 37 indivíduos</p> <p>Ronda 2 32 indivíduos</p> <p>Ronda 3 25 indivíduos</p>	<p>Método Inquérito por questionário enviado por correio, e-mail e fax</p> <p>Ronda 1 Foram colocadas questões abertas sobre definições e princípios de turismo sustentável e foi pedido para definirem um conjunto de possíveis indicadores (62,2% de taxa de resposta – 23 indivíduos)</p> <p>Ronda 2 Foram listados os indicadores definidos na primeira ronda e solicitado que os inquiridos avaliassem o grau de concordância, avaliado numa escala de Likert de cinco pontos (62,5% de taxa de resposta – 20 indivíduos).</p> <p>Ronda 3 Foram escolhidos os indicadores que na segunda ronda apresentaram a média superior a 3,5 e enviados aos inquiridos, informando da média obtida, e solicitando que avaliassem a sua solidez numa escala de Likert de três pontos (48% de taxa de resposta – 12 indivíduos).</p>	<p>Análise univariada: estatística descritiva (média, desvio padrão)</p>
<p>Ano 2006</p> <p>Autores J. Landeta</p> <p>Título Current validity of the Delphi method in social sciences</p> <p>Publicação Technological Forecasting & Social Change</p> <p>Objectivo Avaliar o funcionamento do sistema universitário do País Basco.</p>	<p>Critérios de escolha Serem professores da Universidade do País Basco com experiência, prestígio académico, estudantes, funcionários dos serviços administrativos, as pessoas relevantes de outras universidades bascas (privadas) e outros especialistas relacionados com as universidades do País Basco.</p> <p>Técnica de amostragem Não especificada</p> <p>Ronda 1 115 indivíduos</p> <p>Ronda 2 50 indivíduos</p>	<p>Método Inquérito por entrevista na primeira ronda Inquérito por questionário enviado por e-mail na segunda ronda</p> <p>Ronda 1 Foi solicitado que avaliassem várias variáveis, numa escala de Likert, e que tecessem comentários relativamente às mesmas (62,2% de taxa de resposta – 23 indivíduos)</p> <p>Ronda 2 Foi aplicado o mesmo inquérito dando a conhecer os resultados qualitativos da primeira ronda (não menciona a taxa de resposta).</p>	<p>Análise univariada: estatística descritiva (média, desvio padrão, percentagens)</p>

(Fontes: Kaynak et al., 1994; Miller, 2001; Landeta, 2006; Choi & Sirakaya, 2006)

ANEXO 6.2. | QUESTIONÁRIO APLICADO NA RONDA 1

Contributos do Turismo para a Qualidade de Vida

Este estudo insere-se no âmbito do desenvolvimento da dissertação de Margarida Clemente, aluna do curso de mestrado em Gestão e Planeamento em Turismo da Universidade de Aveiro. O seu objetivo consiste em avaliar os contributos do Turismo para a Qualidade de Vida da população residente num destino turístico.

Os dados recolhidos são absolutamente anónimos e confidenciais, sendo analisados, estatisticamente, de uma forma global.

Existem 25 perguntas neste inquérito

PARTE I – CONTRIBUTOS DO TURISMO PARA A QUALIDADE DE VIDA

1 1. Refira qual o nível de importância que atribui às seguintes temáticas relativamente à qualidade de vida.

*

Por favor, seleccione uma resposta apropriada para cada item:

	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Extremamente importante
Ambiente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Clima	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Comércio e serviços	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Educação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Emprego	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Espaços verdes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Habitação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Infra-estruturas e equipamentos públicos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mobilidade e transportes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Participação social	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Património cultural	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Actividades de recreio (cultura, desporto) e lazer	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Rendimento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Saúde	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Segurança pública	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tecnologias de informação e comunicação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

PARTE I - B**2 2. Refira qual o nível de importância das seguintes temáticas para o sector do turismo.**

*

Por favor, seleccione uma resposta apropriada para cada item:

	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Extremamente importante
Ambiente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Clima	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Comércio e serviços	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Educação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Emprego	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Espaços verdes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Habitação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Infra-estruturas e equipamentos públicos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mobilidade e transportes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Participação social	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Património cultural	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Actividades de recreio (cultura, desporto) e lazer	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Rendimento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Saúde	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Segurança pública	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tecnologias de informação e comunicação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

PARTE I - C.1**3 3. Refira qual a importância que atribui aos seguintes impactos do turismo para a qualidade de vida da comunidade residente no destino turístico.**

*

Por favor, seleccione uma resposta apropriada para cada item:

	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Extremamente importante
Aumento das oportunidades de emprego	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aumento da oferta de equipamentos desportivos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Crescimento económico das empresas locais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Incentivo ao desenvolvimento de eventos culturais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Contributo para uma melhor atitude em relação ao trabalho	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Melhoria no nível de vida	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aumento da oferta de locais destinados a actividades de recreio e de lazer	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Melhoria/aumento da oferta de serviços públicos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aumento da oferta de comércio e serviços	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aumento do montante de investimentos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

PARTE I - C.2**4 3. Refira qual a importância que atribui aos seguintes impactos do turismo para a qualidade de vida da comunidade residente no destino turístico (Cont.).**
*

Por favor, seleccione uma resposta apropriada para cada item:

	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Extremamente importante
Melhoria/construção de infra-estruturas básicas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aumento do n.º de investimentos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Melhoria nas condições de mobilidade e transportes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Melhoria/construção de equipamentos de saúde	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aumento das receitas fiscais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promoção de acções de preservação do património cultural	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promoção de acções de requalificação urbana	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aumento da segurança pública	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aumento no rendimento pessoal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aumento da oferta de equipamentos culturais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aumento da área de espaços pedonais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

PARTE I - D.1**5 4. Refira o grau de importância que atribui a cada um dos seguintes indicadores para a avaliação da qualidade de vida da comunidade residente no destino turístico.**

*

Por favor, seleccione uma resposta apropriada para cada item:

	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Extremamente importante
N.º de galerias de arte	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Participação dos residentes no processo de planeamento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
% de equipamentos sociais disponíveis na comunidade que é atribuída ao turismo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
N.º de restaurantes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Taxa de criminalidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Incorporação e implementação de ideias dos residentes na gestão do destino turístico	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Proporção de área protegida em relação à área total do destino	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
% da população residente que acredita que o turismo ajudou a promover novos serviços, equipamentos e infra-estruturas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existência de políticas de uso do solo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
% dos empregos da indústria do turismo que são permanentes ou que estão activos ao longo de todo o ano (em comparação com empregos temporários)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

PARTE I - D.2**6 4. Refira o grau de importância que atribui a cada um dos seguintes indicadores para a avaliação da qualidade de vida da comunidade residente no destino turístico (Cont.).**

*

Por favor, seleccione uma resposta apropriada para cada item:

	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Extremamente importante
Consumo de produtos nacionais e locais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Nível de satisfação dos residentes com o turismo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Eficiência na gestão dos resíduos sólidos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
N.º de salas de espectáculos (teatros, espaços para concertos, etc.)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
% de estabelecimentos comerciais abertos todo o ano	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
% de residentes satisfeitos com a integridade cultural	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Rácio de utilização das infra-estruturas hoteleiras pelos residentes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
% de áreas protegidas/ecossistemas com planos de gestão operacionais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
N.º de hotéis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Disponibilidade de fundos para conservação dos imóveis/sítios com valor patrimonial	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

PARTE I - D.3**7 4. Refira o grau de importância que atribui a cada um dos seguintes indicadores para a avaliação da qualidade de vida da comunidade residente no destino turístico (Cont.).**

*

Por favor, seleccione uma resposta apropriada para cada item:

	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Extremamente importante
Quantidade de resíduos espalhados nas vias públicas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Receita gerada pelo turismo como % da receita total gerada na comunidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Assistência anual nos espectáculos/eventos culturais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existência de um plano de turismo sustentável	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Continuidade das actividades tradicionais pelos residentes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
N.º de imóveis/sítios com classificação e protecção patrimonial	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Eficiência na gestão das águas residuais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
% da área sujeita a controlo de uso do solo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Qualidade da água para consumo humano	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Relação do n.º de empregos no turismo com o n.º de emprego total (homens e mulheres)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

PARTE I - D.4**8 4. Refira o grau de importância que atribui a cada um dos seguintes indicadores para a avaliação da qualidade de vida da comunidade residente no destino turístico (Cont.).**

*

Por favor, seleccione uma resposta apropriada para cada item:

	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Extremamente importante
Proporção do n.º de turistas para o n.º de residentes no destino turístico	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Qualidade das águas balneares	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Contribuição do turismo para o Produto Interno Bruto (PIB)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
N.º de sessões de espectáculos/eventos culturais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
N.º de dias com boa qualidade de ar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existência de políticas e de gestão da poluição do ar, da água e dos resíduos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
N.º de camas disponíveis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Comunicação bidireccional entre residentes e poder político	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Participação dos residentes na indústria do turismo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Capacidade dos equipamentos sociais disponíveis na comunidade que são atribuídos ao turismo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

PARTE I - D.5**9 4. Refira o grau de importância que atribui a cada um dos seguintes indicadores para a avaliação da qualidade de vida da comunidade residente no destino turístico (Cont.).**

*

Por favor, seleccione uma resposta apropriada para cada item:

	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Extremamente importante
Frequência de acidentes ambientais devidos ao turismo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
N.º de museus	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Gestão eficaz de áreas protegidas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
N.º de turistas por m ² de terreno	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Crescimento do emprego no turismo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
N.º de visitantes de museus	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Nível de conservação dos imóveis/sítios com valor patrimonial	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Uso continuado de avaliação de impacte ambiental	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Atitude dos residentes perante o desenvolvimento turístico	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Inclusão do turismo no processo de planeamento como uma das suas componentes principais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

PARTE II – CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO/EMPRESA

10 5. Área de negócio da instituição/empresa (Caso a sua instituição/empresa abranja mais do que uma área, escolha a que tem maior peso em termos de volume de negócios)

*

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Alojamento turístico
- ☐ Restauração e bebidas
- ☐ Transportes
- ☐ Agências de viagem e operadores turísticos
- ☐ Serviços culturais
- ☐ Serviços recreativos e outros serviços de lazer

11 5.1.a). Qual o tipo de alojamento turístico?

*

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:

° Resposta era 'Alojamento turístico ' na pergunta '10 [p5]' (5. Área de negócio da instituição/empresa (Caso a sua instituição/empresa abranja mais do que uma área, escolha a que tem maior peso em termos de volume de negócios))

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Pousada de Portugal
- ☐ Hotel
- ☐ Turismo no Espaço Rural

12 5.1.b) Qual a categoria do hotel?

*

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:

° Resposta era 'Alojamento turístico ' na pergunta '10 [p5]' (5. Área de negócio da instituição/empresa (Caso a sua instituição/empresa abranja mais do que uma área, escolha a que tem maior peso em termos de volume de negócios))
e Resposta era 'Hotel' na pergunta '11 [p51a]' (5.1.a). Qual o tipo de alojamento turístico?)

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ 5 estrelas
- ☐ 4 estrelas
- ☐ 3 estrelas

13 5.1.c) Qual a classificação?

*

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:

° Resposta era 'Alojamento turístico ' na pergunta '10 [p5]' (5. Área de negócio da instituição/empresa (Caso a sua instituição/empresa abranja mais do que uma área, escolha a que tem maior peso em termos de volume de negócios))
e Resposta era 'Turismo no Espaço Rural ' na pergunta '11 [p51a]' (5.1.a). Qual o tipo de alojamento turístico?)

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Casa de campo
- ☐ Hotel Rural
- ☐ Agro-turismo

14 5.2.a) Qual a classificação?

*

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:

° Resposta era 'Restauração e bebidas' na pergunta '10 [p5]' (5. Área de negócio da instituição/empresa (Caso a sua instituição/empresa abranja mais do que uma área, escolha a que tem maior peso em termos de volume de negócios))

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Restaurante de luxo
- ☐ Restaurante típico
- ☐ Não aplicável

15 5.3.a) Qual o tipo de negócio?

*

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:

° Resposta era 'Transportes ' na pergunta '10 [p5]' (5. Área de negócio da instituição/empresa (Caso a sua instituição/empresa abranja mais do que uma área, escolha a que tem maior peso em termos de volume de negócios))

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ *Rent a Car*
- ☐ Transporte de passageiros

16 5.3.b) Qual a tipologia?

*

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:

° Resposta era 'Transportes ' na pergunta '10 [p5]' (5. Área de negócio da instituição/empresa (Caso a sua instituição/empresa abranja mais do que uma área, escolha a que tem maior peso em termos de volume de negócios))
e Resposta era 'Transporte de passageiros ' na pergunta '15 [p53a]' (5.3.a) Qual o tipo de negócio?)

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Transporte ferroviário
- ☐ Transporte rodoviário
- ☐ Transporte marítimo
- ☐ Transporte aéreo

17 5.4.a) Qual o tipo de negócio?

*

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:

° Resposta era 'Agências de viagem e operadores turísticos ' na pergunta '10 [p5]' (5. Área de negócio da instituição/empresa (Caso a sua instituição/empresa abranja mais do que uma área, escolha a que tem maior peso em termos de volume de negócios))

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Agência de viagem
- ☐ Operador turístico

18 5.5.a) Qual o tipo de negócio?

*

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:

° Resposta era 'Serviços culturais ' na pergunta '10 [p5]' (5. Área de negócio da instituição/empresa (Caso a sua instituição/empresa abranja mais do que uma área, escolha a que tem maior peso em termos de volume de negócios))

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Sala de espectáculos
- ☐ Museu
- ☐ Galeria de arte
- ☐ Outro. Qual?

19 5.6.a) Qual o tipo de negócio?

*

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:

° Resposta era 'Serviços recreativos e outros serviços de lazer ' na pergunta '10 [p5]' (5. Área de negócio da instituição/empresa (Caso a sua instituição/empresa abranja mais do que uma área, escolha a que tem maior peso em termos de volume de negócios))

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Serviços desportivos
- ☐ Outros serviços de lazer e recreio. Qual?

20 6. Concelho onde se localiza a sede do vosso negócio:

*

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Arouca
- ☐ Espinho
- ☐ Gondomar
- ☐ Maia
- ☐ Matosinhos
- ☐ Oliveira de Azeméis
- ☐ Porto
- ☐ Póvoa do Varzim

- ☐ Santa Maria da Feira
- ☐ Santo Tirso
- ☐ São João da Madeira
- ☐ Trofa
- ☐ Vale de Cambra
- ☐ Valongo
- ☐ Vila do Conde
- ☐ Vila Nova de Gaia
- ☐ Outro. Qual?

21 7. Que grupo(s) constitui(em) o principal cliente da vossa instituição/empresa?

*

Por favor, seleccione **todas** as que se aplicam:

- ☐ Visitantes estrangeiros
- ☐ Visitantes nacionais
- ☐ Residentes na Área Metropolitana do Porto
- ☐ Não sabe/Não responde

PARTE III – CARACTERIZAÇÃO DO INQUIRIDO

22 8. Género

*

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Feminino
☐ Masculino

23 9. Idade

*

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Inferior a 25 anos
☐ De 25 a 34 anos
☐ De 35 a 44 anos
☐ De 45 a 54 anos
☐ De 55 a 64 anos
☐ Superior a 64 anos

24 10. Habilitações literárias

*

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Doutoramento
☐ Mestrado
☐ Licenciatura
☐ Bacharelato
☐ Ensino secundário (12.º ano)
☐ 3.º ciclo (9.º ano)
☐ 2.º ciclo (6.º ano)
☐ 1.º ciclo (4.º ano)
☐ Sabe ler e escrever, mas não frequentou nenhuma instituição de ensino

25 11. Cargo que ocupa dentro da instituição/empresa onde trabalha:

*

Por favor, escreva aqui a sua resposta:

Obrigada pela colaboração!

01.01.1970 – 01:00

Submeter o seu inquérito

Obrigado por ter concluído este inquérito.

ANEXO 6.3. | QUESTIONÁRIO APLICADO NA RONDA 2

Contributos do Turismo para a Qualidade de Vida

Este estudo insere-se no âmbito do desenvolvimento da dissertação de Margarida Clemente, aluna do curso de mestrado em Gestão e Planeamento em Turismo da Universidade de Aveiro. O seu objetivo consiste em avaliar os contributos do Turismo para a Qualidade de Vida da população residente num destino turístico, através do desenvolvimento de um modelo baseado na utilização de indicadores estatísticos.

Nesta fase do estudo pretende-se validar as respostas recolhidas no primeiro inquérito, aplicando as mesmas questões, mas dando a conhecer as respostas mais seleccionadas pelos inquiridos na primeira ronda de inquéritos. Pretende-se chegar a um consenso junto dos inquiridos para assim proceder à escolha dos indicadores mais relevantes para avaliar a relação turismo-qualidade de vida.

Os dados recolhidos são absolutamente anónimos e confidenciais, sendo analisados, estatisticamente, de uma forma global.

Existem 25 perguntas neste inquérito

PARTE I – CONTRIBUTOS DO TURISMO PARA A QUALIDADE DE VIDA

1 1. Refira qual o nível de importância que atribui às seguintes temáticas relativamente à qualidade de vida.

Nota: A última coluna refere-se ao Nível de importância mais escolhido na 1.ª ronda do inquérito *

Por favor, seleccione uma resposta apropriada para cada item:

	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Extremamente importante	
Ambiente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extremamente importante
Clima	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extremamente importante
Comércio e serviços	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante
Educação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extremamente importante
Emprego	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extremamente importante
Espaços verdes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante
Habitação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante
Infra-estruturas e equipamentos públicos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante
Mobilidade e transportes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante
Participação social	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante
Património cultural	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante
Actividades de recreio (cultura,	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante

	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Extremamente importante	
desporto) e lazer						
Rendimento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante
Saúde	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extremamente importante
Segurança pública	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extremamente importante
Tecnologias de informação e comunicação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante

PARTE I - B**2 2. Refira qual o nível de importância das seguintes temáticas para o sector do turismo.**

Nota: A última coluna refere-se ao Nível de importância mais escolhido na 1.ª ronda do inquérito *

Por favor, seleccione uma resposta apropriada para cada item:

	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Extremamente importante	
Ambiente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extremamente importante
Clima	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extremamente importante
Comércio e serviços	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante
Educação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Importante
Emprego	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante
Espaços verdes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extremamente importante
Habitação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante
Infra-estruturas e equipamentos públicos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extremamente importante
Mobilidade e transportes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extremamente importante
Participação social	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Importante
Património cultural	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extremamente importante
Actividades de recreio (cultura, desporto) e lazer	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extremamente importante
Rendimento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante
Saúde	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante
Segurança pública	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extremamente importante
Tecnologias de informação e comunicação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante

PARTE I - C.1**3 3. Refira qual a importância que atribui aos seguintes impactos do turismo para a qualidade de vida da comunidade residente no destino turístico.**

Nota: A última coluna refere-se ao Nível de importância mais escolhido na 1.^a ronda do inquérito

Por favor, seleccione uma resposta apropriada para cada item:

	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Extremamente importante	
Aumento das oportunidades de emprego	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extremamente importante
Aumento da oferta de equipamentos desportivos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Importante
Crescimento económico das empresas locais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante
Incentivo ao desenvolvimento de eventos culturais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante
Contributo para uma melhor atitude em relação ao trabalho	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante
Melhoria no nível de vida	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante
Aumento da oferta de locais destinados a actividades de recreio e de lazer	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante
Melhoria/aumento da oferta de serviços públicos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante
Aumento da oferta de comércio e serviços	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante
Aumento do montante de investimentos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante

PARTE I - C.2**4 3. Refira qual a importância que atribui aos seguintes impactos do turismo para a qualidade de vida da comunidade residente no destino turístico (Cont.).**

Nota: A última coluna refere-se ao Nível de importância mais escolhido na 1.ª ronda do inquérito

Por favor, seleccione uma resposta apropriada para cada item:

	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Extremamente importante	
Melhoria/construção de infra-estruturas básicas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante
Aumento do n.º de investimentos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante
Melhoria nas condições de mobilidade e transportes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extremamente importante
Melhoria/construção de equipamentos de saúde	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante
Aumento das receitas fiscais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante
Promoção de acções de preservação do património cultural	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extremamente importante
Promoção de acções de requalificação urbana	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante
Aumento da segurança pública	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extremamente importante
Aumento no rendimento pessoal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante
Aumento da oferta de equipamentos culturais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante
Aumento da área de espaços pedonais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante

PARTE I - D.1

5 4. Refira o grau de importância que atribui a cada um dos seguintes indicadores para a avaliação da qualidade de vida da comunidade residente no destino turístico.

Nota: A última coluna refere-se ao Nível de importância mais escolhido na 1.ª ronda do inquérito

*

Por favor, seleccione uma resposta apropriada para cada item:

	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Extremamente importante	
N.º de galerias de arte	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Importante
Participação dos residentes no processo de planeamento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Importante
% de equipamentos sociais disponíveis na comunidade que é atribuída ao turismo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Importante
N.º de restaurantes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Importante
Taxa de criminalidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extremamente importante
Incorporação e implementação de ideias dos residentes na gestão do destino turístico	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Importante
Proporção de área protegida em relação à área total do destino	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Importante
% da população residente que acredita que o turismo ajudou a promover novos serviços, equipamentos e infra-estruturas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extremamente importante
Existência de políticas de uso do solo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Importante

	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Extremamente importante	
% dos empregos da indústria do turismo que são permanentes ou que estão activos ao longo de todo o ano (em comparação com empregos temporários)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extremamente importante

PARTE I - D.2

6 4. Refira o grau de importância que atribui a cada um dos seguintes indicadores para a avaliação da qualidade de vida da comunidade residente no destino turístico (Cont.).

Nota: A última coluna refere-se ao Nível de importância mais escolhido na 1.ª ronda do inquérito

Por favor, seleccione uma resposta apropriada para cada item:

	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Extremamente importante	
Consumo de produtos nacionais e locais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extrema importante
Nível de satisfação dos residentes com o turismo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extrema importante
Eficiência na gestão dos resíduos sólidos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante
N.º de salas de espectáculos (teatros, espaços para concertos, etc.)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante
% de estabelecimentos comerciais abertos todo o ano	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Importante
% de residentes satisfeitos com a integridade cultural	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante
Rácio de utilização das infra-estruturas hoteleiras pelos residentes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Importante
% de áreas protegidas/ecossistemas com planos de gestão operacionais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Importante
N.º de hotéis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Importante
Disponibilidade de fundos para conservação dos imóveis/sítios com valor patrimonial	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extrema importante

PARTE I - D.3

7 4. Refira o grau de importância que atribui a cada um dos seguintes indicadores para a avaliação da qualidade de vida da comunidade residente no destino turístico (Cont.).

Nota: A última coluna refere-se ao Nível de importância mais escolhido na 1.^a ronda do inquérito

Por favor, seleccione uma resposta apropriada para cada item:

	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Extremamente importante	
Quantidade de resíduos espalhados nas vias públicas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extremamente importante
Receita gerada pelo turismo como % da receita total gerada na comunidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extremamente importante
Assistência anual nos espectáculos/eventos culturais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Importante
Existência de um plano de turismo sustentável	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extremamente importante
Continuidade das actividades tradicionais pelos residentes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extremamente importante
N.º de imóveis/sítios com classificação e protecção patrimonial	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extremamente importante
Eficiência na gestão das águas residuais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extremamente importante
% da área sujeita a controlo de uso do solo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Importante
Qualidade da água para consumo humano	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extremamente importante
Relação do n.º de empregos no turismo com o n.º de emprego total (homens e mulheres)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extremamente importante

PARTE I - D.4

8 4. Refira o grau de importância que atribui a cada um dos seguintes indicadores para a avaliação da qualidade de vida da comunidade residente no destino turístico (Cont.).

Nota: A última coluna refere-se ao Nível de importância mais escolhido na 1.ª ronda do inquérito

Por favor, seleccione uma resposta apropriada para cada item:

	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Extremamente importante	
Proporção do n.º de turistas para o n.º de residentes no destino turístico	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Importante
Qualidade das águas balneares	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extremamente importante
Contribuição do turismo para o Produto Interno Bruto (PIB)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extremamente importante
N.º de sessões de espectáculos/eventos culturais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Importante
N.º de dias com boa qualidade de ar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extremamente importante
Existência de políticas e de gestão da poluição do ar, da água e dos resíduos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extremamente importante
N.º de camas disponíveis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante
Comunicação bidireccional entre residentes e poder político	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Importante
Participação dos residentes na indústria do turismo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Importante
Capacidade dos equipamentos sociais disponíveis na comunidade que são atribuídos ao turismo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Importante

PARTE I - D.5

9 4. Refira o grau de importância que atribui a cada um dos seguintes indicadores para a avaliação da qualidade de vida da comunidade residente no destino turístico (Cont.).

Nota: A última coluna refere-se ao Nível de importância mais escolhido na 1.^a ronda do inquérito

Por favor, seleccione uma resposta apropriada para cada item:

	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Extremamente importante	
Frequência de acidentes ambientais devidos ao turismo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extremamente importante
N.º de museus	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Importante
Gestão eficaz de áreas protegidas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extremamente importante
N.º de turistas por m ² de terreno	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante
Crescimento do emprego no turismo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extremamente importante
N.º de visitantes de museus	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Importante
Nível de conservação dos imóveis/sítios com valor patrimonial	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante
Uso continuado de avaliação de impacto ambiental	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante
Atitude dos residentes perante o desenvolvimento turístico	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extremamente importante
Inclusão do turismo no processo de planeamento como uma das suas componentes principais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extremamente importante

PARTE II – CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO/EMPRESA

10 5. Área de negócio da instituição/empresa (Caso a sua instituição/empresa abranja mais do que uma área, escolha a que tem maior peso em termos de volume de negócios)

*

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Alojamento turístico
- ☐ Restauração e bebidas
- ☐ Transportes
- ☐ Agências de viagem e operadores turísticos
- ☐ Serviços culturais
- ☐ Serviços recreativos e outros serviços de lazer

11 5.1.a). Qual o tipo de alojamento turístico?

*

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:

° Resposta era 'Alojamento turístico ' na pergunta '10 [p5]' (5. Área de negócio da instituição/empresa (Caso a sua instituição/empresa abranja mais do que uma área, escolha a que tem maior peso em termos de volume de negócios))

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Pousada de Portugal
- ☐ Hotel
- ☐ Turismo no Espaço Rural

12 5.1.b) Qual a categoria do hotel?

*

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:

° Resposta era 'Alojamento turístico ' na pergunta '10 [p5]' (5. Área de negócio da instituição/empresa (Caso a sua instituição/empresa abranja mais do que uma área, escolha a que tem maior peso em termos de volume de negócios)) e Resposta era 'Hotel' na pergunta '11 [p51a]' (5.1.a). Qual o tipo de alojamento turístico?)

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ 5 estrelas
- ☐ 4 estrelas
- ☐ 3 estrelas

13 5.1.c) Qual a classificação?

*

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:

° Resposta era 'Alojamento turístico ' na pergunta '10 [p5]' (5. Área de negócio da instituição/empresa (Caso a sua instituição/empresa abranja mais do que uma área, escolha a que tem maior peso em termos de volume de negócios)) e Resposta era 'Turismo no Espaço Rural ' na pergunta '11 [p51a]' (5.1.a). Qual o tipo de alojamento turístico?)

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Casa de campo
- ☐ Hotel Rural
- ☐ Agro-turismo

14 5.2.a) Qual a classificação?

*

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:

° Resposta era 'Restauração e bebidas' na pergunta '10 [p5]' (5. Área de negócio da instituição/empresa (Caso a sua instituição/empresa abranja mais do que uma área, escolha a que tem maior peso em termos de volume de negócios))

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Restaurante de luxo
- ☐ Restaurante típico
- ☐ Não aplicável

15 5.3.a) Qual o tipo de negócio?

*

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:

° Resposta era 'Transportes ' na pergunta '10 [p5]' (5. Área de negócio da instituição/empresa (Caso a sua instituição/empresa abranja mais do que uma área, escolha a que tem maior peso em termos de volume de negócios))

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ *Rent a Car*
- ☐ Transporte de passageiros

16 5.3.b) Qual a tipologia?

*

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:

° Resposta era 'Transportes ' na pergunta '10 [p5]' (5. Área de negócio da instituição/empresa (Caso a sua instituição/empresa abranja mais do que uma área, escolha a que tem maior peso em termos de volume de negócios)) e Resposta era 'Transporte de passageiros ' na pergunta '15 [p53a]' (5.3.a) Qual o tipo de negócio?)

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Transporte ferroviário
- ☐ Transporte rodoviário
- ☐ Transporte marítimo
- ☐ Transporte aéreo

17 5.4.a) Qual o tipo de negócio?

*

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:

° Resposta era 'Agências de viagem e operadores turísticos ' na pergunta '10 [p5]' (5. Área de negócio da

instituição/empresa (Caso a sua instituição/empresa abranja mais do que uma área, escolha a que tem maior peso em termos de volume de negócios))

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Agência de viagem
- ☐ Operador turístico

18 5.5.a) Qual o tipo de negócio?

*

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:

° Resposta era 'Serviços culturais ' na pergunta '10 [p5]' (5. Área de negócio da instituição/empresa (Caso a sua instituição/empresa abranja mais do que uma área, escolha a que tem maior peso em termos de volume de negócios))

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Sala de espectáculos
- ☐ Museu
- ☐ Galeria de arte
- ☐ Outro. Qual?

19 5.6.a) Qual o tipo de negócio?

*

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:

° Resposta era 'Serviços recreativos e outros serviços de lazer ' na pergunta '10 [p5]' (5. Área de negócio da instituição/empresa (Caso a sua instituição/empresa abranja mais do que uma área, escolha a que tem maior peso em termos de volume de negócios))

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Serviços desportivos
- ☐ Outros serviços de lazer e recreio. Qual?

20 6. Concelho onde se localiza a sede do vosso negócio:

*

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Arouca
- ☐ Espinho
- ☐ Gondomar
- ☐ Maia
- ☐ Matosinhos
- ☐ Oliveira de Azeméis
- ☐ Porto
- ☐ Póvoa do Varzim
- ☐ Santa Maria da Feira

- ☐ Santo Tirso
- ☐ São João da Madeira
- ☐ Trofa
- ☐ Vale de Cambra
- ☐ Valongo
- ☐ Vila do Conde
- ☐ Vila Nova de Gaia
- ☐ Outro. Qual?

21 7. Que grupo(s) constitui(em) o principal cliente da vossa instituição/empresa?

*

Por favor, seleccione **todas** as que se aplicam:

- ☐ Visitantes estrangeiros
- ☐ Visitantes nacionais
- ☐ Residentes na Área Metropolitano do Porto
- ☐ Não sabe/Não responde

PARTE III – CARACTERIZAÇÃO DO INQUIRIDO

22 8. Género

*

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Feminino
☐ Masculino

23 9. Idade

*

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Inferior a 25 anos
☐ De 25 a 34 anos
☐ De 35 a 44 anos
☐ De 45 a 54 anos
☐ De 55 a 64 anos
☐ Superior a 64 anos

24 10. Habilitações literárias

*

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- ☐ Doutoramento
☐ Mestrado
☐ Licenciatura
☐ Bacharelato
☐ Ensino secundário (12.º ano)
☐ 3.º ciclo (9.º ano)
☐ 2.º ciclo (6.º ano)
☐ 1.º ciclo (4.º ano)
☐ Sabe ler e escrever, mas não frequentou nenhuma instituição de ensino

25 11. Cargo que ocupa dentro da instituição/empresa onde trabalha:

*

Por favor, escreva aqui a sua resposta:

Obrigada pela colaboração!

01.01.1970 – 01:00

Submeter o seu inquérito

Obrigado por ter concluído este inquérito.